Psicologia das Revoluções

(A Revolução Francesa)

Gustave Le Bon

VALDEMAR TEODORO EDITOR

Gustave Le Bon

Psicologia das Revoluções
(A Revolução Francesa)

Tradução: Souza Campos, E. L. de
TEODORO EDITOR
Niterói – Rio de Janeiro – Brasil
2ª Edição: 2018

La Révolution Française et la Psychologie des Révolutions. Paris,1912.

Traduzido por Souza Campos, E. L. de

© 2018 Teodoro Editor: Niterói – Rio de Janeiro - Brasil

Psicologia das revoluções

Gustave Le Bon

PREFÁCIO

As ideias atuais sobre a Revolução Francesa.

Sumário

Esta obra, cuja nova edição eu apresento, não foi escrita para louvar ou criticar a Revolução, mas apenas para interpretá-la através de métodos psicológicos expostos num outro de meus livros: As Opiniões e as Crenças.

O objetivo buscado me dispensou de levar em conta opiniões anteriormente formuladas. Seria, no entanto, interessante conhecê-las e, por isso, dediquei um capítulo para enumerar as ideias, aliás, bem contraditórias, dos historiadores, sobre o grande drama revolucionário.

Os livros só traduzem opiniões já antigas. Eles podem preparar as ideias do futuro, mas raramente exprimem as do presente. Apenas as revistas e os jornais traduzem fielmente os sentimentos da hora atual. Suas críticas são por isso muito úteis.

Dos diversos artigos dedicados à análise desta obra pode-se retirar três concepções que representam nitidamente as ideias em curso hoje em dia sobre a Revolução Francesa.

A primeira considera a Revolução como um tipo de crença que é preciso aceitar ou rejeitar em bloco; a segunda, como um fenômeno misterioso que permaneceu inexplicável; a terceira, como um acontecimento que não pode ser julgado antes da publicação de um número imenso de documentos ainda inéditos.

Não será inútil examinar brevemente o valor dessas três concepções.

Interpretada com os olhos da crença, a Revolução aparece, para a maioria dos franceses, como um acontecimento feliz que os tirou da barbárie e os livrou da opressão da nobreza. Mais de um personagem político acredita que sem a Revolução estaríamos reduzidos ao serviço doméstico na casa de grandes senhores.

Este estado de espírito está bem traduzido num estudo importante dedicado por um célebre homem de Estado, o Sr. Émile Ollivier, a combater as ideias de meu livro.

Após ter lembrado a teoria que considera a Revolução como um acontecimento inútil, o eminente acadêmico acrescenta:

> *... Gustave Le Bon une sua autoridade a essa tese. Numa obra recente sobre a psicologia da Revolução, onde se encontra seu poder de síntese e estilo, ele diz: "O ganho*

obtido ao preço de tanta destruição teria sido obtido mais tarde sem esforço, pela simples marcha da civilização".

O Sr. Émile Ollivier não admite essa opinião. A Revolução Francesa lhe parece ter sido necessária e concluiu dizendo:

Lamenta que não se queira mais ser o vilão que vá bater nos lagos para impedir a rã de perturbar o sono do senhor; deplora que não se queira mais ter a satisfação de ver seu campo devastado pela matilha de um jovem insolente; desaprova que não se esteja mais disposto a acordar exposto na Bastilha porque algum Lauzun cobiça sua esposa, ou melhor ainda, por um motivo ignorado; se desespera por que não se quer mais ser tiranizado por alguns ministros, por alguns escriturários, por alguns intendentes, ficar a mercê deles, ser pilhado mais do que cobrado; de não ser pisoteado e cuspido por pretensos conquistadores. Por mim, plebeu, sou grato por aqueles cujo rude labor me livrou desses jugos que, sem eles, pesariam ainda sobre minha cabeça e, apesar de seus erros, eu os abençoo.

A crença sintetizada pelas linhas acima contribuiu fortemente, com a epopeia napoleônica, a tornar popular na França, a lembrança da Revolução. Ela deriva sobretudo dessa ilusão tão difundida, mesmo entre políticos, de que as instituições determinam as

formas de existência de um povo, enquanto que esses últimos estão quase exclusivamente condicionados pelos progressos científicos e econômicos. A locomotiva foi uma niveladora bem mais eficaz do que a guilhotina e, mesmo sem a Revolução, teríamos certamente chegado, depois de um tempo, à fase de igualdade e de liberdade atingida hoje em dia e que, aliás, vários povos já tinham atingido antes da época revolucionária.

A segunda das concepções enumeradas acima (a que julga a Revolução um acontecimento misterioso e inexplicável) contribui igualmente para manter seu prestígio.

Num artigo dedicado ao exame do meu livro, o diretor político de um dos mais importantes jornais de Paris, o Sr. Drumont, diz o seguinte:

> *Esse acontecimento formidável, que sacudiu o velho mundo em sua base, permanece um enigma... Os métodos da psicologia moderna não ajudam na compreensão do que teve de estranho e de misterioso nessa crise que permanecerá sempre uma das mais admiráveis da história.*

Essa teoria parece muito difundida entre os políticos. Eu a encontrei, numa forma um pouco diferente, num artigo publicado por um ex-ministro, o Sr. Edouard Lockroy:

...Os historiadores não compreenderam a Revolução... A Convenção viveu no caos e no centro de um motim permanente... A ditadura de Robespierre é uma fábula... A história da Revolução é a história de uma massa onde ninguém é responsável e onde todo mundo age... Quem é responsável? A massa, todo mundo, ninguém, pessoas obscuras que arrastam pessoas desconhecidas.

Olhados sob tal ângulo, a Revolução aparece como uma série de acontecimentos caóticos dominados por um acaso misterioso.

Essas curtas citações mostram as incertezas que obscurecem ainda o estudo da Revolução e parecem justificar a prudência dos eruditos que se limitam a publicar textos.[1]

Um espírito imparcial, preocupado em formar uma ideia justa sobre a Revolução, se encontra por isso, hoje em dia, em presença, seja de crenças cegas, seja de afirmações que declaram esse

[1] Esta tarefa, de resto muito útil __ se bem que, eu creio, deverá mudar muito pouco as ideias atuais __ será muito longa. Pode-se avaliar isso pelas linhas seguintes, de uma recente crítica:

A Revolução apenas será conhecida quando for escrita a história desses inumeráveis comitês de província (20.000, diz-se), todos invariavelmente compostos por políticos aventureiros, terroristas de vilarejos, que restabeleceram insolentemente, em seu proveito, um baixo e cruel feudalismo e que se esforçaram, pode-se acreditar, em desencorajar e desonrar, com seu cinismo, o esforço inaudito do país inteiro rumo a utopias sublimes e sonhos de fraternidade.

grande acontecimento inexplicável, ao menos com os documentos atuais.

Essa impotência de interpretação me impressionou quando eu comecei o estudo da Revolução para buscar uma aplicação de meus métodos psicológicos. Logo me pareceu que as incertezas dos historiadores sobre essa grande crise resultavam simplesmente do hábito de recorrer a interpretações racionais para explicar os acontecimentos ditados por influências místicas, afetivas e coletivas, estranhas à razão.

A história da Revolução Francesa fornece, em cada página, a prova disso. Apenas a lógica coletiva e não a lógica racional poderia revelar porque as assembleias revolucionárias votavam sem parar medidas contrárias às opiniões de cada um de seus membros. A razão não poderia explicar melhor porque, numa noite célebre, os representantes da nobreza renunciaram a privilégios aos quais estavam tão ligados e cujo abandono em tempo útil teria, talvez, evitado a Revolução. Como, sem conhecer as transformações de personalidades em diversas circunstâncias, compreender os burgueses inteligentes e pacíficos que, em certos comitês, decidiam a criação do sistema métrico e a abertura de grandes escolas e votavam, em outro lugar, medidas tão bárbaras quanto a morte de Lavoisier, a do poeta Chénier ou ainda a destruição das magníficas tumbas de Saint-Denis? Como compreender, enfim, a propa-

gação dos movimentos revolucionários em geral, sem o conhecimento das leis reais da persuasão, tão diferentes daquelas que ensinam os livros?

Somos muito racionais na França para admitir facilmente que a história possa se desenrolar fora da razão e, frequentemente, até mesmo contra toda a razão. Será preciso, no entanto, nos resignarmos em mudar inteiramente nossos métodos de interpretação históricos, se quisermos conseguir compreender uma massa de acontecimentos que a razão permanece impotente para explicar.

Eu creio que as ideias expostas neste livro se difundirão rapidamente. Numerosos artigos provam que elas já impressionaram muitos observadores. Bastará citar entre eles, alguns extratos do mais importante dos jornais ingleses, o **Times**.

> *Todos os políticos deveriam estudar o livro de Gustave Le Bon. O autor não tem nenhum respeito pelas teorias clássicas a respeito da Revolução Francesa e suas interpretações psicológicas o conduzem a conclusões muito novas. Desta forma, ele expõe, com um impressionante relevo, o fraco papel desempenhado pela massa popular nos movimentos revolucionários, a absoluta contradição entre as vontades individuais e as vontades coletivas dos membros das assembleias, o elemento místico que conduziu os heróis*

da Revolução e a que ponto esses heróis foram pouco influenciados pela razão.

Sem a Revolução teria sido difícil provar que a razão não consegue transformar as pessoas e que, por consequência, uma sociedade não se reconstrói pela vontade dos legisladores, por mais completo que seja seu poder.

A história da Revolução Francesa é composta, na realidade, por uma série de histórias paralelas e frequentemente independentes: história de um regime gasto que carecia de defensores; história das assembleias revolucionárias; história dos movimentos populares e de seus líderes; história dos exércitos; história das novas instituições etc. Todas essas histórias representam, na maioria das vezes, conflitos de forças psicológicas que devem ser estudadas com métodos psicológicos.

Pode-se discutir o valor de nossas interpretações. Eu creio, no entanto, que, daqui por diante, será difícil escrever uma história da Revolução sem levá-las em conta.

Paris, janeiro de 1913.

INTRODUÇÃO

As revisões da história.

Sumário

A era moderna não é somente uma época de descobertas, mas também de revisão dos diversos elementos do conhecimento. Após ter reconhecido que não existia nenhum fenômeno cuja razão primeira fosse agora acessível, a ciência retomou o exame de suas antigas certezas e constatou sua fragilidade. Ela vê hoje em dia seus velhos princípios se apagarem, um a um. A mecânica perde seus axiomas, a matéria, outrora substrato eterno dos mundos, se torna um simples agregado de forças efêmeras transitoriamente condensadas.

Apesar de seu lado conjetural que a livra um pouco das críticas muito severas, a história não escapou dessa revisão universal. Não há uma só de suas fases que se possa dizer que seja definitivamente conhecida. O que parecia definitivamente adquirido é posto em questão.

Entre os acontecimentos cujo estudo parecia acabado, figura a Revolução Francesa. Analisada por várias gerações de escritores, poder-se-ia acreditá-la perfeitamente elucidada. O que de novo dizer sobre ela, senão modificar alguns detalhes?

E, no entanto, eis que seus defensores mais convictos se tornam muito hesitantes em suas avaliações. Antigas evidências aparecem muito discutíveis. A fé em dogmas tidos como sagrados está abalada. Os últimos escritos sobre a Revolução traem essas incertezas. Após tê-la contado, recusa-se, cada vez mais, a concluir.

Não apenas os heróis desse grande drama são discutidos sem indulgências, mas pergunta-se se o direito novo que sucedeu ao antigo regime, não seria estabelecido naturalmente sem violência, após os progressos da civilização. Os resultados obtidos não parecem mais em relação nem com o resgate que eles imediatamente custaram, nem com as consequências distantes que a Revolução extraiu das possibilidades da história.

Várias causas levaram à revisão desse trágico período. O tempo acalmou as paixões, numerosos documentos saíram lentamente dos arquivos e aprende-se a interpretá-los com independência.

Mas é a psicologia moderna que talvez agirá de forma mais certeira sobre nossas ideias, permitindo penetrar melhor nas pessoas e nos motivadores de sua conduta.

Entre suas descobertas, aplicáveis agora à história, é preciso mencionar sobretudo: o conhecimento aprofundado das ações ancestrais, as leis que regem as massas, as experiências relativas à

desagregação das personalidades, o contágio mental, a formação inconsciente das crenças, a distinção das diversas formas de lógica.

Verdade seja dita, estas aplicações da ciência, utilizadas neste livro, ainda não aconteceram. Os historiadores permanecem dedicados, geralmente, ao estudo dos documentos. Isso bastaria aliás para suscitar as dúvidas que eu mencionei há pouco.

*
* *

Os grandes acontecimentos que transformam o destino dos povos __ revoluções, eclosões de crenças, por exemplo __ são tão dificilmente explicáveis que, às vezes, é preciso se limitar a constatá-los.

Desde minhas primeiras pesquisas históricas, eu fiquei impressionado por esse aspecto impenetrável de certos fenômenos essenciais, sobretudo aqueles relativos à gênese das crenças. Eu sentia que, para interpretá-los, alguma coisa de fundamental faltava. A razão tinha dito tudo o que podia dizer, não havia mais nada que esperar dela e devia-se buscar outros meios de compreender o que ela não esclareceu.

Essas grandes questões permaneceram durante muito tempo obscuras para mim. Longínquas viagens dedicadas ao estudo dos vestígios de civilizações desaparecidas não as esclareceram.

Refletindo constantemente sobre isso, foi preciso reconhecer que o problema se compunha de uma série de outros problemas, que deviam ser estudados separadamente. Foi o que eu fiz durante vinte anos, consignando o resultado de minhas pesquisas numa sucessão de livros.

Um dos primeiros foi dedicado ao estudo das **Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples**. Após ter mostrado que as raças históricas, ou seja, formadas segundo os acasos da história, acabam por adquirir características psicológicas tão estáveis quanto suas características anatômicas, eu tentei explicar como os povos transformam suas instituições, suas línguas e suas artes. Eu mostrei, no mesmo livro, porque sob a influência de variações bruscas do meio, as personalidades individuais podem se desagregar inteiramente.

Mas, fora das coletividades fixas constituídas pelos povos, existem coletividades móveis e transitórias, chamadas massas. Porém, essas massas, com a ajuda das quais acontecem os grandes movimentos históricos, possuem características absolutamente diferentes daquelas dos indivíduos que as compõem. Quais são essas características, como elas evoluem? Esse novo problema foi examinado em **Psychologie des Foules**.

Foi só após esses estudos que eu comecei a vislumbrar certas influências que me haviam escapado.

Mas isso ainda não foi tudo. Entre os mais importantes fatores da história, se encontrava um preponderante: as crenças. Como nascem essas crenças? Elas são realmente racionais e voluntárias, como se ensina há muito tempo? Não seriam elas, pelo contrário, inconscientes e independentes de toda razão? Questão difícil estudada em meu último livro **Les Opinions et les Croyances**.

Por mais que a psicologia considere as crenças como voluntárias e racionais elas permanecem inexplicáveis. Após ter provado que elas são irracionais na maioria das vezes e involuntárias sempre, eu pude dar a solução deste importante problema: como crenças que nenhuma razão poderia justificar foram admitidas sem dificuldade pelas mentes mais esclarecidas de todas as eras?

A solução das dificuldades históricas perseguida há tantos anos, se mostrou desde então nitidamente. Eu cheguei à conclusão de que, ao lado da lógica racional que encadeia os pensamentos e foi outrora considerada como nosso único guia, existem formas de lógicas muito diferentes __ lógica afetiva, lógica coletiva e lógica mística __ que dominam frequentemente a razão e produzem os impulsos geradores de nossa conduta.

Essa constatação bem estabelecida, me pareceu evidente que, se muitos acontecimentos históricos permanecem frequentemente incompreendidos, é porque se quer interpretá-los pelas lu-

zes de uma lógica muito pouco influente, na realidade, em sua gênese.

*
* *

Todas essas pesquisas resumidas aqui em algumas linhas, demandaram longos anos. Desesperado por terminá-las, eu as abandonei mais de uma vez para retornar aos trabalhos de laboratório onde sempre se está certo de se esbarrar com a verdade e adquirir fragmentos de certeza.

Mas, se é muito interessante explorar o mundo dos fenômenos materiais, mais ainda é decifrar as pessoas. Por isso, eu sempre fui levado de volta à psicologia.

Certos princípios deduzidos de minhas pesquisas me parecendo fecundos, eu resolvi aplicá-los ao estudo de casos concretos e fui assim levado a abordar a psicologia das revoluções, particularmente a Revolução Francesa.

Avançando na análise de nossa grande Revolução, se volatilizaram sucessivamente a maior parte das opiniões determinadas pela leitura dos livros e que eu considerava como inabaláveis.

Para explicar esse período, não se pode considerá-lo como um bloco, como fizeram vários historiadores. Ela se compõe de fenômenos simultâneos, mas independentes uns dos outros.

Em cada uma dessas fases se desenrolam acontecimentos produzidos por leis psicológicas que funcionam com a cega regularidade de uma engrenagem. Os atores desse grande drama parecem se mover como fariam os personagens de cenas traçadas previamente. Cada um diz o que deve dizer e age como deve agir.

Sem dúvida que os atores revolucionários diferem daqueles de um drama escrito em que não estudaram seus papeis, mas forças invisíveis lhes ditam o que fazer, como se eles os tivessem aprendido.

Foi justamente porque sofreram o desenrolar fatal de lógicas incompreensíveis para eles, que os vemos tão espantados como nós, com os acontecimentos dos quais eram os heróis. Eles jamais suspeitaram das forças invisíveis que os faziam agir. Das suas fúrias eles não eram senhores, muito menos de suas fraquezas. Eles falam em nome da razão, pretendendo ser guiados por ela mas, na realidade, de maneira alguma a razão foi seu guia.

Escreveu Billaud-Varenne: “As decisões que tanto nos reprovam, nós não as queríamos, na maioria das vezes, dois dias, um dia antes. Apenas a crise as suscitava”.

Não é que devamos considerar os acontecimentos revolucionários como sendo dominados por fatalidades imperiosas. Os leitores de nossos livros sabem que reconhecemos na pessoa de ação superior o papel de desagregar as fatalidades. Mas ela só po-

de dissociar um pequeno número ainda e é, na maioria das vezes, impotente sobre o desenrolar de acontecimentos que mal se domina a origem. O cientista sabe destruir o micróbio antes que ele aja, mas se reconhece impotente sobre a evolução da doença.

*
* *

Quando uma questão levanta opiniões violentamente contraditórias, pode-se estar certo de que ela pertence ao círculo da crença e não ao do conhecimento.

Demonstramos num livro precedente que a crença, sendo de origem inconsciente e independente de toda razão, jamais foi influenciável por argumentos racionais.

A Revolução Francesa, obra de crentes, só foi julgada por crentes. Maldita por uns, admirada por outros, ela permaneceu um desses dogmas aceitos ou rejeitados em bloco, sem que nenhuma lógica racional intervenha em tal escolha.

Mesmo que no seu início uma revolução religiosa ou política possua elementos racionais como suporte, ela só se desenvolve se apoiando sobre elementos místicos e afetivos absolutamente estranhos à razão.

Os historiadores que julgaram os acontecimentos da Revolução Francesa em nome da lógica racional não podem compreendê-la, pois eles não foram ditados por essa forma de lógica. Mes-

mo os atores desses acontecimentos mal os perceberam e não nos distanciaríamos muito da verdade dizendo que nossa Revolução foi um fenômeno incompreendido por aqueles que a fizeram e por aqueles que a contaram. Nenhuma época da história percebeu menos o presente, ignorou mais o passado e pressentiu menos o futuro.

*
* *

O poder da revolução não residiu nos princípios __ aliás, bem antigos __ que ela quis difundir, nem nas instituições que ela pretendeu fundar. Os povos se preocupam muito pouco com instituições e menos ainda com doutrinas. Se a Revolução foi muito forte; se ela trouxe à França as violências, as mortes, as ruínas e os horrores de uma pavorosa guerra civil; se, enfim, ela se defendeu vitoriosamente contra a Europa em armas, foi porque ela tinha fundado, não um regime novo, mas uma religião nova. Porém, a história nos mostra o quanto é irresistível uma forte crença. Mesmo a invencível Roma teve que se curvar outrora diante dos exércitos de pastores nômades iluminados pela fé de Maomé. Os reis da Europa não resistiram, pela mesma razão, aos soldados esfarrapados da Convenção. Como todos os apóstolos, eles estavam prontos a se imolar com o único objetivo de propagar crenças que deviam, segundo seus sonhos, renovar o mundo.

A religião assim fundada teve a força de suas antecessoras, mas não a sua duração. Ela não pereceu, no entanto, sem deixar traços profundos e sua influência continua ainda.

*
* *

Nós não consideramos a Revolução Francesa como um corte na história, como acreditaram seus apóstolos. Sabe-se que, para mostrar sua intenção de construir um mundo distinto do antigo, eles criaram uma nova era e pretenderam romper inteiramente com todos os vestígios do passado.

Mas o passado não morre jamais. Ele está muito mais em nós mesmos do que fora de nós. Os reformadores da Revolução permaneceram então saturados do passado, sem que se dessem conta disso e só fizeram continuar, com nomes diferentes, as tradições monárquicas, exagerando mesmo a autocracia e a centralização do antigo regime. Tocqueville não teve dificuldade em mostrar que a Revolução só fez restabelecer o que havia feito cair.

Se, na realidade, a Revolução destruiu poucas coisas, ela favoreceu no entanto a eclosão de certas ideias que continuaram a crescer em seguida. A fraternidade e a liberdade que ela proclamava jamais seduziram muito os povos, mas a igualdade se tornou seu evangelho e o pivô do socialismo e de toda evolução das ideias democráticas atuais. Pode-se dizer então que a Revolução não

terminou com o advento do Império, nem com as restaurações sucessivas que se seguiram. Invisivelmente ou às claras, ela se desenrolou lentamente ao longo do tempo e continua a pesar ainda sobre as mentes.

*
* *

O estudo da Revolução Francesa, ao qual é dedicada uma grande parte deste livro, tirará talvez mais de uma ilusão do leitor, lhe mostrando que os livros que a contam contêm um agregado de lendas muito distantes das realidades.

Essas lendas permanecerão, sem dúvida, mais vivas que a história. Não lamentemos muito isso. Pode ser interessante para alguns filósofos conhecer a verdade, mas, para os povos, as quimeras parecerão sempre preferíveis. Sintetizando seu ideal, elas constituem poderosos motivadores de ação. Perder-se-ia a coragem se ela não fosse sustentada por ideias falsas, dizia Fontenelle. Joana d'Arc, os gigantes da Convenção, a epopeia imperial, todos esses brilhos do passado, permanecerão sempre geradores de esperança, nas horas sombrias que seguem as derrotas. Eles fazem parte desse patrimônio de ilusões legado por nossos pais e cujo poder é, às vezes, superior ao das realidades. O sonho, o ideal, a lenda, em uma palavra: o irreal; eis o que guia a história.

***

PRIMEIRA PARTE

Os elementos psicológicos dos movimentos revolucionários.

LIVRO I

Características gerais das revoluções.

CAPÍTULO I

As revoluções científicas e as revoluções políticas.

§1. Classificação das revoluções.

Sumário

Aplica-se geralmente o termo revolução às bruscas mudanças políticas, mas esta expressão deve ser atribuída a todas as transformações súbitas, ou que parecem ser, de crenças, de ideias e de doutrinas.

Nós estudamos, aliás, o papel dos elementos racionais, afetivos e místicos na gênese das opiniões e das crenças que determinam a conduta. Seria então inútil revê-lo aqui.

Uma revolução pode acabar em uma crença, mas ela se inicia frequentemente sob a ação de motivadores perfeitamente racionais: supressão de abusos gritantes de um regime despótico detestado, de um soberano impopular etc.

Se a origem de uma revolução é, às vezes, racional, é preciso não esquecer que as razões invocadas para prepará-la só agem sobre as massas após serem transformadas em sentimentos. Com a lógica racional pode-se mostrar os abusos a destruir, mas para mover as multidões, é preciso fazer nascer nelas esperanças. Só se chega a isso colocando em jogo elementos afetivos e místicos que dão ao ser humano o poder de agir. Na época da Revolução Francesa, por exemplo, a lógica racional, manipulada pelos filósofos, fez aparecer os inconvenientes do antigo regime e suscitou o desejo de mudar. A lógica mística inspirou a crença nas virtudes de uma sociedade criada em todas os seus elementos segundo certos princípios. A lógica afetiva deslancha as paixões contidas por freios seculares e leva aos piores excessos. A lógica coletiva dominou os clubes e as assembleias e levou seus membros a atos que nem a lógica racional, nem a lógica afetiva, nem a lógica mística lhes teria feito cometer.

Qualquer que seja sua origem, uma revolução só produz consequências após terem descido à alma das multidões. Os acontecimentos adquirem então as formas especiais que resultam da

psicologia particular das massas. Os movimentos têm, por essa razão, características tão acentuadas que basta a descrição de um deles para ilustrar os outros.

A multidão é então o resultado de uma revolução, mas não constitui seu ponto de partida. A massa representa um ser amorfo, que nada pode e nada quer sem uma cabeça para conduzi-la. Ela ultrapassa bem rapidamente o impulso recebido, mas não o cria jamais.

As bruscas revoluções políticas que mais impressionam os historiadores são, às vezes, as menos importantes. As grandes revoluções são aquelas dos costumes e dos pensamentos. Não é mudando o nome de um governo que se transforma a mentalidade de um povo. Desorganizar as instituições de uma nação não é renovar sua alma.

As verdadeiras revoluções, aquelas que transformam o destino dos povos, são realizadas, na maioria das vezes, de uma maneira tão lenta que os historiadores tem dificuldade em estabelecer seu início. O termo evolução é muito melhor aplicável a elas do que revolução.

Os diversos elementos que enumeramos e que entram na gênese da maior parte das revoluções, não serviriam para classificá-las. Considerando unicamente o objetivo que elas se propõem,

nós as dividiremos em revoluções científicas, revoluções políticas e revoluções religiosas.

§2. As revoluções científicas.

As revoluções científicas são, de longe, as mais importantes. Mesmo chamando pouca atenção, elas são frequentemente cheias de consequências longínquas que as revoluções políticas não produzem. Mesmo não podendo estudá-las aqui nós a colocamos a frente de nossa enumeração.

Se, por exemplo, nossas concepções do universo mudaram profundamente desde a época da Renascença, foi porque as descobertas astronômicas e a aplicação dos métodos experimentais as revolucionaram, mostrando que os fenômenos, em vez de serem condicionados pelos caprichos dos deuses, eram regidos por leis invariáveis.

De tais revoluções advém, em razão de sua lentidão, o nome evolução. Mas há outras que, se bem que de mesma ordem, merecem, pela sua rapidez, o nome revolução. Como as teorias de Darwin, que revolucionaram em poucos anos toda a biologia; como as descobertas de Pasteur que, durante a vida de seu autor, transformaram a medicina. Como ainda a teoria da dissociação da matéria, que provou que o átomo, outrora suposto eterno, não es-

capa das leis que condenam todos os elementos do universo a declinar e perecer.

Essas revoluções científicas, operando nas ideias, são puramente intelectuais. Nossos sentimentos, nossas crenças, não têm nenhuma ação sobre elas. Nós sofremos sua ação sem discuti-las. Seus resultados são controláveis pela experiência e escapam a toda crítica.

§3. As revoluções políticas

Abaixo e muito distantes dessas revoluções científicas, geradoras do progresso das civilizações, figuram as revoluções religiosas e políticas, sem parentesco com elas. Enquanto que as revoluções científicas derivam unicamente de elementos racionais, as crenças políticas e religiosas têm, quase exclusivamente, por apoios, fatores afetivos e místicos. A razão desempenha apenas um fraco papel em sua gênese.

Eu insisti longamente em meu livro, **Les Opinions et les Croyances**, sobre a origem afetiva e mística das crenças e mostrei que uma crença política ou religiosa constitui um ato de fé elaborado no inconsciente e sobre o qual, apesar de todas as aparências, a razão não tem influência. Eu fiz ver igualmente que a crença chega às vezes a um grau de intensidade tal que nada pode se opor a ela. A ser humano hipnotizado por sua fé se torna então um a-

póstolo, pronto a sacrificar seus interesses, sua felicidade, mesmo sua vida, para o triunfo dessa fé. Pouco importa o absurdo de sua crença, ela é para ele uma verdade deslumbrante. As certezas de origem mística possuem esse maravilhoso poder de dominar inteiramente os pensamentos e de só serem influenciadas pelo tempo.

Pelo único fato de que ela é considerada como verdade absoluta, a crença se torna necessariamente intolerante.

Assim se explicam as violências, os ódios, as perseguições; cortejo habitual das grandes revoluções políticas e religiosas; a Reforma e a Revolução Francesa, particularmente.

Certos períodos de nossa história permanecem incompreensíveis se for esquecida a origem afetiva e mística das crenças, sua intolerância necessária, a impossibilidade de conciliá-las quando se encontram em presença e, enfim, o poder conferido pelas crenças místicas aos sentimentos que se colocam a seu serviço.

As concepções precedentes são muito novas ainda para poderem modificar a mentalidade dos historiadores. Eles persistirão muito tempo em querer explicar pela lógica racional uma massa de fenômenos que lhe são estranhos.

Acontecimentos como a Reforma, que perturbou a França durante cinquenta anos, não foram, de maneira alguma, determinados por influências racionais. São, no entanto, sempre elas que se invoca, mesmo nos livros mais recentes. É assim, por exemplo,

que no **Histoire Générale**, dos senhores Lavisse e Rambaud, lê-se a seguinte explicação da Reforma:

> *É um movimento espontâneo, nascido aqui e ali no povo, da leitura do Evangelho e das livres reflexões individuais que sugerem a pessoas simples uma consciência muito piedosa e uma razão muito ousada.*

Contrariamente às afirmações desses historiadores, pode-se dizer com certeza: primeiro, que tais movimentos não são jamais espontâneos e segundo, a razão não toma nenhuma parte em sua elaboração.

A força das crenças políticas e religiosas que sublevaram o mundo, reside precisamente neste fato: surgidas de elementos afetivos e místicos, a razão não as cria, nem as transforma.

Políticas ou religiosas, as crenças têm uma origem comum e obedecem às mesmas leis. Não é com a razão mas, na maioria das vezes, contra toda razão que elas são formadas. Budismo, islamismo, reforma, jacobinismo, socialismo etc. parecem formas de pensamento bem distintas.

Elas têm, no entanto, bases afetivas e místicas idênticas e obedecem a lógicas sem parentesco com a lógica racional.

As revoluções políticas podem resultar de crenças estabelecidas nas almas, mas muitas outras causas as produzem. O termo descontentamento representa sua síntese. Assim que o desconten-

tamento é generalizado, um partido se forma e se torna, frequentemente, forte o suficiente para lutar contra o governo.

O descontentamento deve geralmente ser acumulado durante muito tempo para produzir seus efeitos e é por isso que uma revolução nem sempre representa um fenômeno que acaba e é seguido por outro que começa, mas um fenômeno contínuo que foi precipitado um pouco em sua evolução. Todas as revoluções modernas foram, no entanto, movimentos bruscos, com a troca instantânea dos governos. Como foram, por exemplo, as revoluções brasileiras, portuguesas, turcas, chinesas etc.

Contrariamente ao que se poderia acreditar, os povos muito conservadores são predestinadas às revoluções as mais violentas. Sendo conservadores, eles não souberam evoluir lentamente para se adaptar às variações do meio e quando a diferença se torna muito grande, eles são obrigados a se adaptar bruscamente. Essa evolução súbita constitui uma revolução.

Mesmo os povos com adaptação progressiva nem sempre escapam às revoluções. Foi somente com uma revolução que os ingleses conseguiram, em 1688, terminar a luta que durava já um século entre a realeza que queria ser absoluta e a nação que pretendia se governar por intermédio de seus delegados.

As grandes revoluções começam geralmente de cima e não de baixo mas, quando o povo foi acionado, é a ele que elas devem sua força.

É evidente que nenhuma revolução aconteceu e não poderão aliás jamais acontecer, sem a ajuda de uma fração importante das forças armadas. A realeza não desapareceu na França no dia em que foi guilhotinado Luís XVI, mas na hora precisa em que suas tropas indisciplinadas se recusaram a defendê-lo.

É sobretudo pelo contágio mental que se desagregam as forças armadas, tão indiferentes, no fundo, com a ordem das coisas estabelecidas. Assim que a coalizão de alguns oficiais conseguiu derrubar o governo turco, os oficiais gregos pensaram em imitá-los e mudar de governo, mesmo que nenhuma analogia existia entre os dois regimes.

Um movimento militar pode derrubar um governo (e nas repúblicas espanholas eles não são derrubados de outra maneira), mas para que a revolução assim obtida produza grandes efeitos, ela deve ter sempre em sua base um descontentamento geral e das esperanças. A menos que ele tenha se tornado universal e excessivo, o descontentamento não basta para fazer as revoluções. Leva-se facilmente um punhado de pessoas a pilhar, demolir ou massacrar, mas para levantar todo um povo, ou pelo menos uma grande parte do povo, a ação repetida dos líderes é necessária. Eles exa-

geram o descontentamento, convencem os descontentes de que o governo é a única causa de todos os acontecimentos lamentáveis que se produzem, a penúria particularmente e asseguram que o novo regime proposto por eles produzirá uma era de felicidades. Essas ideias germinam, se propagam por sugestão e contágio e chega o momento em que a revolução está madura.

Dessa maneira se prepararam a revolução cristã e a Revolução Francesa. Se a última se fez em poucos anos e a primeira necessitou de muitos, foi porque a nossa Revolução teve rapidamente a força armada com ela, enquanto que o cristianismo só obteve muito tarde o poder material. No início seus únicos adeptos foram os pequenos, os humildes, os escravos, entusiasmados pela promessa de ver sua vida miserável transformada em uma eternidade de delícias. Por um fenômeno de contágio de baixo para cima, que a história fornece mais de um exemplo, a doutrina acabou por invadir as camadas superiores da nação, mas precisou de muito tempo para que um imperador acreditasse que a nova fé estava suficientemente difundida para adotá-la como religião oficial.

§4. Os resultados das revoluções políticas.

Quando um partido triunfa, ele trata, naturalmente, de organizar a sociedade segundo seus interesses. A organização será então diferente e de acordo com os seus realizadores: militares, radi-

cais, conservadores etc. As leis e as instituições novas dependerão dos interesses do partido triunfante e das classes que a ajudaram; o clero, por exemplo.

Se o triunfo aconteceu após lutas violentas, como no momento da Revolução Francesa, os vencedores rejeitarão em bloco todo o arsenal do direito antigo. Os partidários do regime caído serão perseguidos, expulsos ou exterminados.

O máximo de violência nas perseguições é atingido quando o partido triunfante defende, além dos seus interesses materiais, uma crença. O vencido não pode então esperar nenhuma piedade. Assim se explicam as expulsões dos mouros pelos espanhóis, os autos de fé da Inquisição, as execuções da Convenção e as leis recentes contra as congregações religiosas.

Esse poder absoluto que se atribui o vencedor o leva, às vezes, a medidas extremas. Decretar por exemplo, como no tempo da Convenção, que o ouro será substituído pelo papel, que as mercadorias serão vendidas por preços fixados por ela etc. Ele logo se choca com um muro de necessidades intransponíveis que voltam a opinião pública contra sua tirania e que acabam por deixá-lo desarmado diante dos ataques, como aconteceu no fim da Revolução Francesa. Foi isso que aconteceu recentemente também com um ministério socialista australiano, composto quase exclusivamente por trabalhadores. Ele promulgou leis tão absurdas __ que davam

privilégios aos sindicalizados __ que a opinião pública atingiu uma unanimidade contra ele e em três meses ele foi derrubado.

Mas os casos que relatamos são excepcionais. A maioria das revoluções foi realizada para levar ao poder um novo soberano. Porém, esse soberano sabe muito bem que a primeira condição para durar consiste em não favorecer exclusivamente uma única classe, mas tratar de se conciliar com todas. Para conseguir isso, ele estabelecerá um tipo de equilíbrio entre elas, de maneira a não ser dominado por nenhuma. Permitir que uma classe se torne preponderante é se condenar a logo tê-la como senhora. Essa lei é uma das mais certeiras da psicologia política. Os reis da França a compreendiam muito bem quando eles lutavam energicamente contra as impiedades da nobreza, inicialmente e do clero, em seguida. Se eles não tivessem feito isso, sua sorte teria sido aquela dos imperadores alemães da Idade Média que, excomungados pelos papas, foram levados __ como Henrique IV em Canossa __ a fazer uma peregrinação com o objetivo de pedir humildemente perdão.

Essa lei sempre foi verificada no curso da história. Quando, no fim do Império Romano, a casta militar se tornou preponderante, os imperadores dependiam inteiramente de seus soldados, que os nomeavam e os destituíam a sua vontade.

Foi então uma grande vantagem para a França ter sido governada durante tanto tempo por um monarca quase absoluto, que supostamente devia seu poder à divindade e gozava, por consequência, de um prestígio considerável. Sem tal autoridade, ele não teria podido conter nem a nobreza feudal, nem o clero, nem os parlamentos. Se a Polônia, no fim do século XVI, também tivesse conseguido uma monarquia absoluta respeitada, ela não teria descido a ladeira da decadência que a levou a desaparecer do mapa da Europa.

* * *

CAPÍTULO II

As revoluções religiosas.

§1. Importância do estudo de uma revolução religiosa para a compreensão das grandes revoluções políticas.

Sumário

Uma parte deste livro será dedicada à Revolução Francesa. Ela é plena de violências que têm, naturalmente, causas psicológicas.

Esses acontecimentos excepcionais causam sempre muito espanto e parecem mesmo inexplicáveis. Eles se tornam compreensíveis, no entanto, se considerarmos que a Revolução Francesa, constituindo uma religião nova, deve obedecer às leis da propagação de todas as crenças. Suas fúrias e suas hecatombes se tornam então muito inteligíveis.

Estudando a história de uma grande revolução religiosa, como a Reforma, veremos que inúmeros elementos psicológicos que nela figuraram agiram igualmente durante a Revolução Francesa. Numa e noutra constata-se a pouca influência do valor racional de uma crença sobre sua propagação; a ineficácia das perseguições; a impossibilidade da tolerância entre crenças contrárias; as violências e as lutas desesperadas resultantes do conflito

de fés diversas. Nela observa-se ainda a exploração de uma crença por interesses muito independentes dessa crença. Nela se vê, enfim, que é impossível modificar as convicções das pessoas sem modificar também sua existência.

Constatados esses fenômenos, aparece claramente porque o evangelho da Revolução se propagou pelos mesmos métodos que todos os evangelhos religiosos, particularmente o de Calvino. Não poderia ter sido, aliás, de outra maneira.

Mas, se existem analogias estreitas entre a gênese de uma revolução religiosa (como a Reforma) e a de uma grande revolução política (como a nossa) seus resultados distantes são bem diferentes e assim se explica a desigualdade de sua duração. Nas revoluções religiosas, nenhuma experiência pode revelar aos fieis que eles estão enganados, pois precisariam ir ao céu para saber. Nas revoluções políticas a experiência mostra rapidamente o erro das doutrinas e os obriga a abandoná-las.

Foi por isso que, no fim do Diretório, a aplicação das crenças jacobinas levou a França a um tal grau de ruína, de miséria e de desespero que mesmo os mais selvagens jacobinos tiveram que renunciar à seu sistema. Apenas sobreviveram de suas teorias alguns princípios não verificáveis pela experiência, como a felicidade universal e que a igualdade deveria reinar entre as pessoas.

§2. Os inícios da Reforma e seus primeiros adeptos.

A Reforma acabou por exercer uma influência profunda sobre os sentimentos e as ideias morais de muitas pessoas. Mais modesta no seu início, ela foi primeiro uma simples luta contra os abusos do clero e, sob o ponto de vista prático, uma volta às prescrições do Evangelho. Ela nunca constituiu, em todo caso, como se pretendeu, uma aspiração pela liberdade de pensamento. Calvino era tão intolerante quanto Robespierre e todos os teóricos daquela época, que consideravam que a religião dos súditos devia ser aquela do príncipe que os governava. Em todos os países onde se estabeleceu, com efeito, a Reforma, o soberano substituiu o Papa romano, com os mesmos direitos e o mesmo poder.

Na falta de publicidade e de meios de comunicações, a nova fé se propagou a princípio lentamente na França. Foi em torno de 1520 que Lutero recrutou alguns adeptos e apenas por volta de 1535 que a crença se difundiu o suficiente para que se julgasse necessário queimar seus discípulos.

Em conformidade com uma lei psicológica bem conhecida, as execuções só fizeram favorecer a propagação da Reforma. Seus primeiros fiéis contavam com padres e magistrados, mas principalmente com obscuros artesãos. Sua conversão se operou quase que exclusivamente por contágio mental e sugestão.

Assim que uma crença nova se espalha, vê-se agrupar em torno dela muitas pessoas indiferentes a essa crença, mas que nela encontram pretextos para saciar suas paixões e sua cobiça. Esse fenômeno foi observado, no momento da Reforma, em vários países; na Alemanha e na Inglaterra, particularmente. Lutero ensinou que o clero não precisava de riquezas e os senhores alemães acharam excelente uma religião que lhes permitia se apoderar dos bens da Igreja. Henrique VIII se enriqueceu através de uma operação análoga. Os soberanos, frequentemente molestados pelo Papa, só podiam ver com bons olhos uma doutrina que acrescentava ao seu poder político o poder religioso e fazia de cada um deles um papa. Longe de diminuir o absolutismo dos chefes, a Reforma só fez então exagerá-lo.

§3. Valor racional das doutrinas da Reforma.

A Reforma convulsionou a Europa e quase arruinou a França, que foi transformada em campo de batalha durante cinquenta anos. Nunca uma causa tão insignificante sob o ponto de vista racional produziu tão grandes efeitos.

Ela é uma das inumeráveis provas que demonstram que as crenças se propagam fora de toda razão. As doutrinas teológicas que sublevam assim tão violentamente as almas __ e particular-

mente as de Calvino __ são, com respeito à lógica racional, indignas de exame.

Muito preocupado com sua salvação, tendo do diabo um medo excessivo, que seu confessor não conseguia acalmar, Lutero buscava os meios mais eficientes de rogar à Deus que o livrasse do inferno. Após ter começado por recusar ao Papa o direito de vender indulgências, ele negou inteiramente sua autoridade e a da Igreja, condenou as cerimônias religiosas, a confissão, o culto dos santos e declarou que os cristãos não deviam ter outras regras de conduta além da Bíblia. Ele considerou, aliás, que não se podia ser salvo sem a graça de Deus.

Esta última teoria, dita da predestinação, um pouco incerta em Lutero, foi precisada por Calvino, que fez dela a base de uma doutrina que a maior parte dos protestantes ainda obedece. Segundo ele: “Da eternidade, Deus predestinou certas pessoas a serem queimadas, outras a serem salvas”. Por que essa monstruosa iniquidade? Simplesmente porque “é a vontade de Deus”.

Assim, segundo Calvino __ que só fez, aliás, desenvolver certas afirmações de Santo Agostinho __ um Deus todo-poderoso se divertiria em fabricar criaturas simplesmente para mandá-las queimar durante toda a eternidade, sem levar em conta suas ações e seus méritos! É maravilhoso que uma tão revoltante insanidade

tenha podido subjugar as almas durante tanto tempo e ainda subjuga muitos.[2]

A psicologia de Calvino não é sem relação com a de Robespierre. Possuidor, como este último, da verdade pura, ele enviava à morte aqueles que não partilhavam de suas doutrinas. Deus, assegurava ele, quer "que se esqueça toda humanidade, quando se trata de combater para sua glória".

O caso de Calvino e de seus discípulos mostra que as coisas racionalmente mais contraditórias se conciliam perfeitamente nos

[2] A doutrina da predestinação continua a ser ensinada nos catecismos protestantes, como prova a passagem seguinte extraída da última edição de um catecismo oficial que encomendei de Edimburgo:

> *Por decreto de Deus, para a manifestação de sua glória, algumas pessoas e anjos estão predestinados a uma vida eterna e outros predeterminados à morte eterna. Esses anjos e pessoas, assim predestinados e predeterminados, são particularmente e imutavelmente designados; e seu número é tão certo e definido, que não pode ser tampouco aumentado ou diminuído.*
>
> *Aqueles da humanidade que estão predestinados à vida, Deus, antes da fundação do mundo, marcou, de acordo com seu eterno e imutável objetivo e o secreto parecer e beneplácito de sua vontade. Elegeu em Cristo para glória eterna, fora de sua mera livre graça e amor, sem qualquer previsão de fé ou boas obras ou perseverança em qualquer um deles, ou qualquer outra coisa na criatura, como condições ou causas que o movam. E tudo para o louvor de sua gloriosa graça.*
>
> *Assim como Deus apontou o eleito para a glória, assim ele, pelo eterno e livre propósito de sua vontade, predeterminou todos os meios para isso. Por isso, aqueles que são eleitos, sendo falhos em Adão, são redimidos por Cristo; são eficazmente chamados para a fé, pelo Espírito, que opera no devido tempo; são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder, através da fé, para a salvação. Não há nenhum outro redimido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo, mas apenas os eleitos.*

miolos hipnotizados por uma crença. Aos olhos da lógica racional, parece impossível assentar uma moral sobre a teoria da predestinação, porque as pessoas, o que quer que façam, estão certas de serem salvas ou danadas. No entanto, Calvino não teve nenhuma dificuldade em criar uma moral muito severa sobre uma base totalmente ilógica. Considerando-se como eleitos de Deus, seus sectários estavam tão cheios de orgulho com a consciência de sua dignidade, que se acreditavam levados, em sua conduta, a servir de modelos.

§4. A propagação da Reforma

A nova fé se propagou, não pelos discursos, menos ainda pelas racionalizações, mas pelo mecanismo descrito em nosso livro precedente, ou seja, sob a influência da afirmação, da repetição, do contágio mental e do prestígio. As ideias revolucionárias se difundiram mais tarde na França da mesma maneira.

As perseguições, nós já dissemos acima, só fazem favorecer essa expansão. Cada execução leva a novas conversões, como se observou nas primeiras eras do cristianismo. Anne Dubourg, conselheira do Parlamento, condenada a ser queimada viva, marchou rumo à fogueira exortando a massa a se converter. “Sua coerência fez, entre a juventude das escolas, mais protestantes que os livros de Calvino”, disse uma testemunha.

Para impedir os condenados de falar ao povo, suas línguas eram cortadas antes de serem queimados. O horror do suplício era aumentado atando as vítimas a uma corrente de ferro que permitia mergulhá-los na fogueira e retirá-los várias vezes.

Nada, no entanto, levou os protestantes a se retratar, nem mesmo quando se ofereceu anistia a eles, após tê-los feito sentir o fogo.

Em 1535, Francisco I, revestido com sua tolerância primeira, mandou acender ao mesmo tempo seis fogueiras em Paris. A Convenção se limitou, como se sabe, a uma guilhotina apenas na mesma cidade. É provável aliás que os suplícios não deviam ser muito dolorosos. Já se destacou a insensibilidade dos mártires cristãos. Os crentes são hipnotizados por sua fé e sabemos hoje em dia que certas formas de hipnose produzem insensibilidade completa.

A nova fé progrediu rapidamente. Em 1560 havia 2.000 igrejas reformadas na França e muitos grandes senhores, no início tão indiferentes, aderiam à doutrina.

§5. O conflito entre crenças religiosas diferentes. Impossibilidade da tolerância.

Eu já repeti que a intolerância acompanha sempre as fortes crenças. As revoluções religiosas e políticas fornecem numerosas provas e nos mostram também que a intolerância entre sectários

de religiões próximas é muito maior do que entre os defensores de crenças distantes; o islamismo e o cristianismo, por exemplo. Se consideramos, com efeito, as crenças pelas quais a França foi dividida durante tanto tempo, veremos que elas se diferenciam apenas em pontos acessórios. Católicos e protestantes adoram exatamente o mesmo Deus e só divergem na maneira de adorá-lo. Se a razão tivesse desempenhado um papel mínimo em sua elaboração, ela teria mostrado facilmente que devia ser muito indiferente a Deus se ver adorado de tal ou qual maneira.

Com a razão não podendo influenciar os miolos dos convictos, protestantes e católicos continuaram a se combater com ferocidade. Todos os esforços dos soberanos para reconciliá-los foram inúteis. Catarina de Médici, vendo a cada dia o partido dos reformados crescer __ apesar dos suplícios e de atirar em seu seio um número considerável de nobres e de magistrados __ imaginou que poderia desarmá-los reunindo, em Poissy, em 1561, uma assembleia de bispos e pastores, com o objetivo de fundir as duas doutrinas. Tal empresa mostrou o quanto, apesar da sutileza, a rainha ignorava as leis da lógica mística. Não se pode citar na história exemplo de uma crença reduzida por via da refutação. Catarina de Médici ignorava ainda que, se a tolerância é, a rigor, possível entre indivíduos, ela é irrealizável entre coletividades. Sua tentativa falhou então completamente. Os teólogos reunidos em assembleia

se lançaram textos e injúrias, mas nenhum foi abalado. Catarina achou então que conseguiria mais, promulgando, no ano de 1562, um édito concedendo aos protestantes o direito de se reunir para celebrar publicamente seu culto.

Essa tolerância __ muito recomendável sob o ponto de vista filosófico, mas pouco sábia sob o ponto de vista político __ não teve outro resultado além de exasperar as duas partes. No sul, onde os protestantes eram mais fortes, eles perseguiam os católicos, tentando convertê-los pela violência, degolando-os se não conseguissem e saqueando suas catedrais. Nas regiões em que os católicos se achavam em maior número, os reformados sofreram perseguições idênticas.

Tais hostilidades deviam necessariamente produzir a guerra civil. Assim nasceram as guerras ditas religiosas que ensanguentaram por tanto tempo a França. As cidades foram devastadas, os habitantes massacrados e a luta assumiu rapidamente a característica de ferocidade selvagem especial aos conflitos religiosos ou políticos e que encontraremos mais tarde nas guerras da Vendeia.

Velhos, mulheres, crianças, tudo era exterminado. Um certo barão de Oppede, primeiro presidente do parlamento de Aix, já tinha servido de modelo, mandando matar, no espaço de dez dias, com requintes de crueldade, 3.000 pessoas e destruir 3 cidades e 22 vilarejos. Montluc, digno ancestral de Carrier, mandou jogar

calvinistas vivos em poços até que eles estivessem cheios. Os protestantes não foram mais ternos. Eles não pouparam as igrejas católicas e trataram as tumbas e as estátuas exatamente como os delegados da Convenção trataram mais tarde as tumbas reais de Saint-Denis.

Sob a influência dessas lutas, a França se desagregava progressivamente e, no fim do reinado de Henrique III, ela estava dividida em verdadeiras pequenas repúblicas municipais confederadas, formando no entanto estados soberanos. O poder real desaparecia. Os estados de Blois pretendiam ditar sua vontade a Henrique III, fugido de sua capital. Em 1577, o viajante Lippomano, que atravessou a França, viu cidades importantes, Orléans, Blois, Tours, Poitiers, inteiramente devastadas, as catedrais e as igrejas em ruínas, as tumbas quebradas etc. Era quase o estado da França no fim do Diretório.

Entre todos os acontecimentos daquela época, o que deixou a mais sombria lembrança, se bem que ele não sido o mais mortífero, foi o massacre da Noite de São Bartolomeu, em 1572, ordenado, segundo os historiadores, por Catarina de Médici e Carlos IX.

Não há necessidade de uma psicologia muito profunda para compreender que nenhum soberano poderia ordenar tal evento. A São Bartolomeu não foi um crime real, mas um crime popular.

Catarina de Médici, acreditando que sua existência e a do rei estavam ameaçadas por um complô armado por quatro ou cinco chefes protestantes, então em Paris, mandou matá-los segundo os processos sumários da época. O massacre que se seguiu é muito bem explicado pelo senhor Batiffol, nos seguintes termos:

> *Ao anúncio do que se passava, o ruído se espalha rapidamente por toda Paris de que se massacravam os huguenotes. Gentis-homens católicos, soldados da guarda, arqueiros, pessoas do povo, todo mundo se precipitou às ruas, com armas nas mãos, a fim de participar da execução e o massacre geral começou aos gritos ferozes: "Ao huguenote, morte, morte!" Espancou-se, afogou-se ou pendurou-se. Tudo o que era conhecido como herético sofreu. 2.000 pessoas foram mortas em Paris.*

Por via do contágio, o povo da província imitou o de Paris e 5 a 8.000 mil protestantes foram massacrados.

Quando o tempo arrefeceu um pouco as paixões religiosas, todos os historiadores, __ até mesmo os católicos __ se viram obrigados a se indignar contra a Noite de São Bartolomeu. Eles mostraram assim a dificuldade de compreender a mentalidade de uma época com a de outra.

De fato, longe de ser criticada, a Noite de São Bartolomeu provocou um entusiasmo indescritível em toda Europa católica.

Felipe II delirou de alegria ao saber da nova e o rei da França recebeu mais felicitações que se tivesse ganhado uma grande batalha.

Mas foi sobretudo o Papa Gregório XIII que manifestou a satisfação mais viva. Ele mandou cunhar uma medalha para comemorar o feliz evento[3], acender fogueiras de alegria, atirar com o canhão, celebrar várias missas e chamou o pintor Vasari para representar nas paredes do Vaticano as principais cenas da carnificina. Depois enviou ao rei da França um embaixador encarregado de felicitar vivamente sua bela ação. É com detalhes históricos dessa natureza que se consegue compreender a alma dos crentes. Os jacobinos do terror tinham uma mentalidade muito semelhante à de Gregório XIII.

Naturalmente que os protestantes não ficaram indiferentes diante de tal hecatombe e eles fizeram tantos progressos que em 1576 Henrique III se viu obrigado a lhes conceder __ pelo Édito de Beaulieu __ inteira liberdade de culto, oito fortalezas e, nos

[3]A medalha deve ter sido distribuída a muitas personalidades, pois o gabinete de medalhas da Biblioteca Nacional possui três exemplares: um em ouro, um em prata e outro em cobre. Essa medalha, reproduzida por Bonnani no seu **Numis. Pontific**. (T.I p. 336), exibe num lado Gregório XIII e no outro, um anjo golpeando com uma espada os huguenotes com esta inscrição: **Ugonotorum strages**, ou seja, Massacre dos Huguenotes. (a palavra **strages** pode ser traduzida por carnificina ou massacre, sentido que possui em Cícero e Títo-Lívio, ou ainda por desastre, ruína, sentido que tem em Virgílio e Tácito).

parlamentos, Câmaras compostas metade por católicos e metade por huguenotes.

Essas concessões forçadas não produziram nenhuma calma. Uma liga católica foi criada, tendo o duque de Guise a sua frente e as batalhas continuaram. Elas não podiam, no entanto, durar para sempre. Sabe-se como Henrique IV pôs fim nelas, por um tempo bem longo, através de sua abjuração em 1593 e pelo Édito de Nantes.

A luta foi apaziguada mas não terminada. Sob Luís XIII, os protestantes se agitaram mais uma vez e Richelieu foi obrigado em 1627 a sitiar La Rochelle, onde 15.000 protestantes pereceram. Possuindo mais espírito político do que espírito religioso, o célebre cardeal se mostrou muito tolerante em seguida, com relação aos reformados.

Essa tolerância não poderia durar. Crenças contrárias não permanecem em presença sem tratar de se aniquilar assim que uma se sente capaz de dominar a outra. Sob Luís XIV, os protestantes, enfraquecidos, tiveram que forçosamente renunciar a toda luta e viviam pacificamente. Seu número era em torno de 1.200.000 e possuíam mais de 600 igrejas, dirigidas por 700 pastores, mais ou menos. A presença desses heréticos em solo francês sendo intolerável para o clero católico, tentou-se contra eles perseguições variadas. Como elas produziram poucos resultados, Lu-

ís XIV recorreu, em 1685, às dragonadas, que fizeram perecer muitos indivíduos, mas sem sucesso. Ele precisou empregar medidas definitivas. Sob a pressão do clero e particularmente de Bossuet, o Édito de Nantes foi revogado e os protestantes obrigados a se converter ou deixar a França. Essa funesta emigração durou muito tempo e a França perdeu, diz-se, quatrocentos mil habitantes. Pessoas muito enérgicas, pois tiveram a coragem de escutar sua consciência muito mais do que seus interesses.

§6. Resultados das revoluções religiosas.

Se avaliássemos as revoluções religiosas apenas pela sombria história da Reforma, seríamos levados a considerá-las como muito funestas. Mas nem todas desempenharam um tal papel e a ação civilizadora de várias delas foi considerável.

Dando a um povo a unidade moral, elas aumentam muito seu poder material. Vemos isso particularmente no quanto uma fé nova, levada por Maomé, transformou em um povo temível, impotentes e pequenas tribos da Arábia.

A crença religiosa nova não se limita a tornar um povo homogêneo. Ela consegue o que nenhuma filosofia, nenhum código consegue jamais, que é transformar sensivelmente essa coisa quase imutável: os sentimentos de um povo.

Pudemos constatar isso na época em que a mais poderosa das revoluções religiosas registrada pela história derrubou o paganismo para substituí-lo por um Deus, vindo das planícies da Galileia. O novo ideal exigiu a renúncia a todas as alegrias da existência para adquirir a eternidade bem-aventurada do céu. Sem dúvida que tal ideal era facilmente aceitável pelos escravos, os miseráveis, os deserdados desprovidos das alegrias aqui embaixo, aos quais se propunha um futuro encantador, em troca de uma vida sem esperanças. Mas a existência austera, facilmente abraçada pelos pobres, também o foi pelos ricos. É aqui sobretudo que se manifesta o poder da nova fé.

A revolução cristã não transformou apenas os costumes, mas ela exerceu, por outro lado, durante 2.000 anos, uma influência preponderante sobre a civilização. Assim que uma fé religiosa triunfa, todos os elementos da civilização se adaptam a ela naturalmente. Essa civilização é logo transformada. Escritores, literatos, artistas, filósofos, só fazem simbolizar em suas obras as ideias da nova crença.

Quando uma fé __ seja religiosa ou política __ triunfou, não apenas a razão nada pode contra ela, como ela sempre encontra motivos para interpretá-la, justificá-la e tratar de impô-la. Provavelmente existiram tantos oradores e teólogos nos tempos de Moloch, para provar a utilidade dos sacrifícios humanos, quanto exis-

tiram em outras épocas para glorificar a Inquisição, a Noite de São Bartolomeu e as hecatombes do Terror.

Não devemos esperar muito ver os povos possuidores de crenças fortes se dedicarem facilmente à tolerância. Os únicos que conseguiram isso no mundo antigo foram os politeístas. As nações que as praticam nos tempos modernos são aquelas que se poderia qualificar de politeístas, porque, como na Inglaterra e na América, elas estão divididas em seitas religiosas inumeráveis. Sob nomes idênticos elas adoram, na realidade, deuses muito diversos.

A multiplicidade das crenças, que cria sua tolerância, acaba também por criar sua fraqueza. Nós nos encontramos assim em presença desse problema psicológico não resolvido até aqui: possuir uma crença ao mesmo tempo forte e tolerante.

A breve exposição precedente demonstrou o papel considerável desempenhado pelas revoluções religiosas e mostrou o poder das crenças. Apesar de seu fraco valor racional, elas conduzem a história e impedem os povos de serem uma poeira de indivíduos sem coesão e sem força. O ser humano precisou delas em todas as eras, para orientar seus pensamentos e guiar sua conduta. Nenhuma filosofia conseguiu ainda substituí-las.

* * *

CAPÍTULO III

O papel dos governos nas revoluções.

§1. A fraca resistência dos governos nas revoluções.

Sumário

Muitos povos modernos __ a França, a Espanha, a Bélgica, a Itália, a Áustria, a Polônia, o Japão, a Turquia, Portugal etc. __ sofreram, no último século, revoluções. Elas se caracterizaram, na maioria das vezes, por sua instantaneidade e pela facilidade com que os governos atacados foram derrubados.

A instantaneidade se explica muito bem pela rapidez do contágio mental devido aos meios modernos de publicidade. A fraca resistência dos governos é mais espantosa. Ela implica, com efeito, da parte deles, numa incapacidade total em compreender e prever o que quer que seja, criada por uma confiança cega em sua força.

A facilidade com que caem os governos não é, aliás, um fenômeno novo. Ela foi constatada mais de uma vez, não apenas nos regimes autocráticos, sempre derrubados por conspirações de palácio, mas também nos governos perfeitamente informados, por meio da imprensa e de seus agentes, sobre o estado da opinião pública.

Dentre essas quedas instantâneas, uma das mais impressionantes foi aquela que se seguiu às Ordenações de Carlos X. Este monarca foi, como se sabe, derrubado em quatro dias. Seu ministro Polignac não tomou nenhuma medida de defesa e o rei estava tão certo da tranquilidade de Paris que partiu para a caça. O exército não lhe era, absolutamente, hostil, como no tempo de Luís XVI, mas as tropas, mal comandadas, se debandaram diante do ataque de alguns insurgentes.

A derrubada de Luís-Felipe foi mais típica ainda, pois não foi o resultado de nenhum ato arbitrário do soberano. Este monarca não estava rodeado pelos ódios que acabaram por envolver Carlos X e sua queda foi a consequência de um insignificante motim, bem fácil de se reprimir.

Os historiadores, que não compreendem que um governo solidamente constituído, apoiado sobre um exército impotente, possa ser derrubado por alguns amotinados, atribuem naturalmente a causas profundas a queda de Luís-Felipe. Na realidade, a incapacidade dos generais encarregados de defendê-lo foi o verdadeiro motivo.

Este caso, sendo um dos mais instrutivos que se possa citar, merece nossa atenção por um instante. Ele foi perfeitamente estudado pelo general Bonnal, segundo as notas de uma testemunha ocular, o general de Elchingen. 36.000 soldados se achavam então

em Paris, mas a incapacidade e a fraqueza dos comandantes impediram sua utilização. As contraordens se sucederam e finalmente se proibiu as tropas de avançarem sobre o povo, permitindo que a massa __ e nada seria mais perigoso __ se misturasse aos soldados. O motim triunfou então sem combate e forçou o rei a abdicar.

Aplicando ao caso acima nossas pesquisas sobre a psicologia das massas, o general Bonnal mostrou com que facilidade poderia ter sido dominado o motim que derrubou Luís-Felipe. Ele prova, particularmente, que se os comandantes não tivessem perdido completamente a cabeça, uma tropa bem pequena teria impedido os insurgentes de invadir a Câmara dos Deputados. Esta última, composta de monarquistas, teria proclamado rei, certamente, o Conde de Paris, sob a regência de sua mãe.

Fenômenos análogos se produziram nas revoluções em que a Espanha e Portugal foram os teatros.

Esses fatos mostram o papel das pequenas circunstâncias acessórias nos grandes acontecimentos e provam que não é preciso falar muito das leis gerais da história. Sem o motim que derrubou Luís-Felipe nós, provavelmente, jamais teríamos tido nem a República de 1848, nem o Segundo Império, nem Sedan, nem a invasão, nem a perda da Alsácia.

Nas revoluções que mencionei, o exército não foi de nenhuma ajuda aos governos, mas ele não se virou contra eles. O

que acontece em outros casos. É frequentemente o exército que faz, como em Portugal e na Turquia, as revoluções. Por ele igualmente acontecem as inumeráveis revoluções das repúblicas latinas da América.

Quando uma revolução é feita pelo exército, os governantes caem naturalmente sob seu domínio. Eu já lembrei acima que foi assim no fim do Império Romano, quando os imperadores eram derrubados pelos soldados.

O mesmo fenômeno se observa às vezes também nos tempos modernos. O extrato seguinte de um jornal, a propósito da revolução grega, mostra no que se torna um governo dominado pelo seu exército:

> *Um dia, anunciou-se que 80 oficiais da marinha vão se demitir se o governo não aposentar os comandantes condenados por eles. Num outro dia, são os trabalhadores agrícolas meeiros de um príncipe real que reclamam a partilha das terras. A marinha protesta contra a promoção prometida ao coronel Zorbas. O coronel Zorbas, após uma semana de negociações com o tenente Typaldos, trata, em pé de igualdade, com o presidente do Conselho. Ao mesmo tempo a Federação das corporações difamou os oficiais da marinha. Um deputado pediu que esses oficiais e suas famílias fossem tratados como bandidos. Quando o comandante*

Miaoulis avançou sobre os rebeldes, os marinheiros que, a princípio, obedeciam Typaldos, se rebelam. Não era mais a Grécia harmoniosa de Péricles e de Temístocles. Era um hediondo campo de Agramant.

Uma revolução não pode ser feita sem a ajuda ou pelo menos a neutralidade do exército. Mas acontece muitas vezes que o movimento comece fora dele. Foram os casos das revoluções de 1830 e de 1848, depois a de 1870, que derrubou o Império após a humilhação sofrida pela França, pela capitulação de Sedan.

A maior parte das revoluções acontecem nas capitais e se espalham, por via de contágio, por todo o país; mas isso não é uma regra constante. Sabe-se que durante a Revolução Francesa, a Vendeia, a Bretanha e o sul se revoltaram espontaneamente contra Paris.

§2. Como a resistência dos governos pode vencer as revoluções.

Na maior parte das revoluções acima enumeradas, vimos os governos perecerem por sua fraqueza. Assim que são tocados eles caem.

A revolução russa de 1905 prova que um governo que se defende energicamente pode triunfar.

Jamais uma revolução foi mais ameaçadora para um governo. Após desastres sofridos no Oriente e com a dureza de um re-

gime autocrático muito opressivo, todas as classes sociais __ incluindo uma parte do exército e da marinha __ se sublevaram. As estradas de ferro, os correios, os telégrafos entraram em greve e, por consequência, todas as comunicações estavam interrompidas entre as diversas partes desse gigantesco império.

A classe rural __ que formava a maioria da nação __ também começou a sofrer a influência da propaganda revolucionária. A sorte dos agricultores era, aliás, bem miserável. Eles eram obrigados, com o sistema de Mir, a cultivar as terras sem poder adquiri-las. O governo resolveu se conciliar com essa categoria numerosa de agricultores transformando-os em proprietários. Leis especiais obrigaram os senhores a vender aos agricultores uma parte de suas propriedades e bancos foram criados com o objetivo de emprestar aos adquirentes os fundos necessários para reembolsar as terras. As somas emprestadas deviam ser reembolsadas com pequenas anuidades retiradas das vendas das colheitas.

Assegurada a neutralidade dos agricultores, o governo pôde combater os fanáticos que incendiavam as cidades, jogavam bombas nas massas e empreendiam uma luta sem piedade. Eliminou-se todos os que foram presos. Esse extermínio é o único método descoberto desde a origem das eras para proteger uma sociedade contra os revoltados que querem destruí-la.

O governo vencedor compreendeu, aliás, a necessidade de satisfazer as legítimas reclamações da parte esclarecida da nação. Ele criou um parlamento encarregado de preparar leis e de controlar as despesas.

A história da revolução russa de 1905 mostra como um governo que vê todos os seus apoios naturais se desmoronarem pode, com sabedoria e firmeza, triunfar sobre os mais temíveis obstáculos. Diz-se muito justamente que não se derruba governos, mas que eles se suicidam.

§3. As revoluções feitas pelos governos. Exemplos diversos: China, Turquia etc.

Os governos quase sempre combatem as revoluções e não as fazem. Representando as necessidades do momento e a opinião geral, eles seguem timidamente os reformadores, mas não os precedem.

Às vezes, no entanto, certos governos tentaram essas bruscas reformas que constituem as revoluções. A estabilidade ou instabilidade da alma nacional explica porque eles vencem ou fracassam nessas tentativas.

Eles vencem quando o povo ao qual o governo pretende impor instituições novas é composto de tribos semibárbaras, sem leis fixas, sem tradições sólidas, ou seja, sem alma nacional constituída. Tal foi o caso da Rússia no tempo de Pedro, o Grande. Sabe-se

como ele tentou europeizar, pela força, populações russas semiasiáticas.

O Japão constitui um outro exemplo de uma revolução feita por um governo, mas foi sua técnica e não sua alma que foi transformada.

É preciso um autocrata muito poderoso, misto de gênio, para realizar, mesmo que parcialmente, tais tarefas. Na maioria das vezes, o reformador vê todo o povo se erguer diante dele. Contrariamente ao que se passa nas revoluções comuns, o autocrata é então o revolucionário e o povo o conservador.

Observando atentamente isso, descobre-se rapidamente que os povos são sempre muito conservadores.

O insucesso representa, de resto, a regra habitual dessas tentativas. Que elas sejam feitas pelas altas classes ou pelas camadas inferiores, as revoluções não mudam a alma de um povo estabilizada há muito tempo. Elas só transformam as coisas gastas pelo tempo e prestes a tombar.

A China é atualmente a mais interessante experiência dessa impossibilidade de um governo renovar bruscamente as instituições de um país. A revolução que derrubou a dinastia de seus antigos soberanos foi a consequência indireta do descontentamento provocado pelas reformas que, com o objetivo de melhorar um pouco a China, seu governo quis impor. A supressão do ópio e dos

jogos, a reforma do exército, a criação de escolas produziram aumentos de impostos que, muito mais que as próprias reformas, indispuseram fortemente a opinião pública.

Alguns letrados chineses, educados nas escolas europeias, se aproveitaram desse descontentamento para incitar o povo e proclamar a república, instituição que um chinês não tinha nenhuma concepção.

Ela não poderia certamente se manter por muito tempo, pois o impulso que a fez nascer não era um movimento de progresso, mas de reação. A palavra república, para o chinês intelectualizado pela sua educação europeia, é simplesmente sinônimo de libertação do jugo das leis, das regras e de limitações seculares. Após ter cortado sua trança, coberto sua cabeça com um boné e se declarar republicano, o jovem chinês pensa poder se dedicar sem freios a todos os seus instintos. É um pouco, com algum exagero, a ideia que se fazia da república uma parte do povo francês no momento da Grande Revolução.

A China também descobrirá no que se torna uma sociedade privada da estrutura lentamente edificada pelo passado. Após alguns anos de sangrenta anarquia, será preciso restabelecer um poder cuja tirania será necessariamente muito mais dura do que a do regime derrubado. A ciência ainda não descobriu a varinha mágica capaz de fazer sobreviver uma sociedade sem disciplina. Não

há necessidade de impô-la quando ela se tornou hereditária, mas quando se deixa os instintos primitivos destruírem as barreiras penosamente edificadas por lentas aquisições ancestrais, ela só pode ser reconstruída por uma tirania enérgica.

Pode-se dar ainda, como prova dessas afirmações, uma experiência análoga a da China, feita pela Turquia de hoje. Há alguns anos, jovens instruídos nas escolas europeias e cheios de boa vontade conseguiram, com a ajuda de vários oficiais, derrubar um sultão cuja tirania parecia insuportável. Tendo adquirido nossa robusta fé latina no poder mágico das fórmulas, eles imaginaram poder estabelecer o regime representativo num país semicivilizado, profundamente dividido por ódios religiosos e composto por povos diferentes.

A tentativa não foi feliz até aqui. Os autores da reforma tiveram que constatar que, apesar de todo seu liberalismo, foram obrigados a governar com métodos muito próximos daqueles do regime derrubado. Eles não puderam impedir nem as execuções sumárias, nem os massacres de cristãos numa grande escala, nem remediar ainda um só abuso.

Seríamos injustos em reprová-los. O que eles poderiam fazer, na verdade, para transformar um povo com tradições fixadas há muito tempo, com paixões religiosas intensas e onde os muçulmanos em minoria têm, no entanto, a legítima pretensão de go-

vernar com seu código a cidade santa de sua fé? Como impedir o islamismo de permanecer a religião do Estado num país em que o direito civil e o direito religioso não estão ainda nitidamente separados e onde a fé no Corão é o único laço que permite manter a ideia de pátria?

Foi bem difícil destruir tal estado de coisas e por isso teve-se que fatalmente restabelecer uma organização autocrática com uma aparência de regime constitucional, ou seja, quase o antigo regime. Tais tentativas constituem exemplos bem nítidos da impossibilidade em que se acham os povos de escolher suas instituições antes de ter transformado sua alma.

§4. Os elementos sociais que sobrevivem às mudanças de governos após as revoluções.

O que diremos mais além sobre a estabilização da alma nacional permite compreender a força dos regimes estabelecidos há muito tempo, como as antigas monarquias. Um monarca pode ser derrubado facilmente por conspiradores, mas estes ficam sem força contra os princípios que o monarca representa. Napoleão caído foi substituído não pelo seu herdeiro natural, mas pelo dos reis. Este último encarnava um princípio antigo, enquanto que o filho do imperador personificava apenas ideias ainda mal fixadas nas almas.

É pelo mesmo princípio que um ministro, por mais hábil que se suponha, por maiores que sejam os serviços prestados a seu país, poderá muito raramente derrubar seu soberano. Nem mesmo Bismarck teria conseguido isso. Esse grande ministro fez sozinho a unidade da Alemanha e, no entanto, seu senhor só teve que lhe tocar o dedo para fazê-lo se evaporar. Um homem não é nada diante de um princípio sustentado pela opinião pública.

Mas mesmo que, por motivos diversos, o princípio que encarna um governo desaparece com ele __ como aconteceu na Revolução __ os elementos de organização da sociedade não perecem todos ao mesmo tempo.

Se só conhecêssemos a França das convulsões do último século, poderíamos supor que vivia numa profunda anarquia. Porém, na vida econômica, industrial, política mesmo, se manifesta, ao contrário, uma continuidade que parece independente de todas as reviravoltas e de todos os regimes.

É que, ao lado dos grandes acontecimentos com que se ocupa a história, encontram-se os pequenos fatos da vida diária que os livros deixam de relatar. Eles são dominados por necessidades imperiosas que não esperam. Seu conjunto forma a trama verdadeira da vida de um povo.

Enquanto que o estudo dos grandes acontecimentos nos mostra o governo nominal da França, frequentemente alterado há

um século, o exame dos pequenos acontecimentos diários prova, ao contrário, que seu governo real foi muito pouco transformado.

Quem são, com efeito, os verdadeiros condutores de um povo? Os reis e os ministros, para as grandes circunstâncias sem dúvida, mas nulo é seu papel nas pequenas realidades que formam a vida de cada dia. As verdadeiras forças diretoras de um país são as administrações compostas de elementos impessoais que as mudanças de regime não atingem nunca. Conservadoras das tradições, elas tem a seu favor o anonimato e a duração e constituem um poder oculto diante do qual todos os outros acabam por se curvar. Sua ação é mesmo tal que __ como mostraremos neste livro __ ela ameaça formar um Estado anônimo mais forte que o Estado oficial. A França acabou progressivamente por ser governada por chefes e funcionários de escritório. Quanto mais se estuda a história das revoluções, mais se constata que elas só mudam as fachadas. Fazer revoluções é fácil, mudar a alma de um povo é que é muito difícil.

* * *

CAPÍTULO IV

O papel do povo nas revoluções.

§1. A estabilidade e a maleabilidade da alma nacional.

Sumário

Conhecer um povo num dado momento de sua história implica em conhecer seu meio e sobretudo o seu passado. Pode-se renegar teoricamente esse passado, como fizeram as pessoas da Revolução e muitos políticos da hora presente, mas a ação dele permanece indestrutível.

No passado edificado por lentas acumulações seculares se forma o agregado de pensamentos, de sentimentos, de tradições, de preconceitos mesmo, que constituem a alma nacional e fazem a força de um povo. Sem ela não há progresso possível. Cada geração nova necessitaria de um novo começo.

O agregado que compõe a alma de um povo só é sólido com a condição de possuir uma certa rigidez, mas essa rigidez não deve ultrapassar o limite em que a maleabilidade seria impossível.

Sem rigidez a alma ancestral não teria nenhuma estabilidade e sem maleabilidade ela não poderia se adaptar às mudanças do meio que resultam em progresso da civilização.

O excesso de maleabilidade da alma nacional leva um povo a revoluções incessantes. O excesso de rigidez o conduz à decadência. As espécies vivas, como os humanos, desaparecem quando, muito estabilizadas por um longo passado, elas se tornam incapazes de adaptação a novas condições de existência.

Poucos povos souberam realizar um justo equilíbrio entre essas duas qualidades contrárias: estabilidade e maleabilidade. Os romanos na antiguidade e os ingleses nos tempos modernos podem ser citados entre aqueles que melhor o atingiram.

Os povos cujas almas estão muito estabilizadas fazem frequentemente as revoluções mais violentas. Não tendo sabido progressivamente evoluir e se adaptar às mudanças do meio, eles são obrigados a se adaptar violentamente quando essa adaptação se torna indispensável.

A estabilidade só se adquire muito lentamente. A história de um povo é sobretudo a narração de seus longos esforços para estabilizar sua alma. Enquanto ele não consegue isso ele forma uma poeira sem coesão e sem força. Desde as invasões do fim do Império Romano, a França levou vários séculos para constituir uma alma nacional.

Ela chegou enfim a possuí-la mas, no curso dos séculos, essa alma acabou por se tornar muito rígida. Com um pouco mais de maleabilidade, a antiga monarquia teria se transformado lenta-

mente __ como, aliás, outras fizeram __ e teríamos evitado, com a Revolução e suas consequências, a pesada tarefa de refazermos uma alma nacional.

Estas considerações mostram o papel da cultura na gênese das convulsões e explicam porque a mesma revolução produz efeitos tão diferentes de um povo a outro. Porque, por exemplo, as ideias da Revolução Francesa, acolhidas com tanto entusiasmo por certos povos, foram repelidas por outros.

Sem dúvida que a Inglaterra __ país no entanto muito estável __ sofreu duas revoluções e fez perecer um rei. Mas o molde de sua estrutura mental era, ao mesmo tempo, muito estável para guardar as aquisições do passado e muito maleável para se modificar somente nos limites necessários. Jamais ela pensou __ como as pessoas de nossa Revolução __ em destruir a herança ancestral com o objetivo de construir uma sociedade nova em nome da razão.

Escreve A. Sorel:

> *Enquanto o francês desprezava seu governo, detestava seu clero, odiava sua nobreza e se revoltava contra suas leis, o inglês tinha orgulho de sua religião, de sua constituição, de sua aristocracia, de sua Câmara dos Lordes.*
>
> *Se ele estivesse, como tantos, ao redor dessa formidável Bastilha onde se cortava, sob o estandarte britânico isso*

seria para julgar a Europa e cobri-la com seu desdém. Ele admitiria que no interior da praça se disputasse o comando, mas ele não deixaria que o estrangeiro se aproximasse dali.

O papel desempenhado pela cultura no destino dos povos aparece claramente ainda na história das perpétuas revoluções das repúblicas espanholas da América. Compostas por mestiços, ou seja, indivíduos cujas heranças diferentes dissociaram suas características ancestrais, essas populações não têm alma nacional e, por consequência, nenhuma estabilidade. Um povo de mestiços é sempre ingovernável.

Se quisermos precisar mais as diferenças que cria a cultura entre as capacidades políticas dos povos, é preciso estudar a mesma nação sucessivamente governada por duas culturas diferentes.

O acontecimento não é raro na história. Ele se manifestou recentemente, de uma maneira espantosa, em Cuba e nas Filipinas, passadas instantaneamente do domínio espanhol para o dos Estados Unidos.

Sabe-se em que grau de anarquia e de miséria vivia Cuba sob o domínio espanhol. Sabe-se igualmente a que grau de prosperidade essa ilha foi levada em alguns anos, quando ela caiu nas mãos dos Estados Unidos.

A mesma experiência se repetiu nas Filipinas, governada há séculos pela monarquia espanhola. O país acabou por não ser nada

mais do que um vasto pântano, lar de epidemias de todo tipo e onde vegetava uma população miserável, sem comércio nem indústria. Após alguns anos de domínio americano, o país estava inteiramente transformado; o impaludismo, a febre amarela, a peste e a cólera tinham desaparecido. Os pântanos estavam drenados; o território coberto de estradas de ferro, fábricas e escolas. Em treze anos a mortalidade tinha diminuído em dois terços.

É a esses exemplos que é preciso enviar os teóricos que não se deram conta ainda da profundidade da palavra cultura e a que ponto a alma ancestral de um povo rege seu destino.

§2. Como o povo entende as revoluções.

O papel do povo foi o mesmo em todas as revoluções. Nunca é ele que as concebe, nem as dirige. Sua ação é provocada pelos líderes.

É somente quando seus interesses diretos são lesados, como se viu recentemente em Champagne, que frações do povo se insurgem espontaneamente. Um movimento tão localizado constitui um simples motim.

A revolução é fácil quando os líderes são muito influentes. Portugal e Brasil forneceram recentemente provas disso. Mas é com extrema lentidão que as ideias novas penetram no povo. Ele aceita geralmente uma revolução sem saber por que e quando, por

acaso, consegue compreender o porquê, a revolução já terminou há muito tempo.

O povo faz uma revolução porque é levado a fazê-la. Mas, não compreendendo muito bem as ideias de seus líderes, ele as interpreta a sua maneira e essa maneira não é, de forma alguma, àquela dos verdadeiros autores do movimento. A Revolução Francesa forneceu um impressionante exemplo disso.

A Revolução de 1789 tinha por objetivo real substituir o poder da nobreza pelo da burguesia, ou seja, substituir uma elite antiga, que havia se tornado incapaz, por uma elite nova capacitada.

O povo tinha pouca importância nessa primeira fase da Revolução. Sua soberania foi proclamada, mas só foi traduzida pelo direito de eleger seus representantes.

Muito iletrados, não esperando subir na escala social como a burguesia, não se sentindo de maneira alguma igual aos nobres e não aspirando se tornar um deles, o povo tinha visões e interesses muito diferentes daqueles das classes altas da sociedade.

As lutas da Assembleia com o poder real levaram à intervenção do povo nessas lutas. Ele interveio cada vez mais nelas e a revolução burguesa se tornou rapidamente uma revolução popular.

Uma ideia permanece sem força e sem ação se não tiver um substrato afetivo e místico por suporte. As ideias teóricas da bur-

guesia deveriam, para agir sobre o povo, se transformar em uma nova fé bem clara, derivada de interesses práticos evidentes.

Essa transformação se fez rapidamente quando o povo ouviu os homens vistos por ele como o governo lhes assegurarem que ele era igual aos seus antigos senhores. Ele se considerou então como uma vítima e começou a pilhar, incendiar e massacrar, pensando exercer um direito.

A grande força dos princípios revolucionários foi dar livre curso aos instintos de barbárie primitiva refreado pelas ações inibidoras seculares do meio, da tradição e das leis.

Todos os freios sociais, que continham outrora a multidão, se desmoronavam a cada dia e com isso ela teve a noção de um poder ilimitado e a alegria de ver serem caçados e espoliados seus antigos senhores. O povo tornado soberano não poderia tudo se permitir?

A divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade, verdadeira manifestação de fé e de esperança no início da Revolução, logo só serviu para cobrir com uma justificativa legal os sentimentos de cupidez, ciúme, ódio pelas superioridades, verdadeiros motores das massas que nenhuma disciplina refreou mais. Por isso, em tão pouco tempo dedicou-se às desordens, às violências e à anarquia.

A partir do momento em que a Revolução desceu da burguesia para as camadas populares, ela cessou de ser um domínio

do racional sobre o instinto e se tornou, pelo contrário, o esforço do instinto para dominar o racional.

Esse triunfo legal de instintos atávicos era temível. Todo esforço das sociedades (esforço indispensável para lhes permitir subsistir) foi constantemente de refrear __ graças ao poder das tradições, dos costumes e dos códigos __ certos instintos naturais legados ao ser humano por sua animalidade primitiva. É possível dominá-los (e um povo é tão mais civilizado quanto mais ele consegue dominá-los) mas não se pode destruí-los. A influência de diversos excitantes os faz reaparecerem facilmente. Por isso a liberação das paixões populares é tão perigosa. A torrente que sai de seu leito só volta após ter semeado a devastação. "Infeliz daquele que remexe o fundo de uma nação", disse Rivarol no início da Revolução. Não é um século de luzes para o povo.

§3. O suposto papel do povo nas revoluções.

As leis da psicologia das massas mostram que o povo não age jamais sem líderes e que, se ele toma uma parte considerável nas revoluções, seguindo e exagerando os impulsos recebidos, ele nunca dirige os movimentos que executa.

Em todas as revoluções políticas se encontra a ação dos líderes. Eles não criam as ideias que servem de apoio às revoluções, mas as utilizam como meios de ação. Ideias, líderes, exército e

massas constituem quatro elementos que possuem cada um seu papel em todas as revoluções.

A multidão, sublevada pelos líderes, age sobretudo por meio de sua massa. Sua ação é comparável àquela do obus que perfura uma couraça sob a ação de uma força que ele não criou. Raramente a massa compreende alguma coisa das revoluções que acontecem com sua ajuda. Ela segue docilmente os líderes sem nem mesmo procurar adivinhar o que eles desejam. Ela derrubou Carlos X por causa de suas Ordenações, sem ter nenhuma ideia do conteúdo delas e a vimos bem embaraçada mais tarde se perguntando por que tinha derrubado Luís-Felipe.

Iludidos pelas aparências, muitos autores __ de Michelet ao Sr. Aulard __ acreditaram que foi o povo que fez nossa grande Revolução.

Diz Michelet: “O autor principal é o povo”.

Escreve por seu lado o Sr. Aulard:

> *É um erro dizer que a Revolução Francesa foi feita por alguns indivíduos distintos, por alguns heróis... eu creio que, de toda narrativa do período compreendido entre 1789 e 1799, ressalta que nenhum indivíduo conduziu os acontecimentos. Nem Luís XVI, nem Mirabeau, nem Danton, nem Robespierre. É possível dizer que foi o povo francês o verdadeiro herói da Revolução Francesa? Sim, com a condição*

de ver o povo francês não no estado de multidão, mas no estado de grupos organizados.

Numa obra recente, o Sr. A. Cochin insistiu ainda nessa concepção da ação popular:

E eis a maravilha: Michelet tem razão. Na medida em que os conhecemos melhor, os fatos parecem consagrar a ficção. Essa massa sem chefes e sem leis, a imagem mesma do caos, governa e comanda, fala e age, durante cinco anos, com uma precisão, uma continuidade, um conjunto maravilhoso. A anarquia dá lições de disciplina ao surpreso partido da ordem... 25 milhões de pessoas, em 30.000 léguas quadradas, agem como uma só.

Sem dúvida que, se essa simultaneidade de conduta no povo fosse espontânea, como supõe o autor, ela seria maravilhosa. O próprio Sr. Aular se deu conta da impossibilidade de tal fenômeno, pois ele tem o cuidado, ao falar do povo, de dizer que nos encontramos diante de agrupamentos e que esses agrupamentos podem ter sido conduzidos por líderes.

Quem, pela continuidade, cimentou a unidade nacional? Quem salvou a nação atacada pelo rei e partida pela guerra civil? Foi Danton? Foi Robespierre? Foi Carnot? Certo, esses indivíduos prestaram serviço. Mas, na verdade,

a unidade foi mantida, a independência foi assegurada pelo agrupamento dos franceses em comunas e em sociedades populares. Foi a organização municipal e jacobina que fez recuar a Europa coligada contra a França. No entanto, em cada grupo, se olharmos de perto, há dois ou três indivíduos mais capazes que, líderes ou liderados, executam as decisões, têm um ar de chefe e que se pode chamar de chefes, mas que (se, por exemplo, lemos os processos verbais das sociedades populares) nos aparecem tirando sua força muito mais do seu grupo de que deles próprios.

O erro do Sr. Aulard consiste em acreditar que todos esses grupos saíram "de um movimento espontâneo de fraternidade e de razão". Nada foi espontâneo nesse movimento. A França se achava então coberta por milhares de pequenos clubes que recebiam um impulso único do grande clube jacobino de Paris e lhe obedeciam com uma docilidade perfeita. Eis o que informa a realidade, mais do que as ilusões jacobinas permitem aceitar.[4]

[4] Nos manuais de história que o Sr. Aulard redige para as aulas, em colaboração com o Sr. Debidour, o papel atribuído à entidade povo é ainda mais destacada. Vê-se este último intervir sem parar espontaneamente. Eis alguns exemplos:
Dia 20 de junho: "O rei envia seus membros Girondinos. O povo de Paris indignado se ergue espontaneamente e invade as Tulherias."
Dia 10 de agosto: "A Assembleia legislativa não ousou derrubá-lo: foi o povo de Paris, ajudado pelos federados dos Departamentos, que operou, ao preço de seu sangue, essa revolução necessária."

§4. A entidade povo e seus elementos constitutivos.

A fim de responder a certas concepções teóricas, o povo foi erigido em uma entidade mística dotada de todos os poderes e de todas as virtudes, que os políticos bajulam sem parar e cobrem de lisonjas.

Para os jacobinos daquela época, bem como para os dos nossos dias, a entidade povo constitui uma personalidade superior que possui o atributo, próprio das divindades, de não se dar conta de seus atos e de não se enganar jamais. Deve-se se inclinar humildemente diante de suas vontades. O povo pode matar, pilhar, incendiar, cometer as mais pavorosas crueldades; erguer hoje um pedestal para um herói e jogá-lo no esgoto no dia seguinte; não importa. Os políticos não cessarão de decantar suas virtudes, sua grande sabedoria e de se curvar diante de cada uma de suas decisões.[5]

Em que consiste realmente essa entidade; fetiche místico venerado pelos revolucionários há um século?

Luta dos Girondinos e dos Montanheses. "Esses discursos eram lamentáveis em presença do inimigo. O povo pôs fim neles nos dias 31 de maio e 2 de junho de 1793 em que forçou a Convenção a expulsar de seu seio e a decretar a prisão dos Girondinos".

[5] Essa pretensão começa aliás a parecer insustentável aos republicanos mais avançados. Escreve o Sr. Clémenceau: "A raiva dos socialistas, é de dotar de todas as virtudes __ como uma razão superior __ a massa, em que a razão, precisamente, não seria sempre eminente." O célebre político teria sido mais exato dizendo que, na massa, a razão não apenas não é eminente, mas não existe quase nunca.

Ela é decomposta em duas grandes categorias distintas. A primeira compreende os agricultores, os comerciantes, os trabalhadores de todo tipo, que têm necessidade de tranquilidade e de ordem para exercer sua profissão. Esse povo forma a maioria, mas uma maioria que nunca faz as revoluções. Vivendo no seu trabalho e no silêncio, ele é ignorado pelos historiadores.

A segunda categoria, que desempenha um papel capital em todas as perturbações nacionais, é composta por um resíduo social subversivo, dominado por uma mentalidade criminosa. Degenerados do alcoolismo e da miséria, ladrões, mendigos, miseráveis, trabalhadores medíocres sem trabalho. Constituem o bloco perigoso dos exércitos insurrecionais.

O medo do castigo impede muitos dentre eles de serem criminosos em tempo comum, mas eles se tornam assim que podem exercer sem perigo seus maus instintos.

A essa turba sinistra se devem todos os massacres que ensanguentaram todas as revoluções.

Foi ela que, guiada por líderes, invadiu sem parar nossas grandes assembleias revolucionárias. Esses batalhões da desordem não tinham outro ideal que não fosse massacrar, pilhar, incendiar. Sua indiferença pelas teorias e os princípios era completa.

Aos elementos recrutados nas camadas mais baixas do povo, vem se juntar, por via de contágio, uma multidão de ociosos, de

indiferentes, arrastados pelo movimento. Eles vociferam porque se vocifera e se insurgem porque se insurge, sem ter a mais vaga ideia do motivo pelo qual se vocifera e se insurge. A sugestão do meio os domina inteiramente e os faz agir.

Essas massas barulhentas e maléficas __ núcleo de todas as insurreições, da antiguidade aos nossos dias __ são as únicas que os retóricos conhecem. Elas constituem, para eles, o povo soberano. De fato, esse povo soberano é sobretudo composto do baixo populacho que Thiers mencionava:

> *Desde os tempos em que Tácito o viu aplaudir os crimes dos imperadores, o vil populacho não mudou. Esses bárbaros que pululam no fundo das sociedades estão sempre prontos a se manchar com todos os crimes, ao apelo de todos os poderes e para desonrar todas as causas...*

Em nenhuma época da história o papel dos elementos inferiores da população foi exercido com tanta duração quanto durante nossa Revolução.

Os massacres começaram assim que a besta popular foi desacorrentada, ou seja, a partir de 1789, bem antes da Convenção. Eles foram executados com todos os requintes possíveis de crueldade. Durante as matanças de Setembro, os prisioneiros eram lentamente retalhados a golpes de sabre para prolongar seu suplício e

divertir os espectadores, que sentiam uma grande alegria diante das convulsões das vítimas e seus urros de dor.

Cenas semelhantes se observaram por toda a França, mesmo nos primeiros dias da Revolução, sem que a guerra estrangeira, nem nenhum pretexto, pudesse desculpá-los.

De março a setembro, toda uma série de incêndios, de mortes e de pilhagens ensanguentaram a França inteira. Taine cita 120 casos. Rouen, Lyon, Estrasburgo etc., caem no poder do populacho.

O prefeito de Troyes, com os olhos furados a golpes de tesoura é massacrado após horas de suplício. O coronel dos dragões Belzunce é despedaçado vivo. Em muitos lugares arranca-se o coração das vítimas para levá-lo à cidade na ponta de uma espada.

Assim age o baixo populacho, assim que mãos imprudentes quebram a rede de amarras que refreiam seus instintos de selvageria ancestral. Ele recebe todas as indulgências porque os políticos têm interesse em bajulá-lo. Mas, suponhamos por um instante que os milhares de seres que o constitui sejam condensados em um só. A personalidade assim formada apareceria como um monstro cruel e limitado, ultrapassando em horror os mais sanguinários tiranos.

Esse povo impulsivo e feroz sempre foi dominado, facilmente aliás, logo que um poder forte surge diante dele. Se sua vio-

lência é sem limites, seu servilismo o é igualmente. Todos os despotismos os tiveram como servo. Os césares estão certos de se verem aclamados por ele, quer se chamem Calígula, Nero, Marat, Robespierre ou Boulanger.

*
* *

Ao lado dessas hordas destrutivas, cujo papel é capital durante as revoluções, figura __ nós já mencionamos acima __ a massa do verdadeiro povo que só quer trabalhar. Ele beneficia algumas vezes as revoluções, mas não pensa em fazê-la. Os teóricos revolucionários conhecem-no pouco e o desafiam, pressentindo bem seu fundo tradicional e conservador. Núcleo resistente de um país, ele faz sua continuidade e sua força. Muito dócil para ser temido, facilmente arrastado pelos líderes, ele se deixará momentaneamente conduzir, sob sua influência, a todos os excessos, mas o peso ancestral da cultura lhe cairá logo em cima e ele deixa rápido as revoluções. Sua alma tradicional o incita rapidamente a se voltar contra a anarquia, quando ela cresce muito. Ele busca então o chefe que restabelecerá a ordem.

Esse povo, resignado e tranquilo, não tem, evidentemente, concepções políticas muito elevadas, nem muito complicadas. Seu governo ideal, sempre simples, se aproxima muito da ditadura. É justamente por essa razão que, das repúblicas gregas até as dos

nossos dias, essa forma de governo surge invariavelmente após a anarquia. Ela a seguiu após a primeira revolução, quando foi aclamado Bonaparte. Ela a seguiu mais uma vez após a segunda, quando, apesar de toda oposição, quatro plebiscitos sucessivos elegeram Luís Bonaparte à República, ratificaram seu golpe de estado, restabeleceram o império e, em 1870, antes da guerra, aprovaram seu regime.

Sem dúvida, nessas últimas circunstâncias, o povo se enganou. Mas, sem as maquinações revolucionárias que tinham produzido a desordem, ele não teria sido levado a buscar os meios de sair dela.

Os fatos lembrados neste capítulo não devem ser esquecidos, se queremos compreender bem os diversos papeis do povo durante as revoluções. Sua ação é considerável, mas muito diferente daquele imaginado pelas lendas, que apenas a repetição faz a força.

* * *

LIVRO II

As formas de mentalidades predominantes durante as revoluções.

_____

CAPÍTULO I

As variações individuais do caráter durante as revoluções.

§1. As transformações da personalidade.

Sumário

Eu insisti longamente em outro lugar, numa teoria da personalidade sem a qual é realmente impossível compreender as transformações da conduta em certos momentos, particularmente nas épocas de revoluções. Eis aqui seus pontos principais.

Cada indivíduo possui, fora de sua mentalidade habitual __ quase constante quando o meio não muda __ possibilidades variadas de personalidades que os eventos fazem surgir.

Os seres que nos rodeiam são os seres de certas circunstâncias, mas não de todas as circunstâncias. Nosso eu é constituído pela associação de inumeráveis eus celulares, resíduos de personalidades ancestrais. Eles formam, por sua combinação, equilíbrios

muito fixos quando o meio social não varia. Assim que o meio é consideravelmente modificado, como nos períodos de perturbações, esses equilíbrios são rompidos e os elementos dissociados constituem, se agregando, uma personalidade nova que se manifesta por ideias, sentimentos, uma conduta muito diferente daquelas observadas antes no mesmo indivíduo. Foi assim que, durante o Terror, viu-se honestos burgueses, pacíficos magistrados, reputados pela sua gentileza, tornarem-se fanáticos sanguinários.

Sob a influência do meio, uma antiga personalidade pode então dar lugar a uma outra inteiramente nova. Os atores das grandes crises religiosas e políticas parecem às vezes, por essa razão, de uma essência diferente da nossa. Eles não se diferenciam de nós, no entanto. A repetição dos mesmos acontecimentos faria renascer as mesmas pessoas.

Napoleão tinha compreendido perfeitamente essas possibilidades de personalidades quando disse em Santa Helena:

> *É porque eu sei da participação do acaso sobre nossas determinações políticas que eu sempre fui sem preconceitos e muito indulgente a respeito do partido que se toma nas convulsões... Em revolução, não se pode afirmar que isso não se faz. Não seria sábio afirmar que não se poderia ter feito outra coisa... As pessoas são difíceis de entender,*

quando se quer ser justo. Eles mesmos se conhecem e se explicam? São os vícios e as virtudes das circunstâncias.

Quando a personalidade normal foi desagregada sob a influência de certos acontecimentos, como se forma uma personalidade nova? De várias maneiras, mas a mais ativa é a aquisição de uma forte crença. Ela orienta todos os elementos de entendimento como o ímã agrega em curvas regulares o pó de um metal magnético.

Assim se formam as personalidades observadas nos períodos de grande crise: as Cruzadas, a Reforma, a Revolução Francesa, particularmente.

Em tempo normal, o meio variando pouco, só se constata uma única personalidade entre os indivíduos que nos rodeiam. Acontece que algumas vezes eles têm várias, podendo se alternar entre uma e outra, em certas circunstâncias.

Essas personalidades podem ser contraditórias e mesmo inimigas. Esse fenômeno, excepcional no estado normal, se acentua consideravelmente em certos estados patológicos. A psicopatologia observou vários exemplos dessas personalidades em um só sujeito, como os casos citados por Morton Price e Pierre Janet.

Em todas essas variações de personalidades, não é a inteligência que se modifica, mas os sentimentos, cuja associação forma o caráter.

§2. Elementos do caráter predominantes nas épocas de revoluções.

Durante as revoluções vemos se desenvolver diversos sentimentos reprimidos habitualmente, mas que a destruição dos freios sociais dão livre curso.

Esses freios, constituídos pelos códigos, a moral, a tradição, não são sempre completamente quebrados. Alguns sobrevivem às perturbações e servem um pouco para deter a explosão dos sentimentos perigosos.

O mais poderoso desses freios é a alma do povo. Determinando uma maneira de ver, de sentir e de querer comuns à maior parte dos indivíduos de um mesmo povo, ela constitui um costume herdado e nada é mais forte do que o laço do costume.

Essa influência da cultura limita as variações de um povo e canaliza seu destino, apesar de todas as mudanças superficiais.

Se só considerarmos por exemplo as narrações da história, pareceria que a mentalidade francesa variou profundamente em um século. Em poucos anos ela passa da Revolução ao cesarismo, retorna à monarquia, faz mais uma revolução, depois apela para um novo César. Na realidade, apenas as fachadas das coisas tinham mudado.

Não podendo insistir mais sobre os limites da variabilidade de um povo, vamos estudar agora a influência de certos elementos

afetivos, cujo desenvolvimento durante as revoluções contribui para modificar as personalidades individuais ou coletivas. Eu mencionarei sobretudo o ódio, o medo, a ambição, a inveja, a vaidade e o entusiasmo. Observa-se sua influência em diversas reviravoltas da história, particularmente no curso de nossa grande Revolução. É ela sobretudo que fornecerá nossos exemplos.

O ódio – O ódio contra as pessoas, as instituições e as coisas, que animou as pessoas da Revolução Francesa, é uma das manifestações afetivas que mais impressionam quando se estuda sua psicologia. Eles não detestavam somente seus inimigos, mas os membros de seu próprio partido. Dizia recentemente um escritor: “Se aceitássemos sem reserva os julgamentos que faziam uns dos outros, só haveria entre eles traidores, incapazes, fanfarrões, vendidos, assassinos ou tiranos.” Sabe-se com que ódio __ com muito custo apaziguado pela morte de seus adversários __ se perseguiram girondinos, dantonistas, hebertistas, robespierristas etc.

Uma das principais causas desse sentimento deve-se a que esses furiosos sectários, sendo apóstolos possuidores da verdade pura, não podiam, como todos os crentes, tolerar a visão dos infiéis. Uma certeza mística ou sentimental é sempre acompanhada pela necessidade de se impor. Um convicto jamais recua diante das hecatombes, quando ele tem o poder.

Se os ódios que separavam os homens da Revolução fossem de origem racional, eles teriam durado pouco, mas relacionados com fatores místicos e afetivos, eles não podiam perdoar. Suas origens eram as mesmas nos diversos partidos, eles se manifestaram em todos com uma idêntica violência. Provou-se, com documentos precisos, que os girondinos não foram menos violentos que os montanheses. Eles declararam, com Pétion, que os partidos derrotados deveriam perecer. Eles próprios tentaram, segundo o Sr. Aulard, justificar os massacres de setembro. O Terror não deve ser considerado como um simples meio de defesa, mas como o processo geral de destruição que sempre fazem uso os crentes vencedores com relação aos inimigos detestados. As pessoas suportam bem as divergências de ideias mas não podem tolerar as diferenças de crenças.

Nas lutas políticas ou religiosas, o vencido não pode esperar piedade. Desde Sylla, que mandou cortar a garganta de duzentos senadores e cinco ou seis mil romanos, até aos vencedores da Comuna, que fuzilaram ou metralharam mais de vinte mil vencidos após sua vitória, essa lei sanguinária jamais falhou. Constatada no passado ela o será sem dúvida também no futuro.

Os ódios da Revolução Francesa não tiveram, de resto, como única origem as divergências de crenças. Outros sentimentos: inveja, ambição, amor-próprio, os produziram igualmente. Eles

contribuíram para exagerar o ódio entre as pessoas dos diversos partidos. As rivalidades dos indivíduos que aspiravam à dominação conduziram sucessivamente ao cadafalso os chefes dos diversos grupos.

É necessário constatar também que a necessidade de divisão e os ódios que resultam dela, parecem ser elementos constitutivos da alma latina. Eles custaram a independência a nossos ancestrais gauleses e já tinham impressionado César. Disse ele: "Nenhuma cidade que não estivesse dividida em duas facções; nenhum cantão, vilarejo, casa onde não se respirasse o espírito de partido. Era bem raro passar um ano sem que a cidade não pegasse em armas para atacar ou repelir seus vizinhos".

Como o ser humano penetrou há pouco tempo no círculo do conhecimento e sendo sempre guiado pelos sentimentos e as crenças, compreende-se o papel imenso que o ódio desempenhou em sua história.

O comandante Colin, professor da Escola de Guerra, destaca, nos seguintes termos, a importância desse sentimento em certas guerras:

> *A guerra, mais que tudo aliás, não tem melhor inspiração do que o ódio. É ele que fez Blücher vencer Napoleão. Analise as mais belas manobras, as operações mais decisivas e, se elas não forem a obra de um homem excepcio-*

nal, de Fréderic ou de Napoleão, você as verá inspiradas pela paixão, mais do que pelo cálculo. O que teria sido da guerra de 1870 sem o ódio que tínhamos pelos alemães?

O autor teria podido acrescentar que o ódio intenso dos japoneses contra os russos, que os humilharam tanto, pode ser listado entre as causas de seu sucesso. Os soldados russos, que ignoravam até a existência dos japoneses, não tinham nenhuma animosidade contra eles e isso foi uma das razões de sua fraqueza. Sem dúvida, muito se falou de fraternidade no momento da Revolução Francesa, como se fala ainda hoje em dia. Pacifismo, humanismo, solidariedade se tornaram as palavras de ordem dos partidos avançados, mas sabe-se quão profundos são os ódios que se dissimulam atrás desses termos e de que ameaças a sociedade atual é objeto.

O medo – O medo desempenha nas revoluções um papel quase tão considerável quanto o ódio. Durante a nossa pôde-se constatar grandes coragens individuais e grandes medos coletivos.

Diante do cadafalso os convencionais foram sempre muito bravos, mas diante das ameaças dos amotinados invasores da assembleia, eles deram prova de uma pusilanimidade excessiva, obedecendo às mais absurdas exigências, como veremos no resumo da história das assembleias revolucionárias.

Todas as formas de medo foram observadas nessa época. Um dos mais difundidos foi o medo de parecer moderado. Membros das assembleias, acusadores públicos, representantes em missão, juízes dos tribunais revolucionários etc. todos competiam com seus rivais para parecerem ser mais radicais. O medo foi um dos elementos principais dos crimes cometidos nessa época. Se por milagre ele pudesse ser eliminado das assembleias revolucionárias, sua conduta teria sido bem outra e a Revolução, por consequência, muito diferentemente orientada.

A ambição, a inveja, a vaidade etc. – Em tempo normal a influência desses diversos elementos afetivos é fortemente contida pelas necessidades sociais. A ambição, por exemplo, se acha forçosamente limitada numa sociedade hierarquizada. Se o soldado se torna algumas vezes general, isso só acontece após uma longa espera. Em tempos de revolução, ao contrário, não há necessidade de esperar. Cada um pode chegar quase instantaneamente aos primeiros lugares. Todas as ambições se acham violentamente superexcitadas. O mais humilde se acredita apto aos mais altos empregos e, por isso, sua vaidade se exagera desmesuradamente.

Todas as paixões se realizam um pouco, ao mesmo tempo que a ambição e a vaidade. Vemos se desenvolver igualmente a inveja contra aqueles que conseguiram mais rápido que os outros.

Esse papel da inveja, sempre importante durante os períodos revolucionários, também o foi durante nossa grande Revolução. A inveja contra a nobreza constituiu um dos seus importantes fatores. A burguesia tinha crescido em capacidade e em riqueza, a ponto de ultrapassar a nobreza. Mesmo que se misturando cada vez mais, ela se sentia todavia, mantida à distância e sofria de um vivo ressentimento. Esse estado de espírito tinha inconscientemente tornado os burgueses grandes partidários das doutrinas que pregavam a igualdade.

O amor-próprio ferido e a inveja foram então as causas de ódios que nós compreendemos pouco hoje em dia, em que a influência social da nobreza é nula. Vários convencionais __ Carrier, Marat etc. __ se lembravam com irritação de terem ocupado posições subalternas nas casas de grandes senhores. Madame Roland jamais pôde se esquecer que, convidada com sua mãe na casa de uma grande dama, no antigo regime, serviram-lhes o jantar na despensa.

O filósofo Rivarol marcou muito bem na seguinte passagem, já citada por Taine, a influência do amor-próprio ferido e da inveja nos ódios revolucionários. Escreve ele:

> *Não foram as prisões e exílios arbitrários, nem todos os outros abusos de autoridade; não foram as humilhações dos intendentes e a lentidão ruinosa da justiça que mais ir-*

ritaram a nação. Foi contra o preconceito da nobreza que ela manifestou o mais profundo ódio. Prova disso evidentemente é que foram os burgueses, os letrados, os financistas, enfim, todos que invejavam a nobreza, que levantaram contra ela o povinho das cidades e os camponeses no campo.

Essas considerações muito exatas justificam em parte as palavras de Napoleão: "A vaidade fez a Revolução, a liberdade foi apenas o pretexto".

O entusiasmo – O entusiasmo dos criadores da Revolução iguala o dos propagadores da fé de Maomé. Foi mesmo, aliás, uma religião que os burgueses da primeira Assembleia acreditavam fundar. Eles imaginavam ter destruído um velho mundo e edificado sobre seus cacos uma civilização diferente. Nunca ilusão mais sedutora inflamou o coração das pessoas. A igualdade e a fraternidade, proclamadas pelos novos dogmas, deveriam fazer reinar, entre todos os povos, uma felicidade eterna. Tinha-se rompido para sempre com um passado de barbárie e de trevas. O mundo regenerado seria no futuro iluminado por radiantes clarões da razão pura. As mais brilhantes fórmulas oratórias saldavam por todo lado a aurora vislumbrada.

Se esse entusiasmo foi logo substituído pelas violências, foi porque o despertar foi rápido e terrível. Concebe-se facilmente o furor indignado que os apóstolos da Revolução dirigiram contra os

obstáculos diários opostos à realização de seus sonhos. Eles quiseram rejeitar o passado, esquecer as tradições, fazer pessoas novas. Porém, o passado reaparecia sem parar e as pessoas se recusavam se transformar. Os reformadores, detidos em sua marcha, não quiseram ceder. Eles tentaram se impor pela força de uma ditadura que fez rapidamente lamentar o regime derrubado e o restabeleceram finalmente.

É de se destacar que, se o entusiasmo dos primeiros dias não durou nas assembleias revolucionárias, ele durou muito mais tempo nas forças armadas e fez sua principal força. Na verdade, as forças armadas da Revolução foram republicanas bem antes que a França se tornasse republicana e permaneceram republicanas muito tempo após ela ter deixado de sê-lo.

*
* *

As variações de personalidades examinadas neste capítulo, sendo condicionadas por certas aspirações comuns e mudanças de meio idênticas, acabaram por se concretizar em um pequeno número de mentalidades bem homogêneas. Só olhando as mais características, nós as reduzimos em quatro tipos: mentalidade jacobina, mentalidade mística, mentalidade revolucionária, mentalidade criminosa.

* * *

CAPÍTULO II

A mentalidade mística e a mentalidade jacobina.

§1. Classificação das mentalidades predominantes em tempos de revolução.

Sumário

As classificações, sem as quais o estudo das ciências é impossível, estabelecem forçosamente o contínuo no descontínuo e ficam sempre, por este motivo, um pouco artificiais. Elas são, no entanto, necessárias, pois o contínuo só é acessível sob a forma de descontínuo.

Criar distinções separadas das diversas mentalidades observadas nas épocas de revolução, como vamos fazer, é visivelmente separar elementos emaranhados uns nos outros, que se fusionam ou se superpõem. É preciso se conformar em perder um pouco em exatidão para ganhar em clareza. Os tipos fundamentais enumerados no fim do capítulo precedente e que serão descritos agora, sintetizam grupos que escapam à análise se quisermos estudá-los em toda sua complexidade.

Nós demonstramos que o ser humano é conduzido por lógicas diferentes que se justapõem sem se influenciar em tempo normal. Sob a ação de acontecimentos diversos, elas entram em

conflito e as diferenças insuperáveis que as separam se manifestam nitidamente, produzindo convulsões individuais e sociais consideráveis.

A lógica mística, que logo observamos na alma jacobina, desempenha um papel muito grande. Mas ela não é a única a agir. As outras formas de lógica __ lógica afetiva, lógica coletiva e lógica racional __ podem predominar, segundo as circunstâncias.

§2. A mentalidade mística.

Deixando de lado, no momento, a influência das lógicas afetiva, racional e coletiva, nos ocuparemos apenas com o papel considerável dos elementos místicos que dominaram tantas revoluções; a nossa particularmente.

A característica do espírito místico consiste na atribuição de um poder misterioso a seres ou forças superiores, concretizados sob a forma de ídolos, de fetiches, de palavras e de fórmulas.

O espírito místico está na base de todas as crenças religiosas e na maior parte das crenças políticas. Estas últimas desaparecem frequentemente se são desprovidas dos elementos místicos que são seus verdadeiros suportes.

Transplantada para sentimentos e impulsos passionais que ela orienta, a lógica mística dá sua força aos grandes movimentos populares. Pessoas muito pouco dispostas a se matar racionalmen-

te, sacrificam facilmente sua vida por um ideal místico que se tornou seu objeto de adoração.

Os princípios da Revolução Francesa inspiraram logo um impulso de entusiasmo místico análogo àquele provocado pelas diversas crenças religiosas que a precederam. Eles só fizeram, aliás, mudar a orientação de uma mentalidade ancestral, solidificada por séculos.

Não há nada de espantoso no zelo selvagem dos homens da Convenção. Sua mentalidade mística foi a mesma dos protestantes no momento da Reforma. Os principais heróis do Terror __ Couthon, Saint-Just, Robespierre etc. __ eram apóstolos. Semelhantes a Polyeucte, que destruía os altares dos falsos deuses para propagar sua fé, eles sonhavam em catequizar o universo. Seu entusiasmo se espalha pelo mundo. Persuadidos que suas fórmulas mágicas bastariam para derrubar os tronos, eles não hesitaram em declarar guerra aos reis. E como uma fé forte é sempre superior a uma fé hesitante, eles combateram vitoriosamente a Europa.

O espírito místico dos líderes da Revolução é percebido nos menores detalhes de sua vida pública. Robespierre, convencido de possuir o apoio do Mais Alto, assegurava num discurso que o Ser supremo tinha “desde o começo dos tempos decretado a República”. Na qualidade de grande pontífice de uma religião de Estado, ele fez com que a Convenção votasse um decreto declarando que:

"o povo francês reconhece a existência do Ser supremo e a imortalidade da alma". A frente desse Ser supremo, sentado num tipo de trono, ele pronunciou um longo sermão.

O clube dos jacobinos, dirigido por Robespierre, acabou por assumir todo aspecto de um concílio. Maximilien proclamou nele "a ideia de um grande ser que vela pela inocência oprimida e que pune o crime triunfante".

Todos os heréticos que criticavam a ortodoxia jacobina foram excomungados, ou seja, enviados ao tribunal revolucionário, de onde só se saía para subir o cadafalso.

A mentalidade mística __ da qual Robespierre foi o mais célebre representante __ não morreu com ele. Homens de mentalidade idêntica existem ainda entre os políticos de nossos dias. As antigas crenças religiosas não reinam mais sobre sua alma, mas ela está sujeita a credos políticos rapidamente impostos, como Robespierre impôs o seu, se eles tiverem a oportunidade. Sempre prontos a matar, para propagar sua crença, os místicos de todas as eras empregam o mesmo meio de persuasão assim que se tornam os senhores.

É , portanto, muito natural que Robespierre conte com muitos admiradores ainda. As almas moldadas sobre a sua se encontram aos milhares. Ao guilhotinarem-no não guilhotinaram suas

concepções das coisas. Velhas como a humanidade, elas só desaparecerão com o último crente.

Esse lado místico das Revoluções escapa à maior parte dos historiadores. Eles persistirão muito tempo ainda em querer explicar pela lógica racional uma massa de fenômenos que lhes permanecem estranhos. Eu já citei num outro capítulo essa passagem da história dos Srs. Lavisse e Rambaud, em que a Reforma é explicada dizendo que ela foi "o resultado das livres reflexões individuais que sugerem a pessoas simples uma consciência muito pia e *uma razão muito ousada*".

Tais movimentos não são jamais compreendidos quando supostos com uma origem racional. Políticas ou religiosas, as crenças que sublevaram o mundo possuem uma origem comum e seguem as mesmas leis. Não é com a razão, mas na maioria das vezes contra toda razão, que elas são formadas. Budismo, cristianismo, islamismo, reforma, bruxaria, jacobinismo, socialismo, espiritismo etc. parecem crenças bem distintas. Elas têm, no entanto, mais uma vez eu repito, bases afetivas e místicas idênticas e obedecem a lógicas sem parentesco com a lógica racional. Seu poder reside precisamente no fato de que a razão tem tão pouca ação para criá-las quanto para transformá-las.

A mentalidade mística de nossos apóstolos políticos atuais é muito bem destacada num artigo consagrado a um de nossos últimos ministros, que eu encontrei num grande jornal.

Pergunta-se em que categoria se enquadra M. A. Imagine-se por acaso que ele pertença ao grupo dos que não acreditam? Que deboche! Percebe-se logo que M. A. não adota nenhuma fé positiva, que ele maldiz Roma e Genebra, repele todos os dogmas tradicionais e todas as igrejas conhecidas. Apenas, se ele se faz tábula rasa, é para fundar sobre o terreno desobstruído sua própria igreja __ mais dogmática ainda do que qualquer outra __ e sua própria inquisição, cuja brutal intolerância não causaria nenhuma inveja aos mais notórios Torquemadas.

Nós não admitimos a neutralidade escolar, declara ele. Nós reclamamos o ensino laico em toda a sua plenitude e somos, por consequência, adversários da liberdade de ensino.

Se ele não fala em acender fogueiras, é por causa da evolução dos costumes que o forçou a se conter, apesar dele, numa certa medida. Mas não podendo enviar os indivíduos ao suplício, ele invoca o braço secular para condenar as doutrinas à morte. É sempre exatamente o ponto de vista dos inquisidores. É sempre o mesmo atentado contra o pen-

samento. Esse livre pensador tem o espírito tão livre que toda filosofia que ele não aceita lhe parece não apenas ridícula e grotesca, mas vil. Ele se gaba de ser o único possuidor da verdade absoluta. Ele tem tão inteira certeza, que todo contraditor lhe provoca o efeito de um monstro execrável e de um inimigo público. Ele não suspeita por um instante que suas visões pessoais não passam, apesar de tudo, de hipóteses pelas quais é tão risível quanto reclamar um privilégio de direito divino quando elas suprimem precisamente a divindade. Ou, pelo menos, pretendem suprimi-la. Mas elas a restabelecem sob uma outra forma, que induz logo a lamentar a antiga. M. A. é um sectário da deusa Razão, que ele transforma num Moloch opressor e manipulado pelos sacrifícios. Nada de liberdade de pensamento para quem quer que seja, exceto para ele mesmo e seus amigos: tal é o livre pensamento de M. A. A perspectiva é realmente sedutora! Mas, derrubou-se muitos ídolos há alguns séculos, para se prostrar diante deste.

É preciso desejar, pela liberdade, que esses sombrios fanáticos não se tornem definitivamente nossos senhores.

Dado o pouco império da razão sobre as crenças místicas, é inútil querer discutir, como se faz tão frequentemente, o valor racional das ideias revolucionárias ou políticas quaisquer. Apenas

sua influência nos interessa. Pouco importa que as teorias sobre a suposta igualdade das pessoas, sobre a bondade primitiva, sobre a possibilidade de refazer as sociedades por meio das leis, tenham sido desmentidas pela observação e a experiência. Essas vãs ilusões devem ser classificadas entre os mais poderosos motivadores de ação que a humanidade conheceu.

§3. A mentalidade jacobina.

Se bem que a expressão mentalidade jacobina não faça parte de nenhuma classificação, eu a emprego, no entanto, pois ela resume uma combinação nitidamente definida que constitui uma verdadeira categoria psicológica.

Essa mentalidade dominou os homens da Revolução Francesa, mas não é especial deles, pois ela representa ainda o elemento mais ativo de nossa política.

A mentalidade mística estudada acima é um fator essencial da alma jacobina, mas não basta para constituí-la. Outros elementos, que vamos examinar logo, devem intervir.

A propósito, os jacobinos não suspeitam nem um pouco de seu misticismo. Eles pretendem, ao contrário, serem unicamente guiados pela razão pura. Durante a Revolução eles a invocavam sem cessar e a consideravam como o único guia de sua conduta.

A maior parte dos historiadores adotou essa concepção racionalista da alma jacobina e Taine compartilhou do mesmo erro. É no abuso do racionalismo que ele busca a origem de uma grande parte dos atos dos jacobinos. As páginas que ele lhes dedica contém, aliás, muitas verdades e como elas são, por outro lado, muito memoráveis, eu reproduzo aqui os mais importantes fragmentos.

> *Nem o amor-próprio exagerado, nem o racionalismo dogmático são raros na espécie humana. No país todo essas duas raízes do espírito jacobino subsistem indestrutíveis e subterrâneos... Aos vinte anos, quando um jovem entra no mundo, sua razão é ofendida ao mesmo tempo que seu orgulho. Em primeiro lugar, qualquer que seja a sociedade, ela é um escândalo para a razão pura, pois não foi um legislador que a construiu segundo um princípio simples, foram gerações sucessivas que a arranjaram segundo suas necessidades múltiplas e cambiantes. Ela não é obra da lógica mas da história e o racionalista debutante levanta os ombros para o aspecto desse velho casarão cujo alicerce é arbitrário, cuja arquitetura é incoerente e cujos reparos são aparentes... A maior parte dos jovens, sobretudo aqueles que tem um caminho a percorrer, são mais ou menos jacobinos ao sair do colégio... Os jacobinos nascem na decomposição social, assim como os cogumelos crescem num ter-*

reno que fermenta... Considere os monumentos autênticos de seu pensamento... os discursos de Robespierre e Saint-Just, os debates da Legislativa e da Convenção, as arengas, indicações e relatórios dos girondinos e dos montanheses... Jamais se falou tanto para dizer tão pouco; a verborragia oca e a ênfase grandiloquente vazia de toda verdade em sua monotonia e inchaço... Para os fantasmas de seu cérebro racionalista, o jacobino é cheio de respeito. A seus olhos eles são mais reais do que os homens vivos e seu voto é o único que ele leva em conta... ele marchará com sinceridade no cortejo que lhe faz um povo imaginário... As milhares de vontades metafísicas que ele fabricou à imagem da sua o sustentarão com seu consentimento unânime e ele projetará para fora, como um eco de aclamação triunfante, o eco interior de sua própria voz.

Mesmo admirando a descrição de Taine, eu creio que ele não percebeu perfeitamente a verdadeira psicologia do jacobino.

A alma do verdadeiro jacobino, tanto na época da Revolução quanto em nossos dias, é composta por elementos que é preciso dissociar para compreender seu papel.

Essa análise mostra, antes de tudo, que o jacobino não é um racionalista, mas um crente. Longe de edificar sua crença sobre a razão, ele molda a razão sobre sua crença e, se seus discursos são

impregnados de racionalismo, ele o usa muito pouco em seus pensamentos e sua conduta.

Um jacobino que raciocina é tão reprovável quanto é acessível, algumas vezes, à voz da razão. Porém, uma observação feita da Revolução até nossos dias, demonstra que o jacobino __ e essa é sua força, aliás __ jamais é influenciado por um raciocínio, por mais justo que ele seja.

E por que não é? Unicamente porque sua visão das coisas é sempre muito curta e não lhe permite resistir aos impulsos passionais poderosos que o conduzem.

Estes dois elementos, razão fraca e paixões fortes, não bastariam para constituir a mentalidade jacobina. Existe mais uma outra.

A paixão sustenta as convicções, mas não as cria. Porém, o verdadeiro jacobino tem convicções enérgicas. Qual será seu suporte? É aqui que aparece o papel desses elementos místicos cuja ação nós já estudamos. O jacobino é um místico que substituiu suas velhas divindades por deuses novos. Imbuído do poder das palavras e das fórmulas, ele lhes atribui um poder misterioso. Para servir a essas divindades exigentes, ele não recuará diante das mais violentas medidas. As leis votadas por nossos jacobinos atuais fornecem a prova disso.

A mentalidade jacobina é encontrada sobretudo nas personalidades apaixonadas e limitadas. Ela implica, com efeito, num pensamento estreito e rígido, inacessível a toda crítica, a toda consideração estranha à fé.

Os elementos místicos e afetivos que dominam a alma do jacobino o condenam a um extremo simplismo. Só percebendo as relações superficiais das coisas, nada o impede de tomar por realidades as imagens quiméricas nascidas em seu espírito. Os encadeamentos dos fenômenos e suas consequências lhe escapam. Jamais ele tira os olhos de seu sonho.

Não é, como se vê, pelo desenvolvimento de sua lógica que peca o jacobino. Ele possui muito pouca e, por este motivo, se torna frequentemente muito perigoso. Lá, onde uma pessoa superior hesitaria ou se deteria, o jacobino, que coloca sua fraca razão a serviço de seus impulsos, marcha com certeza.

Se o jacobino é um grande argumentador isso não significa, de maneira alguma, que ele seja guiado pela razão. Mesmo que ele se imagine conduzido por ela, seu misticismo e suas paixões o guiam. Como todos os convictos confinados no campo da crença, ele não pode sair dela.

Verdadeiro teólogo combativo, ele se parece espantosamente com esses discípulos de Calvino, descritos num capítulo precedente. Hipnotizados por sua fé, nada podia desviá-los. Todos os

adversários de sua fé eram julgados dignos de morte. Aqueles também pareciam poderosos argumentadores. Ignorando, como os jacobinos, as forças secretas que os guiavam, eles pensavam só ter a razão por guia enquanto que, na realidade, o misticismo e a paixão eram seus únicos mestres. O jacobino realmente racionalista seria incompreensível e só serviria para desespero da razão. O jacobino apaixonado e místico é, ao contrário, muito inteligível. Com esses 3 elementos: razão muito fraca, paixões muito fortes e misticismo intenso, nós temos os verdadeiros componentes psicológicos da alma do jacobino.

* * *

CAPÍTULO III

A mentalidade revolucionária e a mentalidade criminosa.

§1. A mentalidade revolucionária.

Sumário

Constatamos que os elementos místicos são um dos componentes da alma jacobina. Nós ainda os veremos ao entrar numa outra forma de mentalidade, muito nitidamente definida: a mentalidade revolucionária.

As sociedades de cada época sempre contiveram um certo número de espíritos inquietos, instáveis e descontentes, prontos para se insurgir contra uma ordem qualquer de coisas estabelecidas. Eles agem pelo simples gosto da revolta e, se um poder mágico realizasse sem nenhuma restrição seus desejos, eles também se revoltariam.

Essa mentalidade especial resulta frequentemente de uma falta de adaptação do indivíduo a seu meio ou de um excesso de misticismo, mas ela pode ser também uma questão de temperamento ou provir de problemas patológicos.

A necessidade de revolta apresenta graus de intensidade muito diversos, desde o simples descontentamento manifestado

em palavras contra as pessoas e as coisas até à necessidade de destruí-los. Às vezes o indivíduo volta contra ele mesmo o furor revolucionário que ele não pode exercer de outra maneira. A Rússia está cheia desses radicais que, não contentes com os incêndios e as bombas lançadas ao acaso nas multidões, acabam, como os Skopzy[6] e outros membros de seitas análogas, por se mutilar a si mesmos.

Esses perpétuos revoltados são geralmente seres sugestionáveis cuja alma mística é obcecada por ideias fixas. Apesar da energia aparente que parecem indicar seus atos, eles têm uma personalidade fraca e são incapazes de se dominar, bem como resistir aos impulsos que os governam. O espírito místico com que são animados fornece pretextos a suas violências e os faz considerarem-se como grandes reformadores.

Em tempo normal, os revoltados de cada sociedade são contidos pelas leis e pelo meio __ em uma frase: por todos os freios sociais __ e permanecem sem influência. Logo que se manifestam períodos de turbulências, esses freios enfraquecem e os revoltados podem dar livre curso a seus instintos. Eles se tornam então os líderes habituais dos movimentos. Pouco lhes importa o motivo da Revolução, eles se matarão para obter a bandeira vermelha, a ban-

[6] Seita fundada na Rússia, por volta de 1740, por Seliwanoff e que praticava a autoflagelação e automutilação. (Nota do tradutor)

deira branca ou a libertação de um país que ouviram vagamente falar.

O espírito revolucionário não é sempre levado até o extremo de se tornar perigoso. Quando, ao invés de ser originado de impulsos afetivos ou místicos ele tem uma origem intelectual, ele pode se tornar uma fonte de progresso. É graças a espíritos suficientemente independentes para serem intelectualmente revolucionários que uma civilização consegue se livrar do jugo das tradições e do hábito, quando ele se torna muito pesado. As ciências, as artes, a indústria progrediram sobretudo através deles. Galileu, Lavoisier, Darwin, Pasteur foram revolucionários.

Se não é necessário para um povo possuir muitos espíritos iguais a esses, lhe é indispensável ter alguns. Sem eles a humanidade habitaria ainda as primitivas cavernas.

A ousadia revolucionária que leva a descobertas implica em faculdades muito raras. Ela necessita particularmente de uma independência de espírito suficiente para escapar da influência das opiniões correntes e um discernimento que permite captar, sob as analogias superficiais, as realidades que elas dissimulam. Esta forma de espírito revolucionário é criadora, enquanto que aquela examinada mais acima é destruidora.

A mentalidade revolucionária poderia então ser comparada a certos estados fisiológicos úteis na vida do indivíduo, mas que, exagerados, assumem uma forma patológica sempre nociva.

§2. A mentalidade criminosa.

Todas as sociedades civilizadas trazem fatalmente atrás delas um resíduo de degenerados, de inadaptados, plenos de variadas taras. Vagabundos, mendigos, criminosos reincidentes, ladrões, assassinos, miseráveis, vivendo um dia de cada vez e formando a população criminosa das grandes cidades. Nos períodos comuns esses dejetos da civilização são razoavelmente contidos pela polícia. Durante as revoluções, nada os segurando mais, eles podem exercitar facilmente seus instintos de morte e de rapina. Nessa ralé os revolucionários de todas as eras estão certos de encontrar soldados. Ávidos apenas por pilhar e massacrar, pouco lhes importa a causa que supostamente defendem. Se as chances de matar e pilhar são mais numerosas no partido combatido, eles mudarão rapidamente de bandeira.

A esses criminosos propriamente ditos __ praga incurável de todas as sociedades __ deve-se juntar ainda a categoria dos semicriminosos. Malfeitores de ocasião, eles nunca se revoltam quando o medo da ordem estabelecida os mantém, mas se infiltrarão nos bandos revolucionários assim que essa ordem se enfraquecer.

Essas duas categorias __ criminosos habituais e criminosos de ocasião __ formam um exército de desordem apto apenas para a desordem. Todos os revolucionários, todos os fundadores de ligas religiosas ou políticas, se apoiam constantemente nelas.

Nós já dissemos que essa população com mentalidade criminosa exerceu uma influência considerável durante a Revolução Francesa. Ela figurou sempre em primeiro lugar nos motins que se sucediam quase cotidianamente. Alguns historiadores nos falam, com uma espécie de respeito emocionado, das vontades que o povo soberano levava à Convenção, invadindo a sala, armado de espadas com as extremidades ornadas, algumas vezes, com cabeças recém-cortadas. Se analisássemos de quais elementos eram compostas então essas pretensas delegações do povo soberano, constataríamos que, ao lado de um pequeno número de almas simples que recebiam os impulsos dos líderes, a massa era formada sobretudo pelos bandidos que eu mencionei. A eles se devem as mortes inumeráveis, como aquelas de setembro e da princesa Lamballe, que são típicas.

Eles fizeram tremer todas as assembleias, da Constituinte à Convenção e durante dez anos contribuíram para devastar a França. Se, por um milagre, o exército dos criminosos pudesse ser eliminado, a marcha da Revolução teria sido bem diferente. Eles a

ensanguentaram, de sua aurora até seu declínio. A razão nada pode contra eles e eles podem muito contra ela.

* * *

CAPÍTULO IV

Psicologia das massas revolucionárias.

§1. Características gerais das massas.

Sumário

Quaisquer que sejam suas origens, as revoluções só produzem todos os seus efeitos após terem penetrado na alma das multidões. Elas representam por isso uma consequência da psicologia das massas.

Mesmo tento estudado longamente em um outro livro a psicologia coletiva, sou obrigado a lembrar aqui suas leis principais.

A pessoa, quando faz parte de uma multidão, difere muito da mesma pessoa isolada. Sua individualidade consciente desaparece na personalidade inconsciente da massa.

Um contato material não é absolutamente necessário para dar ao indivíduo a mentalidade de uma massa. Paixões e sentimentos comuns, provocados por certos acontecimentos, bastam na maioria das vezes para criá-la.

A alma coletiva momentaneamente formada representa um agregado muito especial. Sua principal característica é se encontrar inteiramente dominada por elementos inconscientes, submetidos a uma lógica particular: a lógica coletiva.

Entre as outras características das massas é preciso ainda mencionar sua credulidade infinita, sua sensibilidade exagerada, a imprevidência e a incapacidade em se deixar influenciar pelo raciocínio. A afirmação, o contágio, a repetição e o prestígio constituem quase os únicos meios de persuadi-las. Realidades e experiências são sem efeito sobre elas. Pode-se fazer com que a multidão admita qualquer coisa. Nada é impossível a seus olhos.

Em razão da extrema sensibilidade das massas, seus sentimentos __ bons ou maus __ são sempre exagerados. Esse exagero cresce ainda mais nas épocas de revoluções. A menor excitação leva logo as multidões a furiosos agitos. Sua credulidade, já tão grande em estado normal, aumenta igualmente; as histórias mais incríveis são aceitas. Arthur Young conta que, visitando as fontes perto de Clermont no momento da Revolução, seu guia foi parado pelo povo convencido de que ele vinha sob ordens da rainha minar a cidade para fazê-la explodir. As mais horríveis histórias circulavam naquela época sobre a família real, considerada como uma reunião de demônios devoradores de cadáveres e vampiros.

Essas diversas características mostram que a pessoa na massa desce muito na escala da civilização. Transformada num bárbaro, ela manifesta seus defeitos e suas qualidades: violências momentâneas, como também entusiasmos e heroísmos. No domínio intelectual, uma massa é sempre inferior à pessoa isolada. No do-

mínio moral e sentimental, ela pode lhe ser superior. Uma massa cometerá facilmente tanto um crime quanto um ato de abnegação.

As personalidades individuais desaparecem nas massas. Sua ação é considerável sobre os indivíduos que a formam. O avaro se torna pródigo; o covarde, um herói. Os exemplos de tais transformações abundaram durante nossa Revolução.

Ao fazer parte de um júri ou de um parlamento, a pessoa coletiva pronuncia veredictos ou vota leis que, no estado isolado, certamente jamais teria pensado.

Uma das consequências mais marcantes da influência de uma coletividade sobre os indivíduos que a compõe é a unificação de seus sentimentos e de suas vontades. Essa unidade psicológica confere às massas uma grande força.

A formação de tal unidade mental resulta sobretudo em que, numa massa, sentimentos, gestos e ações são extremamente contagiosos. Aclamações de ódio, de fúria ou de amor, nela são imediatamente aprovadas e repetidas.

Como nascem essa vontade e esses sentimentos comuns? Eles se propagam por contágio, mas um ponto de partida é necessário para criar esse contágio. O líder, cuja ação nos movimentos revolucionários vamos logo examinar, desempenha esse papel. Sem líder, a massa é um ser amorfo, incapaz de ação.

O conhecimento das leis que guiam a psicologia das massas é indispensável para interpretar os eventos de nossa Revolução e compreender a conduta das assembleias revolucionárias e as transformações singulares das pessoas que fizeram parte dela. Levados pelas forças inconscientes da alma coletiva, eles diziam na maioria das vezes o que não queriam dizer e votavam o que não queriam votar.

Se as leis da psicologia coletiva foram, algumas vezes, adivinhadas instintivamente pelos políticos superiores, é preciso constatar que a maior parte dos governos as desconheceram e as desconhecem ainda. Foi por tê-las ignorado que vários deles caíram tão facilmente. Quando se vê com que facilidade certos regimes foram derrubados por um pequeno motim __ o de Luís-Felipe, particularmente __ os perigos da ignorância da psicologia coletiva aparecem claramente. O marechal comandante, em 1848, das tropas __ mais que suficientes para defender o rei __ ignorava certamente que, assim que se deixa a massa se misturar à tropa, esta última, paralisada pela sugestão e o contágio, deixa de cumprir seu papel. Ele não sabia também que a multidão, sendo muito sensível ao prestígio, necessita de uma grande demonstração de forças agindo sobre ela para que se detenha logo as demonstrações hostis. Ele ignorava igualmente que os agrupamentos devem ser logo dispersados. Todas essas coisas foram ensinadas pela experi-

ência mas, por ocasião da grande Revolução, ainda não se tinha aprendido as lições. No momento da Revolução a psicologia das massas ainda não era suspeitada.

§2. Como a estabilidade da alma do povo limita as oscilações da alma das massas.

Um povo pode, a rigor, ser comparado a uma massa. Ele possui certas características, mas as oscilações dessas características são limitadas pela sua alma. Esta última conserva uma estabilidade desconhecida pela alma transitória de uma massa.

Quando um povo possui uma alma ancestral estabilizada por um longo passado, a alma da massa é sempre dominada por ela.

Um povo se difere ainda de uma massa porque é composto de uma coleção de grupos, cada um com interesses e paixões diferentes. Numa massa propriamente dita __ um ajuntamento popular, por exemplo __ se encontram, pelo contrário, unidades que podem pertencer a categorias sociais diferentes.

Um povo parece às vezes tão móvel quanto uma massa, mas não se pode esquecer que, por detrás de sua mobilidade, por detrás de seus entusiasmos, de suas violências e suas destruições, persistem instintos conservadores muito tenazes, mantidos pela alma do povo. As histórias da Revolução Francesa e do século que a seguiu mostram o quanto o espírito conservador acaba por dominar

o espírito de destruição. Mais de um regime derrubado pelo povo foi logo restaurado por ele.

Não se age tão facilmente sobre a alma de um povo __ ou seja, sobre a alma de uma cultura __ quanto sobre a das massas. Os meios de ação são indiretos e mais lentos (jornais, conferências, discursos, livros etc.). Os elementos de persuasão permanecem sempre aqueles já descritos: afirmação, repetição, prestígio e contágio.

O contágio mental pode ganhar instantaneamente todo um povo, mas na maioria das vezes ele opera lentamente, de grupo a grupo. Assim se propagou na França a Reforma.

Um povo é muito menos excitável do que uma massa. No entanto, certos acontecimentos (insulto nacional, ameaça de invasão etc.) podem levantá-lo instantaneamente. Tal fenômeno foi constatado várias vezes durante a Revolução Francesa, particularmente na época do manifesto insolente lançado pelo duque de Brunswick. Este último conhecia muito mal a psicologia de nosso povo quando proferiu suas ameaças. Não apenas ele prejudicou consideravelmente a causa de Luís XVI, mas ainda a sua, porque sua intervenção fez brotar do solo um exército para combatê-lo.

Essa brusca explosão de sentimentos de um povo é observada, aliás, em todo lugar. Napoleão não entendia seu poder quando invadiu a Espanha e a Rússia. Pode-se desagregar facilmente a

alma transitória de uma massa, mas somos impotentes contra a alma de um povo. Certamente que o camponês russo era um ser bem indiferente, bem grosseiro, bem limitado e, no entanto, ao primeiro anúncio de uma invasão ele foi transformado. Pode-se avaliar isso através deste fragmento de uma carta de Elisabeth, mulher do imperador Alexandre I:

> *No momento em que Napoleão ultrapassou nossas fronteiras, foi como se uma faísca elétrica riscasse toda a Rússia e a imensidão de sua extensão permitiu que no mesmo momento todo canto do império fosse informado e se elevou um grito de indignação tão terrível que, eu creio, deve ter ecoado até o fim do universo. Na medida em que Napoleão avança, esse sentimento cresce mais. Velhos que tinham perdido todos os seus bens, ou quase, dizem: "Encontraremos meios de viver. Tudo é preferível a uma paz vergonhosa". Mulheres que têm todos os seus no exército só veem os perigos que eles correm como secundários e só temem a paz. Essa paz que seria a interrupção da morte na Rússia não pode ser feita, felizmente. O imperador não concebe essa ideia e, mesmo que ele quisesse, ele não poderia. Eis a beleza heroica de nossa posição.*

A imperatriz cita à sua mãe os dois traços seguintes que dão uma ideia do grau de resistência da alma dos russos:

Os franceses tinham capturado alguns infelizes camponeses em Moscou, que esperavam engajar em suas fileiras e, para que não pudessem escapar, os marcavam nas mãos como se marca os cavalos de um haras. Um deles perguntou o que significava essa marca e foi-lhe dito que significava que ele era um soldado francês. "O que? Eu sou soldado do imperador francês!" E, no campo, ele pega seu machado, corta sua mão e a joga aos pés dos assistentes dizendo: "Tome! Eis sua marca!"

Em Moscou, igualmente, os franceses tinham prendido vinte camponeses que queriam usar como exemplo para assustar os vilarejos que raptavam os forrageiros franceses e faziam a guerra tão bem quanto os destacamentos de tropas regulares. Eles os enfileiram contra um muro e lhes pronunciam suas sentenças em russo. Esperavam que eles pedissem clemência. Ao invés disso eles se despedem um do outro e fazem o sinal da cruz. Atiram no primeiro e esperam que os outros, assustados, peçam clemência e prometam mudar de conduta. Atiram no segundo e no terceiro e assim sucessivamente sobre os vinte, sem que um só tenha tentado implorar clemência ao inimigo. Napoleão não teve uma só vez o prazer de ouvir pronunciar essa palavra na Rússia.

Dentre as características da alma popular é preciso mencionar ainda que ela foi, em todos os povos e em todas as eras, saturada de misticismo. O povo será sempre convencido que seres superiores (divindades, governos, grandes pessoas) têm o poder de mudar as coisas a sua vontade. Esse lado místico provoca nele uma necessidade intensa de adorar. Ele precisa de um fetiche: personagem ou doutrina. É por isso que, ameaçado pela anarquia, ele clama por um messias salvador.

Como as massas, mas mais lentamente, os povos passam da adoração ao ódio. Herói num momento, o mesmo personagem pode acabar sob maldições. Essas variações de opiniões populares sobre os personagens políticos são observadas em todos os países. A história de Cromwell fornece um exemplo muito curioso.[7]

§3. O papel dos líderes nos movimentos revolucionários.

Todas as variedades de massas __ homogêneas, heterogêneas, assembleias, povos, clubes etc. __ são (nós frequentemente repetimos isso) agregados incapazes de unidade e de ação enquanto não encontrarem um mestre para dirigi-las.

[7] Após ter derrubado uma dinastia e recusado a coroa, ele foi enterrado como um rei, entre os reis. Dois anos após, seu corpo foi arrancado da tumba, sua cabeça cortada pelo carrasco e pendurada acima da porta do Parlamento. Há pouco tempo lhe ergueram uma estátua. O antigo anarquista que se tornou autocrata figura agora no panteão dos semideuses.

Em demonstrei em outro lugar, utilizando certas experiências fisiológicas, que uma alma coletiva inconsciente da massa parece ligada à alma de seu líder. Este último lhe dá uma vontade única e lhe impõe uma obediência absoluta.

O líder age sobre a massa sobretudo pela sugestão. Da maneira como ela é provocada depende seu sucesso. Muitas experiências mostram a que ponto é fácil sugestionar uma coletividade.[8]

De acordo com as sugestões de seus líderes, a multidão será calma, furiosa, criminosa ou heroica. Essas diversas sugestões poderão parecer que apresentam, às vezes, um aspecto racional, mas só terão da razão as aparências. Como uma massa é, na realidade,

[8] Dentre as diversas experiências feitas para provar isso, uma das mais memoráveis foi realizada pelo professor Glosson sobre seus alunos e publicada pela **Revue Scientifique**, de 28 de outubro de 1899:

> *Eu tinha preparado uma garrafa, cheia de água destilada, cuidadosamente envolvida por algodão e encerrada numa caixa. Após algumas outras experiências eu declarei que desejava verificar com que rapidez um odor se difundia no ar e perguntei aos assistentes que levantassem a mão assim que sentissem o odor... Eu desembalei a garrafa e despejei a água sobre o algodão, afastando a cabeça durante a operação; depois peguei um cronômetro e esperei o resultado... Eu expliquei que estava absolutamente certo de que ninguém no auditório jamais sentira o odor do composto químico que havia derramado... Ao fim de quinze segundos, a maior parte daqueles que estavam à frente levantou a mão e, em quarenta segundos, o odor se espalhou até o fundo da sala, por ondas paralelas bem regulares. Cerca de ¾ declararam percebe o odor. Um número maior de ouvintes teria sem dúvida sucumbido à sugestão se, ao fim de um minuto, eu não tivesse sido obrigado a parar a experiência; alguns dos assistentes das primeiras filas se achavam desconfortavelmente afetados pelo odor e queriam deixar a sala...*

inacessível a toda razão, as únicas ideias capazes de a influenciar serão sempre sentimentos evocados sob a forma de imagens.

A história da Revolução Francesa mostra, em cada página, com que facilidade as multidões seguem os impulsos mais contraditórios de seus diferentes líderes. Nós as vemos aplaudir tanto o triunfo dos girondinos, hebertistas, dantonistas e terroristas quanto suas quedas sucessivas. Pode-se estar certos de que as massas não compreendem jamais nada desses acontecimentos.

À distância, percebe-se apenas confusamente o papel dos líderes, pois geralmente eles agem nas sombras. Para percebê-lo nitidamente é preciso estudá-lo nos acontecimentos contemporâneos. Constata-se então, quão fácil os líderes provocam movimentos populares violentos. Nós não pensamos aqui nas greves dos carteiros e dos ferroviários, nas quais poderiam intervir o descontentamento dos empregados, mas em acontecimentos em que a massa estava completamente desinteressada. Como, por exemplo, o levante popular provocado por alguns líderes socialistas na população parisiense, após a execução do anarquista Ferrer, na Espanha. Nunca a massa francesa havia ouvido falar dele. Na Espanha, sua execução passou quase desapercebida. Em Paris, a excitação de alguns líderes bastou para lançar um verdadeiro exército popular contra a embaixada da Espanha, com o objetivo de queimá-la. Uma parte da guarnição teve que ser empregada para sua

proteção. Repelidos com energia, os assaltantes se limitaram a devastar lojas e a construir algumas barricadas.

Os líderes deram na mesma circunstância uma nova prova de sua influência. Terminando por compreender que incendiar uma embaixada estrangeira poderia ser muito perigoso, eles ordenaram para o dia seguinte uma manifestação pacífica e foram tão fielmente obedecidos quanto após terem ordenado um motim violento. Nenhum exemplo demonstra melhor o papel dos líderes e a submissão das massas.

Os historiadores que, de Michelet ao Sr. Aular, representaram as massas revolucionárias como tendo agido sós e sem chefes, não suspeitavam de sua psicologia.

* * *

CAPÍTULO V

Psicologia das assembleias revolucionárias.

§1. Características psicológicas das grandes assembleias revolucionárias.

Sumário

Uma grande assembleia política, um parlamento por exemplo, é uma massa às vezes pouco ativa em razão dos sentimentos contrários dos grupos hostis que a compõem.

A presença desses grupos animados por interesses diversos, faz com que uma assembleia seja considerada como sendo formada por massas heterogêneas superpostas e obedecendo cada uma a líderes particulares. A lei da unidade mental das massas só se manifesta então em cada grupo e é apenas após circunstâncias excepcionais que os grupos diferentes chegam a fundir suas vontades.

Cada grupo de uma assembleia representa um ser único. Os indivíduos que contribuem para a formação desse ser deixam de ser eles mesmos e votarão sem hesitar contra suas convicções e suas vontades. Na véspera do dia em que Luís XVI devia ser condenado, Vergniaud protestava com indignação contra a ideia de que se pudesse votar sua morte e, no entanto, votou nela no dia seguinte.

A ação de um grupo consiste principalmente em fortificar opiniões hesitantes. Toda convicção individual fraca se consolida ao se tornar coletiva.

Os líderes violentos e possuidores de prestígio, conseguem às vezes, agitando todos os grupos de uma assembleia, transformá-la em uma só massa. A maioria dos membros da Convenção promulgou as medidas mais contrárias às suas opiniões, sob a influência de um pequeno número de líderes assim.

As coletividades de todos os tempos se curvaram diante de sectários enérgicos. A história das assembleias revolucionárias mostra a que ponto, apesar da ousadia de sua linguagem frente aos reis, elas eram pusilânimes diante dos líderes que dirigiam os motins. A invasão de um bando de energúmenos, comandados por um chefe imperioso, bastava para que votassem, na hora, as medidas as mais contraditórias e as mais absurdas.

Uma assembleia que possua as características de uma massa, será, como ela, extrema em seus sentimentos. Excessiva na violência, excessiva também na covardia. De uma maneira geral ela se mostrará insolente com os fracos e servil diante dos fortes.

Sabe-se do medo humilhado do Parlamento, quando o jovem Luís XIV entrou nele com o chicote na mão e pronunciou seu breve discurso. Sabe-se também com que impertinência crescente a Assembleia Constituinte tratava Luís XVI, na medida em que

ela o sentia mais desarmado. Conhece-se também o terror dos convencionais sob o reino de Robespierre.

Essa característica das assembleias, sendo uma lei geral, é preciso considerar como uma grande falta de psicologia para um soberano, a convocação de uma assembleia quando seu poder se enfraqueceu. A reunião dos Estados Gerais custou a vida a Luís XVI. Ela faltou também na transferência do trono a Henrique III, quando, obrigado a deixar Paris, ele teve a infeliz ideia de reunir os Estados Gerais em Blois. Sentindo a fraqueza do rei, estes últimos se arvoram logo em senhores, modificando os impostos, repelindo os funcionários e querendo que suas decisões tivessem força de lei.

O exagero progressivo dos sentimentos foi observado nitidamente em todas as assembleias da Revolução. A Constituinte, muito respeitosa a princípio com a autoridade real e suas prerrogativas, absorveu progressivamente todos os poderes e acabou por se proclamar Assembleia soberana e tratar Luís XVI como um simples funcionário. A Convenção, após um início relativamente moderado, produziu uma primeira forma de Terror, em que os julgamentos eram cercados por algumas garantias legais. Depois, exagerando logo seu poder, ela proclamou uma lei que tirava dos acusados todo direito de defesa e que permitia condená-los sob a simples presunção de suspeita. Cedendo cada vez mais a suas fúrias

sanguinárias, ela acabou por dizimar a si mesma. Girondinos, hebertistas, dantonistas, robespierristas, viram sucessivamente terminar sua carreira nas mãos do carrasco.

Essa aceleração dos sentimentos nas assembleias explica porque elas foram sempre tão pouco senhoras de seus destinos e chegaram tantas vezes a resultados exatamente contrários aos objetivos a que elas se propunham. Católica e realista, a Constituinte, ao invés da monarquia constitucional que ela queria estabelecer e da religião que ela queria defender, conduziu rapidamente a França a uma república violenta e à perseguição do clero.

As assembleias políticas são compostas, nós já vimos, de grupos heterogêneos, como certos clubes que desempenharam um papel imenso durante a Revolução e cuja psicologia merece um estudo especial.

§2. Psicologia dos clubes revolucionários.

Pequenas reuniões de pessoas que possuem as mesmas opiniões, as mesmas crenças, os mesmos interesses e que eliminam todos os dissidentes, eles se diferenciam das grandes assembleias pela unidade de seus sentimentos e, por consequência, de suas vontades. Tais foram outrora as comunas, as congregações religiosas, as corporações e, depois, os clubes durante a Revolução, as sociedades secretas na primeira metade do século XIX e, enfim,

os francos-maçons e os sindicatos de trabalhadores de hoje em dia.

Essa diferença entre uma assembleia heterogênea e um clube homogêneo deve ser bem estudada para se compreender a marcha da Revolução Francesa. Até o Diretório e sobretudo durante a Convenção, ela foi dominada pelos clubes.

Apesar da unidade de sua vontade devido à ausência de partidos diversos, os clubes obedecem às leis da psicologia das massas. Eles são consequentemente subjugados pelos líderes. Vemos isso sobretudo no clube dos jacobinos, liderado por Robespierre.

O papel de líder de um clube __ massa homogênea __ é muito mais difícil do que aquele de líder de uma massa heterogênea. Esta última é conduzida facilmente fazendo vibrar um pequeno número de cordas. Num agrupamento homogêneo, como um clube, onde os sentimentos e os interesses são idênticos, é preciso saber administrá-los e o líder se torna frequentemente um liderado.

Uma grande força das aglomerações homogêneas é seu anonimato. Sabe-se que, durante a Comuna de 1871, algumas ordens anônimas bastaram para incendiar os mais belos monumentos de Paris: o Hotel de Ville, as Tulherias, a Cour des Comptes, a Legião de Honra etc. Uma ordem breve dos comitês anônimos: “Queime Finanças, queime Tulherias etc.” era imediatamente exe-

cutada. Apenas um acaso inesperado salvou o Louvre e suas coleções. Sabe-se com que respeito são escutadas em nossos dias as ordens mais absurdas dos chefes anônimos dos sindicatos de trabalhadores. Os clubes de Paris e a Comuna insurrecional não foram menos obedecidos na época da Revolução. Uma ordem emanada deles bastava para lançar sobre a Assembleia um populacho armado que lhes ditava suas vontades.

Resumindo a história da Convenção, num outro capítulo, veremos a frequência de tais irrupções e o servilismo com que esta assembleia __ considerada durante muito tempo, nas lendas, como muito enérgica __ se curvou diante das ordens mais imperativas de um punhado de amotinados. Instruído pela experiência, o Diretório fechou os clubes e pôs fim às invasões do populacho, metralhando-as energicamente.

A convenção tinha compreendido, aliás, muito rapidamente a superioridade dos agrupamentos homogêneos sobre as assembleias heterogêneas, para governar. Por isso ela se subdividiu em comitês compostos por um número restrito de indivíduos. Estes comitês __ saúde pública, finanças etc. __ formavam pequenas assembleias soberanas, na grande assembleia. Seu poder só foi posto em cheque pelo dos clubes.

As considerações precedentes mostram o poder dos agrupamentos sobre a vontade dos membros que os compõem. Se o

agrupamento é homogêneo, essa ação é considerável; se ele é heterogêneo, a ação será menor, mas poderá, no entanto, se tornar importante, seja porque os agrupamentos enérgicos de uma assembleia dominam aqueles com coesão fraca, seja porque certos sentimentos contagiosos se propagam frequentemente a todos os membros de uma assembleia.

Um exemplo memorável dessa influência dos agrupamentos foi dado na época de nossa Revolução quando, na noite de 4 de agosto a nobreza votou a proposição de um de seus membros sobre o abandono dos privilégios feudais. Sabe-se, no entanto, que a Revolução foi o resultado, em parte, da recusa do clero e da nobreza em renunciar a seus privilégios. Porque a renúncia foi recusada a princípio? Simplesmente porque as pessoas em massa não agem como as pessoas isoladas. Individualmente nenhum membro da nobreza teria jamais abandonado seus direitos.

Dessa influência das assembleias sobre seus membros, Napoleão, em Santa Helena, cita curiosos exemplos:

> *Nada era mais comum do que encontrar pessoas dessa época notável, opostas à reputação que pareciam justificar suas palavras e seus atos de então. Poder-se-ia acreditar Monge, por exemplo, como um homem terrível. Quando a guerra foi declarada ele subiu à tribuna dos jacobinos e declarou que daria suas duas filhas aos dois primeiros sol-*

dados que fossem feridos pelo inimigo... Ele queria que se matasse todos os nobres etc. Porém, Monge era o mais doce, o mais fraco dos homens e não teria deixado matar um frango se precisasse fazer a execução ele mesmo ou apenas diante dele.

§3. Tentativa de interpretação do exagero progressivo dos sentimentos nas assembleias.

Se os sentimentos coletivos fossem suscetíveis de medida quantitativa exata, poder-se-ia traduzi-los por uma curva que, após uma ascensão no início bem lenta, depois muito rápida, desceria de maneira quase vertical. A equação dessa curva poderia ser chamada de equação das variações dos sentimentos coletivos submetidos a uma excitação constante.

Não é sempre fácil explicar a aceleração de certos sentimentos sob a influência de uma causa constante. Talvez, no entanto, pudéssemos destacar que se as leis da psicologia são comparáveis àquelas da mecânica, uma causa de grandeza variável, mas agindo de maneira contínua, deve fazer crescer rapidamente a intensidade de um sentimento. Sabe-se, por exemplo, que uma força constante em grandeza e em direção, tal como a gravidade agindo sobre um corpo, lhe imprime um movimento acelerado. A rapidez de um corpo caindo no espaço, sob a influência da gravidade, será ao redor de 10 metros durante o primeiro segundo, 20 metros durante o

segundo, 30 metros durante o terceiro etc. Seria fácil fazer o corpo cair de uma altura suficiente para lhe dar velocidade necessária para perfurar uma placa de aço.

Mas se essa explicação é aplicável à aceleração de um sentimento submetido a uma força constante, ela não nos diz por que os efeitos da aceleração acabam por cessar bruscamente. Uma tal parada só se torna compreensível fazendo intervir interpretações fisiológicas, ou seja, lembrando-se que o prazer e a dor não podem ultrapassar certos limites e que toda excitação muito violenta provoca uma paralisia da sensação. Nosso organismo só pode suportar um máximo de alegria, de dor ou de esforço e não poderia suportá-los por muito tempo. A mão que segura um dinamômetro chega logo ao esgotamento de seu esforço e é obrigada a largá-lo bruscamente.

O estudo das causas do desaparecimento rápido de certos grupos de sentimentos nas assembleias deve ainda levar em conta o fato de que, ao lado do partido que domina por meio de sua força ou de seu prestígio, se encontram outros cujos sentimentos, contidos por essa força ou esse prestígio, não puderam se desenvolver totalmente. Uma circunstância qualquer enfraqueça um pouco o partido dominante e logo os sentimentos represados dos partidos adversários podem se tornar preponderantes. Os montanheses tiveram essa experiência após Termidor. Todas as analogi-

as que tentem estabelecer entre as leis às quais obedecem os fenômenos materiais e as que regem a evolução dos elementos afetivos e místicos são evidentemente muito grosseiras. Será necessariamente assim até o dia em que o mecanismo das funções cerebrais tornar-se menos ignorado do que hoje em dia.

* * *

SEGUNDA PARTE

A Revolução Francesa.

LIVRO I

As origens da Revolução Francesa.

CAPÍTULO I

As opiniões dos historiadores sobre a Revolução Francesa.

§1. Os historiadores da Revolução.

Sumário

As opiniões mais contraditórias foram formuladas sobre a Revolução e, mesmo que 120 anos apenas nos separem, parece impossível ainda avaliá-la sem paixão. Para Maistre, ela foi “uma obra satânica” e jamais “a ação do espírito das trevas se manifestou com uma evidência semelhante”. Para os jacobinos modernos, ela regenerou o gênero humano.

Os estrangeiros que passam pela França a consideram ainda como um assunto a evitar nas conversas.

Escreve Barret Wendell:

> *Por todo lado essa lembrança e essas tradições permanecem dotadas de uma vitalidade tal que poucas pessoas são capazes de tratá-las sem paixão. Elas excitam ainda, ao mesmo tempo, o entusiasmo e o ressentimento. Elas ainda são consideradas com um espírito partidário, leal e ardente. Quanto mais você conhece a França, mais nitidamente chega à conclusão de que, ainda hoje, nenhum estudo da Revolução foi publicado por um francês imparcial.*

Esta observação é muito justa. Para serem interpretados com equidade, os acontecimentos do passado não devem mais exercer suas consequências, nem tocar nas crenças políticas ou religiosas, cuja intolerância eu já destaquei.

Não é de se espantar que os historiadores exprimam ideias opostas sobre a Revolução Francesa. Durante muito tempo ainda uns verão nela um dos mais sinistros acontecimentos da história; outros, um dos mais gloriosos. Todos acreditaram narrá-la com imparcialidade e só fizeram, em geral, defender teses contraditórias muito simplistas. Sendo os documentos inumeráveis e contrários, sua escolha consciente ou inconsciente permitiria facilmente justificar as teses sucessivamente emitidas.

Os antigos historiadores da Revolução Francesa __ Thiers, Quinet, o próprio Michelet, apesar de seu talento __ estão um

pouco esquecidos hoje em dia. Suas doutrinas eram, aliás, pouco complicadas; o fatalismo histórico os domina geralmente. Thiers considerava a Revolução como o resultado de vários séculos de monarquia absoluta e o Terror como a consequência necessária da invasão estrangeira. Quinet via os excessos de 1793 como o resultado de um despotismo secular, mas sustentava que a tirania da Convenção foi inútil e prejudicou a obra da Revolução. Michelet via apenas nesta última a obra do povo, que ele admirava cegamente e cuja glorificação, continuada por outros historiadores, ele começou.

O antigo prestígio de todos esses historiadores foi bem apagado pelo de Taine. Se bem que igualmente apaixonado, ele jogou uma viva luz sobre o período revolucionário e, durante muito tempo sem dúvida, seu livro não será substituído.

Uma obra tão importante devia necessariamente conter defeitos. Taine apresenta admiravelmente os fatos e os personagens, mas ele pretende julgar com sua lógica racional acontecimentos que a razão não ditou e não poderia, por consequência, interpretar. Sua psicologia, excelente quando permanece simplesmente descritiva, é muito fraca assim que se torna explicativa. Afirmar que Robespierre era um pedante não é revelar as causas de seu poder absoluto sobre a Convenção, impunemente dizimada por ele du-

rante vários meses. Diz-se muito justamente de Taine, que ele viu bem e compreendeu mal.

Apesar dessas restrições, sua obra é memorável e não foi igualada. Pode-se avaliar sua imensa influência pelo desespero que produz nos defensores fiéis da ortodoxia jacobina, cujo maior sacerdote hoje em dia é o Sr. Aulard, professor na Sorbonne. Este último dedicou dois anos para escrever um panfleto contra Taine, em que a paixão impregna cada linha. O tempo gasto para a correção de alguns erros materiais muito insignificantes só o levou, aliás, a cometer erros idênticos.

Retomando seu trabalho, o Sr. A. Cochin mostrou que o Sr. Aulard se enganou, em suas citações, quase uma vez a cada duas, enquanto que Taine tinha errado muito mais raramente. O mesmo historiador mostra igualmente o quanto é preciso desconfiar das fontes do Sr. Aulard. Diz ele:

> *Essas fontes __ processos verbais, jornais, panfletos patriotas __ são justamente os atos autênticos do patriotismo, redigidos por patriotas e a maior parte para o público. Ele devia encontrar nelas, em toda parte, como uma atriz principal, a tese da defesa. Ele tinha lá, à mão, completa, uma história da Revolução, que apresentava ao lado de cada um dos atos do "povo", depois os massacres de setem-*

bro, até à lei de Prairial, uma explicação pronta, segundo o sistema da defesa republicana.

A crítica mais justa que se pode fazer sobre a obra de Taine, é de ter ficado incompleta. Ele estudou sobretudo o populacho e seus chefes durante o período revolucionário. Ele lhe inspirou páginas vibrantes de indignação que se admira ainda, mas vários aspectos importantes da Revolução lhe escaparam.

O que quer que se possa pensar da Revolução, uma divergência irredutível existirá sempre entre os historiadores da escola de Taine e a do Sr. Aulard. Este considera o povo soberano como admirável, enquanto que o primeiro mostra que, abandonado a seus instintos e livre de todo freio social, ele cai na selvageria primitiva. A concepção do Sr. Aulard, muito contrária aos ensinamentos da psicologia das massas, é ainda um dogma religioso para os jacobinos modernos. Eles escrevem sobre a Revolução com raciocínios e métodos de crentes e tomam, por obras científicas, argumentações teológicas.

§2. A teoria do fatalismo na revolução.

Advogados e detratores da Revolução admitem frequentemente o fatalismo dos acontecimentos revolucionários. Esta tese é bem sintetizada na passagem seguinte da **Histoire de la Révolution**, de Émile Ollivier:

Nenhum homem poderia se opor a ela. A censura não pertence nem àqueles que pereceram, nem aos que sobreviveram. Não havia força individual capaz de mudar os elementos e de prevenir os acontecimentos que nascem da natureza das coisas e das circunstâncias.

O próprio Taine se inclinou para essa tese. Diz ele:

No instante em que se abrem os Estados Gerais, o curso das ideias e dos acontecimentos está, não apenas determinado, mas também visível. Previamente e sem que se dê conta, cada geração trás em si mesma seu futuro e sua história; muito antes do resultado se pode anunciar seu destino.

Outros autores modernos que não professam __ não mais do que Taine __ indulgências para com as violências revolucionárias são igualmente partidários dessa fatalidade. O Sr. Sorel, após ter lembrado da fala de Bossuet sobre as revoluções da antiguidade __ "Tudo é surpreendente se só se olha as causas particulares e, no entanto, tudo avança com uma continuidade regular" __ exprime a intenção, muito mal realizada aliás, de:

mostrar na Revolução Francesa __ que aparece a uns como a subversão e a outros como a regeneração do velho mundo europeu __ a sucessão natural e necessária da histó-

ria da Europa e mostrar que essa revolução não trouxe nenhuma consequência, mesmo a mais singular, que não foi decorrência dessa história e que não se explica pelos antecedentes do antigo regime.

O próprio Guizot tinha antes tentado provar que nossa Revolução __ que ele assemelha muito mal com a da Inglaterra __ foi muito natural e não inovou em nada. Diz ele:

Longe de ter rompido o curso natural dos eventos na Europa, nem a revolução da Inglaterra nem a nossa disseram nada, quiseram nada, fizeram nada que não foi dito, desejado, feito ou tentado cem vezes antes de sua explosão.

...Que se olhe as doutrinas gerais das duas revoluções ou as aplicações que elas fizeram dessas doutrinas, quer se trate do governo do Estado ou da legislação civil, das propriedades ou das pessoas, da liberdade ou do poder, não se encontrará nada cuja invenção lhes pertença, nada que não se encontre igualmente, que não nasça nos tempos ditos comuns.

Todas essas afirmações lembram simplesmente a lei banal que diz que um dado fenômeno é a consequência de fenômenos anteriores. Proposições tão gerais explicam poucas coisas.

Não se poderia, aliás, querer explicar muitos acontecimentos com o princípio da fatalidade histórica adotado por tantos historiadores. Eu discuti, em outro lugar, o valor dessas fatalidades e mostrei que todo esforço da civilização consiste em dissociá-las. Sem dúvida que a história está repleta de necessidades, mas ela está repleta também de fatos contingentes que poderiam ou não ter sido assim. O próprio Napoleão enumerou, em Santa Helena, seis circunstâncias que teriam podido impedir sua prodigiosa carreira. Ele contou, particularmente, que tomando um banho em 1786, em Auxonne, ele escapou da morte porque encontrou por acaso um banco de areia. Se Bonaparte tivesse morrido naquele momento, pode-se admitir que um outro general chegasse à ditadura. Mas que tivesse se tornado a epopeia imperial e suas consequências, com a genialidade que conduziu nossos exércitos triunfantes por todas as capitais da Europa?

É permitido considerar em parte a Revolução como uma necessidade, mas ela foi sobretudo (e isso é o que os escritores fatalistas citados acima não mostram, de maneira alguma) uma luta permanente de teóricos imbuídos de um ideal novo, contra as leis econômicas, sociais e políticas que conduzem as pessoas e que eles não compreendiam. Desconhecendo-as, eles tentaram inutilmente alterar o curso das coisas, se desesperando com seus insucessos e chegando a cometer todo tipo de violências. Eles decreta-

ram que papel moeda __ chamado de *assignat* __valeria ouro e todas as suas ameaças não impediram que esse valor fictício caísse a quase nada. Eles decretaram a lei do máximo e essa lei só fez aumentar os males que ela queria remediar. Robespierre declara na Convenção "que todos os *sans-culottes* serão pagos às custas do Tesouro, que será alimentado pelos ricos" e, apesar das perseguições e da guilhotina, o Tesouro permaneceu vazio.

Após terem quebrado todas as amarras os homens da Revolução acabaram por descobrir que uma sociedade não pode viver sem elas. Mas, quando quiseram criar novas, eles perceberam também que as mais fortes, mesmo sustentadas pelo medo da guilhotina, não conseguiriam substituir a disciplina lentamente edificada pelo passado nas almas. Compreender a evolução de uma sociedade, julgar as inteligências e os corações, prever as consequências das medidas promulgadas; com isso, eles nunca se preocuparam.

Os acontecimentos revolucionários não decorreram então, de maneira alguma, de necessidades inevitáveis. Eles foram muito mais a consequência dos princípios jacobinos do que das circunstâncias e teriam podido ser outros. A Revolução teria tomado outro rumo se Luís XVI tivesse sido melhor aconselhado ou se somente a Constituinte tivesse sido menos pusilânime a respeito dos

motins populares? A teoria do fatalismo revolucionário só é útil para justificar as violências, apresentando-as como inevitáveis.

Quer se trate da ciência ou da história, deve-se desconfiar extremamente da ignorância que se abriga sob o termo fatalismo. A natureza estava repleta outrora de uma massa de fatalidades que a ciência está lentamente conseguindo dissolver. É próprio das pessoas superiores, como eu já demonstrei em outro lugar, desagregá-las.

§3. As incertezas dos historiadores recentes da Revolução.

Os historiadores cujas ideias expusemos neste capítulo se mostraram muito afirmativos em seus ataques ou defesas. Confinados ao círculo da crença, eles não tentaram penetrar até o círculo do conhecimento. Um escritor monarquista era violentamente hostil à Revolução e um escritor liberal não era um partidário menos violento.

Vemos em nossos dias se desenhar um movimento que conduzirá certamente ao estudo da Revolução como um fenômeno científico, no qual as opiniões e as crenças de um autor intervém tão pouco que o leitor nem mesmo suspeita.

Esse período ainda não nasceu. Vemos despontar apenas aquele período da dúvida que o precede. Escritores liberais, que antes eram muito afirmativos, começam a não sê-lo mais. Avalia-

se este novo estado de espírito pelos extratos seguintes de autores recentes:

O Sr. Hanotaux, após ter decantado a utilidade da Revolução, se pergunta se seus resultados não foram pagos muito caros e acrescenta: “A história hesita e hesitará muito tempo ainda em se pronunciar”.

O Sr. Madelin mostra a mesma hesitação em seu livro que publicou sobre a Revolução.

> *Eu não me senti com autoridade suficiente para fazer __ mesmo em foro íntimo __ um julgamento categórico sobre um acontecimento tão complexo quanto a Revolução Francesa. Mesmo hoje em dia ainda me é difícil fazer um bem pequeno. Causas, fatos, consequências me parecem ainda muito sujeitos aos debates.*

Damos melhor conta ainda da transformação atual das antigas ideias sobre a Revolução Francesa percorrendo os novos escritos de seus defensores oficiais. Enquanto que outrora pretendiam justificar todas as violências representando-as como atos de simples defesa, agora eles se limitam a defender as circunstâncias atenuantes.

Eu encontro uma prova impressionante desse novo estado de espírito na história da França para as escolas, publicado recente-

mente pelos senhores Aulard e Debidour. Nela se lê, a propósito do Terror, as seguintes linhas:

> *Rios de sangue correram. Houve injustiças, crimes inúteis para a Defesa Nacional e odiosos. Mas perdeu-se a cabeça nessa tempestade e assediados por mil perigos, os patriotas combatiam com raiva.*

Vemos, numa outra parte deste livro, que o primeiro dos autores citados se mostra __ apesar da intransigência de seu jacobinismo __ muito pouco indulgente para com os homens qualificados outrora como "gigantes da Convenção".

Os julgamentos dos estrangeiros sobre nossa Revolução são, em geral, muito severos e isso não é de se admirar, lembrando a que ponto a Europa sofreu durante vinte anos com nossas perturbações.

Os alemães, sobretudo, se mostram os mais duros. Sua opinião é resumida nas linhas seguintes do Sr. Faguet:

> *Saibamos dizer corajosa e patrioticamente; pois o patriotismo consiste a princípio em dizer a verdade a seu país: a Alemanha vê na França, pelo passado, um povo que, com as grandes palavras liberdade e fraternidade na boca, oprimiu, massacrou, assassinou, pilhou e extorquiu durante quinze anos; pelo presente, um povo que, com as mesmas*

palavras em suas flâmulas, organiza uma democracia despótica, opressora, inquietante e ruinosa, que não deve ser imitada por ninguém. Eis o que a Alemanha pode ver na França e eis, segundo seus jornais e livros, pode-se estar certos, o que nela vê.

Qualquer que seja, de resto, o valor dos julgamentos feitos sobre a Revolução Francesa, pode-se estar certo que os escritores do futuro a considerarão como um acontecimento tão apaixonante quanto instrutivo.

Um governo tão sanguinário para fazer guilhotinar ou afogar velhos de 80 anos, meninas e criancinhas, cobrindo a França de ruínas e, no entanto, conseguindo repelir a Europa em armas; uma arquiduquesa da Áustria, rainha da França, morta no cadafalso e, alguns anos depois, uma outra arquiduquesa, sua parente, a substituindo no mesmo trono ao desposar um subtenente que se tornou imperador; eis tragédias únicas nos anais do gênero humano. Os psicólogos sobretudo tirarão partido de uma história tão pouco estudada por eles até aqui. Acabarão por descobrir, sem dúvida, que a psicologia só pode progredir renunciando às teorias quiméricas e às experiências de laboratórios, para estudar os acontecimentos e os seres que nos rodeiam.[9]

[9] Esta recomendação está longe de ser banal. Os psicólogos estudam muito pouco hoje em dia o mundo que os rodeia e eles se espantam mesmo quando se

§4. A imparcialidade na história.

A imparcialidade sempre foi considerada como a qualidade mais essencial de um historiador. Todos, desde Tácito, asseguram que são imparciais.

Na realidade, o escritor vê os acontecimentos como o pintor a paisagem, ou seja, com seu temperamento, sua personalidade e a alma de seu povo. Vários artistas, colocados diante de uma paisagem, a traduzirão necessariamente de uma maneira diferente. Cada um valorizará detalhes negligenciados pelos outros. Cada reprodução será assim uma obra pessoal, ou seja, interpretada por uma certa forma de sensibilidade.

Acontece o mesmo com o escritor. Não se pode por isso falar da imparcialidade de um historiador, tanto quanto a de um pintor.

---

busca estudá-los. Eu encontrei uma interessante prova deste medíocre estado de espírito numa crítica de um dos meus livros, publicada na **Revue Philosophique** e inspirada pelo diretor desta revista. O autor me reprova ao "explorar mais o mundo e os jornais do que os livros".

Eu aceito de boa vontade esta reprovação. Os fatos diversos dos jornais e a visão das realidades do mundo são muito mais instrutivos do que as elucubrações metafísicas com que se limita a **Revue Philosophique**.

Os filósofos começam a sentir a puerilidade de tais tagarelices. Foi certamente nos 40 volumes desta fastidiosa publicação que pensava o Sr. William James quando escreveu que todas essas dissertações representam simplesmente "uma fileira de fatos grosseiramente observados e algumas discussões inflamadas". Mesmo sendo o autor do melhor tratado de psicologia conhecido, o eminente pensador reconhecia "a fragilidade de uma ciência que goteja crítica metafísica por todos os poros". Há mais de vinte anos eu tento engajar a psicologia no estudo das realidades, mas a corrente da metafísica universitária se desvia com muita dificuldade, mesmo tendo perdido toda influência

Sem dúvida que o historiador pode se limitar a reproduzir documentos e é essa a tendência atual. Mas esses documentos, de uma época pouco distanciada da nossa __ como a Revolução Francesa, por exemplo __ são tão abundantes que uma só vida não bastaria para percorrê-los e é preciso então se resignar em escolher.

De uma maneira consciente algumas vezes e inconsciente na maior parte delas, o autor seleciona necessariamente os materiais que respondem melhor a suas opiniões políticas, religiosas e morais.

É por isso impossível __ a menos que se contente com simples cronologias que resumam cada acontecimento em uma linha e uma data __ produzir um livro de história verdadeiramente imparcial. Nenhum autor poderia sê-lo e não é de se lamentar que nenhum o tenha sido. A pretensão de imparcialidade, muito difundida hoje em dia, conduz a obras planas, cinzas e prodigiosamente maçantes, que tornam completamente impossível a compreensão de uma época.

O historiador deve, sob o pretexto de imparcialidade, se abster de julgar as pessoas, ou seja, de falar delas em termos admirados ou severos?

Esta questão comporta, eu creio, duas soluções muito diferentes e no entanto muito justas, segundo o ponto de vista em que se coloque: aquele do moralista ou aquele do psicólogo.

O moralista deve olhar exclusivamente o interesse social e só julgar as pessoas segundo este interesse. Pelo único fato de que ela sobrevive e quer continuar a viver, uma sociedade está obrigada a admitir um certo número de regras, de ter um critério indestrutível do bem e do mal, de criar, por consequência, distinções muito nítidas entre o vício e a virtude. Ela consegue assim constituir tipos médios dos quais as pessoas de uma época se aproximam mais ou menos, mas dos quais elas não podem se afastar muito sem colocar em perigo a sociedade.

É de acordo com tais tipos e as regras derivadas das necessidades sociais que o moralista deve julgar as pessoas do passado. Louvando aquelas que foram úteis, censurando as outras, ele contribui para fixar tipos morais indispensáveis à marcha da civilização e que servem de modelos. Os poetas __ como Corneille, por exemplo __ ao criarem heróis superiores à maioria das pessoas __ e inimitáveis talvez __ contribuem para estimular nossos esforços. É preciso sempre propor a um povo o exemplo dos heróis para elevar sua alma.

Tal é o ponto de vista do moralista. O do psicólogo será bem outro. Enquanto que uma sociedade não tem o direito de ser tole-

rante, porque seu primeiro dever é sobreviver, o psicólogo deve permanecer indiferente. Considerando as coisas de maneira científica, ele só se ocupa com seu valor utilitário e trata apenas de explicá-las.

Sua situação é a de um observador diante de um fenômeno qualquer. É difícil, evidentemente, ler com sangue frio que Carrier ordenou enterrar suas vítimas até o pescoço para furar-lhes os olhos em seguida e submetê-las a horríveis suplícios. É preciso, no entanto, para compreender tais atos, não se indignar. Tanto quanto o naturalista diante de uma aranha que devora lentamente uma mosca. Assim que a razão se emociona, ela deixa de ser a razão e não pode explicar nada.

Os papeis do historiador e do psicólogo não são, como se vê, idênticos. Mas tanto ao primeiro quanto ao segundo se pode pedir que tentem __ através de uma sábia interpretação dos fatos __ descobrir, sob as evidências visíveis, as forças invisíveis que os determinam.

* * *

CAPÍTULO II

Os fundamentos psicológicos do antigo regime.

§1. A monarquia absoluta e as bases do antigo regime.

Sumário

Muitos historiadores asseguram que a Revolução foi feita contra a autocracia da monarquia. Mas, na realidade, muito tempo antes de sua explosão os reis da França tinham deixado de ser monarcas absolutos.

Eles só chegaram muito tarde __ e apenas no reino de Luís XIV __ a possuir um poder inconteste. Todos os soberanos precedentes (neles incluídos os mais poderosos; Francisco I, por exemplo) tiveram que manter __ seja contra os senhores, seja contra o clero, seja contra o Parlamento __ lutas constantes em que nem sempre eles eram os mais fortes. Francisco I, que citamos, não possuía nem mesmo autoridade para proteger, contra a Sorbonne e o Parlamento, seus familiares mais íntimos. Seu conselheiro e amigo Berquin, tendo descontentado a Sorbonne, foi preso sob as ordens dela. O rei ordenou que fosse solto, mas ela recusou. Ele foi obrigado a enviar arqueiros para retirá-lo da Conciergerie e não encontrou outro meio de protegê-lo a não ser mantê-lo perto de si, no Louvre. A Sorbonne não se deu por vencida. Aprovei-

tando-se de uma ausência do rei, ela prendeu de novo Berquin e o fez ser julgado pelo Parlamento. Condenado às dez horas da manhã, ele foi queimado vivo ao meio-dia.

Edificado muito lentamente, o poder dos reis da França só foi absoluto sob Luís XIV. Ele declinou rapidamente em seguida e seria realmente difícil falar do absolutismo de Luís XVI.

Esse pretenso senhor era escravo de sua corte, de seus ministros, do clero e da nobreza. Ele fazia o que o obrigavam a fazer e raramente o que queria. Nenhum francês foi, talvez, menos livre que ele.

Os grandes recursos da monarquia residiam, primeiro em sua suposta origem divina e depois nas tradições acumuladas pelo tempo. Elas formavam a verdadeira estrutura social do país.

A verdadeira causa do desaparecimento do antigo regime foi justamente o enfraquecimento das tradições que lhe serviam de base. Quando, após discussões repetidas, elas não tinham mais defensores, o antigo regime se desmoronou como um edifício cujas fundações foram destruídas.

§2. Os inconvenientes do antigo regime.

Um regime estabelecido há muito tempo sempre acaba por parecer aceitável pelo povo governado por ele. O hábito mascara os inconvenientes, que aparecem somente quanto se reflete bas-

tante sobre eles. A pessoa se pergunta então como pôde suportá-los. O ser realmente infeliz é aquele que se acredita miserável.

Foi justamente esta crença que se estabeleceu na época da Revolução, sob a influência dos escritores cuja ação estudaremos em breve. As imperfeições do antigo regime explodiram então a todos os olhos. Elas eram numerosas. Bastará destacar algumas.

Apesar da autoridade aparente do poder central, o reino, formado pela conquista sucessiva de províncias independentes, estava dividido em territórios que possuíam cada um suas leis, seus costumes, seus hábitos e que pagavam impostos diferentes. Aduanas interiores os separavam. A unidade da França era assim bem artificial. Ela representava um agregado de países diversos que os esforços repetidos dos reis, inclusive o de Luís XIV, não conseguiram unificar inteiramente. A obra mais útil da Revolução foi precisamente essa unificação.

A tais divisões materiais vinham se juntar divisões sociais constituídas por classes __ nobreza, clero, terceiro estado __ cujas barreiras rígidas só podiam ser transpostas muito dificilmente.

Considerando como uma de suas forças a separação das classes, o antigo regime a manteve rigorosamente. Ela se tornou a principal causa dos ódios que inspirou. Muitas das violências da burguesia triunfante representavam sobretudo vinganças de um longo passado de desdém e de opressão. As feridas do amor-

próprio são aquelas cuja lembrança menos se apaga. O terceiro estado suportou muitas. Numa reunião dos Estados Gerais de 1614, em que seus representantes se viram obrigados a permanecer de joelhos, de cabeça erguida um membro do terceiro estado ousou dizer que as ordens eram como três irmãos. O orador da nobreza respondeu "que não havia nenhuma fraternidade entre ela e o terceiro estado, que os nobres não queriam que os filhos de sapateiros os chamassem de irmãos".

Apesar do progresso das luzes, a nobreza e o clero conservavam com obstinação privilégios e exigências, injustificáveis no entanto depois que essas classes deixaram de prestar serviços.

Descartados das funções públicas pelo poder real que os desafiava e substituídos progressivamente por uma burguesia cada vez mais capaz e instruída, o clero e a nobreza só desempenhavam um papel social de aparências. Este ponto foi luminosamente evidenciado por Taine. Diz ele:

> *Depois que a nobreza perdeu a capacidade especial e o terceiro estado adquiriu a capacidade geral, se encontrando no mesmo nível pela educação e pelas aptidões, a desigualdade que os separava se tornou ofensiva e inútil. Instituída pelo costume, ela não é mais consagrada pela consciência e o terceiro estado se irrita, com razão, com os*

privilégios que nada mais justifica; nem a capacidade do nobre, nem a incapacidade do burguês.

Em razão da rigidez das castas, fixadas por um longo passado, não se vê o que poderia fazer com que a nobreza e o clero renunciassem a seus privilégios. Sem dúvida eles acabaram por abandoná-los numa noite memorável, quando os acontecimentos os forçaram a isso, mas quando já era muito tarde e a Revolução deslanchada prosseguia em seu curso.

Certamente que os progressos modernos teriam estabelecido tudo o que a Revolução criou: a igualdade dos cidadãos perante a lei, a supressão dos privilégios de nascimento etc. Apesar do espírito conservador dos latinos, estas coisas teriam sido obtidas, como foram pela maior parte dos povos. Nós teríamos, desta maneira, economizado vinte anos de guerras e de devastações. Mas, para evitá-las, seria preciso uma constituição mental diferente da nossa e sobretudo outros políticos, diferentes daqueles daquela época.

A hostilidade profunda da burguesia contra as classes que a tradição mantinha acima dela foi um dos grandes fatores da Revolução e explica perfeitamente que, após seu triunfo, a primeira exproprie os vencidos de suas riquezas. Ela se comporta então como os conquistadores. Como Guilherme, o Normando, que distribuiu, após a conquista da Inglaterra, a terra a seus soldados.

Mas, se a burguesia detestava a nobreza, ela não tinha nenhum ódio contra a realeza, que não lhe parecia, aliás, substituível. As inabilidades do rei e seus apelos ao estrangeiro só conseguiram muito lentamente torná-lo impopular.

A primeira Assembleia nunca pensou em fundar uma república. Extremamente monarquista, com efeito, ela sonhava simplesmente em substituir uma monarquia absoluta por uma monarquia constitucional. Apenas a consciência de seu poder crescente a exasperou contra as resistências do rei. Ela não ousou, no entanto, derrubá-lo.

§3. A vida sob o antigo regime.

É difícil ter uma ideia muito nítida da vida no antigo regime e sobretudo da situação real dos camponeses.

Os escritores que defendem a Revolução, como os teólogos defendem os dogmas religiosos, traçam quadros tão sombrios da existência dos camponeses no antigo regime, que é de se perguntar como os infelizes não haviam todos morrido de fome depois de tanto tempo. Um belo exemplo dessa maneira de escrever se encontra num livro do Sr. A. Rambaud, ex-professor da Sorbonne, publicado com o título **Histoire de la Révolution Française**. Nele destacamos particularmente uma gravura cuja legenda diz: “Miséria dos camponeses sob Luís XIV”. Em primeiro plano um ho-

mem disputa, com cães, ossos, aliás completamente descarnados. Ao lado deles, um infeliz se curva comprimindo o ventre. Mais adiante, uma mulher deitada no chão come a erva. No fundo da paisagem, personagens, que não se pode dizer se são cadáveres ou famintos, estão igualmente estendidos no chão. Como exemplo da administração do antigo regime, o mesmo autor assegura que: "Um emprego de policial pagava 300 libras e rendia 400.000". Tais cifras indicariam, na verdade, um grande desinteresse da parte do vendedor desses produtivos empregos. Ele nos afirma ainda "que não custava mais do que 120 libras para mandar prender as pessoas" e que, "sob Luís XV, distribuiu-se mais de 150.000 mandatos de prisão".

A maior parte dos livros sobre a Revolução são concebidos com tão pouca imparcialidade e espírito crítico porque esse período permanece, na realidade, muito mal conhecido.

Certamente que documentos não faltam, mas eles são totalmente contraditórios. À descrição célebre de La Bruyère pode-se opor o quadro entusiasta feito pelo viajante inglês Young sobre o próspero estado dos camponeses visitados por ele.

Eram realmente esmagados por impostos e pagavam, como se afirmou, quatro quintos de sua renda em vez de um quinto de hoje em dia? Impossível dizer com certeza. Um fato capital parece, no entanto, provar que no antigo regime a situação dos habi-

tantes dos campos não podia ser tão miserável, porque parece estabelecido que mais de um terço do solo havia sido comprado pelos camponeses.

Estamos melhor informados sobre a situação financeira. Ela era muito opressiva e muito complicada. Os orçamentos eram, na maioria das vezes, deficitários e os impostos de toda natureza pagos pelos fazendeiros eram em geral tirânicos. No momento da Revolução, este estado das finanças se tornou a causa de um descontentamento universal, expresso pelos cadernos dos Estados Gerais. Destaquemos todavia que esses cadernos não traduzem uma situação anterior, mas um estado conjuntural devido a uma crise de miséria produzida pela má colheita de 1788 e o inverno rigoroso de 1789. O que teriam sido esses mesmos cadernos escritos dez anos antes?

Apesar das circunstâncias desfavoráveis, eles não continham nenhuma ideia revolucionária. Os mais avançados queriam apenas que os impostos fossem elevados apenas com o consentimento dos Estados Gerais e pagos igualmente por todos. Os mesmos cadernos desejavam algumas vezes também que o poder do rei fosse limitado por uma Constituição que definisse seus direitos e os da nação. Se estas demandas tivessem sido aceitas, uma monarquia constitucional teria facilmente substituído a monarquia absoluta e a Revolução teria sido provavelmente evitada.

Infelizmente, a nobreza e o clero eram muito fortes e Luís XVI muito fraco para que tal solução fosse possível.

Ela se tornou muito difícil pelas exigências da burguesia, que pretendia substituir a nobreza e foi a verdadeira autora da Revolução.

O movimento desencadeado pela burguesia ultrapassou rapidamente, aliás, suas aspirações, suas necessidades, suas esperanças. Ela queria a igualdade em seu proveito, mas o povo também a queria para ele. A Revolução acabou assim, por se tornar o governo popular que não era e não tinha, de maneira alguma, a intenção de ser, no seu início.

§4. A evolução dos sentimentos monárquicos durante a Revolução.

Apesar da lenta evolução dos elementos afetivos, é certo que durante a Revolução os sentimentos, não apenas do povo, mas também das assembleias revolucionárias, a respeito da monarquia, se transformaram muito rapidamente. Entre o momento em que os legisladores da primeira assembleia revolucionária cercam Luís XVI de respeito e aquele em que lhe cortam a cabeça, poucos anos se passaram.

Essas mudanças, mais superficiais do que profundas, foram na realidade uma simples transposição de sentimentos de mesma ordem. O amor que as pessoas dessa época professavam pelo rei

foi transferido para o novo governo, herdeiro de seu poder. O mecanismo de tal transferência é fácil de colocar em evidência.

Sob o antigo regime, o soberano recebia seu poder da divindade e era investido, por essa razão, de um tipo de poder sobrenatural. Para ele se voltava o povo do fundo dos campos.

Essa crença mística no poder absoluto da realeza foi abalada apenas quando experiências repetidas mostraram que o poder atribuído ao ser adorado era fictício. Ele perdeu então seu prestígio. Porém, quando o prestígio é perdido, as massas não perdoam o deus caído por serem iludidas por ele e buscam um novo ídolo, que não podem dispensar.

Desde o início da Revolução, fatos numerosos e diariamente repetidos revelaram aos crentes mais fervorosos que a realeza não possuía mais poder e que existiam outros poderes capazes não apenas de lutar contra ela, mas que possuíam uma força superior.

O que poderiam pensar, com efeito, do poder real, as multidões que viam o rei posto em cheque por uma Assembleia e incapaz, em plena Paris, de defender sua melhor fortaleza contra os ataques de bandos armados.

A fraqueza real se torna então evidente, enquanto que o poder da Assembleia se mostrava crescente. Porém, aos olhos das massas, a fraqueza não tem prestígio e elas se voltam sempre para a força.

Nas assembleias, os sentimentos, sendo completamente móveis, não evoluem tão rápido. Por isso a fé monárquica nela sobreviveu à tomada da Bastilha, à fuga do rei e ao seu entendimento com os soberanos estrangeiros.

A fé realista permaneceu, no entanto, tão forte, que os motins parisienses e os acontecimentos que levaram à execução de Luís XVI não bastaram para arruinar definitivamente nas províncias a espécie de culto[10] secular que envolvia o antigo monarca.

Ela persistiu numa grande parte da França durante toda a duração da Revolução e foi a origem das conspirações realistas e da insurreição de vários departamentos que a Convenção teve tanta dificuldade para reprimir. A fé realista desapareceu em Paris, onde a fraqueza do rei era muito visível; mas, nas províncias, o poder real, representante de Deus aqui embaixo, conservou ainda seu prestígio.

[10] Para compreender a profundidade do amor hereditário do povo a seus reis, Michelet relata o seguinte fato que se passou no reino de Luís XV:

> *Quando se soube em Paris que Luís XV, que havia partido com o exército, estava doente em Metz, era noite. Levanta-se, a corte em tumulto sem saber para onde ir. As igrejas se abrem em plena noite... reúne-se nas esquinas, abordam-se, interrogam-se sem se conhecer. Houve várias igrejas em que o padre, que rezava para a saúde do rei, interrompeu o canto com seus choros e o povo lhe respondeu com seus soluços e seus gritos... O mensageiro que levou a notícia da convalescença foi abraçado e quase sufocado; seu cavalo foi beijado; foi levado em triunfo... Todas as ruas soltaram um grito de alegria: "O rei está curado!"*

Os sentimentos realistas deviam estar bem ancorados nas almas para que a guilhotina não pudesse sufocá-lo. Os movimentos realistas persistiram, com efeito, durante toda a Revolução e se acentuaram sobretudo sob o Diretório, quando 49 departamentos enviaram a Paris deputados realistas, o que provocou por parte do Diretório o golpe de estado do Frutidor.

Esses sentimentos monárquicos, dificilmente repelidos pela Revolução, contribuíram para favorecer o sucesso de Bonaparte quando ocupou o trono dos antigos reis e restabeleceu em grande parte o antigo regime.

* * *

CAPÍTULO III

A anarquia mental no momento da Revolução e o papel atribuído aos filósofos.

§1. Origens e propagação das ideias revolucionárias.

Sumário

A vida exterior das pessoas de cada era é moldada sobre uma vida interior constituída por uma estrutura de tradições, de sentimentos, de influências morais que dirigem sua conduta e mantêm certas noções fundamentais que as influenciam sem serem discutidas.

Quando a resistência dessa estrutura enfraquece, ideias sem influência antes poderão germinar e se desenvolver. Certas teorias, cujo sucesso foi imenso no momento da Revolução, se depararam, dois séculos antes, com muros intransponíveis.

Estas considerações têm por objetivo lembrar que os acontecimentos exteriores das revoluções são sempre a consequência de invisíveis transformações lentamente operadas nas almas. O estudo aprofundado de uma revolução necessita, por isso, do estudo do terreno mental sobre o qual germinam as ideias que fixarão seu curso.

Geralmente muito lenta, a evolução das ideias permanece frequentemente invisível na duração de uma geração. Só se compreende sua extensão comparando o estado mental das mesmas classes sociais nas extremidades da curva percorrida pelas mentes. Para se dar conta, particularmente, das ideias sobre a realeza que tinham as pessoas instruídas sob Luís XIV e sob Luís XVI, pode-se aproximar as teorias políticas de Bossuet e de Turgot.

Bossuet exprimia as concepções gerais de sua época sobre a monarquia absoluta, quando estabelecia a autoridade de um governo sob a vontade de Deus, "único juiz das ações dos reis, sempre irresponsáveis perante os homens". A fé religiosa era então tão forte quanto a fé monárquica, da qual parecia, de resto, inseparável e nenhum filósofo poderia abalá-la.

Os escritos dos ministros reformadores de Luís XVI __os de Turgot, por exemplo __ são animados por um espírito bem diferente. Do direito divino dos reis, ele não fala quase nada e o direito das pessoas começa a se desenhar nitidamente.

Muitos eventos contribuíram para preparar tal evolução: guerras infelizes, fomes, impostos, miséria geral no fim do reino de Luís XV etc. Lentamente abalado, o respeito pela autoridade monárquica foi substituído por uma revolta dos espíritos, pronta para se manifestar assim que a ocasião se apresentasse.

Toda estrutura mental que começa a se dissociar, se desagrega rapidamente em seguida. Foi por isso que se viu, no momento da Revolução, se propagar tão rapidamente ideias que de maneira alguma eram novas, mas que até então tinham permanecido sem influência, por não terem encontrado o terreno onde pudessem germinar.

Repetiu-se, no entanto, muitas vezes, com efeito, as ideias que seduziram naquele momento os espírito. Dois mil anos antes, os autores gregos e latinos tinham defendido a liberdade, amaldiçoado os tiranos e proclamado os direitos da soberania popular.

Os burgueses que fizeram a Revolução, mesmo tendo aprendido, como seus pais, todas essas coisas nos livros escolares, não se emocionaram, porque o momento em que elas poderiam emocioná-los não havia chegado. Como o povo poderia ter sido tocado antes da época, num tempo em que o hábito era respeitar todas as hierarquias como necessidades naturais?

A verdadeira ação dos filósofos na gênese da Revolução, não foi aquela que geralmente lhes é atribuída. Eles não revelaram nada de novo, mas desenvolveram o espírito crítico ao qual os dogmas não resistem, quando sua desagregação já está preparada.

Sob a influência do desenvolvimento desse espírito crítico, as coisas que começavam a não ser muito respeitadas, o foram

cada vez menos. Quando o prestígio e a tradição desapareceram, o edifício social se desmoronou bruscamente.

Essa desagregação progressiva acabou por descer até o povo, mas não foi iniciada por ele. O povo segue os exemplos e não os cria jamais.

Os filósofos, que não poderiam exercer nenhuma influência sobre o povo, exerceram uma muito grande sobre as classes esclarecidas da nação. A nobreza ociosa, há muito tempo sem função e, por consequência, impertinente, foi posta a seu reboque. Incapaz de prever qualquer coisa, ela foi a primeira a abalar todas as tradições que constituíam, no entanto, sua razão de ser. Tão saturada de humanitarismo e de racionalismo quanto a burguesia de hoje em dia, ela não parou de solapar, através de críticas, seus próprios privilégios. Sempre foi, como hoje em dia, entre os favorecidos pela sorte que se encontram os mais ardentes reformadores. A aristocracia encorajava as dissertações sobre o contrato social, os direitos da pessoa, a igualdade dos cidadãos. Ela aplaudia as peças de teatro que criticavam os privilégios, a arbitrariedade, a incapacidade das pessoas ao trabalho e os abusos de todo tipo.

Assim que as pessoas perdem a confiança nos fundamentos da estrutura mental que dirige sua conduta, elas se sentem mal e depois descontentes. Todas as classes sentiam desaparecer lenta-

mente suas antigas razões para agir. O que tinha prestígio a seus olhos, há muitos séculos, não tinha mais.

O espírito crítico dos escritores e da nobreza não bastou para abalar o peso grande das tradições, mas sua ação se superpôs a outras influências profundas. Já dissemos acima, citando Bossuet, que sob o antigo regime, o governo religioso e o governo civil, muito separados em nossos dias, se encontravam intimamente ligados. Tocar em um era necessariamente atingir o outro. Porém, antes mesmo que a ideia monárquica fosse abalada, a força da tradição religiosa estava muito gasta nos cérebros cultivados. Os progressos constantes do conhecimento tinham feito passar, cada vez mais, as mentes, da teologia para a ciência, opondo a verdade observada à verdade revelada.

Essa evolução mental, se bem que muito imprecisa ainda, permitia no entanto perceber que as tradições que tinham guiado as pessoas durante séculos, não tinham o valor que se lhes atribuía e que seria necessário, talvez, substituí-las.

Mas, onde descobrir os elementos novos que poderiam substituir a tradição? Onde buscar a varinha mágica capaz de erguer um outro edifício social, sobre os cacos daquele que não satisfazia mais?

O acordo foi unânime para atribuir à razão o poder que a tradição e os deuses pareciam ter perdido. Como duvidar de sua

força? Suas descobertas tinham sido inumeráveis. Não era legítimo supor que, aplicadas à construção de sociedades, ela as transformaria inteiramente? Seu possível papel cresceu então muito rápido nos espíritos, na medida em que a tradição lhes parecia cada vez mais desprezível.

Esse poder soberano atribuído à razão deve ser considerado como a ideia culminante que, não apenas produziu a Revolução, mas ainda a governou inteiramente. Durante todo seu período, as pessoas se dedicaram aos mais perseverantes esforços para derrubar o passado e edificar as sociedades segundo um plano ditado pela lógica.

*
* *

Descidas lentamente até o povo, as teorias racionalistas dos filósofos se resumiram para ele nesta simples noção: todas as coisas consideradas outrora como respeitáveis não eram mais. As pessoas foram declaradas iguais e os antigos senhores não deviam mais ser obedecidos.

A multidão se habituou facilmente a não mais respeitar o que as próprias classes superiores tinham parado de respeitar. Quando a barreira do respeito caiu, a Revolução estava feita.

A primeira consequência dessa nova mentalidade foi uma insubordinação geral. A senhora Vigée-Lebrun conta que, no cal-

çadão de Longchamp, as pessoas do povo subiam nos estribos dos carros dizendo: “no ano que vem, a senhora estará atrás e nós estaremos na frente”.

A plebe não estava apenas manifestando insubordinação e descontentamento. Esses sentimentos foram gerais às vésperas da Revolução. Diz Taine: “O baixo clero é hostil aos prelados; os gentis-homens da província, à nobreza da corte; o vassalo, ao senhor; o camponês, ao citadino etc.”.

O estado de espírito que havia se estendido da nobreza e do clero ao povo, invadiu igualmente o exército. No momento da abertura dos Estados Gerais, Necker disse: “Não estamos certos sobre as tropas”, Os oficiais se tornaram humanitários e filosofavam. Os soldados __ recrutados, aliás, na mais baixa classe da população __ não filosofavam, mas não obedeciam.

Em seus fracos miolos, as ideias de igualdade significavam simplesmente a supressão dos chefes e, por consequência, de toda obediência. Em 1790, mais de vinte regimentos ameaçaram seus oficiais e algumas vezes, como em Nancy, os colocaram na prisão.

A anarquia mental __ que, após ter contaminado todas as classes da sociedade, invadiu o exército __ foi a causa principal do desaparecimento do antigo regime. “Foi a deserção do exército, engajado às ideias do Terceiro Estado, que aniquilou a realeza”, escreveu Rivarol.

§2. O suposto papel dos filósofos do século XVIII na gênese da Revolução. Sua antipatia pela democracia.

Se os filósofos, supostos inspiradores da Revolução Francesa, combateram certos preconceitos e abusos, não se deve, de maneira alguma, considerá-los, por isso, como partidários do governo popular. A democracia, cujo papel eles haviam estudado na história grega, lhes era geralmente muito antipática. Eles não ignoravam, com efeito, as destruições e as violências que são seu invariável cortejo e sabiam que, no tempo de Aristóteles, ela já era definida como "um estado em que todas as coisas, até mesmo as leis, dependem da multidão erguida em tirano e governada por alguns oradores".

Pierre Bayle, verdadeiro ancestral de Voltaire, se referia nos seguintes termos às consequências produzidas pelo governo popular de Atenas:

> *Se considerarmos a história que estabeleceu com grande extensão os tumultos das assembleias; as facções que dividiam essa cidade; os motins que a agitavam; as pessoas mais ilustres, perseguidas, exiladas, punidas com a morte, segundo a vontade de um orador violento; nos convenceríamos que esse povo, que se irritava com tanta liberdade, era, no fundo, escravo de um pequeno número de cabalistas, que ele chamava de demagogos e que o fazia virar*

para um lado ou para o outro, segundo suas mudanças de paixões; quase como o mar que impulsiona as ondas de um lado para o outro, de acordo com os ventos que o agitam. Você buscaria em vão na Macedônia, que era uma monarquia, tantos exemplos de tirania quanto a história ateniense vos apresenta.

A democracia não era mais sedutora para Montesquieu. Após ter descrito as três formas de governo (o republicano, a monarquia e o despotismo) ele mostra muito bem no que facilmente se torna o governo popular.

Eram livres com leis, querem ser livres contra elas; o que era máximo, chama-se rigor; o que era regra, chama-se empecilho. Antigamente o bem dos particulares constituía o tesouro público; mas agora o tesouro público se torna o patrimônio de particulares. A República é uma espoliada e sua força está apenas no poder de alguns cidadãos e na licença de todos.

... Formam-se pequenos tiranos que têm todos os vícios de um único. Assim, o que resta de liberdade se torna insuportável. Um único tirano se ergue e o povo perde tudo, até as vantagens de sua corrupção.

... A democracia tem então dois excessos a evitar: o espírito de igualdade extremo, que a leva ao despotismo de um só, como o despotismo de um só acaba pela conquista.

O ideal de Montesquieu era o governo constitucional inglês, que impedia a monarquia de degenerar em despotismo. A influência desse filósofo foi, de qualquer modo, muito fraca, no momento da Revolução.

Quanto aos enciclopedistas, aos quais se atribui igualmente um grande papel, eles não se ocuparam com política, salvo talvez, Holbach, monarquista liberal como Voltaire e Diderot. Eles defendiam sobretudo a liberdade individual e combatiam as impiedades da Igreja, naquela época muito intolerante e inimiga dos filósofos. Não sendo nem socialistas nem democratas, a Revolução não utilizou nenhum de seus princípios.

Até Voltaire se mostrou pouco partidário da democracia. Diz ele:

A democracia só parece convir a um país bem pequeno e ainda precisa ser bem situado. Por pequeno que seja, ele cometerá muitos erros, porque será composto de pessoas. A discórdia reinará nele, como num convento de monges; mas nele não haverá nem a noite de São Bartolomeu,

nem os massacres da Irlanda, nem Vésperas sicilianas[11]*, nem a Inquisição, nem condenação às galés por pegar água do mar sem pagar; a menos que não se suponha essa república composta por diabos num canto do inferno.*

Todos esses pretensos inspiradores da Revolução tinham então opiniões muito pouco subversivas e é realmente difícil lhes atribuir uma influência séria no desenvolvimento do movimento revolucionário. Rousseau foi um dos raros filósofos democratas de sua época e é por isso que o **Contrato Social** se tornou a bíblia das pessoas do Terror. Ele parecia fornecer a justificativa racional necessária para desculpar atos derivados de impulsos místicos e afetivos inconscientes que nenhum filósofo havia inspirado.

A bem dizer, aliás, os instintos democráticos de Rousseau eram muito suspeitos. Ele considerava mesmo que seus projetos de reorganização social, baseados na soberania popular, só seriam aplicáveis a uma cidade bem pequena. E quando os Poloneses lhe solicitaram um projeto de constituição democrática, ele lhes deu o conselho de escolher um rei hereditário.

Dentre as teorias de Rousseau, aquela relativa à perfeição do estado social primitivo teve muito sucesso. Ele assegurava, com diversos escritores de sua época, que as pessoas primitivas eram

[11] Massacre de franceses na Sicília em 1282, no dia da Páscoa. (Nota do tradutor)

perfeitas e só tinham sido corrompidas pelas sociedades. Modificando estas últimas, por meio de boas leis, seria trazida de volta a felicidade das primeiras eras. Estranho a toda psicologia, ele acreditava que as pessoas fossem idênticas através do tempo e do espaço e as considerava como devendo todas ser regidas pelas mesmas instituições e as mesmas leis. Era então a crença geral. Escreveu Helvécio: "Os vícios e as virtudes de um povo são sempre um efeito necessários de sua legislação... Como duvidar que a virtude não seja, em todos os povos, o efeito da sabedoria mais ou menos grande da administração?"

Não se poderia errar mais.

§3. As ideias filosóficas da burguesia no momento da Revolução.

É muito difícil precisar as concepções filosóficas e sociais de um burguês francês no momento da Revolução. Elas se limitam a algumas fórmulas sobre a fraternidade, a igualdade, o governo popular, resumidas na célebre Declaração dos Direitos do Homem, que teremos a ocasião de reproduzir alguns fragmentos.

Os filósofos do século XVIII não parecem ter exercido sobre os homens da Revolução um grande prestígio. Raramente, com efeito, eles são citados nos discursos. Hipnotizados por suas lembranças clássicas da Grécia e de Roma, os novos legisladores

reliam Platão e Plutarco. Eles queriam fazer reviver a constituição de Esparta, seus costumes, sua vida frugal e suas leis.

Licurgo, Sólon, Miltíade, Mânlio Torquato, Brutus, Múcio Escavola, até mesmo o fabuloso Minos, se tornaram tão familiares à tribuna quanto ao teatro e o público se apaixonava por eles. As sombras dos heróis do mundo antigo planavam sempre sobre as assembleias revolucionárias. Apenas a posteridade devia fazer planar nelas as dos filósofos do século XVIII.

Vê-se então que, na realidade, as pessoas desse período, geralmente representados como ousados inovadores guiados por filósofos sutis, não pretendiam, de maneira alguma, inovar, mas voltar a um passado sepultado há muito tempo nas incertezas da história e do qual, aliás, eles não compreenderam nada.

Os mais razoáveis, que não buscaram tão longe seus modelos, pensavam simplesmente em adotar o regime constitucional inglês, que Montesquieu e Voltaire tinham alardeado as vantagens e que todos os povos acabariam por imitar sem crise violenta.

Suas ambições se limitavam a aperfeiçoar a monarquia existente e não em derrubá-la. Mas, em tempos de revolução, as vias percorridas são frequentemente muito diferentes daquelas que se propôs percorrer. Na época da convocação dos Estados Gerais, ninguém jamais teria suposto que uma revolução de burgueses

pacíficos e letrados se transformaria rapidamente em uma das mais sanguinárias ditaduras da história.

* * *

CAPÍTULO IV

As ilusões psicológicas da Revolução Francesa.

§1. As ilusões sobre o ser humano primitivo, sobre o retorno ao estado da natureza e sobre a psicologia popular.

Sumário

Nós já destacamos __ e vamos retornar a isso mais uma vez __ que os erros de uma doutrina não impedem sua propagação e apenas sua influência sobre as mentes deve ser considerada.

Mas se a crítica dos erros não apresenta utilidade prática, ela é muito interessante sob o ponto de vista psicológico. O filósofo que desejar descobrir como as pessoas se impressionam deverá sempre estudar com cuidado as ilusões com as quais elas viveram. Jamais, talvez, no curso da história, estas últimas apareceram tão profundas e tão numerosas quanto no momento da Revolução.

Uma das mais manifestas foi a concepção singular que se fazia da natureza de nossos primeiros ancestrais e das sociedades primitivas. A antropologia não tinha revelado ainda as condições de existência de nossos distantes ancestrais e se admitia, sob a influência das histórias bíblicas, que o homem havia saído perfeito das mãos do Criador. As primeiras sociedades constituíam modelos, alterados mais tarde pela civilização e aos quais seria preciso

retornar. O retorno ao estado da natureza se tornou logo o grito geral. “O princípio fundamental de toda moral, sobre o qual eu meditei em meus escritos, é que o ser humano é um ser naturalmente bom, amante da justiça e da ordem”, disse Rousseau.

A ciência moderna, ao determinar __ através dos fragmentos de sua indústria __ as condições de existência de nossos primeiros ancestrais, há muito tempo mostrou o erro dessa doutrina. O ser humano primitivo se tornou para ela um bruto feroz que ignorava __ igual ao selvagem moderno __ a bondade, a moral e a piedade. Governado apenas por seus impulsos instintivos, ele se precipitava sobre a presa quando a fome o levava para fora de sua caverna e partia para cima de seu inimigo quando o ódio o excitava. A razão não havia nascido ainda e não podia ter nenhuma influência sobre seus instintos.

O objetivo da civilização, contrariamente a toda crença revolucionária, não é retornar ao estado da natureza, mas sim sair dela. Foi justamente porque os jacobinos conduziram o ser humano ao estado primitivo, destruindo todos os freios sociais sem os quais nenhuma civilização pode existir, que eles transformaram uma sociedade policiada em horda bárbara.

As ideias dos teóricos sobre a natureza do ser humano valiam quase quanto as de um general romano sobre o poder dos au-

gúrios. Sua influência como motivador de ação foi no entanto considerável. A Convenção sempre se inspirou nelas.

Os erros concernentes aos nossos primitivos ancestrais eram bem desculpáveis, porque antes das descobertas modernas, suas verdadeiras condições de existência permaneciam profundamente desconhecidas. A ignorância completa da psicologia das pessoas que rodeavam os teóricos da Revolução é muito menos explicável.

Parece realmente que filósofos e escritores do século XVIII eram totalmente desprovidos da menor capacidade de observação. Eles viveram no meio de seus contemporâneos sem os ver nem os compreender. A alma popular, particularmente, jamais foi suspeitada por eles. O homem do povo lhes aparecia sempre segundo um modelo quimérico criado por seus sonhos. Tão ignorantes da psicologia quanto dos ensinamentos da história, eles o consideravam como naturalmente bom, afetuoso, reconhecido e sempre pronto a escutar a razão.

Os discursos dos constituintes mostram a profundidade de suas ilusões. Quando os camponeses começaram a queimar os castelos, eles ficaram espantados e lhes dirigiram arengas sentimentais implorando que cessassem, afim de não “magoarem seu bom rei” e exortando-os “a deixarem-no admirado por suas virtudes”.

§2. As ilusões sobre a possibilidade de separar o ser humano de seu passado e sobre o poder transformador atribuído às leis.

Um dos princípios que serviram de base às instituições revolucionárias foi que o ser humano é facilmente separado de seu passado e que uma sociedade pode ser refeita em todas as suas peças com instituições. Persuadidos, segundo a luz da razão, que __ fora as eras primitivas, que deviam servir de modelo __ o passado representava uma herança de superstições e de erros, os legisladores resolveram romper inteiramente com ele. Para marcar bem essa intenção eles fundaram uma nova era, transformaram o calendário, mudaram os nomes dos meses e das estações.

Supondo todos as pessoas semelhantes, eles pensavam poder legislar para o gênero humano. Condorcet imaginava pronunciar uma verdade evidente ao dizer: “Uma boa lei deve ser boa para todos as pessoas, como uma proposição de geometria é verdadeira para todos”.

Os teóricos da Revolução não vislumbravam jamais, por detrás das coisas visíveis, as redes invisíveis que as guiam. Foi preciso todo o progresso das ciências biológicas para mostrar o quanto eram grandes seus erros e a que ponto um ser qualquer depende de seu passado.

Com essa influência do passado, os reformadores da Revolução se deparam sempre, sem jamais compreendê-la. Eles quiseram eliminá-la e foram eliminados por ela.

A fé dos legisladores no poder absoluto atribuído às instituições e às leis __ muito abalado no fim da Revolução __ foi completa no seu início. Grégoire disse na tribuna da Assembleia Constituinte, sem provocar nenhum espanto: “Poderemos, se quisermos, mudar a religião, mas não o queremos”. Sabe-se que eles o quiseram mais tarde e sabe-se também o quão miseravelmente fracassou sua tentativa.

Os jacobinos tinham, no entanto, nas mãos, todos os elementos de sucesso. Graças à mais dura das tiranias, os obstáculos foram eliminados e as leis que lhes agradavam impor foram sempre aceitas. Após dez anos de violências, de ruínas, de incêndios, de massacres e de convulsões, seu poder se revelou tão deslumbrante que eles caíram sob a reprovação universal. O ditador reclamado então pela França inteira foi obrigado a restabelecer a maior parte do que havia sido destruído.

A tentativa dos jacobinos para refazer a sociedade em nome da razão pura, constitui uma experiência do mais alto interesse. Provavelmente não será dado ao ser humano a oportunidade de repeti-la em tal escala.

Mesmo que a lição tenha sido terrível, ela parece que não foi suficiente para muitas mentes, pois nos dias de hoje ainda vemos os socialistas proporem refazer em todas as peças uma sociedade, segundo seus planos quiméricos.

§3. As ilusões sobre o valor teórico dos grandes princípios revolucionários.

Os princípios fundamentais sobre os quais a Revolução se baseou para edificar um direito novo estão contidos nas Declarações dos Direitos do Homem, formuladas sucessivamente em 1789, 1793 e 1795. Elas estão de acordo em proclamar que "O princípio da soberania reside na nação".

As três declarações variam, aliás, em vários pontos; a igualdade, particularmente. A de 1789 diz simplesmente, no artigo 1º: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos". A de 1793 vai mais longe e assegura, no artigo 3º: "Todos os homens são iguais por natureza". A de 1795 é mais modesta e diz, no artigo 3º: "A igualdade consiste em que a lei é a mesma para todos". Por outro lado, após ter falado dos direitos, a última declaração acredita ser útil falar dos deveres. Sua moral é aquela do Evangelho. Artigo 2º: "Todos os deveres do homem e do cidadão derivam destes dois princípios gravados pela natureza em todos os corações: não faças a outrem o que não quiserdes que lhe façam; faça constantemente aos outros o bem que quiserdes receber".

As partes essenciais dessas proclamações, as únicas que realmente sobreviveram, foram a igualdade e a soberania popular.

Apesar da fraqueza de seu conteúdo racional, o papel da divisa republicana: “Liberdade, igualdade, fraternidade” foi considerável.

Esta fórmula mágica, que ficou gravada em nossos muros, esperando que estivesse nos corações, possuía realmente o poder sobrenatural atribuído pelos bruxos a certas palavras.

Em razão das esperanças novas suscitadas pelas promessas, seu poder de expansão foi considerável. Milhares de pessoas se mataram por ela. Ainda em nossos dias, quando uma revolução explode em alguma parte do mundo, a mesma fórmula é sempre invocada.

Sua escolha foi muito feliz. Ela pertence a essa categoria de frases imprecisas, invocadoras de sonhos, que cada um está livre para interpretar segundo seus desejos, seus ódios e suas esperanças. Em matéria de fé, o sentido real das palavras importa muito pouco, aquele que se lhe atribui é que cria seu poder.

Dos três princípios da divisa revolucionária, a igualdade produziu mais consequências. Veremos, numa outra parte deste livro, que é quase o único que sobreviveu e cujos efeitos ainda se fazem sentir.

Não foi certamente a Revolução que introduziu a ideia de igualdade no mundo. Sem precisar retornar às repúblicas gregas, pode-se destacar que a teoria igualitária foi ensinada, de maneira bem nítida, pelo cristianismo e o islamismo. Todos os homens, súditos de um mesmo Deus, eram iguais diante dele e julgados unicamente segundo seus méritos. O dogma da igualdade das almas perante o Criador foi um dogma essencial tanto entre os muçulmanos quanto entre os cristãos.

Mas proclamar um princípio não basta para fazê-lo ser observado. A Igreja cristã renunciou rápido à sua igualdade teórica e as pessoas da Revolução só a levaram em conta em seus discursos.

O sentido do termo igualdade varia segundo as categorias de pessoas que fazem uso dele. Ele esconde frequentemente sentimentos muito contrários em seu sentido real e representa então a imperiosa necessidade de não ter ninguém acima de si e se junta ao desejo, não menos vivo, de sentir todos abaixo de si.

Entre os jacobinos da Revolução, como entre os dos nossos dias, a palavra igualdade traduzia simplesmente um ódio invejoso por todas as superioridades. Para apagá-las eles pretendiam unificar os costumes, as maneiras, os hábitos, as situações. Todo despotismo, exceto aquele exercido por eles, lhes parecia odioso.

Não podendo evitar as desigualdades naturais que os chocavam, eles as negaram. A segunda Declaração dos Direitos do Homem, a de 1793, lembrada acima, afirma, contrariamente à evidência, que "Todos os homens são iguais por natureza".

Parece claro que a sede ardente de igualdade só escondia, em muitas pessoas da Revolução, uma intensa necessidade de desigualdades. Napoleão foi obrigado a restabelecer, para elas, os títulos de nobreza e as condecorações. Após ter demonstrado que foi entre os mais selvagens revolucionários que ele encontrou seus mais dóceis instrumentos de reinado, Taine acrescenta:

> *Em seguida, sob suas pregações de liberdade e igualdade, ele desatou seus instintos autoritários, sua necessidade de comandar, de premiar, mesmo sob ordem e, por acréscimo, na maior parte deles, os apetites por dinheiro e mordomia. Entre o delegado do Comitê de Saúde Pública e o ministro, o superintendente ou sub-superintendente do Império, a diferença é pequena: é o mesmo homem sob duas roupagens, primeiro em colete, depois de roupa bordada.*

O dogma da igualdade teve por primeira consequência a proclamação, pela burguesia, da soberania popular. Esta soberania permaneceu, de resto, muito teórica durante toda a duração da Revolução.

O princípio da igualdade foi o legado durável da Revolução. Os termos liberdade e fraternidade que os acompanham na divisa republicana tiveram sempre uma ação muito fraca. Pode-se mesmo dizer que ela foi totalmente nula durante todo o período da Revolução e do Império e só serviam para ornamentar os discursos.

Sua influência não foi maior em seguida. A fraternidade jamais foi praticada e com a liberdade os povos estão sempre pouco preocupados. Atualmente os trabalhadores a abandonaram totalmente a seus sindicatos.

Em resumo, mesmo que a divisa republicana tenha sido pouco aplicada, ela teve uma influência muito grande. Da Revolução permaneceu apenas na alma popular suas três palavras célebres que resumiam seu evangelho e que seus exércitos propagaram através da Europa.

* * *

LIVRO II

As influências racionais, afetivas, místicas e coletivas durante a Revolução.

CAPÍTULO I

Psicologia da Assembleia Constituinte.

§1. As influências psicológicas que intervieram na Revolução Francesa.

Sumário

Na gênese e também na duração da Revolução intervieram elementos racionais, afetivos, místicos e coletivos. Cada um com lógicas diferentes. Foi, eu já disse, por não terem sabido dissociar suas influências respectivas que tantos historiadores interpretaram tão mal esse período.

O elemento racional, geralmente invocado como meio de explicação, exerceu, na realidade, a influência mais fraca. Ele preparou a Revolução Francesa, mas se manteve apenas no seu início, quando ela permanecia exclusivamente burguesa. Sua ação se manifestou em muitas medidas, como os projetos de reformas dos impostos, a supressão dos privilégios da nobreza inútil etc.

Assim que a Revolução penetrou no povo, a influência do elemento racional desapareceu rapidamente diante dos elementos afetivos e coletivos. Quanto aos elementos místicos, sustentáculos da fé revolucionária, eles fanatizaram as forças armadas e propagaram através do mundo a nova crença.

Veremos aparecerem sucessivamente nos fatos e na psicologia dos indivíduos essas diversas influências. A mais importante talvez foi a influência mística. A Revolução só pode ser compreendida bem, nunca é demais repetir, quanto considerada como a formação de uma crença religiosa. O que dissemos, em outro lugar[12], sobre todas as crenças pode então lhe ser igualmente aplicada. Ao nos reportarmos, por exemplo, ao precedente capítulo sobre a Reforma, veremos que ela apresenta mais de uma analogia com a Revolução.

Após terem perdido muito tempo em demonstrar o fraco valor racional das crenças, os filósofos começam hoje em dia a melhor interpretar seu papel. Eles foram forçados a constatar que apenas elas possuem uma influência suficiente para transformar todos os elementos de uma civilização.

Elas se impõem fora da razão e possuem o poder de orientar os pensamentos e os sentimentos numa mesma direção. A razão pura jamais teve um poder tal; não é ela que apaixona as pessoas.

[12] **Les Opinions e les Croyances**. Paris: Flammarion, 1911.

A forma religiosa que rapidamente assumiu a Revolução explica seu poder de expansão e o prestígio que ela exerceu e ainda exerce.

Poucos historiadores compreenderam que esse grande movimento devia ser considerado como a fundação de uma nova religião. O penetrante Tocqueville foi, eu creio, o primeiro a pressentir isso. Diz ele:

> *A Revolução Francesa é uma revolução política que operou e assumiu, em algumas coisas, a maneira e o aspecto de uma revolução religiosa. Veja por que traços regulares e característicos ela acaba por se parecer com estas últimas: não apenas ela se espalha para longe como elas, mas, também como elas, penetra nos lugares pela pregação e a propaganda. Uma revolução política que inspira o proselitismo; que se prega tão ardentemente aos estrangeiros quanto se a pratica; considere que espetáculo novo!*

Admitido o lado religioso da Revolução, explica-se facilmente suas fúrias e suas devastações. A história nos mostra que eles acompanham sempre o nascimento das crenças. A Revolução devia então, ela também, provocar as intolerâncias e as violências que exigem de seus adeptos os deuses triunfantes. Ela convulsionou a Europa durante vinte anos; arruinou a França; fez perecer

milhões de pessoas e custou várias invasões. Mas é só com o preço de tais catástrofes que um povo pode mudar de crenças.

Se o elemento místico é sempre o fundamento das crenças, certos elementos afetivos e racionais logo se superpõem nelas. A crença serve assim de agrupamento a sentimentos, paixões e interesses do campo afetivo. Em seguida a razão envolve o todo, para tratar de justificar acontecimentos aos quais ela não tomou nenhuma parte.

No momento da Revolução, cada um, segundo suas aspirações, veste a crença nova com uma vestimenta racional diferente. Os povos viram nela apenas a supressão das hierarquias e dos despotismos religiosos e políticos que eles haviam tão frequentemente sofrido. Escritores como Goethe, pensadores como Kant, imaginaram descobrir nela o triunfo da razão. Estrangeiros, como Humboldt, vinham à França "para respirar o ar de liberdade e assistir aos funerais do despotismo".

Estas ilusões intelectuais não duraram muito tempo. O desenrolar do drama revelou rapidamente os verdadeiros fundamentos do sonho.

§2. Dissolução do antigo regime. Reunião dos Estados Gerais.

Antes de se realizar nos atos, as revoluções se esboçam nos pensamentos. Preparada pelas causas estudadas acima, a Revolu-

ção Francesa começa, na realidade, com o reinado de Luís XVI. A cada dia mais descontente e crítica, a burguesia acumulava suas reclamações. Todo mundo queria reformas.

Luís XVI compreendia bem a utilidade delas, mas era muito fraco para impô-las à nobreza e ao clero. Ele não pôde nem mesmo manter seus ministros reformadores: Malesherbes e Turgot. Após fomes e o crescimento dos impostos, a miséria de todas as classes cresceu, as grandes pensões obtidas pelo séquito do soberano faziam um contraste chocante com a miséria geral.

Os notáveis convocados para remediar a situação financeira recusaram a igualdade dos impostos e concordaram apenas com insignificantes reformas que o Parlamento nem mesmo consentiu em ratificar. Foi preciso dissolvê-lo. Os Parlamentos das províncias foram solidários com o de Paris e foram igualmente dissolvidos. Mas eles eram os senhores da opinião pública e a colocaram por todo lado a reclamar que a reunião dos Estados Gerais não era convocada há quase dois séculos.

Ela foi convocada. Cinco milhões de franceses __ dos quais 100.000 eclesiásticos e 150.000 nobres __ enviaram seus representantes. Nela havia 1.200 deputados, dos quais 578 eram do Terceiro Estado e composto sobretudo de magistrados, advogados e de médicos. Dentre os 300 deputados do clero, 200 eram plebeus

de origem e estavam, intimamente, com o Terceiro Estado e contra a nobreza e o clero.

Desde as primeiras reuniões, viu-se manifestarem conflitos psicológicos entre os deputados de condições sociais desiguais e, por consequência, com mentalidades diferentes. Os hábitos exuberantes dos deputados privilegiados contrastavam de uma forma humilhante com a sobriedade do Terceiro Estado.

Na primeira sessão, os membros da nobreza e do clero se cobriram, segundo a prerrogativa de sua casta, diante do rei. Os do Terceiro Estado quiseram imitá-los, mas os privilegiados protestaram. No dia seguinte, novos conflitos de amor-próprio explodiram. Os deputados do Terceiro Estado convidaram os da nobreza e do clero, que se sentavam em salas separadas, a se reunir com eles para a verificação dos poderes. A nobreza recusou. As conversações duraram mais de um mês. Finalmente, os deputados do Terceiro Estado, numa proposição do abade Sieyès, consideraram que representavam 95% da nação e se declararam constituídos em Assembleia Nacional.

A Revolução começou a tomar seu curso.

§3. A Assembleia Constituinte.

A força de uma assembleia política é feita sobretudo da fraqueza de seus adversários. Espantada com a pouca resistência que

ela encontrava e levada pela ascensão de alguns oradores, a Assembleia Constituinte, desde seu início, falou e agiu com soberania. Ela se arrogou, particularmente, o poder de decretar impostos, grave atentado às prerrogativas do poder real.

A resistência de Luís XVI foi muito fraca. Ele mandou simplesmente fechar a sala dos Estados. Os deputados se reuniram então na sala de jogo de tênis e nela se prometeram não se separar até que a Constituição do reino fosse estabelecida.

A maioria dos deputados do clero veio se sentar com eles. O rei cassou a decisão da Assembleia e ordenou que os deputados se retirassem. O marquês de Dreux-Brezé, grão-mestre de cerimônias, os convidou a obedecerem a ordem do soberano, o presidente da Assembleia declarou "que a nação em assembleia não pode receber ordens" e Mirabeau respondeu ao enviado do soberano que, reunida por vontade do povo, a Assembleia só sairia pela força das baionetas. O rei cedeu mais uma vez.

Em 9 de junho, a reunião dos deputados assumiu o título de Assembleia Constituinte. Pela primeira vez em séculos o rei se viu forçado a reconhecer a existência de um novo poder, outrora ignorado, o do povo representado por seus eleitos. A monarquia absoluta havia acabado.

Sentindo-se cada vez mais ameaçado, Luís XVI apelou, dos arredores de Versalhes, aos regimentos compostos por mercená-

rios estrangeiros. A Assembleia solicitou a retirada das tropas, Luís XVI recusou e retirou Necker, substituindo-o pelo marechal de Broglie, tido como muito autoritário.

Mas a Assembleia tinha a seu serviço hábeis defensores; Camille Desmoulins e outros discursavam por toda a massa, apelando para a defesa da liberdade. Eles agitaram as massas, organizaram uma milícia de 12.000 pessoas, se apoderaram, nos Invalides, de fuzis e canhões e se dirigiram, em 14 de julho, armados, para a Bastilha. A fortaleza, pouco defendida, capitulou em algumas horas. Nela encontrou-se sete prisioneiros, dos quais, um era idiota e quatro eram acusados de falsificação.

A Bastilha, prisão de muitas vítimas do arbítrio, simbolizava para muitos o absolutismo real, mas o povo que a demoliu nela não sofreu. Nela só se trancavam as pessoas da nobreza.

A influência exercida pela tomada dessa fortaleza continua até nossos dias. Sérios historiadores, como o Sr. Rambaud, asseguram que "a tomada da Bastilha é um fato culminante na história não apenas da França, mas da Europa inteira e que ela inaugurou uma nova época da história do mundo".

Uma credulidade tal é um pouco excessiva. A importância desse evento reside unicamente no fato psicológico de que, pela primeira vez, ele deu ao povo uma prova da fraqueza de uma autoridade, antes tão temida.

Quando o princípio da autoridade tocou na alma popular ele se dissolveu muito rapidamente. Que se poderia dizer de um rei incapaz de defender sua principal fortaleza contra os ataques populares? O senhor todo poderoso tinha cessado de sê-lo.

A tomada da Bastilha foi a origem de um desses fenômenos de contágio mental que abundam na história da Revolução. As tropas de mercenários estrangeiros, mesmo se interessando pouco por esse movimento, começaram a apresentar sintomas de motim. Luís XVI foi forçado a aceitar seu deslocamento. Ele chamou de volta Necker, dirigiu-se ao Hotel de Ville, sancionou com sua presença os fatos acontecidos, depois aceitou de La Fayette, comandante da guarda nacional, a nova insígnia azul, branca e vermelha, que juntava as cores da cidade de Paris às do rei.

Se o motim que resultou na tomada da Bastilha não pode ser, de maneira alguma, considerado "como um fato culminante na história" ele marca, no entanto, o momento preciso em que começa o governo popular. O povo armado intervirá dali para frente diariamente nas deliberações das assembleias revolucionárias e pesará grandemente sobre sua conduta.

Essa intervenção do povo, de acordo com o dogma de sua soberania, provocou a admiração respeitosa de muitos historiadores da Revolução. Um estudo, mesmo que superficial, da psicologia das massas, lhes teria mostrado facilmente que a entidade mís-

tica chamada por eles de povo, traduzia simplesmente a vontade de alguns líderes. Não se poderia dizer então: o povo tomou a Bastilha, atacou as Tulherias, invadiu a Convenção etc. Mas sim: alguns líderes reuniram (geralmente por intermédios dos clubes) bandos populares e os lançaram sobre a Bastilha, as Tulherias etc. Foram as mesmas massas que, durante toda a Revolução, atacaram ou defenderam os temas mais contraditórios, de acordo com os líderes que se achavam à sua frente. Uma massa jamais tem outra opinião que não seja a do seu líder.

*
* *

Como o exemplo constitui uma das formas mais poderosas de sugestão, a tomada da Bastilha devia ser inevitavelmente seguida da destruição de outras fortalezas. Muitos castelos eram considerados como pequenas Bastilhas e, para imitar os parisienses que tinham destruído a sua, os camponeses se viram queimando-os. Eles o fizeram com tanto frenesi quanto mais as casas dos senhores continham as apólices das taxas feudais. Foi um tipo de Jacquerie[13].

A Assembleia Constituinte, tão altiva e tão orgulhosa com relação ao rei, se mostrou __ como, aliás, todas as assembleias

[13] Levante de camponeses franceses contra a nobreza, em 1358. (Nota do tradutor)

revolucionárias que lhe sucederam __ extremamente covarde diante do povo.

Esperando por fim às desordens, ela adotou na noite de 4 de agosto, segundo a proposição de um membro da nobreza, o Conde de Noailles, a abolição dos direitos senhoriais. Mesmo que essa medida suprimisse num só golpe os privilégios da nobreza, ela foi votada com lágrimas e abraços. Tal acesso de entusiasmo sentimental se explica muito bem lembrando-se a que ponto as emoções são contagiosas nas massas, sobretudo nas assembleias oprimidas pelo medo.

Se essa renúncia dos nobres a seus privilégios tivesse acontecido alguns anos antes, a Revolução teria sem dúvida sido evitada, mas ela aconteceu muito tarde. Ceder apenas quando se é forçado a isso só faz aumentar as exigências daqueles a quem se cede. Em política é preciso saber prever e conceder muito tempo antes de ser obrigado a isso.

Luís XVI hesitou durante dois meses em ratificar as decisões tomadas pela Assembleia na noite de 4 de agosto. Ele estava retirado em Versalhes. Os líderes mandaram para lá um bando de 7 ou 8.000 pessoas do povo, lhes assegurando que a residência do rei continha grandes provisões de pão. As grades do palácio foram forçadas, guarda-costas mortos, o rei e toda a família levados à Paris no meio de uma massa ululante de indivíduos que portavam

na ponta de suas espadas as cabeças dos soldados massacrados. A espantosa viagem durou seis horas. Esses acontecimentos constituíram o que se denominou as jornadas de outubro.

O poder popular crescia e, na realidade, o rei, bem como a Assembleia, se encontravam dali por diante, nas mãos do povo, ou seja, a mercê dos clubes e de seus líderes. Esse poder popular deveria dominar durante quase dez anos e a Revolução vai se tornar quase que unicamente obra sua.

Sempre proclamando que o povo constituía o único soberano, a Assembleia foi muito embaraçada pelos motins que ultrapassavam em muito suas previsões teóricas. Ela imaginava que tudo entraria em ordem ao se fabricar uma constituição destinada a assegurar a felicidade eterna das pessoas.

Sabe-se que durante todo o período da Revolução, uma das principais ocupações das assembleias foi fazer, desfazer e refazer constituições. Os teóricos lhes atribuíam, como ainda hoje, o poder de transformar as sociedades. A Assembleia não podia então falhar nessa tarefa. Com este objetivo ela publicou uma declaração solene dos direitos do homem, que resumia seus princípios.

Constituições, proclamações, declarações e discursos não tiveram a mais fraca ação sobre os movimentos populares, nem sobre os ressentimentos que cresciam a cada dia no seio da Assembleia. Nela acontecia cada vez mais a ascensão do partido radical,

apoiado nos clubes. Líderes influentes __ Danton, Camille Desmoulins e, mais tarde, Marat e Hébert __ atiçavam violentamente o populacho, com suas arengas e seus jornais. Descia-se rapidamente a ladeira que leva aos extremos.

Durante todas essas desordens as finanças não melhoravam. Definitivamente convencidos de que os discursos filantrópicos não modificariam seu estado lamentável e vendo a bancarrota ameaçadora, a Assembleia decretou, em 2 de novembro de 1789, o confisco dos bens da Igreja. Suas rendas __ nelas incluídos os dízimos, pagos pelos fiéis __ estavam em redor de 200 milhões e seu valor estimado em três bilhões. Eles estavam repartidos em algumas centenas de prelados, abadias da corte etc. que possuíam um quarto da França. Esses bens, qualificados dali por diante de domínios nacionais, formaram a garantia dos *assignats*[14], cuja primeira emissão foi de 400 milhões. O público os aceitou no início, mas eles se multiplicaram tanto sob a Convenção e o Diretório __ que emitiram 45 bilhões __ que um *assignat* de 100 libras acabou por valer apenas alguns *sous*[15].

Estimulado por seus cortesãos, o fraco Luís XVI tentou, inutilmente, lutar contra os decretos da Assembleia Constituinte, recusando-se a sancioná-los.

[14] Papel-moeda emitido naquele período. (Nota do tradutor)
[15] Um vigésimo da libra. (Nota do tradutor)

Sob a influência das sugestões diárias dos líderes e do contágio mental, o movimento revolucionário se propagou para todo lado, independentemente da Assembleia e, às vezes, mesmo contra ela.

Nas cidades e nos vilarejos se formavam municipalidades revolucionárias protegidas por guardas nacionais locais. As cidades vizinhas começaram a se entender para se defender em caso de necessidade. Assim se constituíram as federações, logo fundidas em uma só, que enviou 14.000 guardas nacionais a Paris, ao Campo de Marte, em 14 de julho de 1790. O rei jurou ali manter a Constituição decretada pela Assembleia Nacional.

Apesar desse inútil juramento, tornava-se evidente a cada dia que nenhum acordo era possível entre os princípios hereditários da monarquia e aqueles proclamados pela Assembleia.

Sentindo-se completamente impotente, o rei só pensou em fugir. Preso em Varennes e conduzido a Paris como um prisioneiro, ele foi encerrado nas Tulherias. A Assembleia, embora sempre realista, suspendeu seus poderes e decidiu assumir sozinha o encargo de governar.

Nunca um soberano se viu numa situação tão difícil quanto Luís XVI no momento de sua fuga. A genialidade de um Richelieu teria bastado para tirá-lo dessa. O único elemento de defesa

sobre o qual ele poderia se apoiar, as forças armadas, lhe faltou inteiramente, desde o início.

Sem dúvida, durante todo o período da Constituinte, a imensa maioria dos franceses e a Assembleia permaneceram realistas e o soberano, aceitando uma monarquia liberal, seria, talvez, mantido no poder. Luís XVI teria, parece, pouca coisa a fazer para se entender com a Assembleia.

Pouca coisa, certamente, mas com sua estrutura mental, essa pouca coisa lhe era rigorosamente impossível. Todas as almas de seus ancestrais teriam se estendido diante dele se ele tivesse consentido em modificar o mecanismo da monarquia legada por tantos antepassados. Mesmo que ele tivesse tentado, jamais a resistência de sua família, do clero, da nobreza e da Corte, teria sido superada. As antigas castas sobre as quais se apoiava a monarquia __ nobreza e clero __ eram então quase tão poderosas quanto o próprio monarca. Todas as vezes que ele pareceu ceder às injunções da Assembleia, foi contrariado pela força e simplesmente para tratar de ganhar tempo. Seus apelos ao estrangeiro representam a resolução de um homem desesperado que viu todos seus apoios naturais se afundarem.

Ele criava __ e a rainha sobretudo __ as mais estranhas ilusões sobre a ajuda possível da Áustria, rival da França há séculos. Se ela aceitou, muito timidamente, vir em socorro do rei, foi com

a esperança de uma grande recompensa. Mercy dava a entender que pediria, como retribuição, a Alsácia, os Alpes e a Navarra.

*
* *

Os líderes dos clubes achavam a Assembleia muito realista e lançaram o povo contra ela. Uma petição foi assinada convidando a Assembleia a convocar um novo poder constituinte para proceder ao julgamento de Luís XVI.

Mantida, apesar de tudo, monarquista e achando que a Revolução tomava um aspecto muito demagógico, a Assembleia resolveu se defender contra as agitações do populacho. Um batalhão da guarda nacional, comandado por La Fayette, foi enviado ao Campo de Marte, onde a massa estava reunida, para dispersá-la. Uns cinquenta manifestantes foram mortos.

A Assembleia não permaneceu muito tempo em suas veleidades de resistência. Muito temerosa diante do povo, ela aumentou sua arrogância perante o rei, lhe retirando a cada dia parcelas de suas prerrogativas e de sua autoridade. Ele não passava de um simples funcionário encarregado de executar as vontades que lhe confiavam.

A Assembleia imaginou poder exercer a autoridade que retirava do rei, mas tal tarefa estava infinitamente acima de seus recursos. Um poder muito dividido permanece sempre sem força.

“Eu não conheço nada mais terrível do que a autoridade soberana de 600 pessoas”, dizia Mirabeau.

Após se dar ao desfrute de concentrar todos os poderes e exercê-los à maneira de Luís XIV, a Assembleia logo não exercia mais nenhum.

Na medida em que sua autoridade enfraquecia, a anarquia crescia. Os líderes não paravam de agitar o povo. O motim tornou-se o único poder. A cada dia a Assembleia era invadida por ruidosas e imperiosas delegações, que agiam através de ameaças e de intimações.

Todos esses movimentos populares, aos quais, sob a influência do medo, a Assembleia obedecia sempre, não tinham nada, eu repito, de espontâneos. Eles representavam simplesmente manifestações de poderes novos: os clubes e a Comuna, que tinham se formado ao lado daquele da Assembleia.

O mais poderoso desses clubes foi o dos jacobinos, que foram criados rapidamente mais de 500 nas províncias e que recebiam do de Paris a palavra de ordem. Seu papel permaneceu preponderante durante todo o período da Revolução. Após ter sido o senhor da Assembleia, ele se tornou o da França e só contou com um único rival, a Comuna insurrecional, cujo poder só era exercido, aliás, em Paris.

A fraqueza da Assembleia Nacional e todas as suas deficiências lhe valeram uma grande impopularidade. Ela tomou consciência disso e, se reconhecendo a cada dia mais impotente, decidiu se ater à confecção da nova Constituição a fim de poder se dissolver. Seu último ato, muito infeliz, foi decretar que nenhum constituinte poderia ser reeleito para a Legislativa. Os membros desta última se achavam por isso privados da experiência adquirida por seus predecessores.

A Constituição foi terminada em 3 de setembro de 1791 e aceita no dia 12, pelo rei, cujos poderes tinham sido devolvidos pela Assembleia.

Essa Constituição organizava um governo representativo, delegava o poder legislativo a deputados eleitos pelo povo e o poder executivo ao rei, a quem ela reconhecia o direito de veto contra os decretos da Assembleia. Novas divisões em departamentos substituíram as antigas províncias. Os velhos impostos foram abolidos e substituídos por contribuições diretas e indiretas, ainda em vigor até hoje.

A Assembleia, que mudou as divisões do território e revirou toda a antiga organização social, se acreditava suficientemente poderosa para transformar igualmente a organização religiosa do país. Ela pretendeu, particularmente, que os membros do clero

fossem eleitos pelo povo e tirados assim da influência de seu chefe supremo, o Papa.

Essa constituição civil do clero foi a origem de lutas e perseguições religiosas que se prolongaram até o Consulado. Dois terços dos padres recusaram o juramento que se exigia deles.

*
* *

Durante os três anos que durou a Constituinte, a Revolução teve resultados consideráveis. O principal, talvez, foi começar a transferir ao Terceiro Estado as riquezas das classes privilegiadas. Suscitou assim, com tantos interesses a defender, fervorosos adeptos do novo regime. Uma revolução que tem por apoio a satisfação de apetites adquire, por este motivo, uma grande força.

O Terceiro Estado, que havia suplantado a nobreza e os camponeses e que tinha comprado os bens nacionais, se dava conta facilmente de que o restabelecimento do antigo regime os espoliaria de todas essas vantagens. Defender energicamente a Revolução era para eles defender sua nova fortuna.

Foi por isso que se viu, durante uma parte da Revolução, quase metade dos Departamentos se revoltarem inutilmente contra o despotismo que os sufocava. Os republicanos triunfaram sobre todas as oposições. Eles eram muito fortes e tinham para defender não apenas um novo ideal, mas também interesses materiais. Nós

vimos a ação desses dois fatores se prolongar durante toda a Revolução e contribuir fortemente para o estabelecimento do Império.

* * *

CAPÍTULO II

Psicologia da Assembleia Legislativa.

§1. Os acontecimentos políticos durante a Assembleia Legislativa.

Sumário

Antes de examinar as características mentais da Assembleia Legislativa, resumamos brevemente os acontecimentos políticos consideráveis que marcaram sua curta existência de um ano. Eles desempenharam naturalmente um grande papel sobre suas manifestações psicológicas.

Muito monarquista, a Assembleia Legislativa não pensava mais, como a precedente, em destruir a realeza. O rei lhe parecia um pouco suspeito, mas ela esperava, no entanto, poder mantê-lo.

Infelizmente para ele, Luís XVI pedia sem parar a intervenção do estrangeiro. Encerrado nas Tulherias, defendido apenas pela sua guarda suíça, o tímido soberano flutuava entre influências contrárias. Ele patrocinava jornais destinados a modificar a opinião pública, mas os obscuros panfletários que os redigiam ignoravam totalmente a arte de agir sobre a alma das massas. Seu único meio de persuadir consistia em ameaçar com a forca todos os par-

tidários da Revolução e em predizer a invasão de um exército para libertar o rei.

A realeza contava como mais que certa a ajuda estrangeira. Os nobres emigravam. A Prússia, a Áustria, a Rússia nos ameaçavam de uma guerra de invasão. A Corte favorecia suas ameaças.

À coalizão de reis contra a França, o clube dos jacobinos propôs opor a liga dos povos contra os reis. Os girondinos tinham então, com os jacobinos, a direção do movimento revolucionário. Eles provocaram o armamento das massas. 600.000 voluntários foram equipados. A Corte aceitou um ministério girondino. Dominado por ele, Luís XVI foi obrigado a propor à Assembleia uma guerra contra a Áustria. Ela foi votada imediatamente.

Ao declará-la, o rei não era sincero. A rainha revelou aos austríacos nossos planos de campanha e o segredo das deliberações do Conselho.

O início da luta foi desastroso. Várias colunas, tomadas pelo pânico, se debandaram. Estimulados pelos clubes, persuadidos, justamente aliás, de que o rei conspirava com o estrangeiro, a população do subúrbio se levanta. Seus líderes, os jacobinos __ e principalmente Danton__ a mandaram levar, em 20 de junho, à Assembleia, uma petição ameaçando o rei de destituição. Depois ela invadiu as Tulherias e ofendeu o soberano.

A fatalidade levou Luís XVI a seu trágico destino. Ao mesmo tempo em que as ameaças dos jacobinos contra a realeza indignavam muitos Departamentos, percebia-se a chegada de um exército prussiano nas fronteiras da Lorena.

A esperança do rei e da rainha quanto à ajuda do estrangeiro era bem quimérica. Maria Antonieta estava completamente iludida sobre a psicologia dos austríacos e a dos franceses. Vendo a França aterrorizada por alguns energúmenos, ela supôs que poderia igualmente, através de ameaças, aterrorizar os parisienses e colocá-los sob a autoridade do rei. Inspirado por ela, Fersen intermedia a publicação do manifesto do duque de Brunswick que ameaça Paris de uma "subversão total se tocassem na família do rei".

O efeito produzido foi diametralmente contrário ao esperado. O manifesto levanta a indignação contra o monarca __ que foi julgado cúmplice __ e aumentou sua impopularidade. Ele estava, desde esse dia, marcado para o cadafalso.

Levados por Danton, os delegados das seções instalaram no Hotel de Ville uma Comuna insurrecional que prendeu o comandante da guarda nacional, devotado ao rei, amotinou-se, amotinou os guardas nacionais e os lançou, com o populacho, em 10 de agosto, sobre as Tulherias. Os batalhões chamados por Luís XVI se debandaram. Não teve mais ninguém para defendê-lo além dos guardas suíços e alguns fidalgos. Quase todos foram mortos. Só, o

rei se refugiou na Assembleia. A massa pediu sua deposição. A Legislativa decretou sua suspensão e deixou que uma futura Assembleia, a Convenção, decidisse sua sorte.

§2. Características mentais da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa, formada por homens novos, apresenta, sob o ponto de vista psicológico, um interesse todo especial. Poucas assembleias ofereceram, em tal grau, as características das coletividades políticas.

Ela era composta por 750 deputados, divididos em realistas puros, realistas constitucionais, republicanos, girondinos e montanheses. Os advogados e os homens de letras formavam a maioria. Via-se também, mas num número pequeno, alguns bispos constitucionais, oficiais superiores, padres e alguns raros cientistas.

As concepções filosóficas dos membros dessa Assembleia parecem muito rudimentares. Vários estavam imbuídos pelas ideias de Rousseau e preconizavam o retorno ao estado de natureza. Mas, como seus predecessores, eles foram dominados principalmente pela antiguidade grega e latina. Catão, Brutus, Graco, Plutarco, Platão, Marco Aurélio, constantemente invocados, forneciam imagens. Quando os oradores querem injuriar Luís XVI, eles o chamam de Calígula.

Desejando destruir a tradição, eles eram revolucionários, mas, pretendendo retornar a um passado distante, eles se mostraram bem reacionários.

Todas as teorias tiveram, aliás, bem pouca influência sobre sua conduta. A razão aparecia sem parar nos discursos, mas jamais nos atos. Eles foram sempre dominados pelas sugestões afetivas e místicas, cuja força nós já demonstramos tantas vezes.

*
* *

As características psicológicas da Assembleia Legislativa são aquelas da Constituinte, mas muito mais acentuadas. Elas se resumem em quatro palavras: impressionabilidade, mobilidade, pusilanimidade e fraqueza.

A mobilidade e a impressionabilidade se revelam nas variações constantes de sua conduta. Um dia eles trocam injúrias e golpes. No dia seguinte os vemos: "jogarem-se nos braços uns dos outros com torrentes de lágrimas". Eles aplaudem vivamente uma subscrição que pede a punição daqueles que solicitam a destituição do rei e no mesmo dia concordam que a seção faça as honras a uma delegação que vinha reclamar essa destituição.

A pusilanimidade e a fraqueza da Assembleia diante das ameaças era completa. Mesmo realista ela votou a suspensão do

rei e, atendendo às exigências da Comuna, entrega-o com sua família para serem internados no Templo.

Graças à sua fraqueza, ela se mostrou tão incapaz quanto a Constituinte para exercer qualquer poder e se deixou dominar pela Comuna e os clubes que dirigiam os líderes influentes: Hébert, Tallien, Rossignol, Marat, Robespierre etc.

Até o Termidor de 1794, a Comuna insurrecional constituiu o principal poder do Estado e se conduziu exatamente como se fosse encarregada de governar Paris.

Foi ela que exigiu o aprisionamento de Luís XVI na torre do Templo, enquanto que a Assembleia queria interná-lo no palácio de Luxemburgo. Foi ela ainda que encheu as prisões com suspeitos e ordenou depois suas degolas.

Sabe-se com que refinamento de crueldade um punhado de 150 bandidos, pagos a 24 libras por dia, exterminaram em quatro dias cerca de 1.200 pessoas. Foi o que se chamou de os massacres de setembro. O prefeito de Paris, Pétion, recebeu com deferência o bando de assassinos e lhes serviu bebidas. Alguns girondinos protestaram um pouco, mas os jacobinos permaneceram em silêncio.

A Assembleia aterrorizada fingiu, a princípio, ignorar os massacres, que eram encorajados, aliás, por vários membros influentes; Couthon e Billaud-Varenne, particularmente. Quando ela se

decidiu enfim censurá-los, foi sem ousar tentar impedir sua continuação.

Consciente de sua impotência, a Assembleia Legislativa acabou, 15 dias mais tarde, por se dissolver para dar lugar à Convenção.

Sua obra foi, evidentemente, nefasta; não nas intenções, mas nos atos. Realista, ela abandonou a monarquia; humanitária, ela deixou acontecer os massacres de setembro; pacifista, ela lançou a França numa guerra temível, mostrando assim que um governo fraco acaba sempre por cobrir a pátria de ruínas.

*
* *

A história das duas primeiras assembleias revolucionárias prova, mais uma vez, a que ponto os acontecimentos trazem neles encadeamentos rigorosos. Eles constituem uma engrenagem de necessidades que podemos, algumas vezes, escolher a primeira, mas que, em seguida, evoluem fora de nossa vontade. Somos livres para uma decisão e impotentes sobre suas consequências.

As primeiras medidas da Assembleia Constituinte foram racionais e voluntárias, mas as consequências que se seguiram escaparam a toda vontade, a toda razão e a toda previsão.

Que homens de 89 teriam ousado querer prever a morte de Luís XVI, as guerras da Vendeia, o Terror, a guilhotina permanen-

te, a anarquia; depois o retorno final à tradição e à ordem, pela mão de ferro de um soldado?

No desenrolar dos acontecimentos produzidos pelos primeiros atos das assembleias revolucionárias, o mais espantoso talvez foi o nascimento e o desenvolvimento do governo das massas.

Por detrás dos fatos que relembramos __ a tomada da Bastilha, a invasão do Palácio de Versalhes, os massacres de setembro, o ataque às Tulherias, a morte dos guardas suíços, destituição e aprisionamento do rei __ descobre-se facilmente as leis da psicologia das massas e de seus líderes.

Veremos agora o poder da multidão ser exercido cada vez mais, escravizar todos os outros e, finalmente, substituí-los.

* * *

CAPÍTULO III

Psicologia da Convenção.

§1. A lenda da Convenção.

Sumário

A história da Convenção não é apenas fértil em documentos psicológicos. Ela mostra também a impossibilidade em que se encontram as testemunhas de uma época e mesmo seus primeiros sucessores, de fazer julgamentos exatos sobre os acontecimentos aos quais eles assistiram e sobre as pessoas que os rodearam.

Mais de 120 anos se passaram desde a Revolução Francesa e começa-se, com muito custo, a se fazer julgamentos um pouco precisos, mesmo que frequentemente incertos ainda, sobre esse período.

Isso foi possível não apenas graças aos novos documentos extraídos dos arquivos, mas também porque as lendas que envolvem com uma nuvem de prestígio a sangrenta epopeia desaparecem progressivamente com o escoar do tempo.

A mais tenaz talvez tenha sido a auréola que outrora foi colocada por nossos pais nos personagens que foram chamados de “Os gigantes da Convenção”.

As lutas da Convenção contra a França sublevada e a Europa em armas produziram uma impressão tal que os heróis dessa luta formidável parecem pertencer a uma raça de titãs superior à nossa.

O epíteto de gigantes pareceu justificado para tantos porque os acontecimentos desse período foram confundidos em um só bloco. Olhados como ligados por circunstâncias simplesmente simultâneas, confundiu-se a obra dos exércitos republicanos com a da Convenção. A glória das primeiras respingou sobre a segunda e serviu de desculpa para as hecatombes do Terror, para as ferocidades da guerra civil e à devastação da França.

Sob o olhar penetrante da crítica moderna, o bloco heterogêneo lentamente se dissociou. Os exércitos da República conservaram o mesmo prestígio, mas foi preciso reconhecer que os homens da Convenção, absorvidos unicamente pelas lutas intestinas, permaneceram muito estranhos a seus sucessos. Dois ou três membros talvez de um dos comitês da Assembleia se ocuparam dos exércitos e se eles venceram foi mais pelo seu número, pelo talento de jovens generais e graças ao entusiasmo que uma fé nova lhes tinha animado.

Num próximo capítulo, dedicado aos exércitos revolucionários, mostraremos como eles puderam triunfar frente à Europa em armas. Eles partiram impregnados pelas ideias de liberdade e de

igualdade, que formavam então um evangelho novo e, chegando até às fronteiras que os detiveram por muito tempo, mantiveram uma mentalidade especial, muito diferente daquela do governo, que ignoraram no início e desprezaram em seguida.

Muito alheios a suas vitórias, os convencionais se contentavam em legislar ao acaso, segundo as injunções dos líderes que os dirigiam e pretendiam regenerar a França por meio da guilhotina.

Foi graças a esses valentes exércitos, portanto, que a história da Convenção se transformou em uma apoteose espantosa, com um respeito religioso por várias gerações e que se apaga aos poucos hoje em dia.

Estudando em seus detalhes a psicologia dos "gigantes" da Convenção, nós os vemos se abaterem muito rapidamente. Eles foram geralmente de uma extrema mediocridade. Seus mais fervorosos defensores oficiais, como o Sr. Aulard, são obrigados a reconhecê-lo.

Eis como se expressa este escritor em seu **Histoire de la Révolution Française**:

> *Diz-se que a geração que, de 1789 a 1799, fez tão grandes e tão terríveis coisas foi uma geração de gigantes ou, de uma forma mais simples, que foi uma geração mais notável do que a precedente ou a seguinte. É uma ilusão retrospectiva. Os cidadãos que formaram os grupos, sejam*

municipais e jacobinos, sejam nacionais, pelos quais se deu a Revolução, não parecem ter sido superiores nem em luzes nem em talentos aos franceses do tempo de Luís XV ou aos franceses do tempo de Luís-Felipe. Aqueles que a história reteve os nomes, porque pairaram sobre a cena parisiense ou porque foram os mais brilhantes oradores das diversas assembleias revolucionárias, eram excepcionalmente dotados? Mirabeau merece, até um certo ponto, o nome de tribuno genial. Mas os outros, Robespierre, Danton, Vergniaud, tinham realmente mais talento do que nossos oradores atuais, por exemplo? Em 1793, no tempo dos pretensos "gigantes", a Sra. Roland escreveu em suas memórias: "A França estava como que carente de homens; é uma coisa realmente surpreendente que se diga dessa Revolução: só havia pigmeus".

Se, após ter considerado individualmente os convencionais, nós os examinarmos em bloco, pode-se dizer que não brilharam nem pela inteligência, nem pela virtude, nem pela coragem. Jamais uma reunião de homens manifestou uma pusilanimidade tal. Eles só tinham bravura em seus discursos ou contra perigos distantes. Essa assembleia, tão orgulhosa e tão ameaçadora em palavras, diante dos reis, foi talvez a mais medrosa e a mais dócil das coletividades políticas que o mundo conheceu. Nós a vemos sub-

missa servilmente às ordens dos clubes e da Comuna, tremendo diante das delegações populares que a invadiam diariamente e sofriam as interferências dos amotinados, até lhes entregando os mais brilhantes de seus membros. A Convenção deu ao mundo o triste espetáculo de votar, sob imposição popular, leis tão absurdas, que eram obrigados a anulá-las assim que os amotinados deixavam a sala.

Poucas assembleias deram provas de uma fraqueza tal. Quando se quiser mostrar até que ponto pode cair um governo popular, é preciso lembrar a história da Convenção.

§2. Influência do triunfo da religião jacobina.

Dentre as causas que deram à Convenção sua fisionomia especial, uma das mais importantes foi a fixação definitiva da religião revolucionária. O dogma, a princípio em vias de formação, se acha definitivamente constituído.

Ele era composto por um agregado de elementos um pouco díspares. A natureza, os direitos do homem, a liberdade, a igualdade, o contrato social, o ódio aos tiranos, a soberania popular, formam os capítulos de um evangelho indiscutível por seus fieis. As verdades novas possuem apóstolos convencidos de seu poder e, como as crenças de todas as eras, tentarão impô-las ao mundo

pela força. Com a opinião dos infiéis eles não se preocupam. Todos merecem ser exterminados.

O ódio aos heréticos sempre foi, como demonstramos a propósito da Reforma, uma característica indestrutível das grandes crenças e explica muito bem a intolerância da religião jacobina.

A história da Reforma nos mostrou também que entre crenças próximas a luta é sempre muito viva. Por isso não é de se espantar ao ver, na Convenção, os jacobinos combaterem com fúria outros republicanos, cuja fé diferia muito pouco da deles.

A propaganda dos novos apóstolos foi enérgica. Para catequizar a província, foram enviados zelosos discípulos escoltados por guilhotinas. Os inquisidores da nova fé não transigiam com o erro. Como dizia Robespierre: "O que constitui a República é a destruição de tudo aquilo que se opõe a ela". Pouco importa que o país se recuse em ser regenerado; ele será regenerado apesar dele. "Faremos da França um cemitério para em seguida regenerá-la a nossa maneira", assegurava Carrier.

A política jacobina derivada da nova fé era muito simples. Ela constituía de um tipo de socialismo igualitário, gerido por uma ditadura que não tolerava nenhuma oposição.

Ideias práticas, em relação com as necessidades econômicas e a verdadeira natureza do ser humano, os teóricos que governa-

vam a França não tinham nenhuma. A guilhotina e os discursos lhes bastavam. Estes últimos eram infantis. Diz Taine:

> *Jamais fatos, nada além de abstrações, frases enfileiradas sobre a natureza, a razão, o povo, os tiranos, a liberdade; espécies de balões lançados e batidos inutilmente no espaço. Se não soubéssemos que tudo isso produziu efeitos práticos e terríveis, acreditaríamos que fossem um jogo de lógica, exercícios escolares, desfiles de academia, combinações de ideologias.*

As teorias dos jacobinos se reduziam praticamente a uma tirania absoluta. Parecia a eles evidente que o Estado soberano devia ser obedecido sem discussão pelos cidadãos tornados iguais em condições e em fortunas.

O poder, que eles próprios se atribuíram, era bem superior ao dos monarcas que os precederam. Eles fixavam os preços das mercadorias e se arrogavam o direito de se apoderar da vida e das propriedades dos cidadãos.

Sua confiança na virtude regeneradora da fé revolucionária era tal que, após terem declarado guerra aos reis, eles a declararam aos deuses. Um calendário foi criado em que os santos foram banidos. Criaram uma divindade nova, a Razão, cujo culto era celebrado em Notre Dame, com cerimônias, aliás, idênticas às do culto católico, no mesmo altar da “antes Santa Virgem”. Esse culto

durou até o dia em que Robespierre o substituiu por uma religião pessoal em que ele era o grande sacerdote.

Transformados nos únicos senhores da França, os jacobinos e seus discípulos se puseram a saqueá-la impunemente, mesmo não sendo jamais maioria em nenhuma parte.

Seu número não é fácil de ser determinado exatamente. Sabe-se apenas que ele foi sempre muito pequeno. Taine o avalia em 5.000 em Paris, em 700.000 habitantes; em Besançon, de 300 em 30.000 e, na França inteira, 300.000.

Mantidos, segundo a expressão do autor que citei, como "uma pequena feudalidade de bandidos, superposta à França conquistada", eles a dominaram, apesar de seu número restrito, por várias razões. Primeiro porque sua fé lhes dava um poder considerável. Depois, porque eles representavam o governo, ao qual, há séculos, os franceses obedeciam a quem comandava. Por fim, acreditava-se que, derrubá-los seria trazer de volta o antigo regime, muito temido por numerosos posseiros dos bens nacionais. Era preciso que sua tirania se tornasse insuportável para que os departamentos ousassem se revoltar.

O primeiro desses motivos de poder jacobino foi muito importante. Na luta entre crenças fortes e crenças fracas, o sucesso jamais pertence a estas últimas. A crença forte cria vontades fortes que dominam sempre as vontades fracas. Se os jacobinos acaba-

ram, no entanto, por perecerem, foi porque o acúmulo de suas violências reuniu um feixe de milhares de vontades fracas, cujo total prevaleceu sobre sua vontade forte.

É certo que os girondinos, perseguidos pelos jacobinos com tanto ódio, tinham também crenças bem estabelecidas. Mas na luta que eles sustentaram, pesou contra eles sua educação, o respeito por certas tradições e pelo direito das pessoas; o que não incomodava, de maneira alguma, seus adversários.

Escreve Émile Ollivier: "A maior parte dos sentimentos dos girondinos eram delicados, generosos; os da turba jacobina eram baixos, grosseiros, brutais, cruéis. O nome de Vergniaud, aproximado ao do 'divino' Marat, media a distância, sem nenhuma maneira de cobri-la".

Dominando a princípio a Convenção, pela superioridade de seu talento e de sua eloquência, os girondinos caíram rapidamente sob o domínio dos montanheses; energúmenos sem valor, que pensavam pouco, mas agiam sempre e sabiam agitar as paixões do populacho. É a violência e não o talento que impressiona as assembleias.

§3. As características mentais da Convenção.

Existem características comuns a todas as assembleias e outras que são criadas por influências das circunstâncias e do meio,

que dão, às diversas reuniões de pessoas, uma fisionomia especial. A maior parte das características observadas na Constituinte e na Legislativa serão encontradas, mais exageradas ainda, na Convenção.

Esta assembleia era composta por cerca de 750 deputados, sendo que um pouco mais de um terço pertencera à Constituinte ou à Legislativa. Aterrorizando a população, os jacobinos conseguiram dominar as eleições. A maior parte dos eleitores (6 milhões, em 7) preferiu se abster.

Como profissionais, a Assembleia era composta em sua grande maioria, de homens da lei: advogados, tabeliães, oficiais de justiça, ex-juízes e alguns literatos.

A mentalidade da Convenção não foi homogênea. Porém, uma assembleia composta por indivíduos tão diferentes se cinde rapidamente em vários grupos. A Convenção formou logo três: a Gironda, a Montanha[16] e a Planície[17]. Os monarquistas constitucionais tinham quase desaparecido.

A Gironda e a Montanha, partidos extremistas, eram formados por uma centena de membros cada um, que se revezavam na direção. Na Montanha figuravam os membros mais radicais: Couthon, Hérault de Sécheles, Danton, Camille Desmoulins,

[16] Os bancos mais altos onde se sentavam os deputados da esquerda, liderados por Robespierre e Danton. (Nota do tradutor)
[17] O centro da assembleia, onde se sentavam os moderados. (Nota do tradutor)

Marat, Collot d'Herbois, Billaud-Varenne, Barras, Saint-Just, Fouché, Tallien, Carrier, Robespierre etc. Na Gironda, se encontravam Brissot, Pétion, Condorcet, Vergniaud etc.

Os 500 outros membros da Assembleia, ou seja, a grande maioria, constituíam o que se chamava a Planície.

Esta última formava uma massa flutuante, silenciosa, indecisa, tímida, pronta a seguir todos os impulsos e a se deslocar de acordo com excitações do momento. Ela escutava indiferentemente o mais forte dos dois grupos precedentes. Após ter obedecido aos girondinos, ela se deixou levar pelos montanheses, quando estes triunfaram sobre seus adversários. Era uma consequência natural da lei citada acima que condena invariavelmente as vontades fracas a seguir as vontades fortes.

A influência dos grandes manipuladores de pessoas se manifestou num alto grau durante toda a existência da Convenção. Ela foi constantemente conduzida por uma minoria violenta de espíritos limitados, que convicções intensas davam uma grande força.

Uma minoria brutal e ousada conduzirá sempre uma maioria medrosa e indecisa. Isto explica a marcha constante para os extremos observada em todas as assembleias revolucionárias. A história da Convenção reproduziu mais uma vez essa lei da aceleração estudada num outro capítulo.

Os convencionais deviam então, fatalmente, passar da moderação a violências cada vez mais acentuadas. Eles chegam finalmente a se autodizimar. Dos 180 girondinos, que dirigiam no início a Convenção, 140 foram mortos ou fugiram e finalmente, sobre uma massa medrosa de representantes servis, reinou apenas o mais fanático dos terroristas: Robespierre.

Era, no entanto, entre os 500 membros da maioria tão incerta e tão flutuante, que constituía a Planície, que se achavam a experiência e a inteligência. Os comitês técnicos, aos quais se devem as obras úteis da Convenção, foram recrutados em seu seio.

Muito indiferentes à política, os membros da Planície pediam, antes de tudo, que não fossem incomodados. Fechados nos comitês, eles se mostravam o menos possível na Assembleia. Por isso, nas sessões da Convenção, compareciam, com muito custo, um terço dos deputados.

Infelizmente, como acontece frequentemente, esses homens inteligentes e honestos eram completamente desprovidos de caráter e o medo que sempre os dominou fez com que votassem as piores medidas ordenadas pelos temíveis senhores.

A Planície votou então tudo o que lhe foi ordenado votar: a criação de um tribunal revolucionário, o Terror etc. Foi com sua ajuda que a Montanha esmagou a Gironda, que Robespierre fez perecer os hebertistas e os dantonistas. Como todos os fracos, ela

seguia os fortes. Os dóceis filantropos que a compunham e que constituíam a maioria da Assembleia contribuíram para causar, com sua covardia, os excessos pavorosos da Convenção.

A nota psicológica dominante da Convenção foi um horrível medo. Foi principalmente pelo medo que se fez cortar cabeças, na esperança incerta de conservar a sua.

Um tal medo era, aliás, bem compreensível. Os infelizes deliberavam no meio de vaias e xingamentos dos tribunos. A cada instante, verdadeiros selvagens armados com espadas invadiam a Assembleia e a maior parte dos membros não ousava mais assistir as sessões. Quando eles, por acaso, permaneciam nela, era para se calar e votar segundo as ordens dos montanheses, em número três vezes menor, no entanto.

O medo que dominava estes últimos, se bem que menos visível, era muito profundo. Eles não eliminavam seus inimigos apenas pelo seu estreito fanatismo, mas também pela convicção de que sua existência estava ameaçada. Os juízes do tribunal revolucionário não tremiam menos. Eles quiseram absolver Danton, a viúva de Camille Desmoulins e muitos outros. Eles não ousaram fazê-lo.

Mas foi principalmente quando Robespierre se tornou o único senhor que o fantasma do medo oprimiu a Assembleia. Diz-se com razão que um olhar do mestre fazia encolher de medo seus

colegas. Sobre seus rostos se lia “a palidez do medo ou o abandono do desespero”.

Todos temiam Robespierre e Robespierre temia a todos. Foi pelo medo das conspirações contra ele que ele mandou cortar cabeças e também pelo medo lhe permitiam cortá-las.

As memórias dos convencionais mostram bem que pavorosa lembrança eles conservaram dessa sombria época. Interrogado vinte anos mais tarde, diz Taine, sobre o verdadeiro objetivo, sobre o pensamento íntimo do Comitê de Saúde Pública, Barrère respondeu: “Tínhamos um único sentimento: conservar nossa existência, que todos acreditávamos ameaçada. Mandava-se guilhotinar o vizinho para que o vizinho não nos guilhotinasse”.

A história da Convenção constitui um dos mais marcantes exemplos que se possa dar do papel dos líderes e do medo sobre uma assembleia.

* * *

CAPÍTULO IV

O governo da Convenção.

§1. O papel dos clubes e da Comuna durante a Convenção.

Sumário

Durante toda sua existência, a Convenção foi governada pelos líderes dos clubes e da Comuna.

Já mostramos sua influência sobre as assembleias precedentes. Ela se tornou preponderante durante a Convenção. A história desta última é, na realidade, a dos clubes e da Comuna, que a dominaram. Eles não escravizaram apenas a Convenção, mas também toda a França. Numerosos pequenos clubes de província, dirigidos pelo da capital, vigiavam os magistrados, denunciavam os suspeitos e se encarregavam de executar todas as ordens revolucionárias.

Quando os clubes ou a Comuna decidiam certas medidas, eles faziam com que fossem votadas na sessão seguinte na Assembleia. Se esta última resistia, eles lhe enviavam suas delegações, ou seja, bandos armados escolhidos no mais baixo populacho. Elas levavam ordens sempre servilmente obedecidas. A Co-

muna se sentia tão forte que chegou a exigir da Convenção a expulsão imediata dos deputados que lhe desagradavam.

Enquanto que a Convenção era composta por homens geralmente instruídos, os membros da Comuna e dos clubes eram compreendidos por pequenos comerciantes, operários braçais, incapazes de opiniões pessoais e sempre conduzidos por seus líderes: Danton, Camille Desmoulins, Robespierre etc.

Dos dois poderes __ clubes e Comuna insurrecional __ esta última agiu mais em Paris, porque se constituiu num exército revolucionário. Ela tinha sob suas ordens 48 comitês de guardas nacionais, que só queriam matar, saquear e principalmente pilhar.

A tirania com que a Comuna esmagou Paris foi pavorosa. Foi assim, por exemplo, que ela delegou a um certo sapateiro de nome Chalandon, o direito de vigiar uma parte da capital. Direito que implicava na faculdade de enviar ao tribunal revolucionário e, por consequência, à guilhotina, todos aqueles de quem ele suspeitava. Certas ruas se viram assim despovoadas por ele.

A Convenção lutou um pouco, no início, contra a Comuna, mas não tentou resistir a ela por muito tempo. O ponto culminante do conflito se deu quando a Convenção quis prender Hébert, alma da Comuna. Esta lhe enviou bandos ameaçadores que ordenaram a expulsão dos girondinos que tiveram essa ideia. Diante de sua recusa, a Comuna a sitiou, em 2 de junho de 1793, com seu exército

revolucionário, sob as ordens de Hanriot. Aterrorizada, a Assembleia entregou 27 de seus membros. A Comuna lhe enviou em seguida uma delegação para felicitá-la, ironicamente, pela obediência.

Após a queda dos girondinos, a Convenção se submeteu completamente às ordens da Comuna, que se tornou todo-poderosa. Esta lhe fez decretar a criação de um exército revolucionário, acompanhado de um tribunal e de uma guilhotina, encarregados de percorrer a França para executar sumariamente os suspeitos.

Apenas perto do fim de sua existência, após a queda de Robespierre, a Convenção conseguiu se livrar do jugo da Comuna e do clube dos jacobinos. Ela mandou fechar este último e guilhotinar seus membros influentes.

Apesar de tais sanções, os líderes continuaram a agitar o populacho e a lançá-lo sobre a Convenção. Em germinal e em prairial, ela sofreu verdadeiros sítios. As delegações armadas conseguiram mesmo a votação do restabelecimento da Comuna e a convocação de uma nova Assembleia; medidas que a Convenção se apressou em anular assim que os insurgentes se retiraram. Envergonhada com seu medo, ela convocou regimentos que executaram o desarmamento dos subúrbios e prenderam quase 10.000. Vinte e

seis chefes do movimento foram passados pelas armas; seis deputados que tinham compactuado com o motim, guilhotinados.

De fato, a Convenção só teve veleidades de resistência. Quando ela não era conduzida pelos clubes e a Comuna, ela obedecia ao Comitê de Saúde Pública e votava sem discussão seus decretos.

Escreve H. Williams: "A Convenção, que só falava em colocar a seus pés todos os príncipes e reis da Europa, estava acorrentada, estava aprisionada em seu próprio santuário, por um punhado de mercenários".

§2. O governo da França durante a Convenção. O Terror.

Assim que ela se reuniu em setembro de 1792, a Convenção começou por decretar a abolição da realeza e apesar das hesitações de um grande número de seus membros, que sabiam que a província era realista, proclamou a república.

Intimamente convencida de que tal proclamação transformaria o mundo civilizado, ela instituiu uma era e um calendário novo. O ano 1 dessa era marcaria a aurora de um mundo onde reinaria apenas a razão. Ele foi inaugurado pelo julgamento de Luís XVI; medida ordenada pela Comuna, mas que a maioria da Convenção não desejava.

No seu início, com efeito, essa assembleia era governada por elementos relativamente moderados, os girondinos. O presidente e os secretários foram escolhidos dentre os mais conhecidos desses últimos. Robespierre, que deveria se tornar mais tarde o senhor absoluto da Convenção, possuía neste momento tão pouca influência que só obteve seis votos para a presidência, enquanto que Pétion conseguiu 235.

Os montanheses tinham a princípio uma autoridade muito restrita. Mais tarde apenas nasceria seu poder. Não restou então nenhum lugar para os moderados na Convenção.

Apesar de sua minoria, os montanheses encontraram meios de obrigar a assembleia a processar Luís XVI. Para eles, obter isso era, ao mesmo tempo, uma vitória sobre os girondinos, a condenação a todos os reis e um divórcio definitivo entre o novo regime e o antigo.

Para provocar esse processo eles manobraram muito habilmente, lançando sobre a Convenção petições de província e uma delegação da Comuna insurrecional de Paris, que exigiram o julgamento.

De acordo com a característica comum às assembleias da Revolução de se curvar diante das ameaças e de executar sempre o contrário do que desejavam, a Convenção não ousou resistir. Ela decidiu então pelo processo.

Os girondinos, que individualmente não queriam a morte do rei, uma vez reunidos, a votaram por medo. Esperando salvar sua própria cabeça, o duque de Orleans, primo de Luís XVI, a votou igualmente. Se, ao subir o cadafalso em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI tivesse tido essa visão do futuro que atribuímos aos deuses, ele teria visto segui-lo, um a um, a maior parte dos girondinos cuja fraqueza não tinha podido defendê-lo.

Olhada unicamente sob o ponto de vista da utilidade pura, a execução do rei foi um dos atos malditos da Revolução. Ela produziu a guerra civil e armou contra nós a Europa. No seio da Convenção, essa morte suscitou lutas intestinas que levaram finalmente ao triunfo dos montanheses e à expulsão dos girondinos.

As medidas tomadas sob a influência dos montanheses acabaram por se tornar tão despóticas que sessenta Departamentos, compreendendo o oeste e o sul, se revoltaram. A insurreição, que tinha a sua frente vários deputados expulsos, teria talvez triunfado se a participação dos realistas no movimento não tivesse feito temer o retorno do antigo regime. Em Toulon, com efeito, os insurgentes aclamaram Luís XVII.

A guerra civil assim desencadeada durou a maior parte da Revolução. Ela foi de uma selvageria extrema. Velhos, mulheres, crianças, todos eram massacrados; os vilarejos e as colheitas in-

cendiados. Apenas na Vendeia o número dos mortos foi avaliado, segundo os autores, entre quinhentos mil e um milhão.

A guerra civil foi logo acompanhada da guerra estrangeira. Os jacobinos imaginaram consertar todos os males criando uma nova Constituição. Isso foi, aliás, uma tradição em todas as assembleias revolucionárias: acreditar na virtude mágica das fórmulas. Esta convicção dos retóricos jamais foi influenciada na França pelo insucesso das experiências.

*
* *

Escreve um dos grandes admiradores da Revolução, o Sr. Rambaud: "Uma fé robusta sustentava a Convenção em seu trabalho; ela acreditava firmemente que quando tivesse formulado em uma lei os princípios da Revolução, seus inimigos seriam confundidos; e mais, convertidos; e que o advento da justiça desarmaria os insurgentes".

Em toda sua duração a Convenção redigiu duas Constituições: a de 1793 __ ou ano I__ e a de 1795, dita do ano III. A primeira jamais foi aplicada; uma ditadura absoluta logo a substituiu. A segunda criou o Diretório.

A Convenção reunia um número muito grande de juristas e de homens de negócio que compreenderam muito rapidamente a impossibilidade do governo através de uma assembleia numerosa.

Eles a levaram a se dividir em pequenos comitês com existência independente: negócios, legislação, finanças, agricultura, artes etc. Esses comitês preparavam as leis que a assembleia votava geralmente de olhos fechados.

Graças a eles, a obra da Convenção não foi puramente destrutiva. Eles provocaram medidas muito úteis: criação de grandes escolas, estabelecimento do sistema métrico etc. A maioria dos membros da assembleia se refugia __ nós já o dissemos __ nesses comitês, para evitar as lutas políticas onde exporiam suas cabeças.

Acima desses comitês especializados, estranhos à política, se encontrava o Comitê de Saúde Pública, instituído em abril de 1793 e composto de nove membros. Dirigido no início por Danton, depois, em julho do mesmo ano, por Robespierre, ele acabou gradualmente por absorver todos os poderes, neles incluído o de dar ordens aos ministros e aos generais. Carnot nele dirigia as operações de guerra; Cambon, as finanças; Saint-Just e Collot d'Herbois, a política geral.

Se as leis votadas pelos comitês técnicos foram frequentemente muito sábias e constituem a obra durável da Convenção, aquelas votadas no corpo da assembleia, sob ameaças das delegações que a invadiam, tinham um caráter de um absurdo manifesto.

Dentre essas leis, as menos úteis ao interesse público ou ao interesse da própria Convenção, podemos citar a do máximo, vo-

tada em setembro de 1793, que pretendia taxar o preço dos víveres e que não teve outro resultado que o de estabelecer uma persistente escassez; a destruição das sepulturas reais de Saint-Denis; o julgamento da rainha; a devastação sistemática da Vendeia por incêndios; o estabelecimento do Tribunal Revolucionário etc.

O Terror foi o grande mecanismo de governo da Convenção. Iniciado em setembro de 1793, ele reinou sobre a França durante dez meses, ou seja, até à morte de Robespierre. Inutilmente alguns jacobinos __ Danton, Camille Desmoulins, Hérault de Séchelles etc. __ propuseram tentar a clemência. O único resultado dessa proposição foi enviar seus autores ao cadafalso. Apenas o desinteresse da opinião pública pôs fim a esse vergonhoso regime.

As lutas sucessivas dos partidos na Convenção e sua marcha rumo aos extremos eliminaram progressivamente os homens importantes que nela tinham desempenhado um papel. Finalmente ela caiu no domínio exclusivo de Robespierre.

Enquanto a Convenção desorganizava e devastava a França, nossos exércitos colecionavam brilhantes vitórias. Eles se apoderaram da margem esquerda do Reno, da Bélgica e da Holanda. O tratado de Bâle consagrou essas conquistas.

Já o dissemos e voltaremos a isso em breve, que é preciso separar a obra dos exércitos republicanos da obra da Convenção.

Os contemporâneos sabiam muito bem fazer essa distinção, esquecida hoje em dia.

Quando a Convenção desapareceu, em 26 de outubro de 1795, após três anos de reinado, esta assembleia foi envolvida por um desprezo universal. Joguete perpétuo dos caprichos populares, ela não conseguiu pacificar a França e a mergulhou na anarquia. A opinião que ela inspirou é perfeitamente resumida numa carta escrita em julho de 1799, pelo encarregado de negócios da Suécia, o barão Drinckmann: "Eu ouso esperar que jamais um povo seja governado pela vontade de celerados os mais imbecis e os mais cruéis que a França já teve, desde o começo de sua nova liberdade".

§3. Fim da Convenção. Origens do Diretório.

No fim de sua existência, a Convenção, sempre confiante no poder das fórmulas, fabricou uma nova Constituição, a do ano III, destinada a substituir a de 1793 que, aliás, nunca funcionou. O poder legislativo devia ser partilhado entre um conselho, dito dos anciões, composto por duzentos e cinquenta membros e um conselho de jovens, composto por quinhentos membros. O poder executivo foi confiado a um Diretório de cinco membros nomeados pelos anciões, por indicação dos quinhentos e renovado a cada ano, pela eleição de um deles. Foi especificado que dois terços dos

membros da nova assembleia seriam escolhidos dentre os ex-deputados da Convenção. Essa medida prudente foi pouco eficaz, pois dez Departamentos apenas permaneceram fiéis aos jacobinos.

Para evitar a eleição de realistas, a Convenção decidiu pelo banimento perpétuo dos emigrados.

O anúncio dessa constituição não produziu no público nenhum dos efeitos esperados. Ela não teve ação sobre os motins, que continuaram a acontecer. Um dos mais importantes foi aquele que, em 5 de outubro de 1795, ameaçou a Convenção. Os líderes lançaram sobre essa assembleia um verdadeiro exército. Diante de tais provocações, a Convenção, por fim, se decidiu pela defesa, convocou tropas e confiou seu comando a Barras.

Bonaparte, que começava a surgir das sombras, foi encarregado da repressão. Com um chefe tal, ela foi enérgica e rápida. Vigorosamente metralhados junto à igreja Saint-Roch, os insurgentes fugiram, deixando algumas centenas de mortos na praça.

Este ato de firmeza ao qual a Convenção estava pouco habituada, só se deu pela celeridade das operações militares, pois enquanto elas eram executadas, os insurgentes tinham enviado delegados à assembleia que, como de hábito, se mostrava toda disposta a ceder a eles.

A repressão desse motim constituiu o último ato importante da Convenção. Em 26 de outubro de 1795, ela declarou sua missão por terminada e deu lugar ao Diretório.

*
* *

Nós ressaltamos vários ensinamentos psicológicos que forneceu o governo da Convenção. Um dos mais marcantes é a impotência da violência em dominar por muito tempo as almas.

Nunca um governo possuiu tão temíveis meios de ação e, no entanto, apesar da guilhotina permanente, apesar dos delegados enviados às províncias escoltados pelo carrasco, apesar de suas leis draconianas, a Convenção teve que lutar permanentemente contra motins, insurreições e conspirações. As cidades, os departamentos, os subúrbios de Paris se sublevavam sem parar, mesmo que as cabeças caíssem aos milhares.

Essa assembleia, que se acreditava soberana, combatia forças invisíveis, fixadas nas almas e que os medos materiais não dominam.

Desses motivadores escondidos, ela nunca compreendeu o poder e lutou inutilmente contra eles. As forças invisíveis acabaram por triunfar.

* * *

CAPÍTULO V

As violências revolucionárias.

§1. Razões psicológicas das violências revolucionárias.

Sumário

Mostramos no curso dos capítulos precedentes que as teorias revolucionárias constituíam uma fé nova.

Humanitárias e sentimentais, elas exaltavam a liberdade e a fraternidade. Mas, como em muitas religiões, observa-se uma contradição completa entre as doutrinas e os atos. Na prática, nenhuma liberdade foi tolerada e a fraternidade se viu substituída por furiosos massacres.

Essa oposição entre os princípios e a conduta resulta da intolerância que acompanha todas as crenças. Uma religião pode ser impregnada de humanitarismo e de mansidão, mas seus sectários querem sempre impô-la pela força e ela produz necessariamente violências.

As crueldades da Revolução constituem por isso consequências inerentes à propagação dos dogmas. A Inquisição, as guerras de religião, a Noite de São Bartolomeu, a revogação do Édito de Nantes, as Dragonadas, as perseguições jansenistas etc. são da

mesma família do Terror e derivadas das mesmas fontes psicológicas.

Luís XIV não era certamente um rei cruel e, no entanto, sob o impulso de sua fé, ele expulsou da França várias centenas de milhares de protestantes, após ter mandado fuzilar e enviar às galeras um número considerável deles.

Os métodos de persuasão adotados por todos os crentes não resultam, de maneira alguma, do medo que possam inspirar os dissidentes. Protestantes e jansenistas eram bem pouco perigosos sob Luís XIV. A intolerância provém sobretudo da violenta indignação experimentada por uma mente que está certa de deter verdades evidentes, contra pessoas que as negam e estão certamente de má fé. Como suportar o erro quando se possui a força necessária para extirpá-lo?

Assim pensaram os crentes de todas as eras. Assim pensaram Luís XIV e os homens do Terror. Estes últimos também eram convictos possuidores de verdades que acreditavam evidentes e cujo triunfo deveria regenerar a humanidade. Poderiam se mostrar mais tolerantes com seus adversários do que tinham sido a Igreja e os reis em relação aos heréticos?

É preciso acreditar que o terror é um método considerado como necessário por todos os crentes, pois, desde a origem das eras, os códigos religiosos são invariavelmente baseados nele. Pa-

ra fazer observar suas prescrições, eles buscam aterrorizar pela ameaça de um inferno eterno cheio de torturas.

Os apóstolos da crença jacobina se conduziram, portanto, como seus pais e empregaram os mesmos métodos. Se acontecimentos semelhantes vierem se repetir, veremos se reproduzirem atos idênticos. Se uma nova crença, o socialismo por exemplo, ou qualquer outra, triunfasse amanhã, elas estariam condenadas a empregar processos de propaganda semelhantes àqueles da Inquisição e do Terror.

Mas o Terror jacobino, considerado apenas como resultante de um movimento religioso, seria incompletamente conhecido. Ao redor de uma crença religiosa que triunfa vem se anexar, como vimos por ocasião da Reforma, uma massa de interesses individuais independentes dessa crença. O Terror foi dirigido por alguns apóstolos fanáticos, mas ao lado de um pequeno número de prosélitos ardentes, cujos miolos estreitos pretendiam regenerar o universo, se encontravam muitos homens que viram nele apenas um meio de enriquecer. Eles se uniram muito facilmente em seguida ao primeiro general vitorioso que lhes prometeu deixá-los gozar do produto de suas pilhagens.

Escreve Albert Sorel:

> *Os terroristas da Revolução recorreram a ele porque queriam permanecer no poder e que seriam incapazes de se*

manter de outra maneira. Eles o empregaram em sua própria salvação em detrimento da salvação do Estado. Antes de ser um sistema de governo, ele foi um meio e o sistema só foi inventado para justificar o meio.

Pode-se então subscrever plenamente o julgamento seguinte do Terror, feito por Émile Ollivier, no livro consagrado por ele à Revolução: "O Terror foi principalmente uma jaqueria, uma pilhagem regularizada, o mais vasto roubo que qualquer associação de malfeitores jamais organizou".

§2. Os tribunais revolucionários.

Os tribunais revolucionários constituíram o principal meio de ação do Terror. Fora o de Paris __ criado por instigação de Danton e que, um ano após, enviou seu fundador à guilhotina __ a França foi coberta com eles.

Escreve Taine:

178 tribunais, dos quais 40 são ambulantes, pronunciam, em toda parte do território, condenações à morte, que são executadas no local e no mesmo instante. De abril de 1793 ao 9 termidor do ano II, o de Paris mandou guilhotinar 2.625 pessoas e os juízes das províncias trabalharam tão bem quanto os juízes de Paris. Só na pequena cidade de Orange, eles guilhotinaram 331 pessoas. Na cidade de Ar-

ras, mandaram guilhotinar 299 homens e 93 mulheres... Na cidade de Lyon, a comissão revolucionária responsabilizou-se por 1.684 execuções... Avalia-se o número dessas mortes em 17.000, dentre as quais 1.200 mulheres e muitos octogenários.

Se o tribunal revolucionário de Paris fez apenas 2.625 vítimas, não se pode esquecer que todos os suspeitos já tinham sido massacrados sumariamente durante as jornadas de setembro.

O tribunal revolucionário de Paris, simples instrumento do Comitê de Saúde Pública, se limitou, na realidade __ como destacou justamente Fouquier-Tinville em seu processo __ a executar ordens. Ele se cercou, em seu início, de algumas formalidades legais que não sobreviveram por muito tempo. Interrogatório, defesa, testemunhos, todo acabou suprimido. A prova moral, ou seja, a simples suspeita, bastava para condenar. O presidente se contentava em colocar uma vaga questão ao acusado. Para obter mais rapidez ainda, Fouquier-Tinville propôs instalar a guilhotina no próprio recinto do tribunal.

Esse tribunal enviava indistintamente ao cadafalso todos os acusados presos pelo ódio dos partidos e se constituiu logo, nas mãos de Robespierre, o instrumento da mais sangrenta tirania. Quando Danton, um de seus fundadores, se tornou sua vítima, ele

pediu justamente perdão a Deus e aos homens, antes de subir ao cadafalso, por ter contribuído com tal criação.

Nada encontrou misericórdia diante dele, nem o gênio de Lavoisier, nem a doçura de Lucille Desmoulins, nem o mérito de Malesherbes. “Tantos talentos massacrados pelos mais covardes e mais imbecis dos homens”, escreveu Benjamin Constant.

Para encontrar algumas desculpas para o Tribunal Revolucionário, é preciso retornar à nossa concepção da mentalidade religiosa dos jacobinos que o fundaram e o dirigiram. Foi uma obra comparável, em seu espírito e em seu objetivo, à Inquisição. Os homens que forneceram suas vítimas __ Robespierre, Saint-Just e Couthon __ acreditavam ser os benfeitores do gênero humano ao suprimirem todos os infiéis, inimigos da fé que regeneraria o mundo.

As execuções durante o Terror não recaíram apenas sobre membros da aristocracia e do clero, porque 4.000 camponeses e 3.000 trabalhadores foram guilhotinados.

Dada a emoção que produz em nossos dias uma execução capital, poder-se-ia acreditar que a de muitas pessoas também deveria emocionar consideravelmente. Porém, o hábito havia entorpecido tanto a sensibilidade que não se prestava mais atenção. As mães levavam seus filhos para verem as decapitações, como elas os levam hoje em dia ao teatro de marionetes.

O espetáculo quotidiano das execuções tinha igualmente dado às pessoas daquela época uma grande indiferença pela morte. Todos subiram o cadafalso com muita calma; os girondinos escalaram seus degraus cantando a Marselhesa.

Essa resignação resultava da lei do hábito que amortece muito rapidamente as emoções. A se julgar pelos movimentos realistas que se reproduziam a cada dia, a perspectiva da guilhotina não assustava mais. As coisas se passavam como se o Terror não aterrorizasse ninguém. Ele só é, aliás, um processo eficaz, com a condição de não durar. O verdadeiro terror reside muito mais nas ameaças do que em sua realização.

§3. O Terror na província.

As execuções dos tribunais revolucionários nas províncias só representaram uma parte dos massacres operados durante o Terror. O exército revolucionário, composto de vagabundos e de bandidos, percorria a França pilhando e massacrando. Sua maneira de agir é bem mostrada na passagem seguinte, tomada de Taine:

> *Em Bédoin, cidade com 2.000 almas, onde desconhecidos abateram a árvore da liberdade, 433 casas foram demolidas ou incendiadas, 16 guilhotinados, 47 fuzilados, todos os outros habitantes foram expulsos, obrigados a viver*

como vagabundos nas montanhas e a se abrigar em cavernas que eles cavavam na terra.

A sorte dos infelizes enviados aos tribunais revolucionários não era melhor. Os simulacros de julgamento tinham logo sido suprimidos. Em Nantes, Carrier mandou afogar, fuzilar, metralhar, segundo suas fantasias, quase 5.000 pessoas; homens, mulheres e crianças.

Os detalhes desses massacres figuraram no **Moniteur** após a reação de termidor. Eu destaco aqui alguns:

Diz Thomas: Eu vi, após a tomada de Noirmoutier, queimarem vivos homens, mulheres, velhos... violarem mulheres, meninas de 14 a 15 anos, massacrá-las em seguida e jogarem, de baioneta em baioneta, ternas crianças que estavam ao lado de suas mães, estendidas no solo.

***(Moniteur**, 22 de dezembro de 1794)*

No mesmo número lê-se um depoimento de um senhor Julien que conta como Carrier obrigava suas vítimas a cavar sua cova e mandava enterrá-las vivas. O número de 15 de outubro de 1794 contém um relatório de Merlin Thionville provando que o capitão do navio Le Destin havia recebido ordem de embarcar para afogar 41 vítimas: “dentre elas um cego idoso de 78 anos, 12 mulheres,

12 meninas, 15 crianças, dentre elas, 10 entre 6 e 10 anos e 5 ainda mamando".

Durante o processo de Carrier (**Moniteur** de 30 de dezembro de 1794), ficou estabelecido que ele tinha dado ordem para afogar e fuzilar as mulheres e as crianças e prescrevera ao general Haxo o extermínio de todos os habitantes da Vendeia e de incendiar suas habitações.

Carrier gozava, como todos os torturadores, de uma alegria intensa ao ver sofrer suas vítimas. Disse ele:

> *No Departamento onde dei caça aos padres, jamais ri tanto e tive tanto prazer em vê-los fazer caretas ao morrer.*
>
> *(**Moniteur** de 22 de dezembro de 1794).*

Processou-se Carrier para dar satisfação à reação de termidor. Mas os massacres de Nantes se repetiram em muitas outras cidades. Fouché fez perecer 2.000 pessoas em Lyon e foram mortos tantos habitantes em Toulon que a população caiu de 29.000 a 7.000, em alguns meses.

É preciso dizer que a limpeza de Carrier, Fréron, Fouché e de todos esses sinistros personagens era incessantemente estimulada pelo Comitê de Saúde Pública. Carrier prova isso em seu processo:

Eu admito que se fuzilou 150 a 200 prisioneiros por dia, mas era por ordem da Comissão. Eu informei à Convenção que se fuzilava bandidos às centenas. Ela aplaudiu essa carta e ordenou a inclusão dela no ***Bulletin****. O que faziam então esses deputados que agora se voltam contra mim? Eu era então o salvador da pátria e agora sou um homem sanguinário?*

Moniteur*, 24 de dezembro de 1794.*

Infelizmente para ele. Carrier ignorava, como ele mesmo destacou no mesmo discurso, que 7 a 8 pessoas apenas conduziam a Convenção. Nada era mais exato, mas como a assembleia aterrorizada aprovava tudo o que lhe era ordenado por essas 7 a 8 pessoas, não havia resposta ao argumento de Carrier. Ele mereceu certamente ser guilhotinado, mas toda a Convenção merecia como ele, pois ela aprovou os massacres.

A defesa de Carrier, justificada pelas cartas do Comitê onde os representantes em missão eram sem cessar estimulados, mostra que as violências do Terror foram o resultado de um sistema combinado e, de maneira alguma, de iniciativas individuais.

*
* *

A necessidade de destruição não se saciava apenas com pessoas durante o Terror, mas também com as coisas. O verdadeiro

crente é sempre iconoclasta. Quando chega ao poder ele destrói, com um mesmo zelo, os inimigos de sua fé e as imagens, templos e símbolos que lembram a crença combatida.

Sabe-se que o primeiro ato do imperador Teodósio, convertido à religião cristã, foi mandar derrubar a maior parte dos templos erguidos há 6.000 anos nas margens do Nilo. Não nos espantamos então ao ver os chefes da Revolução Francesa se descarregarem nos monumentos e nas obras de arte, que constituíam para eles os vestígios de um passado detestado.

As estátuas, manuscritos, vitrais e objetos de ornamentação foram quebrados com obstinação. Quando Fouché __ futuro duque de Otrante sob Napoleão e ministro sob Luís XVIII __ foi enviado como comissário da Convenção à Nièvre, ele ordenou a demolição das torres dos castelos e dos campanários das igrejas, porque eles “ofendiam a igualdade”.

O vandalismo revolucionário recaiu até mesmo sobre os túmulos. Após um relatório de Barrère à Convenção, as magníficas tumbas reais de Saint-Denis, dentre as quais figurava o admirável mausoléu de Henrique II, de Germain Pilon, foram moídos, os caixões esvaziados, o corpo de Turenne enviado ao Museu como curiosidade, após um guarda ter-lhe extraído todos os dentes para vendê-los. O bigode e a barba de Henrique IV foram arrancados.

Não se pode evidentemente ver sem tristeza homens esclarecidos consentirem com a destruição do patrimônio artístico da França. Para desculpá-los é preciso se lembrar que as fortes crenças são geradoras dos piores excessos e também que a Convenção era quase diariamente invadida pelos motins e se inclinava sempre diante das vontades populares.

O sombrio relato de todas essas devastações não mostra apenas o poder do fanatismo, mas também no que se tornam as pessoas quando são liberadas dos laços sociais e o país que cai em suas mãos.

* * *

CAPÍTULO VI

Os exércitos da Revolução.

§1. As assembleias revolucionárias e os exércitos.

Sumário

Se só conhecêssemos das assembleias revolucionárias e particularmente da Convenção suas dissensões interiores, suas fraquezas e suas violências, elas teriam deixado uma lembrança bem sombria.

No entanto, mesmo para seus inimigos, essa época sangrenta possui sempre um incontestável prestígio resultante do sucesso dos exércitos. Quando a Convenção se dissolveu a França havia crescido, com a Bélgica e os territórios situados na margem esquerda do Reno.

Considerando a Convenção como um bloco, é justo colocar a seu favor as vitórias dos exércitos da França, mas se dissociarmos esse bloco para estudar separadamente cada um dos elementos que o compõe, sua independência aparece nitidamente. Constata-se então que a Convenção teve, na verdade, uma fraca participação nos acontecimentos militares. Os exércitos nas fronteiras, as assembleias revolucionárias em Paris, formaram dois mundos

que se influenciaram muito pouco e pensaram de maneira bem diferente.

Nós vimos a Convenção, um governo muito fraco, mudar de ideia a cada dia, segundos os impulsos populares e dar exemplo de uma profunda anarquia. Não dirigindo nada, mas sendo constantemente dirigida, como poderia agir sobre os exércitos?

Completamente absorvida por suas querelas intestinas, a Assembleia abandonou todas as questões militares a um comitê especial que agia quase que sozinho e cujo verdadeiro papel foi fornecer víveres e munições às tropas. O mérito de Carnot consistiu, por outro lado, em dirigir os 752.000 homens que a França disponha, para pontos estrategicamente úteis e em recomendar aos generais a ofensiva e uma severa disciplina.

A única participação da Assembleia na defesa do país foi decretar recrutamentos em massa. Diante dos numerosos inimigos que ameaçavam a França, nenhum governo poderia evitar tal medida. Durante algum tempo a Assembleia enviou aos exércitos representantes encarregados de guilhotinar alguns generais, mas ela renunciou a isso muito rapidamente.

De fato, sua intervenção permaneceu muito pequena. Os exércitos, graças a seu número, a seu entusiasmo, a uma tática improvisada por jovens generais, se encarregaram vitoriosamente do

assunto completamente sozinhos. Eles venceram à margem da Convenção e completamente fora dela.

§2. A luta da Europa contra a Revolução.

Antes de enumerar os diversos fatores psicológicos que contribuíram para o sucesso dos exércitos revolucionários, é útil lembrar brevemente a maneira como se estabeleceu e se desenvolveu a luta da Europa contra a Revolução.

No início desta última, os soberanos estrangeiros olhavam com satisfação as dificuldades da monarquia francesa, considerada há muito tempo como um poderoso rival. O rei da Prússia acreditava que, com a França bem enfraquecida, ele poderia crescer às suas custas e então propôs ao imperador da Áustria ajudar Luís XVI, com a condição de receber como indenização Flandres e a Alsácia. Os dois soberanos assinaram, em fevereiro de 1792, um tratado de aliança contra nós. Os Franceses anteciparam o ataque e declararam guerra à Áustria, sob a influência dos girondinos.

O exército francês sofreu, no início, várias derrotas. Os aliados penetraram na Campanha e chegaram a 200 quilômetros de Paris. A batalha de Valmy, ganha por Dumouriez, os obrigou a se retirarem.

Mesmo com apenas 300 franceses e 200 prussianos mortos em combate, suas consequências foram muito importantes. Tendo

feito recuar um exército com fama de invencível as jovens tropas revolucionárias desenvolveram uma grande ousadia e por toda parte elas tomaram a ofensiva. Em algumas semanas os soldados de Valmy expulsaram os austríacos da Bélgica e foram recebidos como libertadores.

Mas foi principalmente sob a Convenção que a guerra tomou uma extensão considerável. No começo de 1793, a Assembleia declarou a Bélgica anexada à França. Isso resultou numa luta com a Inglaterra que se prolongou por vinte e dois anos.

Reunidos em Antuérpia, em abril de 1793, os representantes da Inglaterra, da Prússia e da Áustria resolveram desmembrar a França. Os prussianos deveriam se apoderar da Alsácia e da Lorena; os austríacos de Flandres e de Artois; os ingleses, de Dunquerque. O embaixador austríaco propôs esmagar a Revolução pelo terror "exterminando a quase totalidade da parte dirigente da nação". Diante de tais declarações só se podia vencer ou perecer.

Durante essa primeira coalizão, de 1793 a 1797, a França teve que combater em todas as suas fronteiras, dos Pirineus até o norte.

No início ela perdeu suas primeiras conquistas e sofreu vários reveses. Os espanhóis se apoderaram de Perpignan e de Bayone; os ingleses, de Toulon; os austríacos, de Valenciennes. Foi então que a Convenção, no fim de 1793, ordenou um recrutamen-

to em massa de todos os franceses dos 18 aos 40 anos e pôde enviar, às fronteiras, nove exércitos, que formavam um total ao redor de 750.000 homens. Fundiram-se os antigos regimentos do exército real com os batalhões de voluntários e de convocados.

Os aliados foram repelidos e Maubeuge desbloqueado após a vitória de Wattignies, ganha por Jourdan. Hoche liberta a Lorena. A França toma a ofensiva, reconquista a Bélgica e a margem esquerda do Reno. Jourdan bate os austríacos em Fleurus, joga-os sobre o Reno, ocupa Colônia e Coblenz. A Holanda é invadida. Os soberanos se resignam em pedir a paz e reconhecem as conquistas da França.

Nossos sucessos foram favorecidos pelo fato de que os inimigos nunca se empenharam muito a fundo, preocupados com a partilha da Polônia, que os ocupou de 1793 a 1795. Cada um deles queria estar presente no desmembramento para obter vantagem. Este motivo já tinha feito recuar o rei da Prússia em 1792, após Valmy.

As hesitações dos aliados e sua desconfiança recíproca nos foram muito vantajosos. Se, durante o verão de 1793, os austríacos tivessem marchado sobre Paris, nós teríamos, disse o general Thiébault, “perdido cem por um. Eles nos salvaram porque nos deram tempo para formar soldados, oficiais e generais”.

Após o tratado de Bâle, a França não teve mais, no continente, adversários importantes além dos austríacos. Foi então que o Diretório mandou atacar a Áustria na Itália, onde ela possuía os milaneses. Bonaparte foi encarregado dessa campanha. Após um ano de lutas, de abril de 1796 a abril de 1797, ele obrigou os últimos inimigos da França a pedirem a paz.

§3. Fatores psicológicos e militares que determinaram o sucesso dos exércitos revolucionários.

Para compreender as causas dos sucessos dos exércitos revolucionários é preciso levar em conta o prodigioso entusiasmo, a resistência e a abnegação desses soldados em farrapos e frequentemente sem sapatos. Completamente impregnados pelos princípios revolucionários, eles se sentiam os apóstolos de uma religião nova destinada a regenerar o mundo.

A história dos exércitos da Revolução lembra totalmente aquele dos nômades da Arábia que, fanatizados pelo ideal de Maomé, se transformaram em exércitos temíveis e conquistaram rapidamente uma parte do velho mundo romano. Uma fé análoga dotou os soldados republicanos de um heroísmo e de uma intrepidez que nenhum revés abalou. Quando a Convenção deu lugar ao Diretório, eles tinham libertado a pátria e levado ao inimigo a guerra de invasão. Nessa época, só havia realmente de republicano na França os soldados.

Sendo a fé contagiosa e a Revolução se apresentando como uma era nova, vários povos invadidos, oprimidos pelo absolutismo de seus reis, receberam os invasores como libertadores. Os habitantes da Saboia acorreram aos soldados franceses. Em Mayence a massa os acolheu com entusiasmo, plantou árvores da liberdade e formou uma Convenção, imitando aquela de Paris.

Enquanto os exércitos da Revolução se deparavam com povos curvados pelo jugo de monarcas absolutos e que não tinham nenhum ideal pessoal a defender, o sucesso foi relativamente fácil. Mas quando eles entraram em conflito com outros homens possuidores de um ideal tão forte quanto os deles, o triunfo se tornou muito mais difícil.

O ideal novo de liberdade e de igualdade capaz de seduzir os povos desprovidos de convicções precisas e sofrendo o despotismo de seus senhores, deveria permanecer naturalmente sem ação sobre aqueles que possuíam um ideal poderoso, fixado há bastante tempo nas almas. Por esta razão, bretões e vendeus, cujos sentimentos religiosos e monárquicos eram muito fortes, lutaram durante vários anos, com sucesso, contra os exércitos da República.

Em março de 1793, as insurreições da Vendeia e da Bretanha se estenderam a dez Departamentos. Vendeus em Poitou e Chouans[18] na Bretanha, colocaram de pé 80.000 homens.

Os conflitos entre ideais contrários, ou seja, entre crenças em que a razão não pode intervir, sendo sempre impiedosos, a luta com a Vendeia tomou imediatamente o caráter de selvageria feroz que se observa sempre nas guerras de religião. Ela se prolongou até o fim de 1795, época em que Hoche pacificou a Vendeia. Essa pacificação foi a consequência do extermínio quase completo de seus defensores.

Escreve Molinari:

> *Após dois anos de guerra civil, a Vendeia não era mais do que um pavoroso amontoado de ruínas. Cerca de 900.000 indivíduos __ homens, mulheres, crianças, velhos __ tinham perecido e o pequeno número daqueles que tinham sobrevivido ao massacre encontravam com muito custo o que comer e como se abrigar. Os campos estavam devastados, os edifícios destruídos, as casas incendiadas.*

Além de sua fé, que os tornava tão frequentemente invencíveis, os soldados da Revolução tinham ainda a vantagem de ter à

[18] Jean Chouans. Insurgente realista do Oeste que combateu a Revolução. (Nota do tradutor)

sua frente generais memoráveis, cheios de ardor e formados nos campos de batalha.

A maior parte dos antigos comandantes do exército tinham, na qualidade de nobres, emigrado e teve-se que organizar um novo corpo de oficiais. Como resultado, aqueles dotados de aptidões militares inatas, tiveram oportunidade de mostrá-las e galgaram todos os postos no espaço de poucos anos. Hoche, por exemplo, cabo em 1789, tornou-se general de divisão e comandante de exército com a idade de 25 anos. A juventude extrema desses comandantes lhes dava um espírito ofensivo ao qual os exércitos inimigos não estavam habituados. Selecionados segundo seus próprios méritos, não estavam presos a nenhuma tradição, nenhum mecanicismo e conseguiram criar uma tática em relação com as necessidades novas.

Aos soldados sem experiência, opostos às velhas tropas de carreira, treinadas segundo os métodos em uso por toda parte, desde a Guerra dos Sete Anos, não se podia pedir manobras complicadas.

Os ataques aconteceram simplesmente por grandes massas. Graças ao número de homens que os generais comandavam, os vazios consideráveis provocados por esse processo eficaz, mas bárbaro, poderiam ser rapidamente cobertos.

As grandes massas atacam o inimigo à baioneta e derrotam rapidamente tropas habituadas a métodos mais familiares à vida dos soldados. A lentidão de tiro naquela época tornava a tática francesa de um emprego muito fácil. Ela triunfou, mas ao custo de perdas enormes. Calcula-se que, de 1792 a 1800, o exército francês deixou nos campos de batalha mais de um terço de seus efetivos (700.000 homens, em 2 milhões).

*
* *

Examinando neste livro os acontecimentos sob o ponto de vista psicológico, continuamos a retirar dos fatos as consequências que eles comportam.

O estudo das massas revolucionárias em Paris e dos exércitos oferece quadros bem diferentes, mas de uma fácil interpretação.

Nós provamos que as massas, inaptas ao raciocínio, obedecem unicamente a impulsos que transformam sem cessar, mas vimos também que elas são muito suscetíveis ao heroísmo, que o altruísmo é frequentemente desenvolvido nelas e que se encontra facilmente milhares de pessoas prontas a se matar por uma crença.

Características psicológicas tão diversas devem necessariamente levar a atos diferentes e mesmo absolutamente contrários, segundo as circunstâncias. A história da Convenção e de seus e-

xércitos nos forneceu a prova disso. Ela mostrou massas compostas de elementos semelhantes que agiam tão diferentemente em Paris e na fronteira que se poderia acreditar que não se tratava do mesmo povo.

Em Paris, as massas são desorganizadas, violentas, assassinas e manifestam exigências cambiantes que tornam todo governo impossível.

Nos exércitos o quadro é inteiramente diferente. As mesmas multidões de inadaptados, compostas pelo elemento regular do povo camponês e trabalhador, canalizados pela disciplina militar, envolvidos pelo entusiasmo contagioso, suportam heroicamente as privações, desprezando os perigos e contribuindo para formar o bloco fabuloso que triunfou sobre as mais temíveis tropas da Europa.

Esses fatos figuram entre aqueles que é preciso sempre invocar para mostrar a força de uma disciplina. Ela transforma as pessoas. Livres de sua influência, povos e exércitos se tornam hordas bárbaras.

Essa verdade é esquecida a cada dia mais. Desconhecendo as leis fundamentais da lógica coletiva, cede-se cada vez mais aos móveis impulsos populares, em vez de se aprender a dirigi-los.

É preciso mostrar às multidões os caminhos a seguir. Não são elas que devem traçá-los.

* * *

CAPÍTULO VII

Psicologia dos líderes da Revolução.

§1. Mentalidade dos homens da Revolução. Papel das personalidades violentas e das personalidades fracas.

Sumário

Julga-se com a inteligência, guia-se com a personalidade. Para conhecer bem uma pessoa é preciso separar estes dois elementos.

Nos grandes períodos de ação (e os movimentos revolucionários pertencem naturalmente a tais períodos) a personalidade assume logo o primeiro lugar.

Tendo descrito, no curso de vários capítulos, as diversas mentalidades que predominam nos tempos turbulentos, vamos agora retornar a elas. Elas constituem tipos gerais que modificam naturalmente a personalidade herdada e adquirida de cada um.

Vimos o papel desempenhado pelo elemento místico na mentalidade jacobina e o fanatismo feroz ao qual ele conduz os sectários da nova fé.

Vamos mostrar também que nem todos os membros das assembleias foram fanáticos. Estes constituíram mesmo uma minoria, pois na mais sanguinária das assembleias da Revolução, a

grande maioria era composta por homens tímidos e moderados, de personalidade neutra. Antes de Termidor[19], os membros deste grupo votaram por medo com os violentos e após Termidor, com os moderados.

Em tempos de revolução, como aliás em todas as épocas, essas personalidade neutras obedecem aos impulsos os mais contraditórios e são sempre as mais numerosas. Elas são tão perigosas, na realidade, quanto as violentas. A força das últimas se apoia sobre a fraqueza das primeiras.

Em todas as revoluções __ e em particular na nossa __ vê-se uma pequena minoria de mentes limitadas, mas decididas, dominar imperiosamente uma imensa maioria de pessoas, muito inteligentes às vezes, mas desprovidas de caráter.

Ao lado dos apóstolos fanáticos e das personalidades fracas, surgem sempre nas revoluções indivíduos que só pensam em se aproveitar dela. Eles foram numerosos durante a Revolução Francesa. Seu objetivo foi simplesmente utilizar as circunstâncias para se enriquecer. Como Barras, Tallien, Fouché, Barrère e muitos outros. Sua política consistia unicamente em se colocar a serviço do mais forte contra os mais fracos.

Desde o início da Revolução, esses arrivistas, como se diria hoje em dia, foram numerosos. Foi isso que fez Camille Desmou-

[19] 27 de julho de 1794, dia da queda e prisão de Robespierre. (Nota do tradutor)

lins escrever, em 1792: “Nossa Revolução só tem raízes no egoísmo e no amor-próprio de cada um e a combinação deles forma o interesse geral”.

Se acrescentarmos às indicações precedentes as observações resumidas num outro capítulo sobre as diversas formas de mentalidade em tempos de turbulências políticas, já teremos uma ideia geral da personalidade dos homens da Revolução. Faremos agora a aplicação dos princípios precedentemente expostos, aos personagens mais marcantes do período revolucionário.

§2. Psicologia dos representantes em missão.

Em Paris, a conduta dos membros da Convenção era sempre orientada, contida ou excitada pela ação de seus colegas e a do meio.

Para avaliá-los bem deve-se observá-los abandonados a eles mesmos, sem controle e por consequência, com toda liberdade. Tais foram justamente os representantes enviados em missão aos Departamentos pela Convenção.

O poder desses delegados era absoluto. Nenhuma censura os incomodava. Funcionários públicos e magistrados deviam lhes obedecer.

Um representante em missão “requisita, sequestra ou confisca o que bem entende. Taxa, aprisiona, deporta ou decapita o que bem lhe parece e em sua circunscrição ele é um paxá”.

Todos se considerando paxás, eles se mostravam “conduzidos em carruagens com seis cavalos, rodeados por guardas, sentavam-se junto a mesas suntuosas e muito bem vestidos, comendo ao som de música, com um cortejo de bufões, cortesãos e pretorianos...”. Em Lyon “a representação solene de Collot d’Herbois parece com a do Grão Turco. Só se consegue uma audiência com ele após três pedidos insistentes; uma fila de gabinetes precede sua sala de recepção; ninguém se aproxima a menos de quinze passos de distância”.

É visível a vaidade imensa desses ditadores que penetram solenemente nas cidades, rodeados de guardas e que, com apenas um gesto, fariam cair cabeças.

Pequenos advogados sem causas, médicos sem clientes, padres sem paróquias, magistrados ignorados, que só conheceram antes um pálido destino, tornavam-se subitamente iguais aos mais poderosos tiranos da história. Guilhotinando, afogando, metralhando sem piedade, segundo suas fantasias, eles passavam de uma humilde condição ao nível de célebres potentados.

Nunca Nero nem Heliogábalo ultrapassaram em tirania os representantes da Convenção. Leis e costumes continham um pouco os primeiros. Nada refreava os segundos.

Escreve Taine: "Fouché olha da janela um açougue com 210 lioneses. Collot, Laporte e Fouché fazem um festim para muitos convidados nos dias de fuzilamentos e ao ruído da descarga se levantam com gritos de alegria, agitando seus chapéus".

Dentre os representantes em missão com mentalidade assassina, pode-se citar como típico o ex-padre Lebon, que, em posse do poder supremo, devastou Arras e Cambrai. Seu exemplo, como o de Carrier, contribui para mostrar no que se torna a pessoa liberada do jugo da tradição e das leis. A crueldade do feroz convencional se agravava com o sadismo; o cadafalso era erguido sob suas janelas, de maneira a que ele, sua mulher e seus auxiliares pudessem desfrutar da carnificina. Aos pés da guilhotina, instalava-se um bar aonde o povão vinha beber. Para diverti-los, o carrasco amontoava na rua, em poses ridículas, os corpos nus dos decapitados.

> *A leitura dos dois volumes de seu processo, impressos em Amiens em 1795, pode ser classificada como pesadelo. Durante vinte audiências, os sobreviventes das hecatombes de Arras e de Cambrai passaram pela antiga sala do Tribunal, em Amiens, onde se julgou o ex-convencional. O que*

contam esses fantasmas em luto é incrível. Ruas inteiras despovoadas; nonagenários, meninas de seis anos degoladas após um julgamento sumário; a morte ultrajada, insultada, embelezada, degustada; as execuções com música; batalhões de crianças recrutadas como guardas de cadafalso; deboches, cinismo, refinamentos de um déspota bêbado; um romance de Sade transformado em epopeia; parece, ao assistir a este desembalar de horrores, que todo um país, há muito tempo aterrorizado, purga enfim seu pavor e promove a revanche de sua covardia, pondo abaixo o infeliz que está aqui; bode expiatório de um regime execrado e vencido.

A única defesa do ex-padre foi ter obedecido a ordens. Os fatos que lhe foram censurados eram conhecidos há muito tempo e a Convenção não os repreendeu.

Eu assinalei acima a vaidade dos representantes em missão, que se revestiam instantaneamente de um poder superior ao dos mais poderosos déspotas. Mas este sentimento não bastaria para explicar sua ferocidade.

Ela provinha de fontes diversas. Apóstolos de uma fé severa, os delegados da Convenção não mostrariam, como os inquisidores do Santo Ofício, nenhuma piedade para com suas vítimas. Livres de todos os freios da tradição e das leis, eles podiam dar

curso aos mais selvagens instintos que a animalidade primitiva deixou em nós.

A civilização restringe esses instintos, mas eles não morrem nunca. A necessidade de matar, que cria os caçadores, é seu indicador permanente. O Sr. Cunisset-Carnot mostrou, nas linhas seguintes, a influência dessa tendência hereditária que, na perseguição da mais benévola caça, faz renascer, em todo caçador, o bárbaro:

> *O prazer de matar por matar é, por assim dizer, universal. Ele é o fundo da paixão cinegética, pois há de se convir que, atualmente, nos países civilizados, a necessidade de viver não justifica sua expansão. Na realidade, continuamos um hábito imperiosamente imposto a nossos selvagens ancestrais pelas suas necessidades de existência, em que era preciso matar ou morrer de fome. Hoje em dia nada mais o legitima. Mas é assim e nada podemos fazer contra isso. Sem dúvida que jamais conseguiremos romper as correntes desta escravidão que nos prendem há tanto tempo. Não podemos nos impedir de desfrutar de um prazer intenso, apaixonante na maioria das vezes, em verter o sangue dos animais, frente ao qual, quando o gosto da caça nos possui, chegamos a perder todo sentimento de piedade. Os animais mais doces, os mais lindos, os pássaros cantores,*

encanto de nossa primavera, caem sob nosso chumbo ou se estrangulam em nossas redes sem que um tremor de piedade perturbe nosso prazer de vê-los aterrorizados, sangrando, se debatendo nos horríveis sofrimentos que nós lhes infligimos, procurando fugir com suas pobres patas caçadas ou agitando desesperadamente suas asas que não podem mais sustentá-los... A desculpa é a posse desse atavismo imperioso ao qual os melhores dentre nós não têm força para resistir.

Em tempos comuns esse atavismo sanguinário, contido pelo medo das leis, só pode ser exercido sobre os animais. Quando os códigos não agem mais, ele se aplica imediatamente ao ser humano e é por isso que tantos terroristas encontram um prazer intenso em massacrar. A narração de Carrier da alegria que ele experimentava ao contemplar a figura de suas vítimas durante o suplício é bem típico. Em muitos civilizados a ferocidade é um instinto refreado, mas de maneira alguma suprimido.

§3. Danton e Robespierre.

Danton e Robespierre representam os dois principais personagens da Revolução. Eu falarei pouco do primeiro; sua psicologia, aliás, muito simples, é bem conhecida. Sobretudo orador de clube, impulsivo e violento, ele se mostrou sempre pronto a exci-

tar o povo. Cruel somente em seus discursos ele lamentaria frequentemente seus efeitos. Desde o início ele brilhou em primeiro lugar enquanto seu futuro rival Robespierre vegetou quase no último.

Num dado momento Danton se tornou a alma da Revolução, mas era desprovido de tenacidade e de estabilidade em sua conduta. Por outro lado ele possuía necessidades, enquanto que Robespierre não. O fanatismo contínuo do último venceu os esforços intermitentes do primeiro. Foi, todavia, um espetáculo imprevisto, ver um tão poderoso tribuno enviado ao cadafalso pelo seu pálido, venenoso e medíocre rival.

Robespierre, o homem mais influente da Revolução e o mais estudado, permanece, no entanto, o menos explicado. Dificilmente se compreende a influência prodigiosa que lhe deu o direito de vida e morte, não apenas sobre os inimigos da Revolução, mas também sobre colegas que não podiam ser considerados inimigos do regime.

Não se explica, certamente, dizendo, como Taine, que Robespierre era um pedante perdido em abstrações. Nem afirmando, como Michelet, que ele venceu por causa de seus princípios. Nem repetindo, como seu contemporâneo, H. Williams, que “um dos segredos de seu governo foi usar como estribo para sua ambição, homens marcados de opróbrio ou manchados de crimes”.

Impossível buscar em sua eloquência as causas de seu sucesso. O olhar coberto por óculos, ele lia penosamente seus discursos, compostos de abstrações frias e vagas. A Assembleia contava com oradores que possuíam um talento imensamente superior, como Danton e os girondinos, mas foi, no entanto, Robespierre que os fez perecerem.

Nós não temos então, na realidade, nenhuma explicação aceitável para a ascensão que o ditador acabou por fazer. Sem influência na Assembleia Nacional, ele se tornou progressivamente o mestre dos jacobinos e da Convenção. "Quando ele chegou ao Comitê de Saúde Pública, ele já era o ser mais importante da França", diz Billaud-Varenne.

Escreve Michelet:

> *Sua história é prodigiosa, bem mais do que a de Bonaparte. Vemos bem menos os fios e as engrenagens, as forças preparadas. O que se vê é um pequeno advogado, muito mais do que um homem de letras. É um homem honesto e austero, mas de figura medíocre, de um talento incolor, que se vê uma manhã sublevado, tomado como que por um furacão. Não se vê nada igual nas Mil e Uma Noites. Num momento ele sobe bem mais alto do que o trono. Ele é colocado no altar. Lenda espantosa.*

Sem dúvida que as circunstâncias o ajudaram consideravelmente. Voltava-se para ele como para o mestre a quem todos já sabiam o que queria. Mas isso era quando ele já era conhecido e trata-se justamente de determinar a causa de sua ascensão. Eu suponho que existia nele um tipo de fascinação pessoal que nos escapa hoje em dia. Pode-se fazer valer, em apoio a esta hipótese, seus sucessos femininos. Nos dias em que ele discursava "as passagens ficam obstruídas por mulheres... há 700 ou 800 nas tribunas e com que entusiasmo elas o aplaudem... Aos jacobinos, quando ele fala, há soluços de emoção, gritos, estremecimentos que sacodem a sala..." Uma jovem viúva, a senhora Chalabre, que possuía 40.000 francos de renda, lhe enviou cartas incendiárias e quis desposá-lo insistentemente.

Não se pode buscar na personalidade de Robespierre as causas de sua popularidade. Temperamento hipocondríaco, inteligência medíocre, incapaz de perceber as realidades, confinado nas abstrações, astucioso e dissimulado, sua nota dominante foi um orgulho excessivo que não parou de crescer até seu último dia. Grão-sacerdote de uma fé nova, ele se acreditava um enviado de Deus sobre a terra, para estabelecer o reino da virtude. Escreveu-se sobre ele: "ele é o Messias que o Ser eterno prometeu para reformar todas as coisas".

Repleto de pretensões literárias, ele polia longamente seus discursos. Sua inveja profunda pelos oradores e gente de letras, como Camille Desmoulins, causou sua morte.

Escreve o autor citado acima:

> *Os que foram particularmente alvo da raiva do tirano foram os homens de letras. Contra eles, em Robespierre, a inveja de um confrade se mesclava ao furor do opressor, pois o ódio com que ele os perseguia era produzido menos pela resistência ao seu despotismo e muito mais pelos talentos que eclipsaram o seu.*

O desprezo do ditador por seus colegas era imenso e pouco dissimulado. Dando audiência a Barras, no banheiro, ele acaba de barbear-se, cospe ao lado de seu colega, como se ele não existisse e desdenha de suas perguntas.

Ele envolvia com o mesmo desdém raivoso os burgueses e os deputados. Apenas a multidão encontrava consideração nele: "Quando o povo soberano exerce o poder, só podemos nos curvar. Em tudo que ele faz, tudo é virtude e verdade, nada pode ser excessivo, errado ou criminoso", escreveu ele.

Robespierre tinha delírios de perseguição. Se ele mandou cortar tantas cabeças, não foi apenas em razão de sua missão de apóstolo, mais também porque ele se acreditava rodeado de inimigos e de conspiradores. "Por maior que tenha sido a covardia de

seus colegas diante dele, o medo que ele tinha deles a ultrapassava muito mais", escreveu o Sr. Sorel.

Sua ditadura absoluta, durante cinco meses, é um impressionante exemplo do império de certos líderes. Que um tirano possuidor de um exército faça perecer quem bem lhe pareça, compreende-se facilmente. Mas que um único homem consiga enviar sucessivamente à morte um grande número de seus iguais, eis o que não se explica facilmente.

O poder de Robespierre foi tão completo que ele pôde conduzir ao Tribunal Revolucionário e, por consequência, ao cadafalso, os mais ilustres deputados: Camille Desmoulins, Hébert, Danton e muito outros. Os brilhantes girondinos desmoronaram diante dele. Ele atacou mesmo a temível Comuna, mandou guilhotinar seus chefes e os substituiu por uma Comuna nova, obediente a suas ordens.

A fim de se livrar mais rápido das pessoas que lhe desagradavam, ele fez votar a Lei de Prairial, que permitia executar simples suspeitos e graças a qual ele mandou cortar em Paris 1.373 cabeças, em 49 dias. Presas de um louco terror, seus colegas não dormiam mais. Uma centena de deputados, se muito, assistiam às sessões. David disse: "Eu creio que não restarão 20 membros da Montanha".

Foi apenas o excesso de confiança em sua força e na covardia dos membros da Convenção que fez a perdição de Robespierre. Querendo fazer votar uma lei que permitiria enviar os deputados ao Tribunal Revolucionário, ou seja, ao cadafalso, sem autorização da Assembleia e sob ordem do comitê que ele dirigia, vários montanheses conspiraram com alguns membros da Planície para derrubá-lo. Tallien, sabendo que estava marcado para uma próxima execução e não tendo, por consequência, nada a perder, o acusou ruidosamente de tirania. Robespierre quis se defender, lendo um discurso há muito tempo modificado; mas ele aprendeu às suas custas que é impossível fazer perecer as pessoas em nome da lógica e não é com ela que se conduz uma assembleia. Os clamores dos conjurados cobriram sua voz. O grito "Abaixo o tirano!" foi logo repetido, graças ao contágio mental, por muitos dos membros presentes e bastou para derrubá-lo. Sem perder um instante, a Assembleia o decretou acusado.

A Comuna quis salvá-lo, a Convenção o pôs fora da lei. Tocado por essa fórmula mágica, ele estava definitivamente perdido.

Escreveu H. Williams:

> *Esse "fora da lei" produzia naquela época sobre um francês o mesmo efeito que o grito da peste: aquele que fosse objeto dele se tornava civilmente excomungado e parecia que se seria contaminado ao passar pelo ar que ele tinha*

respirado. Tal foi o efeito que ele produziu nos canhoneiros que apontavam suas peças contra a Convenção. Sem terem recebido outra ordem, mas esperando que a Comuna estivesse "fora da lei", eles giraram imediatamente suas baterias.

*
* *

Robespierre e todo seu bando __ Saint-Just, o presidente do Tribunal Revolucionário, o prefeito da Comuna etc. __ foram guilhotinados em 10 do termidor, em número de 21. Sua execução foi seguida, no dia seguinte, de uma nova fornada de 70 jacobinos e, no dia seguinte, de mais 13. O Terror, que durava há 10 meses, estava terminado.

O desmoronamento do edifício jacobino, em termidor, é um dos mais curiosos eventos psicológicos do período revolucionário. Nenhum dos montanheses que provocaram a queda de Robespierre tinha, com efeito, pensado um só instante que ela marcaria o fim do Terror.

Tallien, Barras, Fouché etc. derrubaram Robespierre como já tinham derrubado Hébert, Danton, os girondinos e muitos outros. Mas quando as aclamações da massa lhes mostraram que a morte de Robespierre era considerada como o fim do regime do Terror, eles agiram como se essa tivesse sido sua intenção. Eles

foram tão obrigados a isso quanto a Planície, ou seja, a grande maioria da Assembleia, que havia se deixado dizimar por Robespierre, a se revoltar contra o regime que, completamente aterrorizada, ela tinha aclamado por tanto tempo. Nada é mais terrível quanto os homens que tiveram medo e o perderam. A Planície se vingou por ter sido aterrorizada pela Montanha, aterrorizando-a por sua vez.

O servilismo dos colegas de Robespierre à Convenção não repousava, de maneira alguma, sobre sentimentos de simpatia a ela. O ditador lhes inspirava um insuperável pavor e por detrás das manifestações de admiração e entusiasmo, que lhe prodigalizavam por medo, se escondia um ódio intenso. Nós percebemos isso pela leitura dos relatórios inseridos após sua morte no **Moniteur** de 11, 15 e 29 de agosto de 1794, por diversos deputados e, particularmente, aquele "sobre a conspiração do triunvirato Robespierre-Couthon-Saint-Just". Jamais escravos xingaram mais o senhor caído.

Neles aprendemos que "esses monstros renovaram, há algum tempo, as mais horríveis prescrições de Marius e Sylla". Robespierre neles é representado como um pavoroso celerado; assegura-se que, "como Calígula, ele não tardou em querer que o povo francês adorasse seu cavalo... Ele buscava a segurança no suplício de todos que poderiam despertar uma só de suas suspeitas".

Esses relatórios esquecem de acrescentar que o poder de Robespierre não se apoiava, de maneira alguma, num sólido exército, mas simplesmente na adesão repetida dos membros da Convenção. Sem sua extrema covardia, o poder do ditador não teria durado um só dia.

Robespierre representa um dos mais odiosos tiranos da história, mas ele se distingue de todos os outros pelo fato de que foi um tirano sem soldados.

Pode-se resumir suas doutrinas dizendo que ele encarna mais do que ninguém, salvo Saint-Just talvez, a fé jacobina, com sua lógica estreita, seu misticismo intenso e sua inflexível rigidez. Ele conta ainda com panegiristas, hoje em dia. O Sr. Hamel o qualifica de "mártir do termidor". Falou-se em erguer-lhe um monumento. Eu apoiaria isso com prazer, considerando que não é inútil conservar os traços da cegueira das massas e da extraordinária placidez que pode mostrar uma assembleia diante do líder que sabe manipulá-la. Sua estátua lembraria os gritos de admiração e de entusiasmo apaixonado da Convenção aclamando as medidas do ditador que a ameaçava cada vez mais, mesmo na véspera do dia em que ela o derrubaria.

§4. Fouquier-Tinville, Marat, Billaud-Varenne etc.

Eu reuni num mesmo parágrafo alguns revolucionários que ficaram célebres pelo desenvolvimento de seus instintos sanguinários. À sua ferocidade juntam-se outros sentimentos __ o medo e o ódio __ que só a fortalecia.

Fouquier-Tinville, acusador público do Tribunal Revolucionário, foi um dos personagens que deixaram a mais sinistra lembrança. Este magistrado, outrora famoso por sua doçura e que se tornou o homem sanguinário cuja memória desperta tanta repulsa, já me serviu de exemplo em outros livros, por mostrar as transformações de certas personalidades em tempos de revolução.

Muito necessitado no momento da queda do regime monárquico, ele tinha tudo a esperar de uma convulsão social e nada a perder. Era um dos homens que os períodos de desordem encontram sempre prontos para apoiá-los.

A Convenção lhe abandonou seus poderes. Ele teve que se pronunciar sobre a sorte de quase 2.000 acusados, dentre os quais a rainha Maria Antonieta, os girondinos, Danton, Hébert etc. Ele mandou executar todos os suspeitos que lhe foram designados e traiu sem escrúpulos seus antigos protetores. Assim que um deles caía do poder __ Camille Desmoulins, Danton ou qualquer outro __ ele abria um processo contra ele.

Fouquier-Tinville possuía a alma mais baixa que a Revolução fez surgir. Em tempo normal, enquadrado pelas regras profissionais, seu destino teria sido o de um magistrado pacífico e ignorado. Foi justamente a sorte de seu substituto no Tribunal Revolucionário, Gilbert-Liendon. “Ele deveria inspirar o mesmo horror que seu colega e, no entanto, acabou sua carreira na alta magistratura imperial”, escreve o Sr. Durel.

Um dos benefícios de uma sociedade organizada é precisamente canalizar essas personalidades perigosas que só os freios sociais podem conter.

Fouquier-Tinville morreu sem compreender sua condenação e, sob o ponto de vista revolucionário, nada a justificava. Ele não tinha simplesmente executado com zelo as ordens de seus chefes? Impossível compará-lo a esses enviados às províncias e que não poderiam ser vigiados. Os delegados da Convenção examinavam todos os seus atos e os aprovaram até o último dia. Se sua crueldade e seu jeito sumário de julgar os prisioneiros não tivessem sido encorajados pelos seus chefes, ele não teria conservado seu poder. Condenando Fouquier-Tinville, a Convenção condenava seu horroroso regime. Ela fez isso e enviou igualmente ao cadafalso vários dos terroristas que Fouquier-Tinville tinha como fiéis agentes de execução.

Ao lado de Fouquier-Tinville, pode-se colocar Dumas, que presidia o Tribunal Revolucionário e se mostrou igualmente de uma crueldade excessiva, transplantado aliás sobre um medo intenso. Ele não saía sem duas pistolas carregadas, se entrincheirava em casa e só falava com os visitantes através de um guichê. Sua desconfiança de todo mundo, que incluía sua mulher, era completa. Ele até mesmo mandou prender esta última e ia mandar executá-la quando adveio o Termidor.

*
* *

Dentre os personagens que a Convenção trouxe à luz, um dos mais selvagens foi Billaud-Varenne. Pode-se considerá-lo como um tipo completo de ferocidade bestial.

> *Nas horas de cóleras fecundas, de angústias heroicas, ele permanece calmo, se ocupando metodicamente de sua tarefa (e essa tarefa é pavorosa). Ele comparece oficialmente aos massacres da Abadia, felicita os degoladores e lhes promete salário. Em seguida, volta para casa como se voltasse de um passeio. O então presidente do clube dos jacobinos, presidente da Convenção, membro do Comitê de Saúde Pública, leva os girondinos ao cadafalso, e a ele, também a rainha, e seu ex-chefe Danton, que disse sobre ele: "Billaud tem um punhal na língua". Ele aprova as canho-*

nadas de Lyon, os afogamentos de Nantes, as fornadas de Arras; ele organiza a impiedosa comissão de Orange; ele está nas leis de Prairial; ele estimula Fouquier-Tinville; em todos os decretos seu nome aparece frequentemente em primeiro lugar; ele assina antes de seus colegas; ele é sem piedade, sem emoções, sem entusiasmo; quando os outros se espantam, hesitam, recuam, lá vem seu estilo, falando por frases empoladas, "sacudindo sua juba de leão"; pois, para colocar sua face impassível e fria em harmonia com as exuberâncias que o rodeia, ele usa agora uma peruca amarela que provocaria risos em qualquer outra cabeça que não fosse a sinistra cabeça de Billaud-Varenne. Quando Robespierre, Saint-Just e Couthon foram ameaçados, por sua vez, ele os abandona, passa para o lado adversário, os coloca sob o machado. Por quê? Com que objetivo? Não se sabe. Ele não tem nenhuma ambição. Ele não deseja dinheiro, nem poder.

Eu não creio que seja difícil responder ao porquê da citação precedente. A sede de morte que falamos mais acima, muito difundida em certos criminosos, explica perfeitamente a conduta de Billaud-Varenne. Os bandidos desse tipo matam por matar, como os caçadores abatem a caça, pelo simples prazer de exercer seus instintos destruidores. Em tempo comum as pessoas dotadas des-

ses pendores homicidas os refreiam, geralmente por medo da polícia e da guilhotina. Nas épocas em que eles podem dar livre curso a eles, nada os detém. Foi o caso de Billaud-Varenne e de muitos outros.

*
* *

A psicologia de Marat é um pouco mais complicada, não apenas porque à sua necessidade de matar se superpõem outros elementos: amor-próprio ferido, ambição, crenças místicas etc. Mas ainda porque se pode considerá-lo como um semialienado, dado a delírios de grandeza e assombrado por ideias fixas.

Ele teve, antes da Revolução, grandes pretensões científicas, mas ninguém deu importância a suas divagações. Sonhando com postos e honras, ele só obteve um lugar muito subalterno na casa de um grande senhor. A Revolução lhe abriu um futuro inesperado. Cheio de ódio contra a antiga sociedade que ignorou seus méritos, ele se pôs à frente dos mais violentos. Após ter glorificado publicamente os massacres de setembro, ele fundou um jornal que denunciava todo mundo e pedia execuções sem parar.

Falando constantemente dos interesses do povo, Marat se tornou seu ídolo. A maior parte de seus colegas, no entanto, o desprezava profundamente. Ao escapar do punhal de Charlotte Corday, ele não evitou, certamente, a lâmina da guilhotina.

§5. Destino dos convencionais que sobreviveram à Revolução.

Ao lado dos convencionais cuja psicologia apresenta características particulares, há outros __ Barras, Fouché, Tallien, Merlin de Thionville etc. __ completamente desprovidos de crenças ou de princípios e que só queriam se enriquecer.

Eles souberam construir, sobre a miséria pública, brilhantes fortunas. Em tempos comuns seriam qualificados de simples celerados, mas, nos períodos de revolução, todo critério de vício e de virtude parece que desaparecem.

Se alguns raros jacobinos permaneceram fanáticos, a maior parte renunciou a suas convicções assim que obtiveram riquezas e honras, tornando-se fieis cortesãos de Napoleão. Cambacérès, que se dirigia a Luís XVI, na prisão, chamando-o de Luís Capet, exigia de seus familiares, no Império, ser qualificado de Alteza em público e de Monsenhor, na intimidade, mostrando assim a que sentimento de inveja correspondia a necessidade de igualdade em muitos jacobinos.

Escreve o Sr. Madelin:

> *A maior parte dos jacobinos, estava fortemente enriquecida e possuía __ como Chabot, Bazire, Merlin, Barras, Boursault, Tallien, Barrère etc. __ castelos e terras. Aqueles que ainda não haviam enriquecido, logo o seriam... No*

único comitê do ano III, estado-maior do partido termidoriano, encontra-se um futuro príncipe, 13 futuros condes, 5 futuros barões, 7 futuros senadores do Império, 6 futuros conselheiros de Estado e ao lado deles, na Convenção, encontra-se do futuro duque de Otrante ao futuro conde Regnault, 50 democratas que antes de 15 anos possuirão títulos, brasões, penachos, carruagens, dotações, "majorats"[20]*, hotéis e castelos. Fouché morreu com quinze milhões.*

Os privilégios tão criticados no antigo regime se acham assim restabelecidos em proveito da burguesia. Para chegar a esse resultado foi preciso arruinar a França, incendiar províncias inteiras, multiplicar os suplícios, mergulhar inumeráveis famílias no desespero, convulsionar a Europa e fazer perecer centenas de milhares de pessoas nos campos de batalha.

Ao terminar este capítulo dedicado à psicologia de diversos personagens da Revolução, lembraremos o que dissemos sobre os possíveis julgamentos dos homens daquele período.

Se o moralista é obrigado a se mostrar severo a respeito de certas individualidades, porque ele os julga segundo tipos que uma sociedade deve respeitar para se manter, o psicólogo não se

[20] Imóvel inalienável ligado à posse de um título de nobreza e passível de transmissão por herança. (Nota do tradutor)

atém ao mesmo rigor. Seu objetivo é compreender e diante de uma compreensão completa a crítica desaparece.

A alma humana é um mecanismo muito frágil e as marionetes que se agitam no teatro da história, muito raramente conseguem resistir às forças poderosas que as impulsionam. A herança, o meio, as circunstâncias, são imperiosos senhores. Ninguém pode dizer com certeza qual teria sido sua conduta no lugar das pessoas cujas ações se tenta interpretar.

* * *

LIVRO III

A luta entre as influências ancestrais e os princípios revolucionários.

CAPÍTULO I

As últimas convulsões da anarquia. O diretório.

§1. Psicologia do Diretório.

Sumário

Sendo as diversas assembleias revolucionárias compostas em parte pelas mesmas pessoas, poder-se-ia acreditar que suas psicologias fossem bem semelhantes.

Em épocas comuns seria assim. A constância do meio determina a constância das personalidades. Mas quando as circunstâncias mudam rapidamente como na Revolução, as personalidades devem se transformar para se adaptar. Tal foi justamente o caso do Diretório.

Esta última forma de governo era composta por assembleias distintas: duas muito numerosas (a das diversas categorias de deputados) e uma bem restrita (a dos cinco diretores).

As assembleias dos deputados lembram muito, por sua fraqueza, a Convenção. Elas não tinham mais que obedecer aos motins populares, freados com energia pelos diretores, mas elas cediam sem discussão às injunções ditatoriais destes últimos.

Os primeiros deputados eleitos foram geralmente moderados. Todo mundo se mostrou então cheio da tirania jacobina. A nova Assembleia sonhava em reerguer as ruínas que cobriam a França e estabelecer um regime de governo liberal sem violência.

Mas, por uma dessas fatalidades, que foi uma lei na Revolução e mostra o quanto o desenrolar dos acontecimentos é às vezes superior às vontades das pessoas, pode-se dizer que os deputados, apesar de suas boas intenções, fizeram sempre, como seus predecessores, o contrário do que queriam fazer. Eles desejaram ser moderados e se mostraram violentos. Eles desejaram eliminar a influência dos jacobinos e se deixaram conduzir por eles. Eles sonharam reparar as ruínas e só conseguiram acumular outras. Eles aspiraram a paz religiosa e acabaram por perseguir e massacrar os padres com mais rigor do que durante o Terror.

A psicologia da pequena assembleia formada pelos cinco diretores foi muito diferente daquela das assembleia de deputados. Às voltas com as dificuldades de cada dia, os diretores eram obrigados a resolvê-las, enquanto que as grandes assembleias, sem contato com as realidades, tinham apenas aspirações.

O pensamento dominante dos diretores era muito simples. Muito indiferentes aos princípios, eles queriam antes de tudo permanecer os senhores. Para chegar a isso eles não hesitaram em recorrer às medidas mais ilegais e às mais violentas, até mesmo anulando as eleições de um grande número de departamentos quando elas os desagradavam.

Sentindo-se incapazes de reorganizar a França, eles a abandonaram a própria sorte. Pelo seu despotismo eles conseguiram dominá-la, mas não a governaram nunca. Porém, o que mais faltava ao país naquele momento era ser governado.

A Convenção deixou na história a reputação de um governo forte e o Diretório a de um governo fraco. O contrário é que é exato. Foi o Diretório que foi um governo forte.

Explica-se psicologicamente essa diferença entre o governo do Diretório e o das assembleias precedentes, fazendo observar que uma reunião de 6 ou 700 pessoas pode muito bem ter elãs de entusiasmo contagioso, como na noite de 4 de agosto, ou mesmo acessos de vontade enérgica, como o de lançar um desafio a todos os reis. Mas, tais impulsos são muito pouco duráveis para possuir alguma força. Um comitê de cinco membros, facilmente dominado pela vontade de um só, é muito mais suscetível de resoluções contínuas, ou seja, de perseverança numa linha regular de conduta.

O governo do Diretório se mostrou sempre incapaz de governar, mas vontade forte não lhe faltou jamais. Nada o contendo, nem o respeito pela legalidade e pelos cidadãos, nem o amor ao interesse público, ele pôde fazer pesar sobre a França um despotismo que, desde o começo da Revolução, em nenhum governo, inclusive o Terror, havia sido tão esmagador.

Mesmo que utilizando métodos análogos aos da Convenção e dirigindo a França da maneira mais tirânica, o Diretório, não mais que a Convenção, jamais conseguiu ser-lhe o senhor.

Este fato, já assinalado mais acima, prova mais uma vez a impotência das restrições materiais em dominar as forças morais. Nunca é demais repetir que o verdadeiro guia da pessoa é a estrutura moral edificada pelos seus ancestrais.

Habituados a viver numa sociedade organizada, estabelecida sobre códigos e tradições respeitadas, nós não concebemos facilmente o estado de uma nação privada de uma tal estrutura. Em nosso meio, nós só vemos frequentemente seus aspectos desagradáveis, esquecendo facilmente que uma sociedade só é possível com a condição de impor certos entraves e que o conjunto das leis, dos costumes, dos hábitos, constitui um freio aos instintos naturais de barbárie, que não desaparecem jamais inteiramente.

A história da Convenção e do Diretório que a seguiu, mostra claramente a que grau de desordem pode cair uma nação privada

de sua antiga estrutura e que só tem por guia as artificiais combinações de uma razão muito curta.

§2. O governo despótico do Diretório. O renascimento do Terror.

Com o objetivo de desviar a atenção, ocupar o exército e criar recursos por meio da pilhagem de países vizinhos, os diretores decidiram retomar as guerras de conquista da Convenção.

Elas continuaram durante todo seu reinado. Os exércitos, principalmente na Itália, conseguiram um rico butim.

Algumas dessas populações invadidas se mostraram muito simplórias ao supor que essas invasões foram feitas em seu interesse. Elas não levaram muito tempo para descobrir que todas as operações militares eram seguidas de contribuições esmagadoras, de pilhagens das igrejas, dos caixas públicos etc.

A consequência final dessa política de conquista foi a formação de uma nova coalizão contra a França, que se prolongou até 1801.

Indiferentes ao estado do país e incapaz de reorganizá-lo, os diretores se preocupavam principalmente em lutar contra as conspirações que renasciam sem cessar, a fim de manter o poder.

Essa tarefa bastava para ocupá-los, pois os partidos políticos não desanimavam. A anarquia era tal que todo mundo pedia uma mão suficientemente poderosa para restabelecer a ordem. Cada

um sentia, inclusive os diretores, que o regime republicano não poderia durar.

Uns sonhavam em restabelecer a realeza, outros o regime terrorista, outros pensavam em um general. Apenas os saqueadores dos bens nacionais temiam uma mudança de regime.

A impopularidade do Diretório crescia a cada dia e quando, em maio de 1797, chegou a renovação de um terço da Assembleia, a maior parte dos eleitos era hostil ao regime.

Os diretores não se acharam embaraçados por tão pouco. Eles anularam as eleições de 49 Departamentos. 154 dos novos deputados foram invalidados e expulsos, 53 condenados à deportação. Dentre estes últimos figuravam os nomes mais ilustres da Revolução: Portalis, Carnot, Tronson du Coudray etc.

Para intimidar os eleitores, comissões militares condenaram à morte, um pouco ao acaso, 160 pessoas e mandaram à Guiana 330, cuja metade morreu rapidamente. Os emigrados e os padres que retornaram à França foram violentamente expulsos. Foi o que ficou conhecido como o golpe de estado de frutidor.

Esse golpe de estado, que atingiu sobretudo os moderados, não foi, aliás, o único e um outro logo o seguiu. Os diretores, achando os deputados jacobinos muito numerosos, após nova votação, cassaram as eleições de sessenta deles.

Isso mostra o temperamento tirânico dos membros do Diretório, mas ele aparece mais nitidamente ainda nos detalhes de suas medidas. Os novos senhores se revelaram tão sanguinários quanto os mais ferozes convencionais do Terror. A guilhotina não foi estabelecida permanentemente mas substituída pela deportação, em condições que deixavam às vítimas poucas condições de sobrevivência. Mandadas a Rochefort em jaulas com grades de ferro expostas a todas as intempéries, elas eram em seguida amontoadas em barcos.

Diz Taine:

> *Entre a Década e a Bayonnaise, os infelizes são engaiolados, sufocados pela falta de ar e o calor tórrido, maltratados, roubados, morrem de fome ou de asfixia e a Guiana termina a obra da travessia: dos 193 embarcados na Década, restam 39 ao fim de 22 meses; dos 120 embarcados em Bayonnaise, resta 1.*

Constatando em toda parte um renascimento católico e imaginando que o clero conspirava contra eles, os diretores mandaram deportar ou enviar à prisão, em apenas um ano, 1.448 padres, sem falar em um grande número de fuzilamentos sumários. O Terror foi, na realidade, completamente restabelecido.

O despotismo autocrático do Diretório foi exercido igualmente em todos os ramos da administração, particularmente nas

finanças. Foi assim que, necessitando de 600 milhões, ele fez os deputados votarem __ sempre docilmente __ um imposto progressivo que não conseguiu arrecadar mais do que 12 milhões. Voltando à carga mais tarde, ele decreta um empréstimo forçado de 100 milhões que teve como resultado o fechamento de fábricas, a parada dos negócios, a demissão de empregados. Foi apenas ao custo de ruínas completas que 40 milhões puderam ser conseguidos.

Para assegurar o domínio nas províncias, o Diretório fez votar uma lei, chamada dos reféns, segundo a qual uma lista de reféns, responsáveis por todos os delitos, era elaborada em cada comuna.

Compreende-se o ódio que provocou tal regime. No fim de 1799, 14 Departamentos estavam em revolta e 46 prontos a se sublevar. Se o Diretório tivesse durado, a dissolução da sociedade teria sido completa.

Essa dissolução estava, a propósito, bem avançada. Finanças, administração, tudo ruía. As receitas do Tesouro, constituídas pelos *assignats* caídos a um centésimo de seu valor nominal, estavam quase nulas. Os rentistas e os oficiais não conseguiam mais receber.

A França dava então aos viajantes a impressão de um país devastado pela guerra e abandonado pelos seus habitantes. As

pontes, os diques, os edifícios desmoronados tornavam toda circulação impossível. As estradas, desertas há muito tempo, estavam infestadas de bandidos. Não se podia percorrer certos Departamentos sem salvo-condutos expedidos pelos chefes dos bandos. A indústria e o comércio estavam arruinados. Em Lyon, 13.000 oficinas, de 15.000, tiveram que fechar. Lille, Havre, Bordeaux, Lyon etc. pareciam cidades mortas. A miséria e a fome eram gerais.

A desorganização moral não era menor. O luxo, a sede de prazeres, os jantares, as joias, os móveis formavam o apanágio de uma sociedade nova composta unicamente de agiotas, de fornecedores às forças armadas, de financistas corrompidos enriquecidos pela pilhagem. Eles deram a Paris esse aspecto superficial de luxo e de alegria que ilude tantos historiadores sobre essa época, em que um fausto insolente estava ao lado de uma miséria geral.

A crônica do Diretório, tal como a contam os livros, contribui para mostrar de que inexatidões é tecida a trama da história. O teatro se apoderou dessa época e seus modos ainda são imitados. Ela deixou a lembrança de um período alegre em que tudo renascia após o sombrio drama do Terror. Na realidade, no entanto, o regime do Diretório não é melhor do que o do Terror e foi igualmente sanguinário. Ele acabou por inspirar tanto ódio, que os dire-

tores, sentindo a impossibilidade de durar, buscavam eles mesmos o ditador capaz de substituí-los e também de protegê-los.

§3. O advento de Bonaparte.

Vimos que no fim do Diretório a anarquia e a desorganização eram tais que todo mundo clamava desesperadamente pelo homem enérgico capaz de restabelecer a ordem. Desde 1795, vários deputados tinham pensado por um instante em restabelecer a realeza. Luís XVIII teve a infelicidade de proclamar que ele restauraria integralmente o antigo regime, devolvendo as propriedades a seus primeiros senhores e puniria os homens da Revolução, mas desinteressou-se imediatamente por ele. A expedição insensata de Quiberon acabou por afastar do futuro soberano seus partidários. Os realistas deram prova, durante toda a Revolução, de uma incapacidade e de uma estreiteza de espírito que justificaram a maior parte das medidas de rigor que se tomou contra eles.

A monarquia sendo impossível, foi preciso buscar um general. Existia apenas um, cujo nome se impôs: Bonaparte. A campanha da Itália o expôs. Após a travessia dos Alpes, ele tinha marchado de vitória em vitória, penetrado Milão e Veneza e obtido em toda parte importantes contribuições de guerra. Ele se dirigia à Viena e não estava a mais do que 25 léguas, quando o imperador da Áustria decidiu pedir a paz.

Mas, por maior que fosse seu nome, o jovem general não o julgava o bastante. Para fazer crescê-lo ele persuadiu o Diretório de que abalaria o poderio da Inglaterra, pela invasão do Egito e, em maio de 1798, ele embarcou em Toulon.

Essa necessidade de aumentar seu prestígio partilhava de uma concepção psicológica muito certeira, muito bem explicada por ele em Santa Helena:

> *Os generais mais influentes e os mais esclarecidos pressionaram durante muito tempo o general da Itália para fazer um movimento e se colocar à frente da República; ele recusou: não era ainda suficientemente forte para marchar sozinho. Ele tinha, sobre a arte de governar e sobre o que era preciso para uma grande nação, ideias muito diferentes dos homens da Revolução e das assembleias que, não podendo agir só, temia comprometer seu caráter. Ele se determinou a partir para o Egito, mas resolvido a reaparecer se as circunstâncias viessem a tornar sua presença necessária ou útil.*

Bonaparte não permaneceu muito tempo no Egito. Chamado por amigos, ele desembarca em Fréjus e o anúncio de seu retorno provocou um entusiasmo universal. Iluminou-se toda parte. A França colaborou antecipadamente com o golpe de estado preparado por ele, com Sieyès, dois diretores e os principais ministros.

O complô foi organizado em três semanas. Sua execução, em 18 Brumário, aconteceu com uma extrema facilidade.

Todos os partidos experimentaram uma alegria imensa em se verem livres dos bandos sinistros que oprimiam e exploravam o país há tanto tempo. Os franceses sofreriam sem dúvida um regime despótico, mas ele não poderia ser tão intolerável quanto aquele que suportaram por tantos anos.

A história do golpe de estado de Brumário justifica bem o que já repetimos com relação à impossibilidade de fazer julgamentos exatos sobre os acontecimentos em aparência os mais conhecidos e atestados por muitas testemunhas.

Sabe-se quais eram, há uns trinta anos, as ideias sobre o golpe de estado de Brumário. Era julgado como um crime cometido pela ambição de um homem, apoiado pelo seu exército. Na realidade, o exército não desempenhou nenhum papel. A pequena tropa que expulsou os raros deputados recalcitrantes não era composta por militares, mas por policiais da própria Assembleia. O verdadeiro autor do golpe de estado foi o próprio governo, com a cumplicidade da França inteira.

§4. As causas da duração da Revolução.

Se limitássemos a Revolução ao tempo necessário para a conquista de seus princípios fundamentais: igualdade perante a lei,

livre acesso aos cargos públicos, soberania popular, controle das despesas etc. poder-se-ia dizer que ela durou apenas alguns meses. Em meados de 1789 todo isso estava obtido e durante os anos que se seguiram nada lhe foi acrescentado. No entanto, a Revolução continuou muito mais tempo.

Restringindo sua duração às datas admitidas pelos historiadores oficiais, nós a vemos persistir até o advento de Bonaparte, ou seja, em torno de dez anos.

Porque esse período de desorganização e de violência sobreveio ao estabelecimento dos novos princípios? Não se pode buscar a causa nas guerras estrangeiras que, com várias reprises, após a divisão dos aliados e nossas vitórias, poderia ser rapidamente terminada. Não se deve procurar também na simpatia dos franceses pelos governos revolucionários. Jamais um regime foi mais odiado e desprezado quanto o das assembleias. Por suas revoltas, bem como por votações repetidas, uma grande parte da nação mostrou o horror profundo que elas inspiraram.

Este último ponto, a aversão da França por seu regime revolucionário, desconhecido durante muito tempo, foi bem destacado por historiadores recentes. O autor do último livro publicado sobre a Revolução, o Sr. Madelin, resumiu perfeitamente sua opinião nos seguintes termos:

Desde 1793, um partido pouco numeroso se apoderou da França, da Revolução e da República. Agora três quartos da França aspiram que a Revolução seja encerrada ou pelo menos livre de seus odiosos exploradores; mas estes retêm o infeliz país, por muitos meios... Como precisam do Terror para governar, eles atacam quem quer que seja que, num dado momento, queira se opor ao Terror, sejam eles os melhores servidores da Revolução.

Até o fim do Diretório, o governo foi exercido pelos jacobinos, desejosos apenas de conservar, com o poder, as riquezas acumuladas graças às mortes e às pilhagens e prontos a entregar a França a quem lhes garantisse a posse livre. Se eles negociaram o golpe de estado com Napoleão, foi unicamente porque eles não tinham podido obter a realização de seus desejos com Luís XVIII.

Mas então como explicar que um governo tão tirânico e tão detestado tenha conseguido sobreviver por tantos anos?

Foi somente porque a religião revolucionária sobrevivia ainda nas almas. Não porque ela se impôs por meio das perseguições e das violências, mas principalmente, como eu já disse, por causa do grande interesse que uma parte importante da população tinha em mantê-la.

Este ponto é fundamental. Se a Revolução tivesse permanecido uma religião teórica, ela teria provavelmente durado pouco.

Mas a crença que foi fundada saiu rapidamente do domínio da teoria pura.

A Revolução não se limitou a expropriar a monarquia, a nobreza e o clero de seu poder governamental. Fazendo passar para as mãos da burguesia e de numerosos camponeses os empregos e as riquezas das antigas classes privilegiadas, ela os tinha, no mesmo golpe, transformado em obstinados defensores do regime. Todos os adquirentes dos bens que foram expropriados da nobreza e do clero tinham obtido terras e castelos a preço vil e temiam muito que a volta da monarquia os obrigasse a uma restituição geral.

Foi em grande parte por essas razões que um governo que, numa época normal, não teria jamais sido suportado, pôde durar até que um senhor restabelecesse a ordem, prometendo manter as conquistas, não apenas morais, mas principalmente materiais, da Revolução. Bonaparte, realizando esses desejos, se viu acolhido com entusiasmo. As conquistas materiais contestáveis e os princípios teóricos ainda frágeis, foram incorporados por ele nas instituições e nos códigos. É um erro dizer que a Revolução terminou com seu advento. Longe de destruí-la ele a consolidou.

* * *

CAPÍTULO II

O restabelecimento da ordem. A República Consular.

§1. Como a obra da Revolução foi consolidada pelo Consulado.

Sumário

A história do Consulado é igualmente rica em materiais psicológicos. Ela mostra primeiramente o quanto a obra de uma individualidade forte é superior a das coletividades. À anarquia sangrenta, na qual se debatia a República há dez anos, Bonaparte fez imediatamente suceder a ordem. O que nenhuma das quatro assembleias conseguiu realizar, apesar das mais violentas opressões, um único homem conseguiu em um tempo muito curto.

Sua autoridade pôs fim imediatamente a todas as insurreições parisienses, às tentativas de restauração monárquica e refez a unidade moral da França, profundamente dividida por ódios intensos. Bonaparte substituiu o despotismo coletivo desorganizado, por um despotismo individual perfeitamente organizado. Todo mundo ganhou com isso, pois sua tirania foi infinitamente menos pesada do que aquela suportada há dez anos. É preciso acreditar, aliás, que ela tenha desgostado bem poucas pessoas porque ela se viu aceita com um imenso entusiasmo.

Não se poderia repetir hoje em dia, como antigos historiadores, que Bonaparte derrubou a República. Ele conservou dela, ao contrário, tudo o que poderia ser guardado __ e isso não aconteceria sem ele __ conservando nas instituições e nos códigos as partes viáveis da obra revolucionária: abolição dos privilégios, igualdade perante a lei etc. O governo consular continuou, de resto, a se qualificar de República.

É infinitamente provável que sem o Consulado, uma restauração monárquica que terminasse com o Diretório, teria apagado grande parte da obra da Revolução. Que se suponha, com efeito, Bonaparte riscado da história. Ninguém imagina, eu penso, que diante do esgotamento universal, o Diretório teria durado. Ele teria sido certamente derrubado por uma das conspirações realistas que se tramava a cada dia e Luís XVIII teria realmente subido ao trono. Sem dúvida ele deveria subir nele dezesseis anos mais tarde, mas durante esse período Napoleão tinha inculcado uma tal força aos princípios da Revolução, fixando-os nos costumes e nas leis, que o soberano restaurado não ousou tocar neles, nem restituir aos emigrados seus bens.

Bem diferentes teriam sido as coisas, com Luís XVIII sucedendo imediatamente ao Diretório. Teria sido o absolutismo do antigo regime que ele teria trazido com ele e, para aboli-lo, novas

revoluções seriam necessárias. Sabe-se que uma simples tentativa de retorno ao passado derrubou Carlos X.

Da tirania de Bonaparte, seria um pouco ingênuo se indignar. Sob o antigo regime os franceses tinham suportado todas as tiranias e a República tinha imposto outras muito mais duras ainda. O despotismo era então um estado normal, só provocando protestos quando era acompanhado de desordem.

Uma lei constante da psicologia das massas nos mostra a massa criando a anarquia, depois procurando o senhor que as fará sair dela. Bonaparte foi este senhor.

§2. A nova organização da França pelo Consulado.

Chegando ao poder, Bonaparte assumiu uma colossal tarefa. Com tudo em ruínas, ele precisou refazer tudo. Desde o dia seguinte ao golpe de estado do Brumário ele redigiu quase sozinho a Constituição destinada a lhe dar o poder absoluto necessário para reorganizar o país e dominar as facções. Em um mês, ela foi terminada.

Essa constituição, dita do ano VIII, sobreviveu com pequenas mudanças, até o fim de seu reinado. O poder executivo era atribuído a três cônsules, sendo que dois possuíam apenas voz consultiva. O primeiro cônsul, Bonaparte, era então o único senhor. Ele nomeava os ministros, os conselheiros de estado, os em-

baixadores, os magistrados, os funcionários públicos e decidia a guerra ou a paz. Possuía igualmente o poder legislativo, porque cabia a ele somente a iniciativa das leis submetidas em seguida a três assembleias: o Conselho de Estado, o Tribunal e o Corpo Legislativo. Uma quarta assembleia, o Senado, desempenhava o papel bem apagado de guardião da Constituição.

Por mais déspota que tenha sido e principalmente se tornou, Bonaparte sempre se cercava de conselhos antes de tomar a menor medida. O Corpo Legislativo não se mostrou muito influente sob seu reinado, mas ele não assinava nenhuma prisão sem ter discutido com o Conselho de Estado. Este Conselho, que era composto por homens os mais instruídos, preparava as leis, que eram apresentadas em seguida ao Corpo Legislativo, que poderia julgá-las muito livremente, pois o voto era secreto. Presidido por Bonaparte, o Conselho de Estado constituía um tipo de tribunal soberano que julgava até mesmo os atos dos ministros[21].

[21] Napoleão fazia frequente e naturalmente sua vontade prevalecer sobre a vontade do Conselho de Estado, mas não sempre. Em uma circunstância relatada no **Mémorial de Sainte-Hélène**, ele ficou sozinho com sua opinião e aceitou a da maioria, nos seguintes termos: "Senhores, pronuncia-se aqui pela maioria. Fiquei só, devo ceder. Mas declaro que, em minha consciência, eu só cedo formalmente. Os senhores me reduziram ao silêncio, mas de maneira alguma me convenceram".
Num outro dia, o imperador, interrompido três vezes ao dar sua opinião, dirigiu-se àquele que lhe cortava a palavra e lhe disse com vivacidade: "Senhor, eu não acabei ainda. Eu vos peço que me deixe continuar. Apesar de tudo, me parece que aqui cada um tem o direito de expressar sua opinião".

O grande senhor tinha grande confiança em seu Conselho, porque ele era composto principalmente de legisladores eminentes, que falavam cada um segundo sua especialidade. Ele era psicólogo bastante para não desprezar extremamente as grandes assembleias incompetentes de origem popular, cujo funesto papel apareceu durante toda a Revolução.

Querendo governar para o povo, mas nunca com sua ajuda, Bonaparte não lhe concedeu nenhuma participação em seu governo, lhe reservando apenas o direito de votar, de uma vez por todas, pró ou contra a adoção da nova constituição. Ele só recorreu ao sufrágio universal em raras ocasiões. Os membros do corpo legislativo se recrutavam eles mesmos e não eram eleitos pelo povo.

Criando uma Constituição destinada unicamente a fortalecer seu poder, o Primeiro Cônsul não tinha ilusão de que ela serviria para refazer o país. Também, no mesmo período de sua redação empreendeu a tarefa enorme de reorganização administrativa, judiciária e financeira da França. Os diferentes poderes foram centralizados em Paris. Cada departamento era dirigido por um superintendente assistido, por um conselho geral; o distrito por um sub-superintendente, assistido por um conselho distrital; a comuna

... "O imperador, contra a opinião comum, era tão pouco absoluto e tão fácil com seu Conselho de Estado, que chegou mais de uma vez a colocar em discussão, ou mesmo anular uma decisão tomada, porque um dos membros lhe havia dado depois, em particular, razões novas ou, estando apoiada apenas em sua opinião, o imperador foi influenciado pela maioria".

por um prefeito, assistido por um conselho municipal. Todos eram nomeados pelos ministros e não por eleição, como na República.

Esse sistema, que criava a onipotência do Estado e uma centralização poderosa, foi conservado por todos os regimes e sobrevive até hoje. A centralização sendo, apesar de seus inconvenientes evidentes, o único meio de evitar as tiranias locais, num país profundamente dividido, é sempre mantido.

Essa organização, baseada sobre um conhecimento aprofundado da alma dos franceses, criou imediatamente a tranquilidade e a ordem desconhecidos há muito tempo.

Para conseguir a pacificação dos espíritos os proscritos foram chamados de volta e as igrejas devolvidas aos fiéis.

Continuando a reconstruir o edifício, Bonaparte se ocupou igualmente da redação de um código. Sua maior parte era composta por costumes tomados de empréstimo do antigo regime. Era, como se disse, um tipo de "transição entre o direito novo e o direito antigo".

Diante da obra enorme completada em tão pouco tempo pelo Primeiro Cônsul, compreende-se que, para realizá-la, ele precisou de uma Constituição que lhe concedesse um poder absoluto. Se todas as medidas com as quais ele refez a França tivessem sido submetidas à assembleias de advogados, jamais ela teria saído da desordem.

A Constituição do ano VIII transformou evidentemente a República em uma monarquia, pelo menos tão absoluta quanto aquela do direito divino de Luís XIV. Sendo a única adaptada às necessidades do momento, ela representava uma necessidade psicológica.

§3. Elementos psicológicos que determinaram o sucesso da obra do Consulado.

Todas as forças exteriores que agem sobre as pessoas __ forças econômicas, históricas, geográficas etc. __ se transformam finalmente em forças psicológicas. São estas últimas que se precisa conhecer para bem governar. As assembleias revolucionárias as ignoraram completamente. Bonaparte soube manejá-las.

As diversas assembleias __ a Convenção particularmente __ eram compostas por partidos em luta. Napoleão compreendeu que, para dominá-los, ele não deveria ser o homem de nenhum deles. Sabendo muito bem que o valor de um país está disseminado entre as inteligências superiores dos diversos partidos, ele tratou de utilizá-los todos. Seus agentes de governo __ ministros, superintendentes, magistrados etc. __ eram recrutados indiferentemente entre os liberais, os realistas, os jacobinos etc. levando em conta apenas suas capacidades.

Ao mesmo tempo em que aceitava a colaboração de pessoas do antigo regime, Bonaparte soube marcar que queria manter os

princípios fundamentais da Revolução. Muitos realistas aderiram todavia ao novo regime.

Uma das obras mais memoráveis do Consulado, sob o ponto de vista psicológico, foi o restabelecimento da paz religiosa. A França era muito mais dividida ainda pelos ressentimentos religiosos do que pelos ressentimentos políticos. A destruição sistemática de uma parte da Vendeia tinha quase completamente terminado em luta armada, mas sem pacificar os espíritos. Um só homem, o chefe da cristandade, podendo favorecer essa pacificação, Bonaparte não hesitou em entender-se com ele. Sua Concordata foi a obra de um verdadeiro psicólogo, que sabia que as forças morais não se combate com violência e o quanto é perigoso persegui-las. Ao mesmo tempo em que poupava o clero ele soube, no entanto, colocá-lo sob seu domínio. Fazendo com que o Estado nomeasse e remunerasse os bispos ele permaneceu seu senhor.

A transação religiosa de Napoleão teve um alcance que escapa ainda a nossos jacobinos modernos. Cegos pelo seu estrito fanatismo, eles não compreenderam que desligar a Igreja do governo é criar um Estado dentro do Estado e que eles se verão um dia em presença de uma casta temível, dirigida por um senhor fora da França e necessariamente hostil à França. Dar aos inimigos a liberdade que eles não possuem é muito perigoso. Nunca Napoleão, nem mesmo nenhum dos soberanos católicos que o precede-

ram, consentiram em dar ao clero a independência do Estado como ele tem hoje em dia.

As dificuldades de Bonaparte primeiro cônsul ultrapassaram em muito as que ele teve que superar após sua coroação. Apenas seu conhecimento aprofundado das pessoas lhe permitiu triunfar. O futuro senhor estava longe de sê-lo ainda. Vários departamentos permaneceram sublevados. A bandidagem persistia, o sul estava devastado pelas lutas partidárias. Bonaparte cônsul tinha que lidar com Talleyrand, Fouché e vários generais que se acreditavam seus iguais. Até mesmo seus irmãos conspiravam contra seu poder. Napoleão imperador não encontra nenhum partido diante dele, enquanto que como cônsul ele os tinha todos e devia se equilibrar de maneira igual entre eles. Essa tarefa devia ser muito difícil, porque em um século bem poucos governos a realizaram.

A realização de uma tal empreitada exigia uma mistura muito sutil de delicadeza, firmeza e de diplomacia. Não se sentindo ainda suficientemente poderoso, Bonaparte cônsul tinha como regra, segundo sua expressão, “governar as pessoas como a maioria quer sê-lo”. Ao se tornar imperador ele os governa frequentemente segundo seu próprio ideal.

Estamos longe, hoje em dia, da época em que historiadores singularmente cegos e grandes poetas que possuíam mais talento que psicologia, se levantaram em indignação contra o golpe de

estado do Brumário. Foi preciso profundas ilusões para assegurar "que a França era bela ao grande sol de messidor" e outras ilusões não menos vivas, para falar desse período como fez Victor Hugo. Nós vimos que o "Crime de Brumário" teve por cúmplices entusiastas não apenas o próprio governo, mas a França inteira que ele livrou da anarquia.

Pode-se perguntar como homens inteligentes julgaram tão mal um período da história no entanto tão claro. É porque eles viam os acontecimentos através de suas convicções e nós sabemos que transformações sofre a verdade para a pessoa confinada ao campo da crença. Os fatos mais luminosos se obscurecem e a história dos acontecimentos vira aquela dos seus sonhos.

*
* *

O psicólogo desejoso de compreender a época cujo esboço traçamos brevemente só pode fazê-lo se, desligado de qualquer partido, ele se livra das paixões que são a alma dos partidos. Ele não terá jamais o pensamento de recriminar um passado criado por necessidades tão imperiosas. Napoleão nos custou, sem dúvida, muito caro. Sua epopeia terminou em duas invasões e tivemos que sofrer uma terceira, cujas consequências suportamos ainda hoje, quando o prestígio que ele exerceu do fundo de sua tumba conduziu ao trono o herdeiro de seu nome.

Todos esses acontecimentos têm um encadeamento contido em suas origens. Eles representam o ranço desse fenômeno capital na evolução de um povo: uma mudança de ideal. O ser humano não pode jamais tentar romper bruscamente com seus ancestrais sem perturbar profundamente o curso de sua história.

* * *

CAPÍTULO III

Consequências políticas do conflito entre as tradições e os princípios revolucionários durante um século.

§1. As causas psicológicas dos movimentos revolucionários que continuaram na França.

Sumário

Ao estudar num próximo capítulo a evolução das ideias revolucionárias durante um século, veremos que elas se propagaram muito lentamente, através das diversas camadas da nação, durante mais de 50 anos.

Durante todo esse período, a grande maioria do povo e da burguesia as repeliu e sua difusão se operou somente por um número muito restrito de apóstolos. A influência foi, no entanto, suficiente para provocar, graças sobretudo aos erros dos governos, várias revoluções. Nós as resumiremos após ter estudado as influências psicológicas que lhes deram nascimento.

A história de nossas perturbações políticas em um século bastaria para provar, se o ignoramos ainda, que as pessoas são governadas por sua mentalidade muito mais do que pelas instituições que se pretenda lhes impor.

Nossas revoluções sucessivas foram as consequências das lutas entre duas partes da nação, com mentalidades diferentes.

Uma, religiosa e monárquica dominada por longas influências ancestrais; a outra, sofrendo as mesmas influências, mas lhes dando uma forma revolucionária.

Desde o início da Revolução, a luta entre mentalidades contrárias se manifestou nitidamente. Vimos que, apesar de uma repressão pavorosa, as insurreições e as conspirações duraram até o fim do Diretório. Elas mostram o quanto as tradições do passado tinham deixado profundas raízes na alma popular. Num certo momento 60 departamentos se revoltaram contra o regime novo e só foram contidos através de massacres repetidos numa vasta escala.

Estabelecer um tipo de transação entre o antigo regime e as ideias novas, representou o mais difícil dos problemas que Bonaparte teve que resolver. Ele precisou encontrar instituições que pudessem convir às duas mentalidades que dividiam a França. Ele conseguiu isso, nós vimos, através de medidas conciliadoras e também dando nomes novos a coisas muito antigas.

Seu reinado foi um dos raros períodos de nossa história em que a unidade mental da França foi completa.

Essa unidade não conseguiu sobreviver a ele. No dia seguinte a sua queda, todos os antigos partidos reapareceram e sobreviveram até nossos dias. Uns se ligando às influências tradicionais, outros as repelindo com força.

Se esse longo conflito tivesse acontecido entre crentes e indiferentes, ela não teria durado, pois a indiferença é sempre tolerante. Mas a luta teve lugar, na realidade, entre crenças contrárias. A igreja laica tomou rapidamente uma aparência religiosa e seu pretenso racionalismo se tornou, sobretudo hoje em dia, uma forma, um pouco atenuada, do espírito clerical mais estreito. Porém, constatamos que nenhuma conciliação é possível entre crenças religiosas diferentes. Os clérigos no poder não podem por isso se mostrar mais tolerantes para com os livres pensadores do que o são, por sua vez, hoje em dia, estes últimos em relação a eles.

A essas divisões, determinadas por diferenças de crenças, se superpõem aquelas resultantes das concepções políticas derivadas dessas crenças.

Muitas almas simples acreditaram durante muito tempo que a verdadeira história da França começou com o ano I da República. Essa concepção rudimentar desapareceu um pouco, no entanto, hoje em dia. Mesmo os mais rígidos revolucionários renunciaram[22] a ela e querem reconhecer agora que o passado foi outra

[22] Julgaremos a evolução recente das ideias sobre este ponto, pela passagem seguinte de um discurso do Sr. Jaurès, pronunciado na Câmara dos Deputados: "As grandezas de hoje em dia são feitas dos esforços dos séculos passados. A França não se resume a um dia, nem a uma época, mas na sucessão de todos os seus dias, de todas as suas épocas, de todos os seus crepúsculos e de todas as suas auroras".

coisa, diferente de uma época de barbárie negra dominada por superstições baixas.

A origem religiosa da maior parte das crenças políticas na França anima seus adeptos com um ódio inextinguível que provoca sempre o espanto dos estrangeiros. Escreve o Sr. Barret-Wendell, em seu livro sobre a França:

> *Nada é mais claro, nada é mais certo do que este fato: não apenas os realistas, os revolucionários e os bonapartistas se fazem sempre uma oposição mortal, mas até mesmo, dado o ardor apaixonado do caráter francês, eles sempre têm uns dos outros um profundo horror intelectual. As pessoas que acreditam possuir a verdade não podem se impedir de afirmar que aqueles que não pensam como eles estão, supostamente, errados.*
>
> *Cada partido dirá gravemente que os advogados da causa adversária são afligidos por uma grossa estupidez ou conscientemente desonestos. E, no entanto, quando você encontra estes últimos, que te dizem exatamente as mesmas coisas de seus detratores, você não pode fazer outra coisa do que reconhecer, com toda boa fé, que eles não são nem estúpidos nem desonestos.*

Essa execração recíproca dos crentes de cada partido, sempre facilitou entre nós a derrubada dos governos e dos ministérios.

Os partidos em minorias não recusam jamais se aliar contra aquele vencedor. Sabe-se que um grande número de socialistas revolucionários só foi eleito para a Câmara atual graças à ajuda dos monarquistas, sempre tão pouco inteligentes quanto na época da Revolução.

Nossas divergências religiosas e políticas não constituem as únicas causas de dissensões na França. Elas são mantidas por pessoas que possuem essa mentalidade particular, precedentemente descrita sob o nome de mentalidade revolucionária. Vimos cada época apresentar sempre um certo número de indivíduos prontos a se revoltar contra a ordem das coisas estabelecidas, qualquer que seja essa ordem, mesmo que ela realizasse todos os seus desejos.

A intolerância dos partidos na França e seu desejo de se apoderar do poder são ainda favorecidos pela convicção, tão difundida depois da Revolução, de que as sociedades podem ser refeitas com leis. O Estado moderno, qualquer que seja seu chefe, herdou, aos olhos das multidões e de seus líderes, o poder místico atribuído aos antigos reis, quando eles constituíam uma encarnação da vontade divina. O povo não é o único animado por essa confiança no poder do governo. Todos os nossos legisladores o são igualmente.[23]

[23] Após um artigo que publiquei sobre as ilusões legislativas, recebi de um dos eminentes políticos atuais, o Sr. Senador Boudenoot, uma carta da qual extraí a passagem seguinte: “Vinte anos passados na Câmara e no Senado me mostra-

Legislando sem travas, os políticos não conseguem compreender que as instituições, sendo efeitos e não causas, não encerram nelas mesmas nenhuma virtude. Herdeiros da grande ilusão revolucionária, eles não veem que a pessoa é criada por um passado que somos impotentes para refazer as bases.

A luta entre os princípios que dividem a França, mantidos há mais de um século, continuará sem dúvida por muito tempo ainda e ninguém conseguiria prever as novas perturbações que ela poderá produzir. Sem dúvida que, se os atenienses de antes de nossa era tivessem adivinhado que suas dissensões sociais levariam à servidão da Grécia, eles teriam renunciado a elas. Mas como eles poderiam ter previsto isso? O Sr. Guiraud escreveu justamente: "Uma geração de pessoas se dá conta muito raramente da tarefa que ela executa. Ela prepara o futuro, mas esse futuro é frequentemente o contrário do que ela queria".

§2. Resumo dos movimentos revolucionários na França durante um século.

Explicadas as causas psicológicas dos movimentos revolucionários na França, durante um século, bastará agora apresentar um quadro sumário de nossas revoluções sucessivas.

ram o quanto o senhor está certo. Quantas vezes eu ouvi colegas me dizerem: 'O governo deveria impedir isso, ordenar aquilo. É falta de governo etc.' O que o senhor quer? Temos quatorze séculos de atavismo no sangue".

Os soberanos coligados venceram Napoleão, retornaram a França a seus antigos limites e colocaram no trono Luís XVIII, único soberano então possível.

Por uma carta especial, o novo rei aceitou ser um monarca constitucional com regime representativo. Ele reconheceu todas as conquistas da Revolução: o Código Civil, a igualdade perante a lei, a liberdade de culto, a irrevogabilidade da venda dos bens nacionais etc. O direito de votar foi, no entanto, limitado aos contribuintes que pagavam uma certa quantia de impostos.

Essa Constituição liberal foi combatida pelos ultrarrealistas. Ex-emigrados, eles queriam a restituição dos bens nacionais e o restabelecimento de seus antigos privilégios.

Temendo que uma reação tal levasse a uma nova revolução, Luís XVIII foi forçado a dissolver a Câmara. As eleições elegeram deputados moderados e ele pôde continuar a governar com os mesmos princípios, compreendendo muito bem que querer reconduzir os franceses ao antigo regime seria fazê-los se insurgir.

Infelizmente, sua morte em 1824, levou ao trono Carlos X, ex-conde de Artois. Muito limitado, incapaz de compreender o mundo novo que o rodeava e se gabando de não ter mudado suas ideias desde 1789, ele preparou uma série de leis reacionárias: indenização de um bilhão aos emigrados, lei do sacrilégio, restabe-

lecimento do direito de primogenitura, preponderância do clero etc.

Com a maioria dos deputados se mostrando a cada dia mais contrária a seus projetos, ele proclamou em 1830, Ordenações dissolvendo a Câmara, suprimindo a liberdade de imprensa e preparando a restauração do antigo regime.

O efeito foi imediato. Esse ato autocrático determinou uma coalizão dos chefes de todos os partidos. Republicanos, bonapartistas, realistas liberais se uniram para sublevar a população parisiense. Quatro dias após a publicação das Ordenações, os insurgentes eram os senhores da capital e Carlos X fugiu para a Inglaterra.

Os líderes do movimento __ Thiers, Casimir-Périer, Lafayette etc. __ chamaram a Paris Luís-Felipe, cuja existência o povo ignorava e o nomearam rei dos franceses.

Colocado entre a indiferença do povo e a hostilidade da nobreza, ainda fiel à dinastia legítima, o novo rei se apoiou principalmente na burguesia. Uma lei eleitoral reduziu os eleitores a menos de duzentos mil e essa classe tomou uma parte exclusiva do governo.

A situação do soberano não era fácil. Ele tinha que lutar simultaneamente contra os legitimistas partidários de Henrique V, neto de Carlos X; contra os bonapartistas que reconheciam como

chefe Luís-Napoleão, sobrinho do imperador e, por fim, contra os republicanos.

Através de suas sociedades secretas, análogas aos clubes da Revolução, estes provocaram, de 1830 a 1840, numerosos motins, facilmente reprimidos.

Por seu lado, os legitimistas e os clérigos não pararam com suas intrigas. A duquesa de Berry, mãe de Henrique V, tentou inutilmente sublevar a Vendeia. Quanto ao clero, suas exigências acabaram por torná-lo tão intolerável que uma insurreição explodiu e nela o arcebispado de Paris foi devastado.

Os republicanos não constituíam um partido muito perigoso porque a Câmara estava com o rei em sua luta contra eles. O ministro Guizot, partidário de um poder enérgico, declarou duas coisas indispensáveis para governar: "A razão e o canhão". O célebre político se iludia um pouco, certamente, sobre o papel da razão.

Apesar desse "governo forte" (que, na realidade, o era bem pouco) os republicanos (os socialistas, sobretudo) continuaram a agitar. Um dos mais influentes __ Louis Blanc __ pretendia impor ao governo o dever de oferecer trabalho a todos os cidadãos. O partido católico, dirigido por Lacordaire e Montalembert, se uniu aos socialistas (como hoje em dia na Bélgica), para combater o governo.

Uma campanha em favor da reforma eleitoral levou, em 1848, a um novo motim, que derrubou de surpresa Luís-Felipe.

Sua queda era muito menos justificável do que a de Carlos X. Temos muito pouca coisa a reprová-lo. Ele desconfiava sem dúvida do sufrágio universal, mas a Revolução Francesa esteve mais de uma vez, do mesmo jeito, sob suspeita. Luís-Felipe, não sendo como o Diretório, um governante absoluto, não poderia, como este último, caçar a vontade das eleições que o desagradasse.

Um governo provisório se instalou no Hôtel de Ville para substituir o monarca derrubado. Ele proclamou a República, estabeleceu o sufrágio universal e decretou que o povo elegeria uma assembleia nacional, composta por 900 membros.

Desde o início de sua existência, o governo se viu, ele também, alvo de manobras socialistas e de motins.

Viu-se então mais uma vez se manifestar os fenômenos psicológicos observados durante a primeira Revolução. Formam-se clubes cujos líderes lançavam de tempo em tempo o povo sobre a assembleia, por quaisquer motivos e geralmente desprovidos do menor bom senso: obrigar, por exemplo, o governo a apoiar uma insurreição na Polônia etc.

Com a esperança de satisfazer os socialistas, a cada dia mais exigentes e ruidosos, a assembleia organiza fábricas nacionais em

que os trabalhadores se ocupavam de diversos trabalhos. Nelas estavam 100.000 pessoas que custavam mais de um milhão por semana ao Estado. Sua pretensão de serem pagos sem trabalhar obrigou a assembleia ao fechamento dessas fábricas.

Essa medida foi a origem de uma formidável insurreição. 50.000 trabalhadores se revoltaram. A assembleia, aterrorizada, confiou todos os poderes executivos ao general Cavaignac. Durante a batalha contra os amotinados, que durou quatro dias, três generais e o arcebispo de Paris pereceram. 3.000 prisioneiros foram deportados, por decreto da assembleia, para a Argélia. O socialismo revolucionário se viu, no mesmo golpe, aniquilado por cinquenta anos.

Esses acontecimentos fizeram cair a renda de 116 a 50 francos. Os negócios foram suspensos. Os camponeses, que acreditavam estar ameaçados pelos socialistas e os burgueses, que tiveram seus impostos aumentados pela assembleia em 50%, se voltaram contra a República e quando Luís-Napoleão prometeu restabelecer a ordem, ele se viu acolhido com entusiasmo. Candidato ao título de presidente da República que, segundo a nova Constituição, devia ser eleito pela universalidade dos cidadãos, ele recebeu cinco milhões e meio de votos.

Logo em conflito com a Câmara, o príncipe se decidiu por um golpe de estado. A assembleia foi dissolvida, 30.000 pessoas presas, 10.000 deportadas, uma centena de deputados exilados.

Esse golpe de estado, se bem que sumário, foi no entanto muito favoravelmente aceito porque, submetido a um plebiscito, obteve sete milhões e meio de votos, em oito milhões de votantes.

Em 2 de dezembro de 1852, Napoleão se fez nomear imperador por uma maioria maior ainda. O horror que inspiravam, à maioria dos franceses, os demagogos e os socialistas, tinha restaurado o Império.

Na primeira parte de sua existência, ele constituiu um regime absoluto e, durante a última, um regime liberal. Após 18 anos de reinado, o imperador se viu derrubado pela revolução de setembro de 1870, após sua capitulação em Sedan.

Desde essa época os movimentos revolucionários foram raros; o único importante foi a revolução de março de 1871, que provocou o incêndio de uma parte dos monumentos de Paris e a execução de cerca de 20.000 insurgentes.

Após a guerra de 1870, os eleitores que, no meio de tantos desastres, não viam mais para onde se voltar, enviaram à Assembleia Constituinte deputados em grande parte legitimistas e orleanistas. Não podendo se entender para restabelecer uma monarquia, eles nomearam o Sr. Thiers presidente da república, depois o

substituíram pelo marechal de Mac-Mahon. Em 1876, novas eleições enviaram à Câmara, assim como em todas as seguintes, uma maioria republicana.

As diversas assembleias que se sucederam desde essa época se fracionaram sempre em partidos numerosos que provocaram inumeráveis mudanças ministeriais.

Foi, no entanto, graças ao equilíbrio resultante dessa divisão dos partidos que há quarenta anos temos desfrutado de uma tranquilidade relativa. Quatro presidentes da república puderam ser substituídos sem revolução e motins como os do sul e da Champagne não produziram graves consequências.

Um grande movimento popular, em 1888, tentou, no entanto, derrubar a República, em prol do general Boulanger, mas ela se manteve e superou os ataques de todos os partidos.

Diversas razões contribuem para a manutenção da República atual. Primeiro, as facções que se combatem não são fortes o suficiente para que uma possa esmagar as outras. Em segundo lugar, o chefe de estado sendo puramente decorativo e não possuindo nenhum poder, é impossível lhe atribuir os males que se sofre e assegurar que as coisas mudariam ao derrubá-lo. Por fim, com o poder partilhado entre milhares de mãos, as responsabilidades se acham disseminadas e seria difícil saber a quem se ligar. Derruba-

se um tirano, mas o que fazer contra uma massa de pequenas tiranias anônimas?

Se fosse possível resumir em uma frase a grande transformação operada na França por um século de motins e de revoluções, poder-se-ia dizer que foi substituir tiranias individuais facilmente derrubáveis e, por consequência, muito fracas, por tiranias coletivas muito fortes, difíceis de destruir. Em povos ávidos por igualdade e habituados a deixar a seus governos a responsabilidade por todos os acontecimentos, a tirania individual parece insuportável, enquanto que uma tirania coletiva se suporta facilmente, mesmo que geralmente muito mais dura.

A extensão da tirania estatista foi então o resultado final de nossas diversas revoluções; a característica comum a todos os regimes que se sucederam na França. Essa forma de tirania pode ser considerada como um ideal da cultura, pois nossas convulsões sucessivas só fizeram fortificá-la. O estatismo é o verdadeiro regime político dos povos latinos, o único que une todos os votos. As outras formas de governo: república, monarquia, império, representam inúteis etiquetas, sombras impotentes.

* * *

TERCEIRA PARTE

A evolução moderna dos princípios revolucionários.

CAPÍTULO I

O progresso das crenças democráticas desde a Revolução.

§1. A lenta propagação das ideias democráticas após a Revolução.

Sumário

As ideias violentamente incrustadas nos espíritos agem durante várias gerações. Aquelas originadas da Revolução não escapam a essa lei.

Se a duração da Revolução Francesa, como governo, foi muito curta, a influência de seus princípios foi, ao contrário, muito longa. Transformados numa crença com forma religiosa, eles modificaram profundamente a orientação dos sentimentos e das ideias de várias gerações.

Mesmo com alguma intermitência, a Revolução Francesa continuou e se prolonga ainda hoje. O papel de Napoleão não se limitou a perturbar o mundo, mudar o mapa da Europa e renovar as façanhas de Alexandre. O novo direito dos povos, criado pela

Revolução, fixado por ele nas constituições e nos códigos, exerceu por todo lado uma ação profunda. A obra militar do conquistador se afundou muito rapidamente, mas os princípios revolucionários que ele contribuiu para propagar sobreviveram a ele.

As restaurações diversas que se sucederam ao Império fizeram esquecer um pouco, no início, os princípios da Revolução. Nós os vimos durante 50 anos se difundirem bem lentamente. Poder-se-ia mesmo dizer que o povo os havia esquecido. Apenas a ação de um pequeno número de teóricos manteve sua influência. Herdeiros do espírito simplista dos jacobinos, admitiam, como eles, que as sociedades podem ser refeitas em todas as suas peças através de leis e, persuadidos de que o Império só fez interromper a obra revolucionária, eles quiseram retomá-la.

Esperando poder recomeçá-la, eles tentaram propagar seus princípios através de seus escritos. Fiéis imitadores dos homens da Revolução, eles não se preocuparam nunca em saber se seus projetos de reformas se enquadrariam na natureza humana. Eles também construíram uma sociedade quimérica, para um homem ideal e se mantiveram convencidos de que a aplicação de seus sonhos regeneraria o gênero humano.

Desprovidos do poder para construir, os teóricos de todas as eras foram sempre muito aptos em destruir. Napoleão assegurava

em Santa Helena que “se existisse uma monarquia de granito, os ideais dos teóricos bastariam para reduzi-la a pó”.

Nesta plêiade de sonhadores, como Saint Simon, Fourier, Pierre Leroux, Lois Blanc, Quinet etc. vê-se apenas Augusto Comte entender que a transformação das ideias e dos costumes deve preceder às reorganizações políticas.

Longe de favorecer a difusão das ideias democráticas, os projetos de reforma dos teóricos dessa época só fizeram atrasar sua marcha. O socialismo comunista, forma sob a qual vários dentre eles pretendiam fazer renascer a Revolução, teve por resultado final assustar a burguesia e até mesmo as classes trabalhadoras. Já destacamos que o medo de suas ideias foi uma das principais causas do restabelecimento do Império.

Se nenhuma das elucubrações quiméricas dos escritores políticos da primeira metade do século XIX merece ser discutida, é, no entanto, interessante percorrê-las para constatar o papel desempenhado então pelas preocupações religiosas e morais, bastante desdenhadas hoje em dia.

Convencidos de que uma sociedade nova não poderia __ não mais do que as antigas __ ser edificada sem crenças religiosas e morais, os reformadores estavam sempre preocupados em criá-las.

Sobre o que se apoiar, para criá-las? Sobre a razão, evidentemente. Com ela fabricam-se máquinas complicadas, porque não se confeccionaria também uma religião e uma moral, coisas simples, em aparência? Nenhum suspeitou que nunca as crenças religiosas ou morais tiveram a lógica racional por base. Nem mesmo Augusto Comte enxergou melhor. Sabe-se que ele fundou uma religião dita positiva, que conta ainda com uma meia dúzia de adeptos. Os cientistas deveriam formar nela um clero, dirigido por um novo papa que substituiria o papa católico.

Todas essas concepções __ políticas, religiosas ou morais __ dos teóricos, não tiveram, eu repito, outros resultados do que afastar durante muito tempo as multidões dos princípios democráticos.

Se estes últimos acabaram, no entanto, por tomar uma grande dimensão, não foi por causa dos teóricos, mas porque condições novas de existência haviam nascido. Graças às descobertas da ciência, a indústria havia se desenvolvido e tinha levado à criação de imensas fábricas. As necessidades econômicas dominaram cada vez mais as vontades dos governos e dos povos e acabaram por criar um terreno favorável à expansão do socialismo e principalmente do sindicalismo, formas atuais das ideias democráticas.

§2. Destinos desiguais dos três princípios fundamentais da Revolução.

A herança da Revolução está contida inteira em sua divisa: liberdade, igualdade e fraternidade. O princípio da igualdade exerceu, já o dissemos, uma grande influência, mas os outros dois não compartilharam da mesma sorte.

Mesmo que o sentido desses termos pareça bem claro, eles foram compreendidos de maneiras bem diversas, segundo o tempo e as pessoas. Sabe-se que a interpretação diferente das mesmas palavras, por seres com mentalidades diferentes, foi uma das mais frequentes causas das lutas históricas.

Para o convencional, a liberdade significava unicamente o exercício sem entraves de seu despotismo. Para um jovem intelectual moderno, a mesma palavra sintetiza a libertação de tudo o que o desgosta: tradição, leis, superioridades etc. Para os jacobinos políticos atuais, a liberdade consiste principalmente no direito de perseguir seus adversários.

Se os oradores políticos ainda falam, algumas vezes, de liberdade em seus discursos, eles desistiram, geralmente, de invocar a fraternidade. É a luta das classes e não a sua aproximação que eles ensinam hoje em dia. Jamais um ódio mais profundo dividiu as diversas camadas sociais e os partidos políticos que as representam.

Mas, enquanto a liberdade se tornava bem incerta e a fraternidade desaparecia completamente, o princípio da igualdade só fazia crescer. Ele sobreviveu a todas as perturbações políticas que tiveram assento na França, durante um século e tomou um desenvolvimento tal que nossa vida política e social, nossas leis, nossos costumes têm, ao menos em teoria, este princípio por base. Ele constitui o verdadeiro legado da Revolução. A necessidade de igualdade, não apenas perante a lei, mas nas situações e nas fortunas, é mesmo o pivô da última evolução democrática: o socialismo. Essa necessidade é tão poderosa que ela se difunde por todo lado; se bem que em contradição com todas as leis biológicas e econômicas. É uma fase nova dessa luta ininterrupta dos sentimentos contra a razão, em que a razão triunfa muito raramente.

§3. A democracia dos intelectuais e a democracia popular.

Todas as ideias que até aqui convulsionaram o mundo foram submetidas a estas duas leis: evoluir lentamente e mudar completamente de sentido segundo as mentalidades que as recebem.

Uma doutrina é comparável a um ser vivo. Ela não sobrevive sem se transformar. Os livros permanecem necessariamente mudos com respeito a essas variações e as fases das coisas que eles estabelecem é a do passado. Eles não refletem a imagem da

vida, mas a da morte. A exposição escrita de uma doutrina representa frequentemente o lado mais dispensável dessa doutrina.

Eu demonstrei, num outro livro[24], como se modificam as instituições, as línguas e as artes, ao passarem de um povo a outro e o quanto as leis dessas transformações diferem do que dizem os livros. Eu só as menciono agora para explicar porque no estudo das ideias democráticas nos ocupamos tão pouco com o texto das doutrinas e buscamos apenas os elementos psicológicos dos quais elas constituem sua vestimenta e depois as reações provocadas nas diversas categorias das pessoas que as adotaram.

Modificada rapidamente por seres de mentalidades diferentes, a teoria primitiva logo não passa de uma etiqueta que designa coisas muito diferentes.

Aplicáveis às crenças religiosas, esses princípios também se aplicam às crenças políticas. Quando se fala de democracia, por exemplo, convém pesquisar o que significa esta palavra para diversos povos e de se perguntar igualmente se, no mesmo povo, não há uma grande diferença entre a democracia dos intelectuais e a democracia popular.

Nós nos limitaremos agora a considerar este último ponto e constataremos facilmente que as ideias democráticas dos livros e

[24] **Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples**. (Nota do tradutor)

dos jornais são puras teorias de letrados, ignoradas pelo povo, que não ganharia nada com sua aplicação.

Se o trabalhador possui o direito teórico de romper as barreiras que o separam das classes dirigentes, por toda uma série de concursos e exames, suas chances conseguir isso são muito pequenas.

A democracia dos letrados não tem outro objetivo que não seja criar uma seleção em que se recruta exclusivamente a classe dirigente. Eu não teria nada a dizer sobre isso se essa seleção fosse real. Ela constituiria então a aplicação da máxima de Napoleão: "O verdadeiro funcionamento de um governo está em empregar a aristocracia, mas com as formas da democracia".

Infelizmente, a democracia dos intelectuais conduz simplesmente à substituição do direito divino dos reis pelo direito divino de uma pequena oligarquia, na maioria das vezes tirânica e limitada. Não é deslocando uma tirania que se cria uma liberdade.

A democracia popular não tem, de maneira alguma, por objetivo, como a primeira, fabricar dirigentes. Dominada inteiramente pelo espírito de igualdade e o desejo de melhorar a sorte dos trabalhadores, ela repele a noção de fraternidade e não manifesta nenhuma preocupação com a liberdade. Um governo só é concebível por ela sob a forma autocrática. Vemos isso não apenas pela história que nos mostram, desde a Revolução, todos os governos

despóticos vigorosamente aclamados, mas principalmente pela maneira autocrática com que os sindicatos de trabalhadores são conduzidos.

Essa distinção profunda, entre a democracia dos letrados e a democracia popular, aparece muito mais clara aos trabalhadores do que aos intelectuais. Com nada em comum entre suas mentalidades, os primeiros e os segundos não falam a mesma língua. Os sindicalistas proclamam com força, hoje em dia, que nenhuma aliança seria possível entre eles e os políticos da burguesia. A afirmação é rigorosamente exata.

Sempre foi assim e é por isso que a democracia popular, de Platão a nossos dias, jamais foi defendida por grandes pensadores.

Esse fato impressionou muito Émile Faguet: "Quase todos os pensadores do século XIX, não eram democratas. Quando escrevi meu **Politiques et Moralistes du XIXº Siècle**, isso foi meu desespero. Eu não encontrei um só que fosse democrata; eu bem que gostaria de encontrar um para que eu pudesse verificar sua visão da doutrina democrática".

O eminente escritor deve ter, certamente, encontrado muitos entre os políticos profissionais, mas estes últimos raramente pertencem à categoria dos pensadores.

§4. As desigualdades naturais e a equalização democrática.

A dificuldade de conciliar a equalização democrática e as desigualdades naturais constitui um dos mais difíceis problemas da hora presente. Nós conhecemos os desejos da democracia. Vejamos o que a natureza responde a seus votos.

As ideias democráticas que agitam tão frequentemente o mundo, desde as eras heroicas da Grécia até os tempos modernos, colidem sempre com as desigualdades naturais. Poucos observadores sustentaram, com Helvécios, que a desigualdade entre as pessoas é criada pela educação.

De fato, a natureza não conhece a igualdade. Ela reparte diferentemente a genialidade, a beleza, a saúde, o vigor, a inteligência e todas as qualidades que conferem a seus possuidores uma superioridade sobre seus "semelhantes".

Nenhuma teoria pode mudar essas diferenças e as doutrinas democráticas permanecerão confinadas nas palavras, até o dia em que as leis da hereditariedade consintam em unificar as capacidades das pessoas.

Podemos supor que as sociedades conseguirão estabelecer artificialmente a igualdade recusada pela natureza?

Alguns teóricos admitiram durante muito tempo que a educação poderia criar um nivelamento geral. Numerosos anos de experiência mostraram a profundidade dessa ilusão.

Não seria, no entanto, impossível que o socialismo triunfante possa estabelecer durante algum tempo a igualdade, eliminando rigorosamente todos os indivíduos superiores. Pode-se facilmente prever no que se tornaria um povo que suprimiu suas elites, ao mesmo tempo que teria, a volta de si, nações que progridem através de suas elites.

Não apenas a natureza não conhece a igualdade, como ainda, desde a origem das eras, ela sempre realizou seus progressos por diferenciações sucessivas, ou seja, desigualdades crescentes. Apenas elas puderam elevar a obscura célula dos tempos geológicos aos seres superiores cujas invenções deveriam mudar a face do globo.

O mesmo fenômeno se observa nas sociedades. As formas de democracia que selecionam os elementos superiores das classes populares, têm como resultado final a criação de uma aristocracia intelectual, consequência contrária ao sonho dos teóricos puros: rebaixar todos os elementos superiores de uma sociedade, ao nível de seus elementos inferiores.

Ao lado das leis naturais, hostis aos teóricos igualitaristas, figuram também as condições do progresso moderno. Com a ciên-

cia e a indústria exigindo esforços intelectuais cada vez mais consideráveis, as desigualdades mentais e as diferenças de condição social que elas fazem nascer só podem se acentuar.

Assiste-se assim a este fenômeno espantoso: na medida em que as leis e as instituições pretendem nivelar os indivíduos, os progressos da civilização tendem a diferenciá-los cada vez mais. Do camponês ao barão feudal a distância intelectual era pequena; do trabalhador ao engenheiro, ela é imensa e cresce sem parar.

Sendo a capacidade o principal fator do progresso, os capazes de cada classe se elevam enquanto que os medíocres permanecem estacionados ou em descenso. O que poderiam as leis contra tão inevitáveis necessidades?

Em vão os incapazes pretendem que, como estão em maior número, eles são a força. Privados dos cérebros superiores, cujas pesquisas beneficiam a todos os trabalhadores, estes últimos cairiam rapidamente na miséria e na anarquia.

O papel capital das elites nas civilizações modernas aparece muito evidente para precisar de demonstração. Com nações civilizadas e povos bárbaros encerrando uma mesma média de unidades medíocres, a verdadeira superioridade das primeiras provém unicamente da elite que elas contêm. Os Estados Unidos entenderam muito bem isso e interditam o acesso a seu território aos trabalhadores chineses, cuja capacidade é idêntica a dos trabalhadores a-

mericanos, mas que, trabalhando a preços inferiores, fazem uma concorrência temível a estes últimos.

Apesar dessas evidências, vê-se acentuar a cada dia o antagonismo entre a multidão e as elites. Em nenhuma época, as elites foram mais necessárias; nunca, no entanto, elas foram tão dificilmente suportadas.

Um dos mais sólidos fundamentos do socialismo é o ódio intenso pelas elites. Seus adeptos esquecem sempre que os progressos científicos, artísticos, industriais criam a força de um país e a prosperidade de milhões de trabalhadores deve-se unicamente a um pequeno número de cérebros superiores.

*
* *

Se o trabalhador ganha três vezes mais hoje em dia do que há cem anos e goza de comodidades então desconhecidas aos grandes senhores, ele deve isso unicamente às elites.

Suponhamos o socialismo universalmente aceito por milagre há um século. O risco, a especulação, a iniciativa, enfim, todos os estimulantes da atividade humana tendo sido suprimidos, nenhum progresso teria podido nascer e o trabalhador teria permanecido bem pobre. Pode-se simplesmente estabelecer essa igualdade na miséria, sonhada pelo ciúme e a inveja de uma massa de espíritos

medíocres. Não é para dar satisfação a um ideal tão baixo que a humanidade renunciará algum dia aos progressos da civilização.

* * *

CAPÍTULO II

As consequências da evolução democrática.

§1. Influência exercida sobre a evolução social por teorias desprovidas de valor racional.

Sumário

Nós vimos que as leis naturais não concordam com as aspirações democráticas. Sabemos também que uma tal constatação jamais teve influência nas doutrinas fixadas nas almas. A pessoa conduzida por uma crença não se preocupa com seu valor real.

O filósofo que estuda essa crença deve evidentemente discutir o conteúdo racional, mas se preocupar principalmente com sua influência nas mentes.

Aplicada à interpretação de todas as grandes crenças da história, a importância dessa distinção aparece imediatamente. Júpiter, Moloch, Vishnu, Alá e tantas outras divindades, foram sem dúvida, sob o ponto de vista racional, simples ilusões e, no entanto, seu papel na vida dos povos foi considerável.

A mesma distinção é aplicável às crenças que dominaram a Idade Média e curvaram milhares de pessoas aos pés dos altares. Muito ilusórias igualmente, elas exerceram todavia uma ação tão profunda como se elas correspondessem a realidades.

Para não restar dúvida, basta comparar o domínio do Império Romano com o da Igreja Católica. O primeiro foi muito tangível, muito real, não implicou em nenhuma ilusão. O segundo, só tendo por base quimeras foi, no entanto, igualmente poderoso. Graças a ela, durante a longa noite da Idade Média, povos semibárbaros adquiriram os freios sociais e uma alma nacional sem os quais não há civilização.

O poder da Igreja Católica prova ainda que o poder de certas ilusões é suficientemente grande para criar, ao menos momentaneamente, sentimentos tão contrários aos interesses do indivíduo quanto o das sociedades, como a vida monástica, o desejo do martírio, as cruzadas, as guerras de religião etc.

A aplicação às ideias democráticas e socialistas das considerações precedentes, mostra que importa muito pouco que essas ideias não tenham nenhuma base defensável. Elas impressionam as almas, isso basta. Suas consequências podem se tornar muito funestas, mas nada podemos fazer com relação a isso.

Os apóstolos das novas doutrinas na verdade perdem tempo em procurar um fundamento racional à suas aspirações. Eles sempre convencerão muito mais se limitando a afirmações e produzindo esperanças. Sua verdadeira força reside na mentalidade religiosa inerente ao coração humano e que, na sucessão das eras, só mudou de objeto.

Examinaremos então, apenas sob o ponto de vista filosófico, diversas consequências da evolução democrática, cujo curso vemos se acelerar. Dizíamos, a propósito da Igreja Católica na Idade Média, que ela tinha o poder de agir profundamente sobre a mentalidade das pessoas. Constatando certos resultados das doutrinas democráticas, veremos que o poder atual destas últimas não é menor.

§2. O espírito jacobino e a mentalidade criada pelas crenças democráticas.

As gerações modernas não herdaram apenas princípios revolucionários, mas também a mentalidade especial que os fez triunfar.

Descrevendo essa mentalidade, quando estudamos o espírito jacobino, vimos que ela pretende sempre impor pela força ilusões consideradas como verdades. O espírito jacobino acabou por se tornar tão geral na França e nos países latinos, que se apoderou de todos os partidos políticos, inclusive os mais conservadores. A burguesia está muito impregnada dele e o povo mais ainda.

Essa expansão do espírito jacobino teve como resultado que as concepções políticas, as instituições e as leis tendem sempre a se impor pela violência. Assim, o sindicalismo, pacífico e metódico nos outros países, logo tomou, no nosso, ares de intransigência e anarquia que se traduzem em motins, sabotagens e incêndios.

Não reprimido por governos medrosos, o espírito jacobino produz funestas devastações nos cérebros de capacidade medíocre. Em recente congresso dos ferroviários, um terço dos delegados votou pela aprovação da sabotagem e um dos secretários do congresso começou seu discurso dizendo: “Eu me permito enviar, a todos os sabotadores, minha saudação fraterna e toda minha admiração”.

Essa mentalidade geral produz uma anarquia crescente. Se a França não se acha num estado de revolução permanente é porque __ eu já destaquei acima __ com todos os partidos dividindo-a, faz-se um quase equilíbrio. Eles são movidos por um ódio mortal uns aos outros, mas nenhum deles é bastante forte para suplantar seus rivais.

A intolerância jacobina se espalha de tal forma que até mesmo os governantes empregam sem escrúpulos os processos mais revolucionários contra seus inimigos, perseguindo-os com violência e até mesmo espoliando-os de seus bens sem que os partidos lhes façam a menor oposição. Nossos governantes se conduzem hoje em dia como os antigos conquistadores. O vencido não tem nada a esperar dos vencedores.

Longe de ser exclusiva das classes populares, a intolerância é observada igualmente nas classes dirigentes. Michelet destacou, há muito tempo, que as violências dos letrados são às vezes mais

intensas do que as do povo. Sem dúvida que eles não quebram postes, mas estão facilmente dispostos a quebrar cabeças. As piores violências da Revolução Francesa foram cometidas por burgueses letrados, professores, advogados etc. possuidores dessa instrução clássica que se supõe suavizar os costumes.

Ela não os amansou hoje em dia, tanto quanto naquela época. Percebe-se isso, ao examinar esses jornais radicais, cujos redatores são recrutados sobretudo entre os professores universitários.

Seus livros são tão violentos quanto seus artigos e pergunta-se realmente, como podem se formar nesses favorecidos pela sorte, tais provisões de ódio.

Dificilmente se acreditaria se assegurassem que uma intensa necessidade de altruísmo os devora. Admitiríamos mais facilmente que, ao lado de uma mentalidade religiosa estreita, a esperança de serem marcados como os poderosos do dia, ou de criar uma popularidade produtiva, são as únicas explicações possíveis das violências impressas em seus escritos de propaganda.

Eu já citei, em um de meus livros precedentes, as passagens de um livro de um professor do Collège de France, em que o autor excita o povo a se apoderar das riquezas da burguesia, que ele xinga furiosamente e cheguei à conclusão de que uma nova revolução recrutaria facilmente entre os autores dessas elucubrações, os Marat, os Robespierre e os Carrier que ela precisasse.

A religião jacobina (principalmente sob a forma socialista) tem, sobre as mentes de fraca envergadura, todo o poder dos antigos deuses. Cegos pela sua fé, eles acreditam ter a razão como guia e são dirigidos unicamente pelas suas paixões e seus sonhos.

A evolução das ideias democráticas produziu então, fora as ações políticas já destacadas, consequências consideráveis sobre a mentalidade das pessoas modernas.

Se os antigos dogmas religiosos foram esvaziados de seus conteúdos há muito tempo, as teorias democráticas estão longe de terem os seus esvaziados e vemos a cada dia se espalhar sua floração. Uma dos principais foi o ódio geral pelas superioridades.

Este ódio por aquele que ultrapassa o nível médio, pela situação social, a fortuna ou a inteligência é geral hoje em dia em todas as classes, do trabalhador às camadas mais altas da burguesia. Ele tem como resultado: a inveja, a difamação, a necessidade de atacar, de escarnecer, de perseguir, de emprestar a toda ação os mais baixos motivos, de se recusar a acreditar na probidade, no desinteresse, na inteligência.

As conversas, tanto entre o povo quanto entre as pessoas instruídas, são marcadas por essa necessidade de aviltar e de rebaixar. Nem os grandes mortos escapam a esse sentimento. Nunca se escreveu tantos livros para depreciar o mérito de pessoas céle-

bres, consideradas outrora como o mais precioso patrimônio de um país.

A inveja e o ódio parecem ter sido, em todo tempo, inseparáveis das teorias democráticas, mas a extensão desses sentimentos nunca foi tão grande quanto hoje em dia. Ela espanta todos os observadores:

Escreve o Sr. Bourdeau:

> *Existe um baixo instinto demagógico, sem nenhuma aspiração moral, que sonha em rebaixar a humanidade ao mais baixo nível e para o qual toda superioridade, mesmo de cultura, é uma ofensa à sociedade... foi esse sentimento de ignóbil igualdade que moveu os carrascos jacobinos, quando eles faziam cair as cabeças de um Lavoisier e de um Chénier.*

Esse ódio pelas superioridades, elemento mais certeiro dos progressos atuais do socialismo, não é a única característica do espírito novo criado pelas ideias democráticas.

Outras consequências, embora indiretas, não são menos profundas. Como, por exemplo, os progressos do estatismo, a diminuição da influência e do poder de luta das classes, o desaparecimento dos velhos freios sociais e o rebaixamento da moralidade.

Todos esses efeitos se manifestam através de uma insubordinação e uma anarquia geral. O filho se revolta contra seu pai, o

empregado contra seu patrão, o soldado contra os oficiais. O descontentamento, o ódio e a inveja reinam hoje em dia por toda parte.

Um movimento que continua é, forçosamente, como em mecânica, um movimento que se acelera. Veremos, por isso, crescer ainda mais os resultados dessa mentalidade. Eles se traduzem, de tempos em tempos, por incidentes cuja gravidade aumenta todos os dias: greve dos ferroviários, greve dos carteiros, explosões de couraçados e muitos outros ainda. A propósito da destruição do Liberté, que custou mais de cinquenta milhões e matou em um minuto 200 pessoas, um ex-ministro da Marinha, o Sr. de Lanessan, assim se expressou:

> *O mal que corrói nossa frota é o mesmo que devora nosso exército, nossa administração pública, nossos serviços públicos, nosso parlamentarismo e nosso regime governamental, nossa sociedade inteira. Esse mal é a anarquia, ou seja, uma tal desordem dos espíritos e das coisas, que nada se faz como a razão gostaria que fosse feita e que nenhuma pessoa se comporte como seu dever profissional ou moral exige que se comporte.*

E, a respeito da mesma catástrofe do Liberté, acontecida após a do Iéna, o Sr. Félix Roussel, num discurso pronunciado como presidente do Conselho Municipal de Paris, disse: “As causas

do mal não são exclusivas à nossa marinha. Esse mal é mais geral e carrega um triplo nome: irresponsabilidade, indisciplina e anarquia".

Estas citações, constatando fatos que ninguém ignora, mostram os mais sólidos defensores do regime republicano reconhecendo eles mesmos os progressos de nossa desorganização social[25]. Qualquer um a vê e tem consciência de sua impotência em mudar isso. Ela é resultado, com efeito, de influências mentais cujo poder é superior ao de nossas vontades.

§3. O sufrágio universal e os eleitos.

Dentre os dogmas da democracia, o mais fundamental talvez, aquele que seduz particularmente, é o sufrágio universal. Ele dá às massas a noção de igualdade, pois, ao menos por um instan-

[25] Essa desordem é a mesma em todas as administrações. Encontram-se exemplos interessantes em um relatório do Sr. Dausset no Conselho Municipal: "O serviço da via pública, que deveria ser antes de tudo um serviço de execução rápida, é, ao contrário, o protótipo da administração tradicionalista, ritualista e burocrática, que possui os funcionários e o dinheiro e desperdiça os funcionários e o dinheiro em tarefas frequentemente inúteis, ausência de ordem, de iniciativa e de método. Em uma palavra: desorganização".
Falando em seguida dos diretores de serviço que operam cada um a sua maneira e frequentemente sua fantasia, ele acrescenta: "Esses grandes chefes se ignoram completamente; eles preparam seus projetos e os executam sem conhecer os do vizinho; não há ninguém acima deles para agrupar os trabalhos e coordená-los". Por isso, uma rua é aberta e reparada; depois aberta de novo com alguns dias de intervalo porque os serviços de água, de gás, de esgotos, de eletricidade, enciumados, jamais entram em acordo. Essa anarquia e indisciplina custam naturalmente somas enormes. Uma indústria privada que operasse da mesma maneira, chegaria rapidamente à falência.

te, ricos e pobres, sábios e ignorantes são iguais diante de uma urna eleitoral. Nela, o ministro está ao lado do último de seus funcionários e, durante esse breve minuto, o poder de um é idêntico ao do outro.

Todos os governos, inclusive os da Revolução, temeram o sufrágio universal. Primeiro, com efeito, ele provoca muitas objeções. A ideia de que a multidão possa escolher utilmente as pessoas capazes de governar; que indivíduos de moralidade medíocre, de conhecimentos fracos, de espíritos limitados, possuam, pelo único fato de seu grande número, uma aptidão correta de julgar os candidatos propostos à sua escolha, parece muito chocante.

Sob o ponto de vista racional, o sufrágio da massa será um pouco justificado, dizendo como Pascal: "A pluralidade é a melhor via, porque ela é visível e porque ela tem a força para se fazer obedecer; no entanto, é a opinião dos menos aptos..."

Não podendo o sufrágio universal ser substituído, nos tempos modernos, por nenhuma outra instituição, é preciso aceitá-lo e tratar de se adaptar a ele. É inútil, por consequência, protestar contra ele e repetir, como a rainha Maria Carolina na época de sua luta contra Napoleão: "Nada é mais horrível do que governar as pessoas neste século esclarecido em que cada sapateiro qualifica ou desqualifica o governo!"

A bem dizer, as objeções não são sempre tão fortes quanto parecem. As leis da psicologia das massas sendo admitidas, fica muito duvidoso que o sufrágio restrito daria uma escolha de pessoas superior à obtida pelo sufrágio universal.

Essas mesmas leis psicológicas mostram também que o sufrágio dito universal é, na realidade, uma pura ficção. A massa, salvo em casos bem raros, não tem outra opinião que não seja a de seus líderes. O sufrágio universal representa então, na realidade, o mais restrito dos sufrágios.

É aí que reside, justamente, seu verdadeiro perigo. O sufrágio universal se mostra perigoso principalmente pelos líderes que são seus senhores; criaturas de pequenos comitês locais, análogos aos clubes da Revolução. O líder que ambiciona um mandato é escolhido por eles.

Uma vez nomeado, ele exerce um poder local absoluto com a condição de satisfazer os interesses de seus comitês. Diante dessa necessidade, o interesse geral do país desaparece quase totalmente aos olhos do eleito.

Naturalmente que, os comitês tendo necessidade de servidores dóceis, não escolhem por isso indivíduos dotados de uma inteligência elevada, nem sobretudo de uma moralidade muito alta. Eles precisam de pessoas sem caráter, sem posição social e sempre dóceis.

Atendidas essas necessidades, o servilismo do eleito aos pequenos grupos que o patrocinam e sem os quais ele não seria nada, é completo. Ele dirá e votará tudo o que exigirem seus comitês. Seu ideal político pode ser resumido nesta breve fórmula: obedecer para permanecer.

Excepcionalmente __ e somente quando possuem, pelo seu nome, sua situação ou sua fortuna, um grande prestígio __ personalidades superiores conseguem se impor aos votos populares, superando a tirania das minorias audaciosas que constituem os pequenos comitês locais.

Os países democráticos como o nosso só são governados em aparência pelo sufrágio universal. Por essa razão se vota tantas leis que não interessam ao povo de maneira alguma e que ele nunca pediu. Como a encampação das estradas de ferro do oeste, as leis sobre as congregações etc. Essas absurdas manifestações traduzem simplesmente as exigências de pequenos comitês locais fanáticos, impostas aos deputados escolhidos por eles.

É possível perceber a influência desses comitês ao vermos deputados moderados obrigados a patrocinar anarquistas sabotadores de arsenais, se aliarem com antimilitaristas, enfim, obedecer às piores exigências para assegurar sua reeleição. As vontades dos mais baixos elementos da democracia criaram assim, entre os eleitos, uma moralidade e costumes que seria difícil não julgar como

muito baixos. O político é o homem das praças públicas e, como diz Nietzsche:

> *Onde começa a praça pública, começa também o ruído dos grandes comediantes e o zumbido das moscas venenosas... O comediante acredita sempre que é isso que o faz obter seus melhores efeitos, o que leva as pessoas a acreditar nele. Amanhã ele terá uma fé nova e depois de amanhã uma fé mais nova ainda... Tudo o que é grande passa longe da praça pública e da glória.*

§4. A necessidade das reformas.

A necessidade de reformas impostas bruscamente a golpes de decretos é uma das concepções mais funestas do espírito jacobino, um dos temíveis legados da Revolução. Ele figura entre os fatores principais de todas as perturbações há um século.

Uma das razões psicológicas dessa sede incessante de reformas está na dificuldade em determinar os motivos reais dos males que se queixa. A necessidade de explicação cria causas fictícias muito simples. Simples então parecem ser os remédios.

Há quarenta anos não paramos de fazer reformas em que cada uma delas é uma pequena revolução. Apesar delas, ou melhor, por causa delas, somos um dos povos da Europa que menos evoluíram.

Julga-se a lentidão real de nossa evolução, comparando numa e noutra, nas diversas nações, os principais elementos da vida social: comércio, indústria etc. Os progressos dos diversos povos, os alemães particularmente, aparecem então imensos, enquanto que os nossos permaneceram muito lentos.

Nossa organização administrativa, industrial e comercial envelheceu consideravelmente e não se mostra mais à altura das novas necessidades. Nossa indústria é pouco próspera, nossa marinha mercante periclita. Mesmo em nossas colônias não podemos manter a concorrência com o estrangeiro, apesar das subvenções pecuniárias enormes concedidas pelo Estado. O Sr. Cruppi, ex-ministro do comércio, insistiu nesse triste desmoronamento, num livro recente. Seguindo o erro geral, ele acredita que é fácil remediar essas inferioridades com novos regulamentos.

Todos os políticos partilham da mesma opinião e por isso progredimos tão pouco. Cada partido está convencido de que, com reformas, pode-se remediar todos os males. Essa convicção os conduz a lutas que fazem da França um dos países mais divididos do universo e uma das maiores presas da anarquia.

Ninguém nela compreendeu que são os indivíduos e seus métodos e não os regulamentos que determinam o valor de um povo. As reformas eficazes não são as reformas revolucionárias, mas as pequenas melhorias de cada dia, acumuladas pelo tempo.

As grandes mudanças sociais se fazem, como as transformações geológicas, graças à adição diária de mínimas causas. A história econômica da Alemanha, nos últimos 40 anos, prova, de uma maneira impressionante, a justeza dessa lei.

Muitos dos acontecimentos importantes que parecem depender um pouco do acaso (as batalhas, por exemplo) são também submetidos a essa lei da acumulação das pequenas causas. Sem dúvida que, algumas vezes, a luta decisiva está terminada em um dia, mas são necessários minuciosos esforços, lentamente acumulados, para preparar o sucesso. Nós tivemos uma dura experiência disso em 1870 e os russos a tiveram, por seu lado, mais tarde. Uma meia hora, se muito, o almirante Togo precisou para aniquilar a frota russa na batalha de Tsoushima, que decidiu definitivamente a sorte do Japão, mas milhares de pequenas influências distantes determinaram esse sucesso. Causas não menos numerosas produziram a derrota dos russos: uma burocracia tão complicada quanto a nossa e igualmente irresponsável; um material lamentável, se bem que pago a peso de ouro; um regime corrupto em todos os graus da hierarquia e a indiferença geral pelo interesse do país.

Infelizmente os progressos dos pequenos detalhes, que fazem, em seu conjunto, a grandeza de uma nação, são pouco visíveis, não produzem nenhuma impressão no público e não podem

servir aos interesses eleitorais dos políticos. Estes então se desinteressam completamente por eles e deixam se acumular, nos países submetidos à suas influências, as pequenas desorganizações sucessivas que compõem as grandes decadências.

§5. As distinções sociais nas democracias e as ideias democráticas nos diversos países.

Na época em que as pessoas eram divididas em castas e diferenciadas principalmente pelo nascimento, as distinções sociais eram geralmente aceitas como consequência de uma lei natural inevitável.

Desde que as antigas divisões sociais foram destruídas, as distinções de classes parecem artificiais e deixaram, por esta razão, de serem toleradas.

Sendo teórica a necessidade de igualdade, viu-se se desenvolver muito rapidamente entre os povos democráticos, a criação de desigualdades artificiais que permitem a seus possuidores constituírem uma supremacia bem visível. Em nenhuma época a sede de títulos e de condecorações foi tão difundida quanto hoje em dia.

Nos países realmente democráticos, como os Estados Unidos, títulos e condecorações não exercem grande prestígio e apenas a fortuna cria neles as distinções. É muito excepcionalmente que se vê lá moças milionárias se unirem a antigos nomes da aris-

tocracia europeia. Elas empregam instintivamente então o único meio que permite a um povo jovem adquirir o passado necessário para estabilizar sua estrutura moral.

Mas, de uma maneira geral, a aristocracia que vemos nascer na América não está completamente fundamentada em títulos e condecorações. Puramente financeira, ela não provoca muita inveja porque cada um espera conseguir fazer parte dela um dia.

Quando, em seu livro sobre a democracia na América, Tocqueville assinalou a aspiração geral para a igualdade, ele ignorou que a igualdade prevista levaria a uma classificação das pessoas fundamentada exclusivamente no número de dólares que elas possuem. Nenhuma outra existe nos Estados Unidos e, sem dúvida, será o mesmo na Europa, um dia.

Atualmente nada permite considerar a França como um país democrático, a não ser nas palavras. E aqui aparece a necessidade de pesquisar, como dissemos mais acima, as ideias diversas que abriga, segundo os países, a palavra democracia.

Nações realmente democráticas só podemos citar a Inglaterra e a América. A democracia se apresenta neles sob formas diferentes, mas neles se observam os mesmos princípios; particularmente uma perfeita tolerância por todas as opiniões. As perseguições religiosas são desconhecidas neles. As superioridades reais se manifestam facilmente nas diversas profissões, com cada um po-

dendo ascender nelas, em qualquer idade, desde que possua as competências necessárias. Nenhuma barreira limita o desenvolvimento pessoal.

Em tais países as pessoas se acreditam iguais porque todos têm a noção de que são livres para atingir os mesmos ápices. O trabalhador sabe que pode se tornar contramestre e depois engenheiro. Obrigado a começar nas escalas inferiores, ao invés de iniciar, como na França, pelas escalas superiores, o engenheiro não se supõe de uma essência diferente do resto das pessoas. O mesmo acontece em todas as profissões. Por isso os ódios de classes, tão intensos entre nós, são pouco desenvolvidos na Inglaterra e na América.

Na França a democracia só é praticada nos discursos. Um sistema de concursos e exames que a juventude deve enfrentar, fecha rigorosamente a entrada das carreiras e cria classes inimigas separadas.

As democracias latinas permanecem então puramente teóricas. O absolutismo estatista nelas substituiu o absolutismo monárquico, mas não se mostra menos duro. A aristocracia da fortuna substituiu a do nascimento e seus privilégios não são menores.

Monarquia e democracia diferem muito mais, aliás, na forma do que na substância. É somente a variável mentalidade das pessoas que diferencia seus efeitos. Todas as discussões sobre os

diversos regimes são sem interesse, pois eles não detêm, em si, nenhuma virtude especial. Seu valor dependerá sempre do valor das pessoas governadas. Um povo realiza um grande progresso quando descobre que a soma dos esforços pessoais de cada um e não apenas dos governos determina a posição de uma nação no mundo.

* * *

CAPÍTULO III

As novas formas das crenças democráticas.

§1. As lutas entre o capital e o trabalho.

Sumário

Enquanto nossos legisladores reformam e legislam ao acaso, a evolução natural do mundo prossegue lentamente seu curso. Interesses novos surgem, as concorrências econômicas entre os povos crescem, as classes trabalhadoras se agitam e vê-se nascer em toda parte problemas preocupantes que as arengas dos políticos não conseguiriam resolver.

Dentre esses novos problemas, um dos mais complicados será aquele dos conflitos trabalhistas, resultantes da luta entre o capital e o trabalho. Mesmo nos países tradicionais, como a Inglaterra, ele se torna violento. Os trabalhadores deixam de respeitar os contratos coletivos, que constituíam outrora seus trunfos, as greves são declaradas pelos motivos mais insignificantes, o desemprego e o pauperismo atingem níveis inquietantes.

Na América, essas greves acabaram mesmo por travar todas as indústrias, mas o excesso do mal criou o remédio. Há dez anos aproximadamente, os industriais organizaram federações patronais

que se tornaram suficientemente poderosas para impor aos trabalhadores processos de arbitragem.

O problema trabalhista se complica na França pela intervenção de numerosos trabalhadores estrangeiros que se tornaram necessários pela estagnação de nossa população.[26] Uma tal estagnação terá igualmente, por consequência, tornar difícil a luta com rivais cujo solo em breve não poderá nutrir seus habitantes e que, segundo uma das mais velhas leis da história, invadirão necessariamente os países menos povoados.

Esses conflitos entre trabalhadores e patrões de um mesmo país ficarão piores ainda com a luta econômica crescente entre os asiáticos __ com necessidades muito pequenas e podendo, por isso, produzir objetos manufaturados com preços muito baixos __ e os europeus, com necessidades muito grandes. Eu assinalei a importância disso há mais de vinte e cinco anos. O general Hamilton, ex-adido militar junto ao exército japonês e que previu muito bem, no início das hostilidades, a vitória dos japoneses, escreveu, num trabalho reproduzido pelo general Langlois, o que se segue:

[26] População das grandes potências, em milhões:

	1789	1906
Rússia	28	120
Alemanha	28	57
Áustria	18	44
Inglaterra	12	40
França	26	39

O chinês __ como eu vi na Manchúria __ é capaz de destruir o tipo atual do trabalhador de raça branca. Ele o varrerá da superfície da terra. Os socialistas, pregando a igualdade diante do trabalho, estão longe de pensar a que resultados práticos levarão suas teorias. O destino da raça branca é então de desaparecer em longo prazo? Na minha humilde opinião, esse destino depende de uma só coisa: teremos ou não, o bom senso de fechar os ouvidos aos discursos que apresentam a guerra e a preparação para a guerra como um mal inútil?

Eu estimo que os trabalhadores devam escolher. Dadas as condições atuais do mundo, é preciso que eles cultivem em seus filhos o ideal militar e que aceitem de bom coração as provas e os encargos que o militarismo provoca ou que estabeleçam uma luta cruel pela vida, contra uma mão de obra rival cujo sucesso não deixa nenhuma dúvida. Para recusar aos asiáticos o direito de emigrar, de abaixar os salários pela concorrência e de viver entre nós, nós só dispomos de um meio que é a espada. Se os americanos e os europeus se esquecerem que sua situação privilegiada só se deve à força das armas, a Ásia logo terá sua revanche.

Sabe-se que na América, as invasões chinesas e japonesas se tornaram, após a concorrência feita aos trabalhadores de raça

branca, uma calamidade nacional. Na Europa a invasão começa, mas ainda não tomou uma grande extensão. No entanto, os imigrantes chineses formam já importantes colônias em certas cidades: Londres, Cardiff, Liverpool etc. Eles provocaram vários motins, porque trabalhando a preço vil, sua aparição fez logo os salários abaixarem.

Mas esses problemas pertencem ao futuro e os do presente são tão inquietantes que é inútil agora se preocupar com outros.

§2. A evolução da classe trabalhadora e o movimento sindicalista.

O mais importante dos problemas democráticos atuais resultará talvez da evolução recente da classe trabalhadora, produzida pelo movimento sindicalista.

O agregado de interesses similares que constitui o sindicalismo, tomou rapidamente um desenvolvimento tão imenso nos países, que se pode dizê-lo mundial. Certas corporações possuem orçamentos comparáveis ao de pequenos Estados. Já foram citadas ligas alemãs que embolsam 81 milhões dos associados.

A extensão desse movimento trabalhador em todos os países mostra que ele não é como o socialismo, um sonho de utópicos, mas a consequência de necessidades econômicas. Pelo seu objetivo, seus meios de ação, suas tendências, o sindicalismo não apresenta aliás nenhuma espécie de parentesco com o socialismo. Já

tendo explicado o suficiente no meu **Psychologie Politique**, bastará lembrar, em algumas palavras, a diferença das duas doutrinas.

O socialismo quer se apoderar de todas as indústrias e fazê-las serem geridas pelo Estado, que repartiria igualmente os produtos entre os cidadãos. O sindicalismo pretende, pelo contrário, eliminar inteiramente a intervenção do Estado e dividir a sociedade em pequenos grupos profissionais que se governam por conta própria.

Mesmo que desprezados pelos sindicalistas e violentamente combatidos por eles, os socialistas se aplicam em dissimular esse conflito, mas ele se tornou rapidamente muito visível para permanecer despercebido. A influência política que estes últimos ainda possuem lhes escapará em breve.

Se o sindicalismo cresce em toda parte __ ao contrário do socialismo __ é porque, eu repito, esse movimento corporativo, embora renovado do passado, sintetiza certas necessidades nascidas da especialização da indústria moderna.

Nós o vemos, com efeito, se manifestar nos meios mais diversos. Na França, seu sucesso não foi ainda tão grande quanto em outros lugares. Tendo tomado a forma revolucionária, lembrada mais acima, ele caiu, ao menos provisoriamente, nas mãos de anarquistas, que se preocupam tão pouco com o sindicalismo quanto com qualquer outra organização e utilizam simplesmente a no-

va doutrina para tratar de destruir a sociedade atual. Socialistas, sindicalistas e anarquistas, embora dirigidos por concepções inteiramente diferentes, colaboram assim para o objetivo final: a supressão violenta das classes dirigentes e a pilhagem de suas riquezas.

As doutrinas sindicalistas não derivam, de nenhuma maneira, dos princípios da Revolução Francesa. Em vários pontos eles são mesmo inteiramente contrários. O sindicalismo representa, com efeito, um retorno a certas formas de organização coletiva semelhantes às corporações proscritas pela Revolução. Ele constitui também uma dessas federações condenadas por ela. Ele repele, por fim, inteiramente a centralização estatista que ela tinha estabelecido.

Com os princípios democráticos __ liberdade, igualdade, fraternidade __ o sindicalismo não se preocupou com nenhum. Os sindicatos exigem de seus membros uma disciplina absoluta, eliminando toda liberdade.

Não sendo ainda suficientemente fortes para se tiranizarem reciprocamente, os sindicatos professam, uns em relação aos outros, sentimentos que se poderia, a rigor, qualificar de fraternos. Mas no dia em que eles se tornarem suficientemente poderosos, seus interesses contrários entrarão necessariamente em luta, como durante o período sindicalista das antigas repúblicas italianas: Flo-

rença e Siena, por exemplo. A fraternidade da hora presente será rapidamente esquecida e a igualdade substituída pelo despotismo dos sindicatos que se tornarem preponderantes.

Um futuro tal parece próximo. O novo poder cresceu muito rápido e encontrou diante dele governos desarmados, que só se defendem pela submissão a todas as suas exigências. Meio detestável, bom apenas para o minuto presente e que sobrecarregará pesadamente o futuro.

Foi, no entanto, a esse pobre recurso que recorreu recentemente o governo inglês em sua luta contra o sindicato dos mineiros que ameaçava suspender a vida industrial da Inglaterra. O sindicato exigia para seus associados um salário-mínimo sem que tivessem que se comprometer a fornecer um mínimo de trabalho.

Mesmo que uma exigência tal fosse inadmissível, o governo aceitou propor ao Parlamento uma lei para sancioná-la. Será útil meditar sobre as graves palavras pronunciadas a este respeito, pelo Sr. Balfour, diante da Câmara dos Comuns:

> *O país jamais teve, em sua história tão longa e tão movimentada, que fazer frente a um perigo dessa natureza e dessa importância.*
>
> *O espetáculo nos foi dado __ estranho e sinistro __ por uma simples organização que ameaçava paralisar __ e paralisando numa larga medida __ o comércio e as indús-*

trias de uma comunidade que vive do comércio e das indústrias.

O poder que possuem os mineiros está, no estado atual da lei, quase sem limites. Alguma vez conhecemos algo assim? Alguma vez viu-se um barão feudal exercendo tirania igual?

Alguma vez um truste americano se serviu dos direitos legais com tal desprezo pelo interesse geral? O ponto de perfeição ao qual nos levou nossas leis, nossa organização social, as relações mútuas das diferentes indústrias e profissões, nos expõem, mais que nossos predecessores das eras mais rudes, ao grave perigo que ameaça neste momento a sociedade... Assistimos, na hora atual, à primeira manifestação de poder dos elementos que, se não nos acautelarmos, submergirão a sociedade inteiramente... A atitude do governo cedendo às injunções dos mineiros dá alguma aparência de realidade à vitória daqueles que se voltam contra a sociedade.

§3. Porque certos governos democráticos modernos se transformam progressivamente em governos de castas administrativas.

A anarquia e as lutas sociais originadas das ideias democráticas levam hoje em dia certos governos a uma evolução imprevis-

ta, que acabará por lhes deixar apenas um poder nominal. Essa evolução, cujos efeitos vamos indicar sumariamente, se fez espontaneamente, sob a influência de necessidades imperiosas que são as grandes reguladoras das coisas.

Os eleitos pelo sufrágio universal formam hoje em dia o governo dos países democráticos. Eles votam as leis, nomeiam e substituem os ministros escolhidos em seu seio e são provisoriamente encarregados do poder executivo. Esses ministros mudam, naturalmente, muito frequentemente, pois um voto basta para substituí-los. Seus sucessores pertencem a um partido diferente e governam segundo outros princípios.

Pareceria, numa primeira abordagem, que um país dividido entre influências tão diversas não possa ter nem estabilidade, nem continuidade. No entanto, apesar de todas essas condições de instabilidade, um governo democrático como o nosso funciona com bastante regularidade. Como explicar tal fenômeno?

Sua interpretação, muito simples, resulta do fato de que os ministros que parecem governar, governam, na realidade, muito pouco. Muito limitado e muito circunscrito, seu poder só é exercido nos discursos __ pouco escutados __ e em algumas medidas desorganizadoras.

Mas por detrás dessa autoridade superficial de ministros, sem força e sem duração, joguete de todas as exigências dos polí-

ticos, funciona nas sombras um poder anônimo cuja força só faz crescer: O DAS ADMINISTRAÇÕES.

Possuindo tradições, uma hierarquia e continuidade, elas têm uma força contra a qual os ministros se reconhecem rapidamente incapazes de lutar.[27]

A responsabilidade é tão dividida na máquina administrativa que um ministro jamais pode encontrar diante dele personalidades importantes. Contra suas vontades momentâneas se volta uma rede de regulamentos, de costumes e de amarras que logo lhe objetam e que ele conhece muito mal para ousar enfrentar.

Essa diminuição da autoridade dos governos democráticos só faz progredir. Uma das leis mais constantes da história __ e que eu já demonstrei __ é que, assim que uma classe qualquer __ nobreza, clero, exército ou povo __ se torna preponderante, ela tende rapidamente a subjugar as outras. Como os exércitos romanos, que acabaram por nomear e destituir os imperadores; como o clero, contra o qual os reis outrora tiveram que lutar com muito esforço; como os Estados Gerais, que, no momento da Revolução, absorveram logo todos os poderes e substituíram a monarquia.

[27] A impotência dos ministros em seus ministérios foi muito bem registrada por um deles, o Sr. Cruppi, em um livro recente. As mais enérgicas vontades do ministro eram imediatamente paralisadas pelas repartições e ele renunciou prontamente a lutar contra elas.

A casta dos funcionários públicos está destinada a fornecer uma nova prova da exatidão dessa lei. Ao se tornar preponderante ela já começa a falar mais alto, ameaça e chega às greves, como a dos carteiros, seguida logo pela dos empregados das estradas de ferro estatais. O poder administrativo forma assim um pequeno Estado no grande Estado e se sua evolução atual continua, ele constituirá em breve o único poder real. No regime socialista não haveria outros. Todas as nossas revoluções teriam assim, por resultado final, fazer descer os poderes, do trono dos reis, para a casta irresponsável, anônima e despótica dos funcionários de escritórios.

*
* *

Prever a saída de todos os conflitos que ameaçam assombrar nossos destinos é impossível. É preciso permanecer tão longe do pessimismo quanto do otimismo e se dizer que a necessidade acaba sempre por equilibrar as coisas. O mundo prossegue sua marcha sem se ocupar com nossos discursos e cedo ou tarde conseguiremos nos adaptar às variações do meio que nos cerca. A dificuldade está em conseguir isso sem muito atrito e principalmente resistir às concepções quiméricas dos sonhadores. Sempre incapazes de reorganizar o mundo, eles o tumultuam muitas vezes.

Atenas, Roma, Florença e muitas outras cidades, que floresceram outrora na história, foram vítimas desses teóricos temíveis. Os resultados de sua influência sempre foram os mesmos: anarquia, ditadura e decadência.

Não é aos numerosos Catilinas modernos que tais lições poderão servir. Eles ainda não veem que os movimentos desencadeados por suas ambições ameaçam submergi-los. Todos esses utópicos fizeram surgir irrealizáveis esperanças nas almas das massas, excitaram seus apetites e solaparam os diques, lentamente construídos por séculos, para contê-los.

A luta das cegas multidões contra as elites é uma das continuidades da história e o triunfo dos soberanos populares sem contrapesos já marcou o fim de mais de uma civilização. A elite cria, a plebe destrói. Assim que a primeira enfraquece, a segunda começa sua perniciosa ação.

As grandes civilizações só puderam prosperar quando souberam dominar seus elementos inferiores. Não foi apenas na Grécia que a anarquia, a ditadura, as invasões e finalmente a perda da independência, se tornaram as consequências do despotismo democrático. A tirania individual nasceu sempre da tirania coletiva. Ela terminou o primeiro ciclo da grandeza de Roma.

Os bárbaros acabaram com o último.

* * *

CONCLUSÕES

Sumário

As principais revoluções que moveram a história foram estudadas neste volume. Mas nos detivemos principalmente na mais importante de todas, a que convulsionou a Europa durante vinte anos e cujos ecos ainda ressoam.

A Revolução Francesa é uma mina inesgotável de documentos psicológicos. Nenhum período da vida da humanidade apresenta tal série de experiências acumuladas em um tempo tão curto.

A cada página desse grande drama, encontramos numerosas aplicações dos princípios expostos em nossas diversas obras, sobre a alma transitória das massas e sobre a alma permanente dos povos; sobre a ação das crenças; sobre o papel das influências místicas, afetivas e coletivas; sobre o conflito das diversas formas de lógica.

As assembleias revolucionárias justificam todas as leis conhecidas da psicologia das massas. Impulsivas e receosas, elas agem na maioria das vezes em sentido contrário às vontades individuais de seus membros.

Realista, a Constituinte destruiu a antiga monarquia; humanitária, a Legislativa deixa acontecer os massacres de setembro; pacifista, ela jogou a França nas guerras temíveis.

Contradições semelhantes durante a Convenção. A imensa maioria de seus membros repelia as violências. Filósofos sentimentais, eles exaltavam a igualdade, a fraternidade, a liberdade e produziram no entanto o mais pavoroso despotismo.

Mesmas contradições, por fim, durante o Diretório. Muito moderados a princípio, em suas intenções, as assembleias viveram, no entanto, de golpes de estado sanguinários, sob seu regime. Elas desejavam restabelecer a paz religiosa e acabaram por enviar, aos trabalhos forçados, milhares de padres. Elas quiseram reparar as ruínas que cobriam a França e só conseguiram acumular outras.

Houve então sempre oposição completa entre as vontades individuais das pessoas do período revolucionário e os atos das assembleias de que participavam.

Na verdade, eles obedeciam a forças invisíveis sobre as quais não tinham controle. Acreditando agir em nome da razão pura, eles sofreram influências místicas, afetivas e coletivas incompreensíveis para eles e que só agora começamos a entender.

*
* *

A inteligência progrediu no curso das eras e abre ao ser humano horizontes maravilhosos, enquanto que o caráter, verdadeiro fundamento da alma e motor certeiro de suas atividades, mudou pouco. Perturbado por um instante, ele reaparece sempre. A natureza humana deve por isso ser aceita como é.

Os criadores da Revolução Francesa não se conformaram com isso. Pela primeira vez, desde o início da humanidade, eles tentaram transformar as pessoas e as sociedades, em nome da razão.

Jamais um empreendimento foi abordado com tais elementos de sucesso. Os teóricos que pretenderam realizá-lo tiveram nas mãos uma autoridade superior à de todos os déspotas.

E, no entanto, apesar desse poder, apesar do sucesso dos exércitos, apesar das leis draconianas, apesar dos repetidos golpes de estado, a Revolução Francesa só fez acumular ruínas e acabar em ditadura.

Tal tentativa não foi inútil, pois as experiências são necessárias para instruir os povos. Sem a Revolução Francesa teria sido difícil provar que a razão pura não permite mudar as pessoas e, consequentemente, uma sociedade não se reconstrói nunca de acordo com a vontade dos legisladores, por mais absoluto que seja seu poder.

*
* *

Iniciada pela burguesia, para seu proveito, a Revolução Francesa se tornou rapidamente um movimento popular e, no mesmo golpe, numa luta do instinto contra a razão, uma revolta contra todas as amarras que fazem um civilizado de um bárbaro. Foi se apoiando sobre o princípio da soberania popular que os reformadores tentaram impor suas doutrinas. Guiado por líderes, o povo interveio sem parar nas deliberações das Assembleias e cometeu as mais sanguinárias violências.

A história das multidões durante esse período é eminentemente instrutiva. Ela mostra o erro dos políticos que atribuem todas as virtudes à alma popular.

Os fatos da Revolução Francesa ensinam, pelo contrário, que um povo liberado das amarras sociais __ fundamentos das civilizações __ e abandonado a seus impulsos instintivos, recai rapidamente na selvageria ancestral. Toda revolução popular que triunfa é um retorno momentâneo à barbárie. Se a Comuna de 1871 tivesse durado, ela teria repetido o Terror. Não tendo o poder de fazer perecer muitas pessoas, ela teve que se limitar a incendiar os principais monumentos da capital.

A Revolução Francesa representa o conflito das forças psicológicas liberadas dos freios encarregados de contê-las.

Instintos populares, crenças jacobinas, ações ancestrais, apetites e paixões desenfreadas, todas essas diversas influências se envolveram durante dez anos em furiosas batalhas, que ensanguentaram a França e a cobriram de ruínas.

Vistos de longe, esse conjunto constitui o bloco da Revolução Francesa. Ele não tem nada de homogêneo. Sua dissociação é necessária para compreender esse grande drama e colocar em evidência os impulsos que não pararam de agitar as almas de seus heróis. Em tempos normais, as diversas formas de lógicas que nos conduzem __ racional, afetiva, mística e coletiva __ quase se equilibram. Em épocas de perturbações, elas entram em conflito e o ser humano deixa de ser ele mesmo.

*
* *

Nós não menosprezamos, de maneira alguma, neste livro, a importância de certas aquisições da Revolução Francesa com relação ao direito dos povos. Mas, como muitos historiadores, nós admitimos que o ganho obtido ao preço de tantas ruínas teria sido obtido mais tarde, sem esforço, pela simples marcha da civilização. Por um pouco de tempo ganho, que desastres materiais acumulados, que desagregação moral nós sofremos! Esses brutais cortes na cadeia da história só se reparam muito lentamente. Eles ainda não se repararam ainda.

A juventude atual parece preferir a ação ao pensamento. Desdenhando as estéreis dissertações dos filósofos, ela acha desprovida de interesse as especulações inúteis sobre as coisas cuja essência permanece desconhecida.

A ação é certamente recomendável e todos os grandes progressos dela derivam, mas ela só se torna útil após ter sido convenientemente orientada. Os personagens da Revolução Francesa eram certamente pessoas de ação e, no entanto, as ilusões que eles aceitaram como guias os conduziram aos desastres.

A ação é sempre nociva quando, desdenhando das realidades, ela pretende mudar violentamente o curso das coisas. Não se experimenta sobre uma sociedade, como sobre os equipamentos de um laboratório. Nossas convulsões mostram o quanto podem custar os erros sociais.

Embora a experiência da Revolução Francesa tenha sido categórica, muitas mentes, alucinadas pelos seus sonhos, desejam recomeçá-la. O socialismo, síntese atual dessas aspirações, seria uma regressão para formas de evolução inferiores, porque ele paralisaria os maiores recursos de nossa atividade. Substituindo a iniciativa e a responsabilidade individuais pela iniciativa e a responsabilidade coletivas, faz-se descer o ser humano muito baixo na escala dos valores humanos.

A hora presente é pouco favorável a tais experiências. Enquanto os sonhadores perseguem suas quimeras, excitam os apetites e as paixões das multidões, os povos se armam cada vez mais. Cada um pressente que, na concorrência universal, não haverá lugar para as nações fracas.

No centro da Europa cresce uma potência militar formidável que aspira dominar o mundo a fim de encontrar nele escoamento para suas mercadorias e para uma população crescente que ela em breve será incapaz de alimentar.

Se continuarmos a quebrar nossa coesão __ pelas lutas intestinas, rivalidades de partidos, baixas perseguições religiosas, leis que entravam o desenvolvimento industrial __ nosso papel no mundo estará rapidamente terminado. Será preciso ceder lugar a povos solidamente agregados, que souberam se adaptar às necessidades naturais, em vez de pretender transpor seu curso. Sem dúvida, o presente não repete o passado e os detalhes da história estão cheios de imprevisíveis encadeamentos, mas em suas grandes linhas, os acontecimentos parecem conduzidos por leis eternas.

FIM

SUMÁRIO

PSICOLOGIA DAS REVOLUÇÕES 3

PREFÁCIO 3
As ideias atuais sobre a Revolução Francesa. 3
INTRODUÇÃO 11
As revisões da história. 11
PRIMEIRA PARTE 22
Os elementos psicológicos dos movimentos revolucionários. 22
LIVRO I 22
Características gerais das revoluções. 22
CAPÍTULO I 22
As revoluções científicas e as revoluções políticas. 22
§1. Classificação das revoluções. 22
Sumário 22
§2. As revoluções científicas. 25
§3. As revoluções políticas 26
§4. Os resultados das revoluções políticas. 31
CAPÍTULO II 35
As revoluções religiosas. 35
§1. Importância do estudo de uma revolução religiosa para a compreensão das grandes revoluções políticas. 35
§2. Os inícios da Reforma e seus primeiros adeptos. 37
§3. Valor racional das doutrinas da Reforma. 38
§4. A propagação da Reforma 41
§5. O conflito entre crenças religiosas diferentes. Impossibilidade da tolerância. 42
§6. Resultados das revoluções religiosas. 49
CAPÍTULO III 52
O papel dos governos nas revoluções. 52
§1. A fraca resistência dos governos nas revoluções. 52
§2. Como a resistência dos governos pode vencer as revoluções. 56

§3. As revoluções feitas pelos governos. Exemplos diversos: China, Turquia etc. 58
§4. Os elementos sociais que sobrevivem às mudanças de governos após as revoluções. 62
CAPÍTULO IV 65
O papel do povo nas revoluções. 65
§1. A estabilidade e a maleabilidade da alma nacional. 65
§2. Como o povo entende as revoluções. 69
§3. O suposto papel do povo nas revoluções. 72
§4. A entidade povo e seus elementos constitutivos. 76
LIVRO II 82
As formas de mentalidades predominantes durante as revoluções. 82
CAPÍTULO I 82
As variações individuais do caráter durante as revoluções. 82
§1. As transformações da personalidade. 82
§2. Elementos do caráter predominantes nas épocas de revoluções. 85
CAPÍTULO II 94
A mentalidade mística e a mentalidade jacobina. 94
§1. Classificação das mentalidades predominantes em tempos de revolução. 94
§2. A mentalidade mística. 95
§3. A mentalidade jacobina. 101
CAPÍTULO III 107
A mentalidade revolucionária e a mentalidade criminosa. 107
§1. A mentalidade revolucionária. 107
§2. A mentalidade criminosa. 110
CAPÍTULO IV 113
Psicologia das massas revolucionárias. 113
§1. Características gerais das massas. 113
§2. Como a estabilidade da alma do povo limita as oscilações da alma das massas. 117
§3. O papel dos líderes nos movimentos revolucionários. 121
CAPÍTULO V 125
Psicologia das assembleias revolucionárias. 125

§1. Características psicológicas das grandes assembleias revolucionárias. 125
§2. Psicologia dos clubes revolucionários. 128
§3. Tentativa de interpretação do exagero progressivo dos sentimentos nas assembleias. 132
SEGUNDA PARTE **135**
A Revolução Francesa. 135
LIVRO I 135
As origens da Revolução Francesa. 135
CAPÍTULO I 135
As opiniões dos historiadores sobre a Revolução Francesa. 135
§1. Os historiadores da Revolução. 135
§2. A teoria do fatalismo na revolução. 139
§3. As incertezas dos historiadores recentes da Revolução. 144
§4. A imparcialidade na história. 148
CAPÍTULO II 152
Os fundamentos psicológicos do antigo regime. 152
§1. A monarquia absoluta e as bases do antigo regime. 152
§2. Os inconvenientes do antigo regime. 153
§3. A vida sob o antigo regime. 157
§4. A evolução dos sentimentos monárquicos durante a Revolução. 160
CAPÍTULO III 164
A anarquia mental no momento da Revolução e o papel atribuído aos filósofos. 164
§1. Origens e propagação das ideias revolucionárias. 164
§2. O suposto papel dos filósofos do século XVIII na gênese da Revolução. Sua antipatia pela democracia. 171
§3. As ideias filosóficas da burguesia no momento da Revolução. 175
CAPÍTULO IV 178
As ilusões psicológicas da Revolução Francesa. 178
§1. As ilusões sobre o ser humano primitivo, sobre o retorno ao estado da natureza e sobre a psicologia popular. 178
§2. As ilusões sobre a possibilidade de separar o ser humano de seu passado e sobre o poder transformador atribuído às leis. 181

§3. As ilusões sobre o valor teórico dos grandes princípios revolucionários. 183
LIVRO II 188
As influências racionais, afetivas, místicas e coletivas durante a Revolução. 188
CAPÍTULO I 188
Psicologia da Assembleia Constituinte. 188
§1. As influências psicológicas que intervieram na Revolução Francesa. 188
§2. Dissolução do antigo regime. Reunião dos Estados Gerais. 191
§3. A Assembleia Constituinte. 193
CAPÍTULO II 208
Psicologia da Assembleia Legislativa. 208
§1. Os acontecimentos políticos durante a Assembleia Legislativa. 208
§2. Características mentais da Assembleia Legislativa. 211
CAPÍTULO III 216
Psicologia da Convenção. 216
§1. A lenda da Convenção. 216
§2. Influência do triunfo da religião jacobina. 220
§3. As características mentais da Convenção. 224
CAPÍTULO IV 230
O governo da Convenção. 230
§1. O papel dos clubes e da Comuna durante a Convenção. 230
§2. O governo da França durante a Convenção. O Terror. 233
§3. Fim da Convenção. Origens do Diretório. 239
CAPÍTULO V 242
As violências revolucionárias. 242
§1. Razões psicológicas das violências revolucionárias. 242
§2. Os tribunais revolucionários. 245
§3. O Terror na província. 248
CAPÍTULO VI 254
Os exércitos da Revolução. 254
§1. As assembleias revolucionárias e os exércitos. 254
§2. A luta da Europa contra a Revolução. 256

§3. Fatores psicológicos e militares que determinaram o sucesso dos exércitos revolucionários. 259
CAPÍTULO VII 266
Psicologia dos líderes da Revolução. 266
§1. Mentalidade dos homens da Revolução. Papel das personalidades violentas e das personalidades fracas. 266
§2. Psicologia dos representantes em missão. 268
§3. Danton e Robespierre. 273
§4. Fouquier-Tinville, Marat, Billaud-Varenne etc. 283
§5. Destino dos convencionais que sobreviveram à Revolução. 288
LIVRO III 291
A luta entre as influências ancestrais e os princípios revolucionários. 291
CAPÍTULO I 291
As últimas convulsões da anarquia. O diretório. 291
§1. Psicologia do Diretório. 291
§2. O governo despótico do Diretório. O renascimento do Terror. 295
§3. O advento de Bonaparte. 300
§4. As causas da duração da Revolução. 302
CAPÍTULO II 306
O restabelecimento da ordem. A República Consular. 306
§1. Como a obra da Revolução foi consolidada pelo Consulado. 306
§2. A nova organização da França pelo Consulado. 308
§3. Elementos psicológicos que determinaram o sucesso da obra do Consulado. 312
CAPÍTULO III 317
Consequências políticas do conflito entre as tradições e os princípios revolucionários durante um século. 317
§1. As causas psicológicas dos movimentos revolucionários que continuaram na França. 317
§2. Resumo dos movimentos revolucionários na França durante um século. 322
TERCEIRA PARTE **331**
A evolução moderna dos princípios revolucionários. 331
CAPÍTULO I 331

O progresso das crenças democráticas desde a Revolução. 331
§1. A lenta propagação das ideias democráticas após a Revolução. 331
§2. Destinos desiguais dos três princípios fundamentais da Revolução. 335
§3. A democracia dos intelectuais e a democracia popular. 336
§4. As desigualdades naturais e a equalização democrática. 340
CAPÍTULO II 345
As consequências da evolução democrática. 345
§1. Influência exercida sobre a evolução social por teorias desprovidas de valor racional. 345
§2. O espírito jacobino e a mentalidade criada pelas crenças democráticas. 347
§3. O sufrágio universal e os eleitos. 353
§4. A necessidade das reformas. 357
§5. As distinções sociais nas democracias e as ideias democráticas nos diversos países. 360
CAPÍTULO III 364
As novas formas das crenças democráticas. 364
§1. As lutas entre o capital e o trabalho. 364
§2. A evolução da classe trabalhadora e o movimento sindicalista. 367
§3. Porque certos governos democráticos modernos se transformam progressivamente em governos de castas administrativas. 371
CONCLUSÕES 376
SUMÁRIO **383**